



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**O HOMEM E O PODER: A Trajetória de Vida e a Atuação Política do Major-  
Coronel Theodorico Bezerra- de Santa Cruz a Tangará/RN (1903-1965)**

**MARCONDES ALEXANDRE DA SILVA**

Orientador: Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes  
Área de Concentração: História e Cultura Histórica  
Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

JOÃO PESSOA – PB

AGOSTO-2016

**MARCONDES ALEXANDRE DA SILVA**

**O HOMEM E O PODER: A Trajetória de Vida e a Atuação Política do Major-  
Coronel Theodorico Bezerra- de Santa Cruz a Tangará/RN (1903-1965)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes.

JOÃO PESSOA – PB

2016

S586h Silva, Marcondes Alexandre da.  
O homem e o poder: a trajetória de vida e a atuação política do Major-Coronel Theodorico Bezerra – de Santa Cruz a Tangará-RN (1903-1965) / Marcondes Alexandre da Silva.- João Pessoa, 2016.  
193f.  
Orientador: Paulo Giovani Antonino Nunes  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA  
1. Bezerra, Major-Coronel Theodorico, 1903-1994.  
2. História regional. 3. História política. 4. Poder familiar.  
5. Irapuru-RN. 6. Grande Hotel - Natal-RN.

UFPB/BC CDU

981.422(043)

**MARCONDES ALEXANDRE DA SILVA**

**O HOMEM E O PODER: A Trajetória de Vida e a Atuação Política do Major-Coronel  
Theodorico Bezerra- de Santa Cruz a Tangará/RN (1903-1965)**

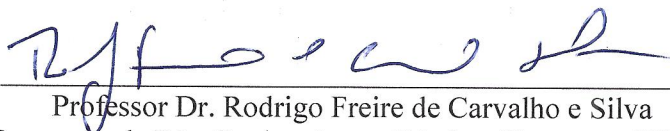
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Dissertação de Mestrado avaliada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ com conceito \_\_\_\_\_

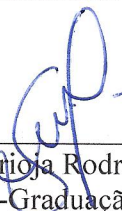
**BANCA EXAMINADORA**



Professor Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes  
Programa de Pós-Graduação em História – UFPB  
Orientador



Professor Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva  
Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos -UFPB  
Examinador externo



Professora Dr.ª Sônia Rodrigues Cordeiro Mariano  
Programa de Pós-Graduação em História – UFPB  
Examinador interno

Professora Dra. Lúcia de Fátima Guerra Ferreira  
Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos -UFPB  
Suplente interno

A fala de Jesus (João 08:32) reflete o que Jeová faz comigo: “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”. Porque Ele transforma-me e liberta-me constantemente da ignorância e faz-me feliz. A Ele honra, glória, louvor e adoração, a quem dedico esta dissertação.

## AGRADECIMENTOS

“Melhor é serem dois do que um, porque tem melhor paga do seu trabalho. Porque se um cair, o outro levanta o seu companheiro; mas aí do que estiver só; pois, caindo, não haverá outro que o levante” (ECLESIASTES 04: 09-10). Este texto reflete a necessidade de conviver-se com seus semelhantes e que sem ajuda de outras pessoas tudo fica mais difícil, pois os seres humanos necessitam uns dos outros para suas realizações sociais, amorosas, políticas e até mesmo pessoais. Ou seja, viver em sociedade.

A produção desta dissertação mostra muito bem o que é isso, porque este autor que ora fala não teria chegado até aqui se não tivesse a ajuda de outras pessoas que foram de fundamental importância em sua história de vida. Eles preocuparam-se, acreditaram e investiram em mim tempo e dinheiro, e assim demonstraram que os sujeitos que cruzam as vidas uns dos outros podem fazer a diferença para melhorá-las ou piorá-las.

Por tudo falado, quero agradecer a Javé (Aquele que traz à existência tudo que é), pelo que Ele fez em minha vida, porque sem Ele, que acreditou e investiu em um adolescente analfabeto (até 12 anos sem saber ler e escrever) e o fez estar aqui hoje. A Ele seja dada toda a honra, glória, louvor e adoração para todo o sempre.

A Maria do Carmo da Silva (Dona Moça), minha mãe, que mesmo sendo uma pessoa iletrada para os padrões sociais existentes, é uma educadora por excelência. As experiências de vida que teve e observou a transformaram em um exemplo de vida, principalmente para mim. Além dela, poderia agradecer em especial a José Alexandre da Silva (Zé Cumaru), meu pai, se ele não tivesse falecido em abril de 2015.

A Renale Gardênia da Lima Silva, esposa dedicada, que nos últimos nove anos entre namoro, noivado e casamento passou a dividir comigo alegrias, tristezas, realizações e decepções, sempre pronta a ajudar quando necessitei com palavras de carinho e apoio; aos meus filhos, Adson Samuel e Hevelem Hadassa, pelas ausências para dedicar-me a este trabalho.

Ao meu amigo, que passei a ter como meu segundo pai, o professor Dr. Waldecir Ferreira Chagas, que desde a graduação tem me ajudado (orientador) e que me hospedou (potiguar), e ao meu irmão em Cristo Bartolomeu Humberto (cearense-colega do PPGH), que por noites (no seu apartamento) conversou sobre a vida (individual, pessoal e acadêmica) e mostrou os caminhos que se tem a trilhar. Sem ele, talvez hoje eu não estivesse aqui.

Ao cara que passei a admirar pelo apoio, compreensão e ajuda que me dispensou nos últimos dois anos, meu orientador, o Professor Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes, sempre

solícito e disponível. Mesmo ao passar por dificuldades, eu nunca o vi de cara feia ou despejando seus problemas sobre alguém. A ele, o meu respeito e admiração.

Quero ainda agradecer a minha Banca de Qualificação, que além do meu orientador, supra exposto, contou com a presença dos professores doutores Serioja Mariano e Rodrigo Freire, pelas contribuições dadas e os caminhos indicados, que me foram de grande valia para a consecução deste trabalho. Pois, sem a ajuda deles, com certeza esta dissertação teria tomado outro rumo, que não esta configuração.

Na vida pessoal, além das pessoas mencionadas acima, podem-se citar aos avós maternos: Francisco Cosme (*in memoriam*), Ana Maria da Conceição (*in memoriam*) e paterno: Severino Alexandre de Brito (Nego Alexandre) (*in memoriam*) e Polina Alexandre da Silva (*in memoriam*); Marcelo Alexandre (irmão), Nathália e Nataly (sobrinhas); Alexandre (sogro), Rivoneide (sogra).

Posso ainda citar alguns mestres que passaram e deixaram algo para mim: Socorro Andrade (EJA Ensino Fundamental), Vanderlei Luiz (Vando) e Dona Isabel (como ouvinte em aulas de matemática do ensino fundamental); Roberto Virgínio, Arlindo C. Limeira, José Carlos Marias e Marcos Brandão (Ensino Médio); Ruston Lemos e Elisa Mariana (que me ajudaram na escolha da pesquisa da graduação que, aprofundada, está aqui sob a forma deste texto). Além do primeiro, por ter me assistido na elaboração do projeto do mestrado, agradeço a Josineide (Neide) Bezerra e Solange Rocha, orientadoras na graduação que não concluíram o curso por terem se ausentado da instituição.

Aos amigos que me ajudaram em minha caminhada com palavras de incentivo e/ou apoio. Cito em especial a dois professores: Anônimo Romão da Silva (Nonon Romão) e José Ivan Barbalho, o primeiro incentivou-me a estudar e preparar-me na vida e o segundo no início da minha profissão (ainda como estagiário) mostrou-me caminhos e possibilidades de ser um bom profissional e aperfeiçoar-me nos estudos.

Aos colegas do PPGH da UFPB, pelos cafezinhos, os congressos e eventos juntos, aos debates, ajudas e contribuições que trouxeram: Jadson Viera, Rozeane Porto, Isaac C. dos Santos, Márcio Aprígio e outros, e aos professores que tiveram um maior contato: Cláudia Cury, Carla Mary, Serioja C. Mariano (presente nesta banca), Élio Chaves, Barroso e Telma, esta última a quem tenho um enorme carinho e respeito. Além dos(as) secretário(a)s e/ou bolsistas do programa: Polly, Bia e Geraldo. E no PPGH da UFRN, a professora Dr<sup>a</sup>. Margaria Dias, com a qual cursei duas disciplinas que me ajudaram bastante na elaboração e desenvolvimento deste trabalho.

Aos amigos leitores que deram contribuições significativas às minhas ideias de desenvolvimento deste texto e ajudaram a podar os excessos, que foram os professores Luciolo Pereira e Raquel Barboza. Bem como as pessoas que me ajudaram na catalogação de fontes: Valdeci Pereira e Agenor Ribeiro, em São José do Campestre e Tangará, respectivamente.

Ao Sr. Kleber de Carvalho Bezerra, filho e herdeiro do Major-Coronel Theodorico Bezerra, a quem devo grande parte das fontes e informações extraoficiais, que deram o caminho para a coleta de outros documentos desta pesquisa, além dos profissionais do Memorial do Legislativo Potiguar, pela presteza e atenção.

Por fim, agradeço a todos os familiares, amigos, colegas e professores que não citei, mas que de forma direta ou indireta contribuíram para a execução desta dissertação, como também à CAPES, por me proporcionar um ano de bolsa de estudos, e ao PPGH da UFPB, por algumas ajudas de custo que tive no decorrer do curso para participar de eventos. Quero dar meu obrigado. Sem Jeová e vocês, não teria conseguido.

## LISTA DE ABREVIATURAS

**ADP** – Ação Democrática Parlamentar

**AIB** – Ação Integralista Brasileira

**ANL** – Aliança Nacional Libertadora

**AS** – Aliança Social

**BANDERN** – Banco do Estado do Rio Grande do Norte

**BNDE** – Banco Nacional de Desenvolvimento

**CAERN** – Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte

**CDI** – Comissão de Desenvolvimento Industrial

**Ceima** – Comissão Executiva da Indústria de Material Automobilístico

**CHESF** – Hidrelétrica do São Francisco

**CMDEU** – Comissão Mista Brasil-Estados Unidos

**EUA** – Estados Unidos da América

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**FPM** – Frente de Mobilização Popular

**FPN** – Frente Parlamentar Nacionalista

**IBAD** – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**ISEB** – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

**PCB** – Partido Comunista Brasileiro

**PDC** – Partido Democrata Cristão

**PL** – Partido Liberal

**PP** – Partido Popular

**PR** – Partido Republicano

**PRP** – Partido da Representação Popular

**PSB** – Partido Socialista Brasileiro

**PSD** – Partido Social Democrático

**PSN** – Partido Social Nacionalista

**PSP** – Partido Social Progressista

**PTB** – Partido Trabalhista Brasileiro

**PTN** – Partido Trabalhista Nacional

**PT** – Partido dos Trabalhadores

**STE** – Superior Tribunal Eleitoral

**SUDENE** – Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste

**TRE** – Tribunal Regional Eleitoral

**UDN** – União Democrática Nacional

## RESUMO

Esta dissertação faz parte da linha de pesquisa História e Regionalidades vinculada à área de Concentração História e Cultura Histórica do PPGH da UFPB. Analisa o momento em que o Major-Coronel Theodorico Bezerra foi presidente do Partido Social Democrático (PSD) no Rio Grande do Norte, entre os anos de 1949-1965, e sua trajetória de vida, a partir das relações que manteve na hotelaria, no comércio e na indústria, até tornar-se proprietário rural e investir todos os lucros que conseguiu em Natal, na Fazenda Irapuru/Tangará, que transformou aquela propriedade em um “império” (mundo particular). Ademais, a herança simbólica familiar que herdou e os contatos que mantinha na capital potiguar o credenciaram a tornar-se um político de destaque e grande ator social no período em tela. Tudo isso é considerado a partir de sua família: os Bezerra e os Ferreira de Souza, que tiveram papel de destaque na política de Santa Cruz e no Estado, na Primeira República (1889-1930) e na Era Vargas (1930-1945). Também se verificam as estratégias de propaganda e as fraldes eleitorais utilizadas por ele para conseguir conquistar e/ou ludibriar o voto do eleitor em favor próprio, dos seus familiares e/ou aliados políticos. Assim, procura-se entender como ele conseguiu chegar a ocupar e se manter na direção da maior e mais poderosa agremiação partidária norteario-grandense e criar uma memória coletiva de si a partir de três lugares: a Fazenda Irapuru/Tangará, o Grande Hotel/Natal e a direção do PSD potiguar.

**Palavras-chave:** Major-Coronel Theodorico Bezerra. Poder familiar. Fazenda Irapuru. Grande Hotel. PSD.

## ABSTRACT

This study follows the line of research, History and Regionalities, linked to the area of History and Historical Culture of PPGH UFPB. It analyzes the moment that Major-Coronel Theodorico Bezerra was president of the Social Democratic Party (PSD) in Rio Grande do Norte, between the years 1949-1965 and his life story, from the relations that remained in the hotel industry, trade and industry, until to become a landowner and invest all the profits achieved in Natal at the Farm Irapuru / Tangará, transforming this property into an empire (private world). Besides the family influence, he inherited the contacts in Natal. All this, helped him become a prominent political. This analyze is made from family Bezerra and Ferreira de Souza who had a prominent role in politics of Santa Cruz and the State in the First Republic (1889-1930) and epoch Vargas (1930-1945). Also, is investigated the advertising strategies and electoral frauds used by Major-Coronel Theodorico Bezerra to get the vote of the voters in benefit of himself, of his family and political allies. From this context the aim is to understand how he managed to occupy and stay in direction of the largest and most powerful political party of Rio Grande do Norte state and create a collective memory of himself, from three points: the farm Irapuru / Tangará, the Grande Hotel / Natal and the direction of the PSD Potiguar.

**Keywords:** Major-Coronel Theodorico Bezerra. Family power. Farm Irapuru. Grande Hotel. PSD.

## LISTA DE FIGURAS

|                            |                                                                                                                                                                                                                                 |            |
|----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>FIGURA 1</b>            | Ezequiel Mergelino de Souza .....                                                                                                                                                                                               | <b>71</b>  |
| <b>FIGURA 2</b>            | Caderneta de morador da Fazenda Irapuru -Tangará/RN .....                                                                                                                                                                       | <b>104</b> |
| <b>FIGURAS 3<br/>E 4</b>   | As Bandas de Música: feminina, em Santa Cruz, na década de 1960, e masculina, na Fazenda Irapuru, em Tangará, na década de 1950 ...                                                                                             | <b>113</b> |
| <b>FIGURA 5</b>            | O Missionário Capuchinho Frei Damião de Bozano, o Major-Coronel Theodorico Bezerra e Monsenhor Severino Bezerra, nas “Santas Missões” na Fazenda Irapuru/Tangará - década de 1960 .....                                         | <b>118</b> |
| <b>FIGURA 6</b>            | Audiência com Presidente Eurico Gaspar Dutra no Rio de Janeiro/DF, no período do seu governo de 1946-1951 - Deputado Federal Theodorico Bezerra, o Senador Georgino Avelino e outras lideranças políticas potiguares .....      | <b>125</b> |
| <b>FIGURA 7</b>            | Audiência com Presidente Getúlio Vargas no Rio de Janeiro/DF, entre os anos de 1951-1954- Deputado Federal Theodorico Bezerra, o Senador Georgino Avelino e outras lideranças políticas potiguares                              | <b>127</b> |
| <b>FIGURA 8</b>            | Campanha presidencial de 1955- Comício em Santa Cruz, Deputado Federal Theodorico Bezerra e Juscelino Kubistchek .....                                                                                                          | <b>150</b> |
| <b>FIGURA 9</b>            | Assembleia do PSD, secção Rio Grande do Norte, no Teatro Carlos Gomes (atual Teatro Alberto Maranhão), Ribeira, Natal - Década de 1950, dirigida pelo seu Presidente Theodorico Bezerra .....                                   | <b>165</b> |
| <b>FIGURAS 10<br/>E 11</b> | Os coronéis José Lúcio Ribeiro e Theodorico Bezerra - Década de 1950 .....                                                                                                                                                      | <b>169</b> |
| <b>FIGURA 12</b>           | Posse como Vice-Governador e Presidente da Assembleia Legislativa em Natal, 19 de janeiro de 1963 - Federal Theodorico Bezerra e o Deputado Estadual (vice-presidente da Assembleia Legislativa Potiguar) Garibaldi Alves ..... | <b>181</b> |
| <b>FIGURA 13</b>           | Inauguração da Rádio Trairi em Natal, no ano de 1962- Governador Aluizio Alves, Deputado Federal Theodorico Bezerra e o Senador (Ex-presidente) Juscelino Kubistchek .....                                                      | <b>182</b> |
| <b>FIGURA 14</b>           | O Prefeito José Matias de Araújo recepciona o Governador Tarcísio Maia e o Deputado Estadual Theodorico Bezerra – São José do Campestre - Década de 1960 .....                                                                  | <b>188</b> |

## LISTA DE TABELAS

|                 |                                                                                                      |            |
|-----------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>TABELA 1</b> | A população de Natal (1920-1960) x a maior capital do Brasil e Santa Cruz .....                      | <b>79</b>  |
| <b>TABELA 2</b> | Composição partidária da Câmara Federal (1945-1964) .....                                            | <b>140</b> |
| <b>TABELA 3</b> | Composição partidária (em número) da Câmara Federal pelo Rio Grande do Norte (1945-1965) .....       | <b>141</b> |
| <b>TABELA 4</b> | Composição partidária (em número) da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (1945-1965) ..... | <b>142</b> |
| <b>TABELA 5</b> | Composição partidária (em número) do Senado Federal pelo Rio Grande do Norte (1945-1965) .....       | <b>143</b> |

## LISTA DE QUADROS

|                 |                                                                                      |            |
|-----------------|--------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>QUADRO 1</b> | Presidentes do Estado na Primeira República - “facção Pedro Velho” (1892-1914) ..... | <b>41</b>  |
| <b>QUADRO 2</b> | Governadores do RN-1ª República - “Sistema do Seridó” (1914-1930) .....              | <b>46</b>  |
| <b>QUADRO 3</b> | Governo Provisório (Interventores) do Rio Grande do Norte (1930-1945) .....          | <b>51</b>  |
| <b>QUADRO 4</b> | Governadores do Rio G. do Norte na Experiência Democrática (1947-1964) .....         | <b>62</b>  |
| <b>QUADRO 5</b> | Presidentes do Brasil (1945-1964) .....                                              | <b>124</b> |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                        |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                | <b>18</b>  |
| <b>CAPÍTULO I</b>                                                                                                      |            |
| <b>THEODORICO BEZERRA NO CONTEXTO DA PRIMEIRA REPÚBLICA E ERA VARGAS: PARENTELAS, OLIGARQUIAS E PERMANÊNCIAS .....</b> | <b>40</b>  |
| <b>1.1 O RIO GRANDE DO NORTE: DA PRIMEIRA REPÚBLICA À EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA (1989-1964) .....</b>                    | <b>40</b>  |
| 1.1.1 Práticas coronelísticas no Rio Grande do Norte na Primeira República (1989-1930) .....                           | 40         |
| 1.1.2 A Era Vargas no Rio Grande do Norte (1930-1945): do declínio a ascensão da oligarquia potiguar .....             | 49         |
| 1.1.3 A Experiência Democrática (1945-1964) no Rio Grande do Norte .                                                   | 61         |
| <b>1.2 QUEM FOI THEODORICO BEZERRA .....</b>                                                                           | <b>64</b>  |
| <b>CAPÍTULO II</b>                                                                                                     |            |
| <b>O PODER SIMBÓLICO E A FAZENDA IRAPURU, PRESTÍGIO E PODER NO “MUNDO” DO MAJOR-CORONEL THEODORICO BEZERRA .....</b>   | <b>78</b>  |
| <b>2.1 DE SANTA CRUZ A NATAL: A MUDANÇA DE CIDADE E REALIZAÇÃO DE UM SONHO .....</b>                                   | <b>78</b>  |
| <b>2.2 DE COMERCIANTE A FAZENDEIRO E INDUSTRIAL .....</b>                                                              | <b>83</b>  |
| <b>2.3 O PODER DA FAMÍLIA: PATRIMÔNIO POLÍTICO E SOCIAL ...</b>                                                        | <b>87</b>  |
| <b>2.4 O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA FAZENDA IRAPURU .....</b>                                                              | <b>92</b>  |
| <b>2.5 A FAZENDA IRAPURU, UMA ILHA ECONÔMICA NO AGRESTE POTIGUAR .....</b>                                             | <b>97</b>  |
| 2.5.1 O algodão foi o motor econômico e de atração populacional .....                                                  | 98         |
| <b>2.6 AS “NOSSAS CONDIÇÕES” E O “ESTADO DE SÍTIO” CONSTANTE EM IRAPURU .....</b>                                      | <b>103</b> |
| <b>2.7 PODER E ENCANTAMENTO NO MUNDO PRIVADO DO MAJOR-CORONEL THEODORICO BEZERRA .....</b>                             | <b>109</b> |
| <b>2.8 OS SÍMBOLOS DO PODER E AS REPRESENTAÇÕES DE THEODORICO BEZERRA USADOS NA FAZENDA IRAPURU .....</b>              | <b>118</b> |

### **CAPÍTULO III**

|                                                                                                                                                |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>A ATUAÇÃO POLÍTICA DO MAJOR-CORONEL THEODORICO BEZERRA NO RIO GRANDE DO NORTE (1945-1964) .....</b>                                         | <b>124</b> |
| <b>3.1 O BRASIL DE 1945-1964: POLÍTICAS ECONÔMICA E SOCIAL .....</b>                                                                           | <b>124</b> |
| <b>3.2 O RIO GRANDE DO NORTE NO CONTEXTO DO BRASIL: DA DEMOCRATIZAÇÃO OU DA EXPERIÊNCIA DO NOVO (1945-1964) ....</b>                           | <b>138</b> |
| <b>3.3 OS PARTIDOS NO RIO GRANDE DO NORTE NA “EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA” (1945-1964) E O PAPEL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD) .....</b>     | <b>146</b> |
| <b>3.4 A HOTELARIA E/OU O GRANDE HOTEL EM NATAL COMO TRAMPOLIM SOCIAL DO MAJOR-CORONEL THEODORICO BEZERRA .....</b>                            | <b>152</b> |
| <b>3.5 A ATUAÇÃO POLITICA DE THEODORICO BEZERRA (1945-1965).</b>                                                                               | <b>156</b> |
| <b>3.5.1 Theodorico Bezerra nas eleições potiguares de 1945 e a influência familiar no cenário político estadual .....</b>                     | <b>156</b> |
| <b>3.5.2 A Primeira Campanha: a candidatura a Deputado Estadual em 1947 e as eleições municipais de 1948, o estabelecimento de um nome ...</b> | <b>159</b> |
| <b>3.5.3 As campanhas para Deputado Federal de Theodorico Bezerra nos anos de 1950, 1954 e 1958 .....</b>                                      | <b>163</b> |
| <b>3.5.4 A eleição para prefeito de São Tomé (1952) e Vice-Governador do estado (1962) .....</b>                                               | <b>171</b> |
| <b>3.5.5 O poder familiar e a eleição indireta para vice-governador .....</b>                                                                  | <b>177</b> |
| <b>3.5.6 Theodorico Bezerra, o Vice-Governador e Presidente da Assembleia Legislativa Potiguar .....</b>                                       | <b>182</b> |
| <b>3.5.7 Major-Coronel Theodorico Bezerra e outras atuações .....</b>                                                                          | <b>184</b> |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                                                              | <b>190</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                                                       | <b>193</b> |

## INTRODUÇÃO

Aos 12 dias do mês de dezembro de 1948, a cidade de Santa Cruz/RN estava em festa por receber a visita do governador José Varela, vice-presidente do Partido Social Democrático (PSD) no Estado do Rio Grande do Norte, além de outras autoridades estaduais e membros do diretório daquela agremiação, que foram prestigiar as posses dos correligionários Jácio Fiúza e Raul Bastos, prefeito e vice-prefeito, respectivamente. Naquele dia, houve um grande estourar de foguetões, banda de música, muitas bebidas e discursos vibrantes, em que o partido do Major-Coronel<sup>1</sup> Theodorico Bezerra estava cada vez mais fortalecido em sua terra natal. Jácio Luiz Bezerra Fiúza, seu sobrinho, despontava para fortalecer ainda mais a grande liderança do tio, como maior chefe do Partido Social Democrático no Trairi<sup>2</sup>.

A disputa do pleito de 21 de março de 1948 ocorreu entre os primos Jácio Fiúza (PSD) (neto de Dona Anna Bezerra) e Antônio Ferreira de Souza, da União Democrática Nacional (UDN) (filho do Coronel Ezequiel Mergelino de Souza), este último irmão do Senador José Ferreira de Souza, Gentil Ferreira de Souza e Odorico Ferreira de Souza (UDN), grandes lideranças políticas locais. Os Ferreira de Souza tinham maior tradição política que os Bezerra; porém, essa história começou a mudar a partir da atuação de Theodorico Bezerra, e ali estava a prova. A festa, a qual se comemorava, mostrava a ascensão da família Bezerra na política de Santa Cruz e potiguar.

Todavia, naquele dia, após as festividades, ainda a caminho de Natal, no Distrito de Riacho, atual município de Tangará, a comitiva governamental recebe a notícia do falecimento do Senador João Severino da Câmara (vítima de um ataque cardíaco)<sup>3</sup>, presidente

---

<sup>1</sup> Esta palavra composta, Major-Coronel, de certo modo serviu para classificar o poder e a autoridade exercida por Theodorico Bezerra, que não dispunha de nenhuma destas patentes das Forças Armadas brasileiras, mas era considerado como tal pelos seus contemporâneos, haja vista suas práticas. E tanto um como o outro título o identificavam. Assim, “Theodorico Bezerra era coronel por suas práticas e Major por legitimação popular” (SILVA, M. A., 2010, p. 51). Contudo, ele não aceitava ser chamado de “Coronel”, e sim Major/Majó. Acredito que a negação dele em receber o título de “coronel” deve-se ao respeito que ele tinha a Ezequiel Mergelino de Souza, seu tio e irmão de sua mãe, Dona Anna Bezerra, que era conhecido como “Coronel Ezequiel” (CONFESSOR, 2006, p. 20.).

<sup>2</sup> Região intermediária entre o Agreste e o Sertão. Ou pode-se dizer que é um território e/ou microrregião norte-rio-grandense que compreende uma área de 3.090 Km<sup>2</sup> e tem uma circunscrição territorial composta por 15 municípios: Boa Saúde, Campo Redondo, Coronel Ezequiel, Jaçanã, Japi, Lajes Pintadas, Monte das Gameleiras, Santa Cruz, São Bento do Trairi, São José de Campestre, Serra Caiada, Serra de São Bento, Sítio Novo, Passa e Fica e Tangará. Tem como cidade polo Santa Cruz, distante a 111km de Natal, capital do Rio Grande do Norte.

<sup>3</sup> Cf. DIÁRIO DE NATAL, Natal, p. 1, 13 dez. 1948.

estadual do Partido Social Democrata (PSD) do Rio Grande do Norte. Ele, que era pretensão candidato ao governo do Estado pelo PSD e talvez concorrente único à chefia estadual.

A morte do Senador João Câmara foi um golpe para o partido em âmbito regional, por seu nome ser bem aceito pelos grupos políticos locais, entre eles as hostes da UDN potiguar. Ele figurava como elo para agrupar as grandes facções políticas dominantes no Estado. E isto fez com que se discutisse uma possível composição entre o PSD e a UDN no Rio Grande do Norte para as eleições 1950, a ponto de esse debate ocorrer não apenas nas terras potiguares, mas também nos diretórios nacionais das referidas agremiações. Todavia, essa perda para o partido deixou uma lacuna que precisava ser preenchida: quem iria ocupar o lugar de João Câmara? Quem seria seu sucessor? Quem guiaria os rumos do maior grupo político do Rio Grande do Norte? Essas e outras indagações eram feitas pelos membros do PSD e outros chefes políticos do Estado.

No dia 28 de dezembro de 1948, os membros da executiva do Partido Social Democrático no Rio Grande do Norte, sob a presidência do governador José Varela<sup>4</sup>, reuniram-se, e o principal assunto da pauta era a escolha do novo presidente estadual do Partido. Contudo, não se sabia se essa sessão era apenas para ratificar um nome já escolhido pelos elementos que compunham o diretório estadual ou se realmente haveria uma disputa interna para ocupar a direção da maior facção partidária potiguar.

Abertos os trabalhos da 41ª Sessão da Comissão Executiva estadual do PSD, José Varela prestou homenagem à memória de João Câmara e, em seguida, o senador Georgino Avelino discursou sobre o amigo aos pares da agremiação estadual. Assim, depois das falas, houve o momento para se debater a escolha do novo dirigente do partido, até que foi dada a palavra aos presentes. O senador Georgino Avelino se valeu do momento e indicou para a presidência do diretório estadual o governador José Varela, aceito por unanimidade dos membros presentes e ovacionado naquele momento por todos. Ele agradeceu pela confiança. Contudo, não aceitou o cargo e indicou em seu lugar o nome do deputado estadual Theodorico Bezerra, que de início relutou em aceitar, mas, após os aplausos e argumentos dos presentes, principalmente Arnaldo Simonetti, aceitou o comando do diretório estadual do PSD nas terras potiguares.

Antes de contar a história política do Major-Coronel Theodorico Bezerra à frente do Partido Social Democrático (PSD) no Rio Grande do Norte entre os anos de 1949-1965, quando esteve na presidência da referida legenda, faz-se necessário entender o campo de pesquisa

---

<sup>4</sup> Era o vice-presidente do diretório estadual do PSD. Após a morte de João Severino da Câmara, aos 12 de dezembro de 1948, assumiu a presidência do Partido; porém, não teve interesse em permanecer no cargo.

aqui desenvolvido para perceber o objeto desta análise, denominado: *O HOMEM E O PODER: A Trajetória de Vida e a Atuação Política do Major-Coronel Theodorico Bezerra- Tangará/RN (1903-1965)*.

Vejo a necessidade de demonstrar como o Sr. Theodorico Bezerra fez política em sua Fazenda Irapuru em Tangará/RN, no Grande Hotel, em Natal/RN e nas hostes do Partido Social Democrático (PSD), Secção Rio Grande do Norte, bem como sua atuação política na região Agreste e em todo o território do Rio Grande do Norte. Para tanto, contarei como surgiu tal objeto de pesquisa.

Em 2004, quando ingressei no curso de licenciatura em História - Campus III - UEPB, localizado em Guarabira/PB, e ao cursar as disciplinas de Métodos e Técnicas da Pesquisa Histórica e Teoria da História, ministradas pelos professores Doutores Ruston Lemos de Barros e Elisa Mariana, pude perceber que necessitava estudar algo que se relacionasse com a cidade onde residia (proposta da UEPB do Campus III, para que os alunos fizessem a história de suas cidades), que existissem fontes acessíveis e um orientador para a pesquisa. Além do mais, quando estudei História do Brasil, principalmente dos séculos XIX e XX, identifiquei que as práticas de mandonismo<sup>5</sup>, clientelismo<sup>6</sup> e coronelismo<sup>7</sup> dos políticos de outrora ainda eram uma realidade no município de São José do Campestre<sup>8</sup> e região Agreste potiguar.

---

<sup>5</sup> O mandonismo é uma forma de domínio contrária ao clientelismo, que ocorre por meio do mando de uma pessoa em locais mais isolados. Nesse tipo de relação, o sujeito conhecido popularmente como “mandão” tem autoridade pessoal e arbitrária sobre as pessoas à sua volta. Segundo José Murilo de Carvalho (1997), “O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional”, que existe desde a colonização do Brasil e chega aos dias atuais. Todavia, perde força frente ao clientelismo, que cresce cada vez mais. Ou seja, a figura do mandão dá lugar à do benfeitor, que, ao invés de mandar, concede benefícios. Assim, o mandão vem a perder sua autoridade à medida que o cidadão passa a conhecer e usufruir de seus direitos, por meio do acesso ao mercado de trabalho, à informação e à política.

<sup>6</sup> O clientelismo, no Brasil, pode ser entendido como a concessão de favores, geralmente outorgados pelos ricos, a sujeito e/ou comunidades mais carentes em troca de lealdade política ou pessoal daquele que recebe (bens materiais, empregos, proteção). Quem oferece estes benefícios via de regra tem o poder econômico, político e/ou social, construído, na maioria das vezes, a partir de redes de clientelismo (ou seja, a prática de conceder ou buscar favores com muitas pessoas e/ou de uma delas), que, segundo Richard Graham (1997, p. 15-22), já era uma realidade do Brasil do Século XIX. Saliento que essa prática é uma realidade da política brasileira atual.

<sup>7</sup> Coronelismo é um conceito amplamente discutido na literatura política brasileira, a qual apresenta basicamente dois pensamentos dominantes: o primeiro corresponde àqueles que o entendem como um sistema político datado da Primeira República (1889-1930) - Victor Nunes Leal (1997 [1948]) e José Murilo de Carvalho (1997 -), o qual não existiu antes ou depois dela. O segundo são aqueles que o compreendem como um conjunto de práticas políticas que perpassaram a década de 1930 - Vilça; Albuquerque (2003), Queiroz (1975), Janotti (1981, 1997) -, metamorfosearam-se e chegaram aos dias atuais como uma realidade na política brasileira, as quais são percebidas em maior ou menor intensidade a depender da presença ou ausência do Estado no âmbito de dominação do coronel ou chefe político.

<sup>8</sup> Campestre ou São José do Campestre é um município brasileiro localizado na região do Agreste do Rio Grande do Norte, distante a 106 km de Natal e a cerca de 20 km da cidade de Tacima/PB. Foi criado aos 23 de dezembro de 1948 pela Lei Estadual n. 146, de autoria do deputado Estadual Theodorico Bezerra. IBGE cidades.

Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedonorte/saojosedocampestre.pdf>>.

Quando criança, ouvia das pessoas mais idosas que moram nessa cidade as histórias de um homem chamado “coroné Teodorico Bezerra”/“majó Teodorico Bezerra”, e pelo que diziam era um verdadeiro protótipo de coronel da literatura coronelista, estilo clássico<sup>9</sup>. Após a definição do objeto de estudo para a monografia, houve uma identificação com as temáticas políticas. Logo, a curiosidade despertou o interesse de saber quem era aquele homem. Pude perceber que ele se apresentava como uma verdadeira personificação da maioria dos coronéis clássicos descritos na literatura do gênero no país - D. Ana Jânsen Pereira maranhense, no Piauí (JANOTTI, 1981); padre Cícero Romão Batista, no Juazeiro do Norte, Ceará (FACÓ, 1991, p. 23, 169-1970; PONTES, 1970, p. 115, MEDEIROS, 1989, p. 32-34); Cônego João Lima ou Padre João da cidade de Boa Vista, em Goiás (PALACIN, 1990, p. 05); Chico Romão, Chico Heráclio, José Abílio e Veremundo Soares, em Pernambuco (VILAÇA; ALBUQUERQUE, 2003) -, pois ele agregava várias características dos políticos tradicionais dos séculos XIX e XX, pela forma de fazer política e dominar pessoas.

Assim, passei a buscar informações sobre o senhor Theodorico Bezerra, que nasceu em 23 de julho de 1903, em Santa Cruz/RN<sup>10</sup>, e vi que ele era filho de famílias tradicionais na política, nas duas linhagens: os Bezerra (paterna) atuavam politicamente na região Agreste (Santa Cruz e cidades circunvizinhas). Eles ocuparam cargos de intendentess<sup>11</sup>, depois vereadores e prefeitos; e os Ferreira de Souza (materna) constituíam a parte da família que foi mais longe. Elegeram-se para cargos de Deputados Estaduais, Deputados Federais e Senadores. Para levantar dados, verifiquei que havia alguns vídeos e trabalhos escritos sobre ele, o que poderia facilitar a pesquisa.

---

Acesso em: 13 ago. 2015.

<sup>9</sup> Protótipo é um modelo e/ou padrão. No caso dos coronéis do coronelismo clássico descrito na literatura do gênero, pode-se entender “o coronel modelo clássico” como aquele sujeito que carregava uma carga simbólica de atos, atitudes e ações que o definiam como agente do coronelismo, como, por exemplo, a autoridade e a forma incontestável de dominar. Do outro lado, o favoritismo, o clientelismo, as benesses, o empreguismo, a compra de votos, a barganha dos cargos públicos de livre nomeação para compadres, membros do séquito/parentela e dos compromissos políticos são algumas características de um coronel estilo clássico.

<sup>10</sup> Santa Cruz é um município brasileiro localizado na região do Agreste do Rio Grande do Norte, distante a 122 km de Natal e a cerca de 32km de Cuité/PB. Foi criado pela Lei n. 777, de 11 de novembro de 1876, desmembrado de São José de Mipibu. Todavia, só ganhou status de cidade em 1914 (CASCUDO, 1968, p. 240-241) e IBGE cidades.

Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedonorte/santacruz.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

<sup>11</sup> Os intendentess eram figuras administrativas que surgiram com as Intendências, criadas pela Lei n. 85, de 20 de setembro de 1892. Elas eram órgãos municipais, verdadeiros conselhos, como as câmaras de vereadores atuais. Eram compostas por cinco “cidadãos distintos”, eleitos pela comunidade. Assim, para ficar mais claro o que era uma Intendência, basta comparar o cargo de intendente com o de vereador nos dias atuais e a presidência do referido órgão ao de prefeito de hoje. As Intendências foram substituídas pelas Câmaras e prefeituras municipais após a Revolução de 1930. Para mais informações, ver a Lei de Criação do Conselho de Intendência Municipal do Distrito Federal, primeira legislação do gênero no país, que se entendeu por toda a nação (SILVA, L. R., 2004, p. 80) e visita ao site: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-85-20-setembro-1892-541262-publicacaooriginal-44822-pl.html>>: Acesso em: 16 out. 2015.

Theodorico estudava na única escola particular da capital do estado, pertencente aos padres da Igreja Católica. Seu pai, José Pedro Bezerra, foi Intendente na cidade de Santa Cruz nos anos de 1892-1895, e seus familiares tinham tradição política na região de Santa Cruz/RN, pelo que se vê na obra do seu biógrafo, Lauro Bezerra<sup>12</sup>, de modo que ele é exposto como pessoa adequada a sucedê-los.

Mostra-se perceptível que o livro *Majó Theodorico Bezerra, o imperador do Sertão* (BEZERRA, L. G., 1982) foi produzido para legitimar a posição política do biografado, a partir da sua origem e suas raízes familiares, identificando-o com os políticos tradicionais da região Agreste do Rio Grande do Norte.

Logo, vê-se que o autor desta obra ocupava um lugar social de produção do discurso. Como sobrinho e secretário particular do Major-Coronel, Lauro Bezerra (1982) fazia parte de uma classe social privilegiada no período da publicação do *mesmo*, como ressaltou Michel de Certeau (2002, p. 59): “A articulação da história com um lugar é a condição de uma análise da sociedade”. Ou seja, para entender-se uma obra, faz-se necessário compreender onde, quando e por quem foi escrita.

Quem escreve pela primeira vez, por exemplo, para ter seu trabalho legitimado e reconhecido mais rapidamente pela sociedade, tem que ter “[...] um lugar particular numa redistribuição do espaço social” (CERTEAU, 2002, p. 60), uma posição de destaque no meio onde vive, ou dificilmente sua obra será reconhecida.

Quando escreveu a biografia do tio, Lauro Bezerra (1982) buscou legitimar a atuação política de Theodorico Bezerra para a sociedade do período. Assim, pergunta-se: será que a origem social de um homem pode legitimá-lo como um líder político? Ou são suas habilidades para compor grupos, desenvolver atividades sociais e/ou trabalhos voltados para a comunidade na qual está inserido é o mais importante para uma liderança? A prática brasileira de a política ser uma herança familiar é normativa para a sociedade/povo? Refletir sobre essas e outras questões primordiais para entender a política brasileira do primeiro quartel do século XXI é o que pretende este trabalho.

Nessa dissertação, vê-se que os discursos do Major-Coronel e daqueles que se produziram sobre ele foram muito importantes para fabricar-se e fixar-se uma imagem social, coletiva e histórica dele (CERTEAU, 2002, p. 63-64), a qual foi construída e reconstruída, a

---

<sup>12</sup> Lauro Gonçalves Bezerra, sobrinho e secretário particular de Theodorico Bezerra, teve acesso a documentos de cunho público e privado (de propriedade da família Bezerra). Escreveu e publicou, em 1982, *Majó Theodorico Bezerra, o imperador do Sertão*. Tornou-se, assim, o primeiro biógrafo autorizado e legitimado do velho Major, a ponto de Luiz da Câmara Cascudo, referindo-se a ele ao tratar do Major-Coronel, dizer que Lauro Bezerra era “o seu biógrafo legítimo” (BEZERRA, L. G., 1982, p. 09).

partir do dito e do não-tido, das falas e dos silêncios, da presença e das ausências do Sr. Theodorico Bezerra, que ocupava um lugar ou o não-lugar, e assim construiu-se um personagem contraditório, entre o mítico e o folclórico.

Assim, na verdade, o que é utilizado por Lauro Gonçalves Bezerra (1982) é a herança simbólica das duas famílias de que Theodorico Bezerra era membro - como pilares tradicionais na política norte-rio-grandense, que vem do final do Segundo Reinado (1840-1889), idos da década de 1880, passa pela Primeira República (1889-1930), Era Vargas (1930-1945) e permanece nos meandros do poder na chamada “Experiência Democrática”<sup>13</sup> (1945-1964), quando o Major-Coronel se elegeu Deputado Estadual pela primeira vez (1947) -para legitimar sua obra e a história de vida de seu tio.

Depois de um processo de pesquisa, tive como resultado a monografia de graduação intitulada *Coronelismo e permanências nas práticas políticas do Major Theodorico Bezerra e suas histórias -1948-1965*<sup>14</sup>. O trabalho, concluído em 2009 na Universidade Estadual da Paraíba - Campus III – Guarabira/PB, possibilitou o acesso a documentos escritos, fotográficos, vídeos e entrevistas, os quais continham muitas informações sobre Theodorico e a Fazenda Irapuru que até agora não foram estudados.

As problemáticas encontradas na monografia (SILVA, M. A., 2010) foram apresentadas no Projeto de Pesquisa, em que se constataram poucos trabalhos sobre os chefes políticos locais no Rio Grande do Norte e a carência de um estudo específico para mostrar como o dono de uma fazenda, em plena segunda metade do século XX, firmou-se como “rei” na sua propriedade e como político que se metamorfoseou para permanecer como liderança dentro do Estado por quase quatro décadas (1947-1982).

<sup>13</sup> A expressão “Experiência Democrática”, aqui é colocada entre parênteses por ser um termo que não é consagrado na historiografia, porém ele vai ser usado nessa dissertação para referenciar o período que vai de 1945-1964, no qual os presidentes foram eleitos pelo voto popular. Salienta-se que nas outras vezes que aparecer o período enfocado, o mesmo não virá com parêntese.

<sup>14</sup> Vale salientar que, além da monografia de graduação, tenho outras publicações sobre Theodorico e a Fazenda Irapuru/Tangará/RN: (01) SILVA, M. A. Resquícios do coronelismo tardio no Rio Grande do Norte, na segunda metade do Século XX: a construção da Fazenda Irapuru como mundo particular do coronel Theodorico Bezerra (1970-1990). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27, 2013, Natal. Conhecimento histórico e diálogo social. **Anais...** Natal, RN: UFRN. p. 1-12. 1 CD-ROM; (02) SILVA, M. A. História e memória da precisão do major Theodorico Bezerra, no ano de 1969, pelo regime civil militar (1964-1985). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH/RN: LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS, 6, 2014a, Assú. **Anais...** Assú, RN: UFRN. v. 1. p. 64-65. 1 CD-ROM; (03) SILVA, M. A. História e memória da atuação política do Major Theodorico Bezerra no Rio Grande do Norte (1949-1965). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: PODER, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: 50 ANOS DO GOLPE DE 1964, 16, 2014b, João Pessoa. **Caderno de Resumos...** João Pessoa, PB: A União. v. 1. p. 45-45. 1 CD-ROM e (04) SILVA, M. A.; SOUSA, B. H. A construção dos lugares de memória do Major-Coronel Theodorico Bezerra (1949-1965). In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UFC: CULTURA POLÍTICA, AUTORITARISMOS E DITADURAS, 11, 2014, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, CE: UFC. v. 1. p. 55-56. 1 CD-ROM.

O objetivo inicial deste trabalho era fazer uma análise da ação política do Major-Coronel Theodorico Bezerra no Rio Grande do Norte, entre os anos de 1949-1965 (momento no qual ele foi presidente do Partido Social Democrático - PSD no Estado), para compreender quais eram as práticas e o modo de atuação empregada por ele nas terras potiguares. Todavia, no decorrer da pesquisa e aprofundamento das fontes, a pesquisa recuou muito no seu recorte temporal, que analisou o contexto em que nasceu o Major-Coronel Theodorico Bezerra (1903) até um pouco antes<sup>15</sup> e chega a 1965, quando foram extintos os partidos políticos no Brasil.

Assim, o título desta dissertação passou a ser: “O HOMEM E O PODER: A Trajetória de Vida e a Atuação Política do Major-Coronel Theodorico Bezerra - de Santa Cruz a Tangará/RN (1903-1965)”. Na qual, passou-se a buscar entender as práticas de mando, intimidação e personalismo característicos da Cultura Política<sup>16</sup> brasileira do século XIX e início do século XX, empregadas no Rio Grande do Norte (1889-1965) e na Fazenda Irapuru<sup>17</sup> em Tangará/RN<sup>18</sup> (1944-1965).

A proeminência política de Theodorico Bezerra na cidade de Santa Cruz, no Agreste Potiguar, a partir das décadas de 1940 e 1950, expõe um conjunto de ações da “história local”, que refletem o poder político das famílias no Brasil e mostra essa realidade social do país, tão sentidas por aqueles que viviam nessa região do Estado na ocasião. Desse modo, este trabalho se justifica, entre outras razões, por haver poucos estudos sobre política local que exponham o poder e a influência dos coronéis e/ou das parentelas/famílias políticas e suas zonas de autoridade e/ou a atuação de um coronel do algodão no Rio Grande do Norte na segunda metade do século XX.

Muito se tem escrito sobre política local, o poder e a influência dos coronéis e/ou das parentelas/famílias políticas e suas zonas de autoridade no Nordeste e outras regiões do Brasil. Todavia, a maioria dos trabalhos, entre eles os clássicos do coronelismo (LEAL, 1997; VILAÇA; ALBUQUERQUE, 2003; JANOTTI, 1981, 1997; DANTAS, 1983; FÉLIX, 1987; CARVALHO, 1997) não discutem as Culturas Políticas criadas e/ou empregadas por estes

<sup>15</sup> O contexto do domínio da família dos Albuquerque Maranhão (1889-1914), que teve como seu principal líder Pedro Velho d’ Albuquerque Maranhão.

<sup>16</sup> O referido termo será tratado mais adiante. Quando se for analisar das Histórias: Política e Cultural discutir-se-á sobre o conceito de Culturas Políticas.

<sup>17</sup> A Fazenda Irapuru tinha (tem) a sede localizada em Tangará/RN. Porém, sua extensão na década de 1970, 144 km², ocupava ainda os territórios dos municípios de São José do Campestre/RN e Santa Cruz/RN, onde na época moravam mais de 3.000 pessoas, que também eram eleitoras e que, de certa forma, eram responsáveis pelo processo de multiplicação dos votos do major, pois cada um votava em vários locais diferentes na mesma pessoa: Theodorico Bezerra (CONFESSOR, 2006).

<sup>18</sup> É um município brasileiro localizado na região do Agreste do Rio Grande do Norte, distante a 82 km de Natal. Foi criado em 31 de dezembro de 1958, pela Lei Estadual, n. 2.336. IBGE cidades. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedonorte/tangara.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

chefes políticos locais e/ou regionais, muitos dos quais cunharam suas próprias regras e/ou normas, instituíram ou redefiniram tradições<sup>19</sup>. As tradições, que podem ser inventadas, para Eric Hobsbawm e Terence Rangel (2008), e servem para legitimar o poder daqueles que as idealizaram e/ou as instituíram, as quais aparecem como uma constante na realidade política brasileira.

Assim, ao estudar a atuação política de Theodorico Bezerra e compreendê-la a partir de práticas associadas aos costumes políticos brasileiros, os quais são parte de uma cultura histórica plural (familiar, oligarca, mandonista, coronelista, clientelista, personalista), pude perceber o contexto político em que o velho patriarca viveu, tendo em vista que o analisei a partir dos métodos coronelistas e/ou outros empregados por ele. Esse conjunto de práticas - mandonismo, clientelismo, personalismo e outros métodos - são elementos da cultura política brasileira e servirão para analisar a ação política do Major-Coronel (LEAL, 1997).

A Nova História Política possibilita estudar o personagem aqui analisado como um verdadeiro protótipo de coronel (expressão descrita/explicitada anteriormente), conforme a literatura do gênero,<sup>20</sup> que apresentava relações de poder nos níveis local, estadual e federal, as quais estavam assentadas no poder das famílias e das práticas de mando, paternalistas e clientelistas que caracterizavam Major-Coronel Theodorico Bezerra como um “coronel” do estilo coronelista pelos métodos empregados.

Não se pode esquecer que o Sr. Theodorico Bezerra era conhecido como “majó” ou “Major” Theodorico Bezerra. Tal termo, no espaço e época em que ele vivia, era sinônimo de mando ou autoridade, tal qual a palavra coronel.

O termo coronel remonta ao surgimento da patente de coronel da Guarda Nacional, criada na década de 1830, na época da regência, pelo Padre Diogo Antônio Feijó. Nesse período, passou-se a distribuir patentes a pessoas que detivessem expressiva liderança política, econômica e de mando. Esse método de distribuição de cartas patentes perdurou até a

<sup>19</sup> Nela, discutem-se os costumes, rotinas e as tradições. Estas últimas podem surgir espontaneamente, ser inventadas e/ou institucionalizadas por elites para legitimar seus discursos. “Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (HOBSBAWM; RANGEL, 2008, p. 09). As tradições são utilizadas para organizar os grupos sociais, legitimando-os pelo passado para se ligarem ao presente e, por meio delas, estabelecerem-se ordens sociais.

<sup>20</sup> Literatura histórica política brasileira e regional (que trata dos coronéis e do coronelismo) mostra que o chefe político deve ter autoridade incontestável, personalidade forte e poder de encantar as pessoas de seu círculo de influência. Ademais, pode-se perceber o favoritismo e as benesses: cestas básicas, dinheiro, empregos e cargos públicos de livre nomeação a membros da parentela são atributos dos homens que são chamados de Coronéis, os quais foram nomeados pela Guarda Nacional ou pela legitimação social. Pelo poder econômico, político ou social, eles detinham autoridade sobre cidades ou um conjunto delas, Províncias/Estados ou regiões (LEAL, 1997; BLONDEL, 1994; VILAÇA; ALBUQUERQUE, 2003; JANOTTI, 1981, 1997; DANTAS, 1983; FÉLIX, 1987; LEWIN, 1993, GURJÃO, 1994. CARVALHO, 1997).

“Revolução” de 1930, quando foi extinta a referida instituição. Na verdade, o Estado não conseguia cumprir sozinho as suas obrigações sem recorrer a particulares. Isto explica a constituição da Guarda Nacional e o estabelecimento das patentes de oficiais, entre as quais a de coronel (LEAL, 1997).

Contudo, o termo coronelismo (pode ser entendido como resultado dos métodos e práticas políticas dos coronéis), nasceu na década de 1940, criado por Victor Nunes Leal (1997). Tal expressão serviu para designar um conjunto de ações que passaram a ser oficializadas no II Reinado (1840-1889) e que se consagraram como sistema político, social e econômico apenas na Primeira República (1889-1930). Em um momento em que o poder privado em declínio precisou do público, o coronelismo se fortaleceu e o Estado ganhou espaço frente ao poder privado dos senhores de terras. Assim, para tentar adequá-lo à alcunha pela qual era conhecido, pode-se utilizar a expressão Major-Coronel, exposta/descrita supra, para apontá-lo como figura *sui generis* no período.

Ademais, ao buscar investigar a literatura sobre o coronelismo, descobri que havia pontos de vista distintos entre autores que discutem tal temática, pois, para José Murilo de Carvalho (1997), baseado nos estudos de Victor Nunes Leal (1997), a estrutura política coronelista foi datada de um período: a Primeira República (1889-1930). Segundo ele, tal sistema político não existiu antes ou depois daquele momento histórico, como criação da Primeira República (1889-1930), período no qual o coronelismo nasceu e morreu com ela.

Pensar o coronelismo como datado da Primeira República, inviabilizaria muitos estudos da atuação de alguns sujeitos tidos como coronéis, por exemplo, a figura do Major-Coronel Theodorico Bezerra ficaria inviável ser analisada, pois a atuação política dele se deu depois da Primeira República. De igual modo, pensar o coronelismo apenas nas visões de Leal (1997) e Carvalho (1997) é ficar na mesmice ou repetição, sem discussão ou novas visões e perspectivas. Por isso, passa-se a refletir sobre o sistema coronelista além da Primeira República, que desapareceu como instituição. Porém, suas práticas e características, que tiveram raízes antes dessa fase (1889-1930), ultrapassaram-na e aparecem como uma realidade política brasileira nos dias atuais.

O conceito de coronelismo foi desenvolvido por Victor Nunes Leal, que o consagrou no meio acadêmico. Para ele, “[...] ‘coronelismo’: é um sistema político dominado por uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido” (LEAL, 1997, p. 276), cuja base de sustentação na estrutura agrária do país decorreu da “[...] superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada” (LEAL, 1997, p. 40). E ainda, expõe que o poder do coronel aumenta ou

diminui a partir da competência que tinha de levar progresso ao distrito ou município via construção ou reestruturação de escolas, estradas, postos de saúde, campo de futebol etc., além da capacidade de fazer favores individual ou coletivamente. Essas práticas foram os alicerces de sustentação do coronelismo, que, juntamente com a autoridade de mando e o governismo, faziam-nos parecer benevolentes, bons e poderosos.

Contudo, ao analisar outros autores (LEAL, 1997; CARVALHO, 1997; VILAÇA; ALBUQUERQUE, 2003; PONTES, 1970; QUEIROZ, 1975; JANOTTI, 1981; 1997; DANTAS, 1983; FÉLIX, 1987; PALACIN, 1990), que tratam da temática do coronelismo, expõe de modo geral que o coronel aparece como agente que se adapta às transformações para permanecer como sujeito capaz de unir interesses diversos, os quais são espreque (base/apoio) para fundamentar a inserção do Major-Coronel Theodorico Bezerra como agente político com as características de um coronel de patente (carta patente da Guarda Nacional), mesmo sem tê-la e fora do contexto da Primeira República.

Destarte, devem-se compreender as ações dos coronéis como parte de um conjunto mais amplo e geral, pois o coronelismo enquanto aglomerado de práticas políticas que ocorria/ocorre em todo o território nacional é elemento que fazia/faz parte da política brasileira, elo de sustentação e manutenção do poder de políticos tradicionais que se utilizavam/utilizam de relações de violência e conflitos, as quais se perpetuaram/perpetuam nas esferas local, regional e nacional como parte da Cultura Política brasileira.

Na verdade, o que se pode perceber é que os artifícios usados pelos antigos agentes do poder coronelista continuam a existir, principalmente nos locais mais carentes, onde o processo de urbanização e de desenvolvimento econômico não conseguiu se estabelecer de forma consistente, em adição à ausência de políticas públicas e à presença de agentes governamentais, como, por exemplo, no Norte e Nordeste. Os métodos do coronelismo são uma realidade contemporânea ainda existente como poder paralelo ao Estado<sup>21</sup> nacional.

Sendo assim, pode-se entender que o coronelismo se aproveitou, por um lado, de práticas como o mando, violência, opressão, crueldade, injustiça, perseguição, medo e penalização, e, por outro, do favoritismo, clientelismo, benesses, empreguismo, compra de votos, barganha, como também de cargos públicos e livre nomeação para compadres, membros do séquito/parentela e dos compromissos políticos do coronel (LEAL, 1997). O

---

<sup>21</sup> A expressão “poder paralelo ao Estado” pode ser entendida como aquele poder exercido por algum sujeito ou grupo que dominada determinado bairro, cidade ou conjunto de municípios; e para isso usar o poder econômico, físico ou político, mesmo às “margens da lei” e/ou ao “arrepio da lei”, para manter-se no poder. Salienta-se que os órgãos ou instituições governamentais sabem da existência desses desmandos e de certa forma fazem vista grossa porque, de uma forma ou outra, essas pessoas ou grupos mantêm uma ordem social que o Estado não conseguiu por ausência ou carência de organização administrativa.

poder local, estadual, regional e nacional, as práticas coronelísticas se estenderam no Brasil de Norte a Sul. Cada região tem sua especificidade e suas características gerais.

Ao analisar as características e as práticas dos coronéis, descritas acima, vê-se que elas são semelhantes a muitos atos do Major-Coronel Theodorico Bezerra, os quais o credenciavam como intermediário do governo (estadual e federal) nos municípios da Região Agreste Potiguar e outras cidades que estavam sob sua influência política, em período posterior à República Velha (1889-1930).

Por tudo o que foi exposto até este ponto, vê-se que surgiu uma memória ou várias memórias<sup>22</sup> do Major-Coronel Theodorico Bezerra. Cada qual deve ter esboço no tempo e espaço, individual x coletivo: uma apoia-se na outra, e uma memória individual não pode ser isolada de pontos de referência externos ao sujeito ou a memória coletiva não existe sem referenciar-se à individual, e vice-versa. Logo, para entendê-lo, ou suas memórias, deve-se verificar as lembranças ou fragmentos das memórias, dos indivíduos que o conheciam para compreender como se deu a formação de uma memória coletiva sobre ele.

As memórias individuais que existiam sobre o Major-Coronel Theodorico Bezerra foram transformadas em (uma) memória coletiva, legitimada pelos poderes econômico e simbólico, que ele detinha como resultado dos lugares sociais que ocupava: empresário, fazendeiro/latifundiário e político de família tradicional (capital simbólico).

O “Poder Simbólico” pode ser entendido como

Uma espécie de círculo cujo centro está em toda a parte e em parte alguma – é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 2010, p. 07-08).

O poder simbólico foi uma expressão criada por Pierre Bourdieu (2010) para caracterizar a força invisível, legitimada pelo capital financeiro ou pelo nome da família, brasões, títulos, hierarquias, liderança, posição social, emprego/função que leva os

---

<sup>22</sup> As memórias podem ser entendidas como um conjunto de fragmentos abstratos de lembranças vividas ou aprendidas, da vida de um sujeito ou grupo, que construíram uma representação do passado. A memória é vulnerável à realidade e influências externas, haja vista ela pertencer a grupos vivos, que podem mudar. Por isso, ela está em constante evolução, carregada de lembranças particulares, públicas, simbólicas ou impregnada de significados para o grupo que agrega. Ela é espontânea e absoluta, mas é frágil e sofre a “dialética da lembrança e do esquecimento”. Para debater sobre memória, utilizei Maurice Halbwachs (1990), Ecleia Bosi (1997), Michael Pollak (1989), Pierre Nora (1993), Jaques Le Goff (2003) e outros.

subordinados a identificar aquele que detém tal faculdade como sujeito capaz de realizar algo por meio da autoridade política, social, instrucional ou grau de instrução de que dispõe.

Assim, todo detentor do poder simbólico cria, influencia e transforma as ideias e acontecimentos por meio da invenção, reformulação e transmissão de símbolos ou formas simbólicas, que impõem signos e significados que são, de certa forma, legitimados por periódicos (jornais, revistas, editoras), emissoras de rádio e TV, cinema e atualmente por redes sociais (Facebook, Instagram, WhatsApp, Blogs, Sites), e outros meios que produzem e transmitem pensamentos e ideologias, que se tornam um capital simbólico distinto de outras formas de capital, pelo seu modo de transmissão.

Nesta dissertação, o capital simbólico pode ser percebido ou reconhecido como uma herança herdada dos familiares do jovem Theodorico Bezerra (os Ferreira de Souza e os Bezerra), que, além do legado econômico e político, tinham um sobrenome reconhecido pela sociedade potiguar.

Theodorico Bezerra, a partir do nome que tinha, quando comprou a Fazenda Caiçara e a transformou no Império de Irapuru, passou a produzir seus próprios símbolos de poder, porque foi nela ou pela sua influência que ele passou a ser reconhecido como Major, Coronel, “Majó”, “Coroné” e/ou Major-Coronel Theodorico Bezerra.

O modo particular de funcionamento da propriedade, bem como as ideias e simbolismos em torno dela foram essenciais para tornar-se centro de conexão social. Conseguiu integrar os moradores daquela propriedade, das fazendas e cidades circunvizinhas a ideologia do mundo do trabalho, que ali passou a existir. A vivência cotidiana dos moradores e frequentadores da Fazenda Irapuru frente às relações de trabalho e os discursos do Major-Coronel passaram a ser resultado do sistema de símbolos que ali foram sendo criados e estabelecidos pelo seu proprietário.

Assim, o capital simbólico presente nesta pesquisa pode ser percebido a partir da análise da figura do Major-Coronel Theodorico Bezerra e da sua atuação na Fazenda Irapuru, local onde havia um sistema de símbolos (normas, provérbios, hino, bandeira oficial e outros) que foram utilizados para a integração social de seus moradores, que passaram a reconhecer seu proprietário como sujeito poderoso que exercia poder social, político e econômico na região Agreste do Rio Grande do Norte e algumas cidades da Paraíba.

Todavia, não se pode esquecer que esse poder ou capital simbólico do Major-Coronel não foi o mesmo que ele herdou da sua família, haja vista ele haver ampliado, a partir das suas próprias produções, realidade e relações sociais de poder e força que exerceu nos lugares onde ele andou e nos cargos políticos que ocupou. Desse modo, para conseguir qualquer coisa nas

instituições públicas potiguares, principalmente nas décadas de 1950 ou 1960, basta dizer que era conhecido do Major Theodorico Bezerra, ou simplesmente do Major/Majó, para tudo ficar mais fácil, porque tal nome representava poder e força.

Theodorico, consciente ou inconscientemente, utilizou-se de seu poder simbólico e organizou a própria memória no espaço e no tempo. Através do modo como ele trabalhou socialmente seu nome, instituiu uma memória coletiva de si dentro dos diversos grupos em que transitou. A partir da imagem de benevolente, benfeitor e herói, passou a ser uma figura emblemática até ser visto como um mito<sup>23</sup> na memória coletiva daqueles que com ele conviveram ou conhecem suas histórias.

Ao trabalhar todos os aspectos expostos acima sobre o Major-Coronel Theodorico Bezerra, faz-se necessário trabalhar a relação da organização do tempo histórico, segundo Antoine Prost (2008), como estrutura de referências comuns aos homens que viveram/vivem em dada coletividade espaço-temporal, dos “*membros da mesma sociedade*” (PROST, 2008, p. 96-97. Grifo meu). Nessa perspectiva, percebe que o tempo histórico é contrário ao tempo da memória. Por isso, é preciso ser bem definido o pretense recorte espacial para saber exatamente o que se quer e pode estudar. Deve-se estabelecer como descreve François Hartog (2003), regimes de historicidade<sup>24</sup>, de preferência com tempo e temporalidade, para estudar o Major-Coronel.

Todos os aspectos enfocados sobre o Major-Coronel Theodorico Bezerra possibilitarão contar sua história de vida e entender o conjunto dos atos que praticou, a partir da ordem cronológica, contexto histórico e social no qual estava inserido. Não será feita uma biografia<sup>25</sup>

<sup>23</sup> O mito é tratado, neste trabalho, como uma criação social (de dado espaço geográfico e temporal), fabricado para exprimir um modelo a ser seguido pelo grupo ou sociedade no qual surgiu e o tem como símbolo e referencial coletivo, que une as aspirações e ideias, a ponto de levar a coletividade a se identificar com ele. Os mitos são construídos a partir das diversas imagens daquele que é heroicizado, por meio de rituais ou cerimônias sagradas, as quais aparecem impregnadas de cargas simbólicas que transformam sujeitos em mitos e da “[...] passagem do histórico ao mítico, ou como opera, em outras palavras, esse misterioso processo de heroificação, que resulta na transmutação do real e em sua absorção imaginário [...]” (GIRARDET, 1987, p. 71), criando-se, assim, heróis ou mitos, para que suas representações sirvam para conservar as tradições passadas e manter a ordem social presente.

<sup>24</sup> “[...] pode ser tanto amplo, como restrito: macro ou micro-histórico” (HARTOG, 2013, p. 13). Na verdade, regimes de historicidade é uma expressão cunhada para definir um “instrumento”, que estabelecesse uma temporalidade para estudar um sujeito importante ou comum, uma obra literária ou a história de uma cidade, Estado, nação ou sociedades próximas ou distantes. Todavia, esses regimes são imperceptíveis aos seus contemporâneos. Ou seja, os regimes de historicidade são as diferentes maneiras de se articular o passado e o futuro, a partir do presente. Por isso, eles são uma realidade inacabada.

<sup>25</sup> A biografia tradicional é superficial, conta a história de vida de um sujeito a partir do encadeamento de fatos e eventos de sua existência, sem explicar ou analisar o contexto histórico e social no qual o personagem viveu (LEVI, 1996). Ela é narrativa e não explicativa, não faz a relação entre o individual e coletivo, não conta sobre os medos, desejos e frustrações passadas por ele nos diferentes espaços sociais que se moveu. A biografia tradicional é contrária ao que expõe Philippe Levillain: “A biografia é o lugar por excelência da pintura da

(comum, como as tradicionais, a partir do nascimento até a morte do personagem que se pretende mostrar), e sim uma análise de sua trajetória da vida, de seu nascimento até a extinção dos partidos políticos pelo Regime Civil-Militar (1903-1965), com destaque para o período em que ele esteve à frente do Partido Social Democrático (PSD) no Rio Grande do Norte (1949-1965), dentro dos espaços onde conviveu e as posições sociais que ocupou para explicar suas ações individuais na história daquela agremiação partidária, sem isolá-lo do contexto em que vivia.

Este trabalho mostrará as alegrias e frustrações do Major-Coronel Theodorico Bezerra. Não será feita uma “ilusão biográfica”<sup>26</sup>, como se ele fosse perfeito, sem medos e sem derrotas. Porém, serão revelados vários aspectos dele, não apenas o político e o pessoal, haja vista as experiências que viveu e os desejos que não alcançou (expectativas) na vida política. Logo, analisar-se-ão seus espaços de experiências (o que passou na vida) e horizontes de expectativas<sup>27</sup>, para poder defini-lo melhor.

A presente pesquisa – que estuda esses aspectos do Major-Coronel Theodorico Bezerra – coloca-se no campo da Nova História Política, que passou a ser utilizada como sinônimo de poder. Outrora, era entendida como “[...] história de superfície, história política, transformando-se na história do poder, torna-se história da profundidade” (LE GOFF, 1983, p. 225-228). Desta feita, é preciso se construir uma nova visão do estudo do político.

Para entender o estudo do político, no século XIX e início do século XX, deve-se compreender que a história política primava pela verdade, imparcialidade e precisão, por ser essencialmente narrativa, factual, qualitativa e inatingível. Nesse panorama, “[...] a história política confunde-se com a visão ingênua das coisas, que atribui a causa dos fenômenos a seu agente o mais aparente, o mais altamente colocado, e que mede a sua importância pela repercussão imediata da consciência do espectador” (JULLIARD, 1976, p. 181).

---

condição humana em sua diversidade, se não isola o homem ou não exaltá-lo às custas de seus dessemelhantes” (LEVILLAIN, 2003, p. 176).

<sup>26</sup> Título de texto de Pierre Bourdieu, no qual expõe as biografias como resultado de tentações criadoras, que produzem narrativas e nos fazem acreditar que tudo o que está escrito é verdade, perfeito e livre de problemas. Desta feita, o biografado seria uma pessoa perfeita. Ou seja, a biografia como verdade incontestável era uma prática dentro desse campo, porém ela deve ser vista como criação.

<sup>27</sup> Espaço de experiência e horizonte de expectativas são duas categorias históricas trabalhadas a partir da obra de Reinhart Koselleck (2006, p. 305-327), as quais, a partir do presente, são analisadas em paralelo porque não se esbarram ou coincidem, pois o presente é diferente do futuro e do passado. O passado (espaço de experiência) serve para refletir sobre os acertos e erros (individuais e coletivos), e para projetar um futuro (horizonte de expectativa), a partir do presente, gerando um entrelaçamento dos tempos (passado, presente e futuro). Assim, a expectativa pode ser prevista a partir das experiências vividas e/ou frustradas porque a experiência é o passado presente e/ou atual, que tem nas lembranças e recordações as informações acumuladas através do tempo. Por esse motivo, elas se mostram adequadas para estudar a história (e/ou as atitudes políticas e sociais do Major-Coronel Theodorico Bezerra) “conhecimento da experiência”.

Segundo Jacques Julliard, em publicação de 1974, a história política estava carregada de tensão, porquanto existia a necessidade de resolver a confusão entre o método e o objeto do estudo do político, tendo em vista que os métodos de análise da história política tradicional mostraram-se insuficientes (JULLIARD, 1976, p. 180-196). Entretanto, para mudar tal realidade, é necessário que os historiadores analistas de política entrem em contato com outras ciências sociais, principalmente aquelas voltadas para o político, com vistas a ultrapassar o tradicional, buscando, além das mudanças dos fatos e as permanências em longo prazo, relegar a curta e primar pela longa duração. Esses e outros pensamentos surgiram decorrentes das críticas que passaram a ser feitas à história a partir do final da década de 1920, especificamente com o surgimento da Escola Annales de 1929.

Com os Annales, inicialmente dirigidos por Marc Bloch e Lucien Febvre, têm início as críticas sistematizadas à história política. Para eles, o caráter objetivo pregado por tal história nada mais é que uma forma arbitrária de impor a “velha e antiquada” história política (LE GOFF, 1983, p. 221), em cujo âmbito predominava o nome de “[...] grandes figuras através da psicologia individual, os grandes acontecimentos e o tempo curto; denunciavam sobretudo a valorização do político em detrimento do econômico e social, [...]” (BORGES, 1991/1992, p. 12). Juntamente com os fatos ou a história elitista, particular, individualista e pautada no documento como sua fonte de verdade, trata-se de uma história factual, que não responde mais aos anseios da sociedade do século XX.

Das décadas de 1930 a 1960, a história política foi criticada ou dirimida dos meios acadêmicos ocidentais, especialmente àqueles ligados à historiografia francesa. Apenas a partir da década de 1970, houve um retorno do político. A terceira geração dos Annales se contrapõe à primeira e à segunda gerações anteriores a ela, que trabalharam para descredibilizar a história política. Ela passa a utilizar-se de novas abordagens e relaciona fragmentos para falar do todo, ao trabalhar a permanência e não apenas a mudança. Houve, então, um “retorno do político”, para o qual foram decisivas tanto as contribuições advindas de outras ciências, a exemplo da antropologia e das ciências sociais, como também fatores ligados ao contexto daquele momento.

A partir dos anos de 1970, a nova história política transforma-se em uma história interdisciplinar, capaz de se apropriar de massas documentais e pensar a política no sentido de uma cultura para a qual importam crenças, ideias, normas e tradições que dão um significado mais expressivo à vida política de um determinado contexto (BORGES, 1991-1992, p. 16). Nesse sentido, a nova história política parece ser uma nova forma de ver o político por outras óticas, o que possibilita estudar a atuação de um homem à frente de uma agremiação

partidária entre os anos de 1949 a 1965, a partir de documentos públicos e privados, utilizando o conceito de política e tornando mais plurais e complexas as representações do Major-Coronel Theodorico Bezerra.

Esse estudo da atuação política do Sr. Theodorico Bezerra será feito a partir da nova história política, que tem em René Rémond (1996) uma das principais referências. Para ele, o historiador é um agente do seu tempo e na contemporaneidade, sujeito que estuda o Estado, suas divisões e seus agentes a partir de outros olhares e/ou utiliza-se de outras ciências para embasar seu trabalho:

[...] foi um fator decisivo para renovação da história política - a diversidade das procedências, a variedade das formações, numa palavra, a pluridisciplinaridade. [...] De fato, a renovação da história política foi grandemente estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas. [...] É impossível para a história política praticar o isolamento: ciência-encruzilhada, a pluridisciplinaridade é para ela como o ar de que ela precisa para respirar (RÉMOND, 1996, p. 29).

Vê-se na citação acima a utilização de outras disciplinas como sendo a base para o estudo da nova história política: “Para a compreensão das inversões de tendências em epistemologia, os fatos exógenos não são suficientes: são precisas também conveniências internas. A virada da sorte da história política não se teria efetuado se não tivesse havido também renovação” (RÉMOND, 1996, p. 26).

Na verdade, na nova História Política, houve novas abordagens relacionadas a fragmentos para falar do todo. Trabalha a permanência, não apenas a mudança e as biografias dos grandes homens, as cronologias, exaltação, totalidade, e chega às múltiplas histórias, construídas a partir de novas perspectivas e novos aspectos. Conforme Jacques Le Goff (1983) e René Rémond (1996), ela ultrapassa o superficial e os domínios do Estado e vê outros elementos da sociedade como atores políticos na história.

A partir da ideia de que a nova História Política concebe outros aspectos da sociedade além do fato, aqui também será analisado o conceito de cultura política. Buscar-se-á um diálogo entre História Política e História Cultural para entender-se o político a partir das práticas ou costumes políticos.

O termo Cultura Política pode ser compreendido como um conjunto de normas, costumes, atitudes e crenças que identifica indivíduos de grupo que têm determinadas ações políticas. Trata-se de um sistema, grupo ou conjunto de representações “[...] portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito

além da noção reducionista de partido político” (BERSTEIN, 2009, p. 31), pois ela “[...] constituía um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama” (BERSTEIN, 1998, p. 350).

Para compreender melhor este conceito, deve-se lembrar de que ele se institui em meio aos estudos das ciências sociais norte-americanas, nas décadas de 1950 e 1960. Porém, seus formuladores se inspiraram em escritores do século XIX. Deve-se salientar que ele foi aceito e reformulado progressivamente dentro do campo da História Política ou Nova História Política e ganhou *status* com um grupo de historiadores franceses na década de 1990, dentre os quais se destacam Serge Berstein e Jean-François Sirinelli (MOTTA, 2009).

Tal conceito está inserido no projeto de renovação da história política na França desde a década de 1970. No entanto, ele só aparece na historiografia daquele país a partir da década de 1990, e no Brasil ele ganha destaque com os trabalhos de Ângela de Castro Gomes (2005) e Rodrigo Patto Sá Motta (2009). Este último a define como um “[...] conjunto de valores, tradições, práticas e representações sociais partilhados por determinado grupo humano, que expressa identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro” (MOTTA, 2009, p. 21).

Ele ainda acrescenta ser necessário compreender-se que a Cultura Política é bem mais complexa do que tudo o que até aqui foi falado. Por ela estar carregada de ideologias, não pode ser definida de forma simples. Porque:

[...] muitas das culturas políticas consistentes possuem ideologia, entendida como um sistema de ideias que constitui o seu cerne. Mas é importante não resumir uma coisa à outra, e perceber que a cultura política transcende e vai além da ideologia, ao mobilizar sentimentos (paixões, esperanças, medos), valores (moral, honra, solidariedade), representações (mitos, heróis) e ao evocar a fidelidade a tradições (família, nação, líderes). Toda a força da categoria cultura política reside na percepção de que parte das pessoas adere menos pela concordância com as ideias e mais por identificar-se com os valores e as tradições representadas pelo grupo. (MOTTA, 2009, p. 15)

Pelo que se verifica, as culturas políticas estão assentadas em vários elementos - que por vezes fazem com que os sujeitos com eles se identifiquem -, que aproximam por meio dos anseios, desejos e feições aqueles que compartilham do mesmo sentimento. Na maioria das vezes, os membros desses grupos têm os mesmos comportamentos políticos e veem de forma semelhante o mundo em sua volta. Ademais, existe o sentimento de pertencimento/identidade daqueles que coadunam da mesma visão.

Vale lembrar que as culturas políticas são geralmente culturas nacionais: existe cultura política Estadunidense, Paraguaia, Argentina, Brasileira. Assim, as atitudes de determinados agentes políticos não podem ser consideradas como uma cultura política. Porém, pode ser um dos estilos/elementos que compõem um quadro de uma cultura política operária ou popular, por exemplo. Logo, perceber que aquele que faz parte ou milita as ideias de uma cultura política tem uma óptica de mundo bem particular, porque procura agir, expressar-se e vestir-se de modo a compartilhar o sentimento de identidade do grupo de que faz parte.

Salienta-se que a importância do conceito de Cultura Política está focada na possibilidade de compreender/analisar as ações políticas e como as suas motivações são influenciadas pelas crenças, valores, mitos ou ainda pelo valor das tradições sociais de grupos ou indivíduos envolvidos no processo político em média ou longa duração (GOMES, 2005).

Ainda, pode-se ressaltar que a utilização do conceito de cultura política serve para compreender por que um indivíduo ou um grupo de indivíduos adota determinadas condutas políticas. Estes comportamentos devem ser pensados como “Um conceito capaz de possibilitar a aproximação com uma certa visão de mundo, orientando as condutas dos autores sociais em um tempo mais longo, e redimensionando o acontecimento político para além da curta duração” (GOMES, 2005, p. 31).

Pensar a trajetória política do Major-Coronel Theodorico Bezerra, pelo que é aqui analisado, é entender suas ideias, ações e discursos, dentro e fora dos lugares que ocupou, os quais estão imbricados da cultura política brasileira. Esta que está assentada no poder local, paternalismo, mandonismo, clientelismo e nas relações entre o poder local, estadual e federal em torno da parentela e da figura do Coronel, estão claramente definidas na Fazenda Irapuru e no modo em que seu proprietário fazia política.

A atuação política dele estava dentro do contexto social do período. Todavia, suas práticas e hábitos políticos eram *sui generis*, em especial o espaço da Fazenda Irapuru e as relações entre proprietário e parceiros, que contemplavam desde o aspecto econômico até o religioso, sem esquecer-se do uso da moral e dos bons costumes circulantes na sociedade do período.

Por fim, entende-se que a importância do conceito de Cultura Política está focada na possibilidade de compreender/analisar as ações políticas, forma de pensar e sentir o mundo. Assim, fica claro que as suas motivações são influenciadas pelas crenças, valores, mitos ou ainda pelo valor das tradições sociais de grupos ou indivíduos envolvidos no processo político. É nessa óptica que será analisada a atuação política do Major-Coronel Theodorico

Bezerra entre 1949-1965, período em que foi presidente do PSD, secção do Rio Grande do Norte.

As fontes utilizadas distinguem-se em três naturezas: matérias jornalísticas, documentos oficiais da administração (local, estadual e federal) e documentos privados, os quais são documentos escritos (recortes de reportagens de jornais, cartas, bilhetes, telegramas e outros), fotografias (públicas e privadas) e algumas atas do Partido Social Democrático (PSD) entre os anos de 1945-1965. Ademais, serão utilizados trechos de entrevistas realizadas com o Major-Coronel Theodorico Bezerra, bem como com outras pessoas sobre ele. Tais fontes estão contidas em trabalhos e/ou reportagens jornalísticas.

Muitos dos documentos e fotografias consultadas para o advento desta pesquisa fazem parte do museu particular da Fazenda Irapuru, organizado pela família de Theodorico Bezerra (1994) após sua morte. Há também aqueles de propriedade do professor universitário aposentado, o pecuarista Kleber de Carvalho Bezerra, filho do Major-Coronel, além de outros documentos oficiais disponíveis no site da Câmara Federal e no Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

Para nortear a pesquisa, serão utilizados da biografia oficial: *Majó Theodorico, o Imperador do Sertão*, escrita pelo seu sobrinho, Lauro Gonçalves Bezerra, e publicada no ano de 1982, a qual contém a transcrição de vários documentos de cunho público e privado que tratam da vida do Senhor Theodorico Bezerra.

Os jornais, por exemplo, serão analisados não apenas como informação pronta e acabada, mas como fonte que deve ser averiguada a partir de sua origem, de quem a financiou, a ideologia empregada (tradicional, conservadora, reacionária ou progressista, que presa pela mudança ou revolução social). O público-alvo, a periodicidade (matutino, vespertino, semanário e outros) e a tiragem por publicação são algumas das questões que serão levadas em conta, a partir do contexto social, tempo e espaço em que tais periódicos foram publicados. De acordo com Tânia Regina de Lucca:

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso **dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa**. Entretanto, ter sido publicado implica **atentar para o destaque conferindo** ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação: é muito diverso o peso que a figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas (LUCCA, 2005, p. 140. Grifos meus).

A metodologia de análise possibilitada através de jornais ou revistas é diferente do procedimento permitido por outras fontes escritas, devido ao fato de se pautar a partir de assuntos selecionados para se tornar notícia. Isto explica o destaque conferido às notas de capa em detrimento de outras notas que ficam em qualquer parte do periódico, como um pequeno informe na última página. Este último não tem a mesma importância ou não ganha a notoriedade do que fica na primeira página. Há uma grande diferença entre ambos.

Ademais, é possível ver o poder da mídia (impressa e televisiva) em doutrinar e/ou desviar a atenção de uma sociedade para aquilo que é de seu interesse. O que acontecia até meados do século XX quase exclusivamente por jornais e revistas, hoje se dá por outros meios de comunicação. Assim, depois que surgiu o rádio, seguido pela televisão e, nas últimas décadas do referido século, a internet (com as redes sociais), surge um novo poder, que controla massas e inventa tradições: a imprensa<sup>28</sup>.

Além destas fontes, outra que merece destaque é a fotografia, utilizada com maior abrangência a partir da segunda metade do século XIX. Ela serviu para reproduzir imagens de pessoas, animais, plantas, fenômenos naturais, o urbano e o rural, como meio de informar sobre algo ou alguém que nunca se viu, representando os ausentes. Por isso, para criar-se uma imagem pública, “A fotografia possibilitou o acesso virtual às pessoas da alta sociedade” (LIMA; CARVALHO, 2015, p. 30).

As fotografias passaram a ser vistas ou utilizadas como fontes para a História, documento imagético, textual e didático produzido com significados múltiplos e passou a ter um papel social, ao mesmo tempo em que “a imagem constitui um discurso” (LIMA; CARVALHO, 2015, p. 43). Elas começaram a se valer de uma linguagem que atingiu um público muito maior que o dos textos escritos, por serem mais significativas para indivíduos com menos escolarização, “os incautos” ou analfabetos, os quais encontraram nas imagens maiores possibilidades de assimilação.

Desse modo, as fotografias nesta dissertação serão utilizadas como representações do Major Coronel Theodorico Bezerra e de membros da família Bezerra, que lhes garantiram referências ou capital simbólico e contam sua trajetória de vida, a partir de fotos de família, das viagens ao redor do mundo e das pessoas da alta cúpula política no Estado e no país. Tais imagens, produzidas ou não com o intuito de uma construção social, produziram, construíram ou ressignificaram uma memória pública dele.

---

<sup>28</sup> O que os periódicos escritos (jornais, revistas, boletins e outros) faziam há um século, ou seja, direcionavam a opinião pública, hoje é feito pelos grandes grupos da mídia, bem como a grande imprensa (jornais, revistas, emissoras de rádio, canais de televisão, cinema e redes sociais), que despontam como um novo poder.

Outra fonte utilizada nesta dissertação é a História Oral, não como metodologia da pesquisa, por não ter sido feita nenhuma entrevista no período da elaboração deste texto, mas a partir das memórias do Major-Coronel Theodorico Bezerra e das entrevistas feitas com ele. Depois de sua morte, foram ouvidos familiares, moradores/funcionários de uma de suas fazendas, além de correligionários e adversários políticos.

Sabe-se que a História Oral surgiu em meados no século XX, após a invenção do gravador de fita. “Em meados da década de 1970, precisamente em 1975, a História Oral chegou ao Brasil” (ALBERTI, 2005, p. 160). Tal fonte, como qualquer outro resíduo histórico, deve ser considerado, analisado e interpretado para se ter outra visão de um dado acontecimento ou personagem do tempo presente ou recente, além dos relatos oficiais, que falam do individual e do coletivo, tendo encontrado nela a resposta que outros documentos<sup>29</sup> não traziam. E ainda:

As mudanças tecnológicas ocorridas especialmente a partir do último quartel do século XX modificaram os hábitos de comunicação e de registro, alterando também o conteúdo dos arquivos históricos. Além das entrevistas de História Oral, outros registros sonoros (músicas, jingles, gravações radiofônicas), fotografias, caricaturas, desenhos, anúncios, filmes, monumentos, objetos de artesanato, obras de arte e arquitetura são passíveis, hoje em dia, de se tornar fontes para o estudo da história. O documento escrito deixou de ser o repositório exclusivo dos restos do passado (ALBERTI, 2005, p. 164).

O texto expõe muito claro, que a História é uma fonte elucidativa como muitas outras que podem ser utilizadas para resolver problemas que outros documentos não foram capazes de discernir.

Esta dissertação está dividida em três partes, além desta introdução: na primeira delas, é feita uma análise com revisão biográfica do Rio Grande do Norte, no período da República Velha até a “Experiência Democrática” (1889-1964), com enfoque nas oligarquias, suas transformações e readaptações, as quais conseguiram permanecer como agentes do poder institucional. Enfocar-se-á também como o Major-Coronel se insere nesse contexto por meio de uma parentela política como herdeiro de duas famílias tradicionais na política potiguar, os Ferreira de Souza e os Bezerra. Por fim, expor-se-á uma pequena biografia de Theodorico Bezerra (1903-1994), das origens da genealogia Bezerra à herança simbólica deste nome e sua notoriedade no Rio Grande do Norte (e no Nordeste do Brasil).

---

<sup>29</sup> A expressão “outros documentos”, concorda com a ideia de Jucá (2003, p. 51), para quem o indivíduo entrevistado é considerado um documento vivo. Por esse motivo, sua fala é de um verdadeiro “documento vivo” e como tal é patente de análises. Destarte, ao entender a crítica de Jucá, fica claro que se devem utilizar as entrevistas para cruzá-las com outros documentos, escritos e orais, para haver uma maior confiabilidade entre eles e o material estudado (BURKE, 1992, p. 165-166) como falado.

No segundo capítulo, será discutido o Poder Simbólico, o prestígio e o poder exercido pelo Major-Coronel na Fazenda Irapuru em Tangará/RN, que se tornou um verdadeiro mundo particular de sua propriedade com economia (decorrente do algodão, da feira semanal, templo da Igreja católica, cemitério), legislação (“nossas condições” - diferente das leis brasileiras) e bandeira. A partir da mudança de cidade, de Santa Cruz para Natal na década de 1920, o jovem Theodorico Bezerra empreendeu no ramo da hotelaria. Depois, com os seus lucros, além de comerciante, comprou uma propriedade e abriu indústrias em Santa Cruz. Nesse período, começou a criar a Fazenda Irapuru, uma ilha econômica (independente financeiramente das cidades e fazendas circunvizinhas) no agreste potiguar. Criou um verdadeiro estado de sítio constante na referida propriedade, cujo proprietário se utilizava de todas as formas para desenvolver os símbolos do poder e as representações na fazenda, como se estivesse em um palco, apresentando uma peça teatral.

No terceiro capítulo, buscar-se-á analisar a atuação do major-coronel Theodorico Bezerra na política potiguar (1945-1965), a partir da democratização e da experiência do novo (1945-1964) no Rio Grande do Norte em contraponto com o Brasil, a partir dos partidos políticos que tiveram maior influência na política local: PSD, UDN, PSD e PTB, que passam a ser analisados a partir do viés econômico e social em que estavam inseridos. Ainda buscar-se-á entender como Theodorico Bezerra tornou-se “Majó”/“Major”, “Coronel” ou Major-Coronel, a partir dos pleitos concorridos para Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador, Vice-Governador e Prefeito. Assim, teve sucessivas vitórias e derrotas, tendo se fortalecido quando criou seu próprio grupo político familiar. Ele bem percebeu essa necessidade quando trabalhou para eleger o primo José Ferreira (UDN) Senador da República pelo Rio Grande do Norte. Pretende-se também compreender como o Grande Hotel foi importante nas relações do Major e como tal estabelecimento serviu para ele manter relações sociais, políticas e econômicas a ponto de abrirem-se portas para adentrar na política e aquele estabelecimento comercial passar a ser visto como espaço de poder e de construção de memórias, ou um lugar de memória e atuação política do Major-Coronel Theodorico Bezerra, em níveis municipal, estadual e federal, a partir de 1945 até 1965.

## **CAPÍTULO I**

### **THEODORICO BEZERRA NO CONTEXTO DA PRIMEIRA REPÚBLICA E ERA VARGAS: PARENTELAS, OLIGARQUIAS E PERMANÊNCIAS**

#### **1.1 O RIO GRANDE DO NORTE: DA PRIMEIRA REPÚBLICA À EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA (1889-1964)**

##### **1.1.1 Práticas coronelísticas no Rio Grande do Norte na Primeira República (1889-1930)**

No ano de 1889, quando foi proclamada a Primeira República, no Rio Grande do Norte, as oligarquias ligadas à terra (considerada eixo de organização social do período), baseadas nas relações de favor e de mando paternalistas, tinham nos chefes locais, os coronéis, as figuras centrais das parentelas.

Ao analisar a Primeira República: “No plano estadual, as alianças entre os grandes coronéis (chefias municipais e/ou sazonais) garantiam a harmonia da facção dominante” (SPINELLI, 2010a, p. 28). Elas eram duradouras; por exemplo, de 1892 a 1914, a oligarquia Maranhão dominou o Estado, ao assumir os cargos de primeiro escalão: os familiares, amigos e grupos ligados a eles dispunham das melhores colocações públicas, concessões e monopólios de produtos e serviços dentro do território potiguar.

O modo de agir da família Maranhão, pelo que se pode verificar, é a base do familismo na política; é como uma estratégia importante para manter e ampliar as redes de sociabilidade para o fortalecimento do grupo. Não obstante, o poder familiar passa de pai para filho, de sogro a genro, irmão a irmão, tio a sobrinho ou a alguém do grupo político, que passa a exercer a função ou o lugar social ocupado pelo outro. Conforme se pode conferir no quadro infra, todos os Presidentes do Estado do período pertenciam à parentela de Pedro Velho<sup>30</sup>:

---

<sup>30</sup> Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (Natal, 27 de novembro de 1856 - Recife, 09 de novembro de 1907), médico, professor, jornalista e abolicionista. Adentrou na política partidária em 27 de janeiro de 1889, quando foi um dos fundadores do Partido Republicano no Rio Grande do Norte e seu primeiro presidente. Considerado o proclamador da República nas terras potiguares, tornou-se o maior líder político do Estado, entre 1892 e 1907. Foi governador provisório (17/11 a 06/12 de 1889 e 19/09 a 08/11 de 1890); governador eleito pelo Congresso Legislativo (atual Assembleia Legislativa de 1892-1896) e senador da República (1897 a 1906 e 1906-1907). Era de família tradicional, filho de Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão e Feliciano Maria da Silva Pedrosa. Sua mãe era filha de Fabrício Gomes Pedrosa (Proprietário da “Casa Guarapes”, empresa ligada aos ramos de importação e exportação) e seu pai (senhor de engenho e comerciante) (LIMA, J. A., 1983, p. 42-43; MACHADO, 2000, p. 31-34; SPINELLI, 2010a, p. 29; SILVA, L. R., 2004, p. 45).

**QUADRO 1** - Presidentes do Rio Grande do Norte na Primeira República - “facção Pedro Velho” ou Grupo Pedro Velho (1892-1914).

| NOME                                            | PERÍODO   |
|-------------------------------------------------|-----------|
| Pedro Velho d’Albuquerque Maranhão              | 1892-1896 |
| Joaquim Ferreira Chaves (facção de Pedro Velho) | 1896-1900 |
| Alberto Maranhão (irmão de Pedro Velho)         | 1900-1904 |
| Augusto Tavares de Lyra (genro de Pedro Velho)  | 1904-1906 |
| Antônio de Souza (facção de Pedro Velho)        | 1906-1908 |
| Alberto Maranhão (irmão de Pedro Velho)         | 1908-1914 |

**Fonte:** Quadro elaborado pelo autor a partir das informações contidas em SPINELLI, José Antonio. **Coronéis e Oligarquias no Rio Grande do Norte:** (Primeira República) e outros estudos. Natal, RN: EDUFRAN, 2010a.

Pelo que se pode observar no quadro I, a facção de Pedro Velho controlou com exclusividade, e quase sem oposição, a política potiguar por mais de duas décadas, até que houve a discordância de Ferreira Chaves (1852-1937), outrora presidente (1896-1900) pelo aludido grupo político.

Nesse contexto de dominação do grupo de Pedro Velho (1892-1914), no dia 23 de julho de 1903 nasceu Theodorico Bezerra, filho de José Pedro Bezerra e Anna Bezerra (BEZERRA L. G., 1982, p. 17)<sup>31</sup>. Membros de uma família tradicional na política estadual, seu avô, Antônio Justino, foi um dos primeiros vereadores do município de Santa Cruz e ocupou uma cadeira quando ele foi erigido à categoria de cidade (1876); seu pai, José Pedro Bezerra, foi Intendente em Santa Cruz de 1892 a 1895, e outros membros da família também ocuparam cargos políticos:

Criado o Município de Santa Cruz pela Lei nº 777, de 11/12/1876, a Câmara Municipal é instalada em 19 de fevereiro de 1883 no Consistório da Matriz e entre os vareadores eleitos o seu avô paterno Antônio Justino de Souza [...]. O seu pai José Pedro Bezerra foi eleito intendente em 1892 para um mandato de três anos. Em primeiro de novembro de 1911 o seu tio, Cel. Ezequiel, toma posse no cargo de Presidência da Intendência do Município, sendo reeleito posteriormente para o triênio 1920-1922. Naquele período, já se encontrava entre os intendentes eleitos o seu irmão mais velho João Bianor Bezerra (BEZERRA, L. G., 1982, p. 20).

A citação mostra que os familiares mais próximos a Theodorico Bezerra desempenharam cargos políticos na cidade de Santa Cruz/RN desde a sua fundação e no período da Primeira República. Além desses, outros membros da família Bezerra já ocupavam cargos importantes na política potiguar, como se verá mais adiante.

<sup>31</sup> Ela, filha de Antônio Justino de Souza e Joana Francisca do Sacramento de Souza, nasceu em Santa Cruz/RN, no dia 26 de julho de 1867, e faleceu aos 26 de dezembro de 1935; e ele, nascido aos 17 de março de 1858, na cidade de Araruna/PB, descendente da família Bezerra que adviera do Ceará e Pernambuco. Esta família tem origem em Portugal na pessoa de Antônio Bezerra Felpa de Barbuda, que no ano de 1535 veio para o Brasil com a mulher e os três filhos do casal (BEZERRA, M. S., 1987).

A partir de 1913, Joaquim Ferreira Chaves reivindicou mais espaço político dentro do grupo dos Maranhão ou da facção de Pedro Velho e contestar a direção do **mesmo**, pois via a insatisfação de grande parte da elite estadual com a forma de governar da família Maranhão.

Determinados autores (LIMA, J. A., 1986; SPINELLI, 2010a; SANTOS, 1994, 2002; MARIZ; SUASSUNA, 2005) afirmam que naquele momento estava em curso um processo de transferência do eixo econômico do Agreste<sup>32</sup>, Litoral, Capital e cidades adjacentes (cana-de-açúcar, engenhos e indústria) para a região Oeste, Alto Oeste e Seridó<sup>33</sup> (gado, sal e algodão), em que os coronéis esperavam o apoio do governo do Estado, o qual deveria garantir as condições necessárias para o aumento e escoamento da produção. Todavia, isso não ocorreu, o que levou os coronéis do Seridó e do Oeste a contestar a liderança do Presidente do Estado. Na verdade, essa visão é a mais aceita pela maioria dos historiadores potiguares.

No plano nacional o Presidente, Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), passou a defender o intervencionismo, a política das salvações ou salvacionismo, cujo objetivo era mudar a correlação de forças políticas tradicionais entre as oligarquias dominantes e as de segundo escalão. Ou seja, nos Estados onde os grupos menos influentes apoiavam seu governo, passou a distribuir cargos de chefia e a apoiá-los em tudo, a ponto de intervir militarmente em alguns deles para derrubar os governadores e trocá-los por outros que seriam escolhidos pelo próprio presidente da República.

Nessa época, o capitão José da Penha Alves de Souza<sup>34</sup>, potiguar radicado no Ceará, conduziu o grupo oposicionista contra a oligarquia pedrovelhista, ao colocar o nome do

---

<sup>32</sup> Agreste é a denominação dada a uma microrregião do Rio Grande do Norte que compreende uma área de 3.922, 227 Km². Tem uma circunscrição territorial composta por 22 municípios: Boa Saúde, Bom Jesus, Brejinho, Ielmo Marinho, Jundiá, Lagoa D'Anta, Lagoa de Pedras, Lagoa Salgada, Monte Alegre, Nova Cruz, Passa e Fica, Passagem, Riachuelo, Santa Maria, Santo Antônio, São Paulo do Potengi, São Pedro, Senador Elói de Souza, Serra Caiada (Presidente Juscelino), Serrinha, Várzea e Vera Cruz. Tem como cidade polo Nova Cruz, distante 99,4 Km de Natal, capital do Rio Grande do Norte. Também pode ser uma denominação dada a uma das quatro mesorregiões do Rio Grande do Norte, a Mesorregião Agreste Potiguar com 43 cidades, a qual é formada pelas microrregiões do Agreste com 22 cidades, Borborema Potiguar, com 16 cidades, e Baixa Verde, com 06 cidades (FELIPE, 2006, p. 82-84). Salienta-se que 25 das cidades foram criadas por iniciativa do "Majó" Theodorico Bezerra e outras com colaboração dele (BEZERRA, L. G., 1982, p. 257).

<sup>33</sup> O Seridó é uma das Regiões do Rio Grande do Norte. Compreende uma área de 9.374.063 Km² e tem uma circunscrição territorial composta por 24 municípios: Acari, Bodó, Cerro Corá, Carnaúba dos Dantas, Caicó, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Florânia, Ipuera, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucutu, Lagoa Nova, Ouro Branco, Parelhas, São Fernando, São Vicente, São João do Sabugi, São José do Seridó, Santana do Seridó, Serra Negra do Norte, Timbaúba dos Batistas e Tenente Laurentino Cruz. Sua cidade polo é Caicó, distante 272,4 Km de Natal.

<sup>34</sup> José da Penha Alves de Souza (Angicos/RN, 13/05/1875 - Miguel Calmon/CE, 22/02/1914), capitão do exército brasileiro, jornalista, escritor, deputado estadual no Ceará e grande orador, fez parte da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, como patrono da cadeira 34. Era filho de José Alves de Souza (seu Francisco) e de Dona Maria Inácio Alves de Souza. José da Penha foi morto em campo de batalha no Ceará, em luta contra os jagunços de Floro Bartolomeu, na sedição de Juazeiro. Ele foi responsável pela primeira campanha política popular no Rio Grande do Norte e lutava pela queda da oligarquia pedrovelhista/Alberto Maranhão (TRINDADE, 2011, p. 34-39).

tenente Leônidas Hermes de Siqueira (filho do então presidente da República) para o governo do Estado. Assim, seu intento era contar com o apoio federal, o qual foi decisivo para as “salvações” em outros Estados do Norte<sup>35</sup> do país. Todavia, no Rio Grande do Norte, não existiu necessidade de aplicação da força no salvacionismo. Por aqui, houve um rearranjo das forças políticas tradicionais para permanecer no poder (SPINELLI, 2010a, p. 43-47).

Vale salientar que as modificações no regime político no país (1889) de Império para República pouco alteraram a estrutura dos grupos políticos dentro do Estado e em nada beneficiaram a população menos favorecida. Diferentemente do que pensavam os membros do Partido Republicano no Rio Grande do Norte, quando convidado pelo Presidente da província o representante dos liberais Antônio Basílio Ribeiro Dantas para assumir o poder, Pedro Velho, ao invés de beneficiar seus partidários, cercou-se de políticos mais experientes, que tinham no Império toda uma vida de atuação, e assim frustrou seus partidários e as mudanças políticas e sociais esperadas (MARIZ; SUASSUNA, 2005, p. 194-195).

É necessário lembrar que Pedro Velho era de família tradicional na Província/Estado cuja base de domínio econômico estava nas terras, no comércio (importação e exportação), na indústria têxtil, na venda do açúcar e do sal, bem como na exclusividade comercial (carnes, couros salgados e sal) e dos serviços (concessões de exclusividade de transportes marítimos nos portos do Rio Grande do Norte), engenho e usinas de açúcar. Isto o fez permanecer nos meandros do poder até a década de 1920. Desde Pedro Velho d’Albuquerque Maranhão (1892-1896<sup>36</sup>) até Alberto Maranhão (1908-1914), a família teve exclusividade nos cargos de chefia do Executivo estadual.

Em 1914, ano da perda do poder pelos Maranhão, o menino Theodorico Bezerra passa por uma experiência pouco agradável, o falecimento do seu pai. Até então, ele estudava na única escola particular da capital do Estado, pertencente aos padres da Igreja Católica. Com a perda do pai, passou a ser criado pela mãe e pelos tios. Não tendo mais condições financeiras para estudar, passou a trabalhar e ajudar na criação dos irmãos e irmãs.

---

<sup>35</sup> Até o final da primeira metade do século XX, o Brasil estava dividido geograficamente em Norte e Sul. Entretanto, desde a década de 1930, segundo Duval Muniz de Albuquerque Jr. (2006), a região Nordeste passou por um processo de construção (histórica e culturalmente) no imaginário nacional. Não apareceu por acaso. Todavia, só foi consolidada com a configuração atual nas décadas de 1960 e 1970, a qual permanece.

<sup>36</sup> Seu vice-governador foi o coronel Silvino Bezerra de Araújo Galvão (Acari, 21/06/1836 e Natal, 21/03/1921), filho de Cipriano Bezerra Galvão e Dona Izabel Bezerra de Araújo, e irmão do coronel José Bezerra de Araújo Galvão/ “Zé Bezerra da d’Aba da Serra” (1843-1926), líder político de Currais Novos, um dos mais conhecidos coronéis do Nordeste no período. O Cel. Silvino Bezerra foi o líder político de Acari/RN. É um dos membros da família Bezerra que atuou nos meandros do poder no Rio Grande do Norte (TRINDADE, 2011, p. 385).

Além do mais, não se pode esquecer que o Rio Grande do Norte era governado por oligarquias que comandavam o Estado desde a época da província e que depois da proclamação da República (1889), surgem disputas pelo poder, quando novos personagens despontam no cenário político:

Rio Grande do Norte, estado atrasado e de economia pouco diversificada, [...] de 1889 a 1914 foi, em certo sentido, a história do predomínio absoluto da família Maranhão (Pedro Velho, Tavares de Lyra, Alberto Maranhão e alguns associados) à qual se seguiu a fase de domínio pessoal de Ferreira Chaves, representando, do ponto de vista político, um momento de equilíbrio instável entre as facções em luta que se prolonga no período governamental de Antonio de Souza (1920-24). Essa fase de equilíbrio instável é sucedida, em meados dos anos vinte, pelo franco domínio exercido pelos representantes diretos dos grandes proprietários e comerciantes do Seridó e, secundariamente, do Oeste governadores José Augusto e Juvenal Lamartine. (SPINELLI, 2010a, p. 34).

O que se constata nesta passagem é que os domínios das oligarquias nas terras potiguares continuaram. Porém, houve uma diferença após 1914: “o centro da política estadual começou a deslocar-se da região litorânea, açucareira (ou açucareiro-têxtil), para a região sertaneja do Seridó, algodoeiro-pecuária” (SPINELLI, 2010a, p. 47). Verifica-se, então, que a direção política do Estado do Rio Grande do Norte moveu-se geograficamente. Não obstante, prosseguiu nas mãos de poucos privilegiados. Era controlada por oligarquias ligadas ao açúcar e à indústria têxtil da zona litorânea e passou aos coronéis do Oeste e do Sertão potiguar.

A presença do coronelismo e seus desdobramentos, como a parentela, não se limita ao Rio Grande do Norte. A norte-americana Linda Lewin (1993) realizou um estudo que analisa essa questão na Paraíba, tendo como cenário o período da Primeira República. Sua análise trata das ligações de sangue na política paraibana e, de forma mais superficial, no Nordeste do Brasil no período já citado, evidenciando que, para além de alianças políticas, estavam configuradas como uma política familiar. A autora expõe 20 oligarquias estaduais, dentre as quais dez estavam organizadas de forma parecida com a Paraíba<sup>37</sup>, em parentelas e/ou grupos políticos.

Para Lewin (1993), a política da Paraíba assemelha-se muito à do Rio Grande do Norte. Esta organização assenta-se no poder da parentela (de sangue ou não). Tais grupos, em sua

---

<sup>37</sup> “A lista padrão das oligarquias familiares durante a Primeira República incluía as do Rio Grande do Norte (Pedro Velho), de Alagoas (os Mata), da Paraíba (Os Neiva-Pessoa e os Machado), do Maranhão (Os Leite), do Pará (Os Lemos ou os Montenegro), do Ceará (Os Acioli), do Amazonas (Os Nery), do Mato Grosso (Os Ponce) e, numa situação mais intermediária, as da Bahia (Os Vianna). Sergipe e Espírito Santo estavam incluídos também” (LEWIN, 1993, p. 23).

maioria, tinham nos produtos rurais, na monocultura e no comércio (exportação/importação) suas bases econômicas. Enquanto os Neiva-Pessoa e os Machado tinham domínio absoluto na Paraíba, os pedrovelhistas dominavam o cenário político norte-rio-grandense.

A queda da Oligarquia de Pedro Velho trouxe uma nova configuração na política estadual, em que Joaquim Ferreira Chaves<sup>38</sup>, para alcançar seus objetivos e eleger-se, buscou apoio de políticos de outras regiões do Estado e sua vitória possibilitou a consolidação da transferência do eixo econômico do Leste para o Oeste – do litoral para o sertão. Porém, em nada mudou a situação do povo: apenas saiu de cena um grupo para a entrada de outro com os mesmos princípios e práticas políticas.

No início do século XX, a economia potiguar era essencialmente agrária e as oligarquias dominantes eram ligadas à terra (agricultura, pecuária e mineração). Por isso, quando da segunda administração de Chaves (1914-1920), em plena Primeira Guerra Mundial (1914-1918), ele incentivou a produção algodoeira, ao construir estradas para região Seridó, e a reativação da indústria salineira (MARIZ; SUASSUNA, 2005, p. 224-225), fez com que crescesse o processo de descrédito e perda de poder dos representantes da “política do Agreste” (oligarquia Pedrovelhista/Maranhão) e a elevação da oligarquia ligada ao algodão-pecuária. Trata-se do surgimento do “sistema político do Seridó” (SPINELLI, 2010a, p. 52), consolidado nos governos de José Augusto Bezerra de Medeiros<sup>39</sup> (1924-1928) e Juvenal Lamartine de Farias (1928-1930).

O período pós-facção de Pedro Velho/Maranhão consolidou-se definitivamente com a saída de Ferreira Chaves (1914-1920), outrora ligado à “política do Agreste”, quando foi eleito pela primeira vez governador (1896-1900) e com a entrada de José Augusto, que além de ser político passou a publicar artigos e livros sobre economia (algodoeiro/salineira),

<sup>38</sup> Joaquim Ferreira Chaves Filho (Recife/PE, 15/10/1852-Rio de Janeiro/RJ, 12/03/1937) atuou nas áreas jurídicas (promotor, juiz de direito, desembargador e procurador-geral do Estado) e política (governador, senador e Ministro da Marinha e das Relações Exteriores do Brasil). Primeiro governador eleito por meio do voto em aberto, “voto bico de pena”, era filho de Joaquim Ferreira Chaves e Clara Maria de Lacerda Ferreira Chaves.

<sup>39</sup> “José Augusto Bezerra de Medeiros (Caicó/RN, 22/09/1884-Rio de Janeiro/RJ, 18/05/1971) era descendente de famílias tradicionais do Seridó Potiguar. Filho do professor Manoel Augusto Bezerra de Araújo e Dona Cândida Olindina de Medeiros, teve como profissão a advocacia, a magistratura e a docência (lecionou História: Geral e do Brasil, e Geografia no Atheneu Norte-Rio-Grandense, onde exerceu a função de Diretor daquela instituição), escritor (publicou mais de uma dezena de livros, entre 1918-1968, além de diversos artigos em jornais), intelectual (foi membro sócio do IGHB, IHGRN, ABI, Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, Associação Brasileira de Escritores e outras), político de ideologia democrática (foi deputado estadual, deputado federal sete legislaturas, senador da república e governador do Rio Grande do Norte), ainda ocupou os cargos de Secretário de Estado e Chefe de Polícia no RN, Procurador da República Interino e Inspetor Federal no Rio de Janeiro. Era de família tradicional na política potiguar, [...] seus avôs eram os coronéis Silvino Bezerra de Araújo Galvão, de Acari (paterno) e o Senador José Bernardo, de Caicó (materno)” (TRINDADE, 2011, p. 214-217).

política, genealogia e direito, os quais tinham enfoques para o Rio Grande do Norte e procuravam legitimar a região do Seridó potiguar, por sua origem e história<sup>40</sup>.

Os governadores do período (1914-1930) podem ser considerados de transição (1914-1924, Chaves e Souza) e consolidação (1925-1930, José Augusto e Juvenal Lamartine) do “sistema do Seridó”. No primeiro momento, ainda em 1914, quando perdeu o pai, Theodorico Bezerra começou a trabalhar como vendedor e comprador de couros na cidade de Santa Cruz/RN. Passou por diversas atividades no comércio e serviços durante sua adolescência, até chegar a ser hoteleiro na cidade de Natal/RN, no ano de 1925 (BEZERRA, L. G., 1982, p. 17-18).

No segundo momento, expandiu seus negócios na área da hotelaria e, em 1928, comprou a propriedade Caiçara, no atual município de Tangará/RN, a primeira do aglomerado de fazendas que se tornou o “*Império de Irapuru*”, um dos maiores e mais produtivos latifúndios do Rio Grande do Norte das décadas de 1950 a 1980 (BEZERRA, L. G., 1982; BEZERRA, M. S., 1988; SILVA, M. A, 2010).

Nesse período, conforme se pode ver no quadro abaixo, não eram mais os governantes do Agreste/Capital, e sim os do Oeste/Seridó do Rio Grande do Norte que passaram a dar as ordens e comandar a política local.

**QUADRO 2** - Governadores do Rio Grande do Norte - Primeira República - “Sistema do Seridó” (1914-1930).

| NOME                             | PERÍODO                 |
|----------------------------------|-------------------------|
| Joaquim Ferreira Chaves          | 1914-1920 <sup>41</sup> |
| Antônio José de Melo e Souza     | 1920-1924               |
| José Augusto Bezerra de Medeiros | 1924-1928               |
| Juvenal Lamartine de Farias      | 1928-1930               |

**Fonte:** Quadro elaborado pelo autor a partir das informações da obra de MACHADO, João Batista. **Perfil da República no Rio Grande do Norte (1889-2003)**. Natal (RN): Depto. Estadual de Imprensa, 2000.

Os governos pós 1924 “[...] representam o coroamento definitivo do processo de deslocamento da hegemonia açucareira-têxtil (representante pelo Maranhão, Chaves Souza e outros) para oligarquia algodoeiro-pecuária” (SPINELLI, 2010a, p. 51). Houve, então, perda de mando e força dos Maranhão e dissidentes (açucareiro-têxtil) para outros chefes políticos locais (algodão-pecuária), a começar pela administração de José Augusto Bezerra de Medeiros (1924-1928), período em que houve paz entre as facções rivais.

<sup>40</sup> Além de José Augusto, Juvenal Lamartine e Eloy de Souza publicavam artigos ou livros de cunho econômico e técnico sobre o algodão.

<sup>41</sup> Em 1914, no governo de Alberto Maranhão, o mandato do Executivo Estadual foi aumentado para 06 anos e o período da administração de Joaquim Ferreira Chaves foi reduzido novamente para quatro anos pela Constituição Estadual (MARIZ; SUASSUNA, 2005, p. 233).

O governo de José Augusto, mesmo tendo quebrado a hegemonia dos pedrovelhistas/Maranhão, é a continuação dos arranjos das elites locais, que com todas as querelas e disputas permaneciam contraditoriamente ligadas pela dependência comum às oligarquias predominantes nacionalmente (em especial aos grupos políticos paulista e mineiro). Assim, com as novas configurações e conjunturas que se processavam em âmbito nacional, o Rio Grande do Norte deveria alinhar-se a elas, e o fez. Desta feita, estava em harmonia com a oligarquia dominante em âmbito nacional.

Na política nacional, os anos 1920 trouxeram um processo de mudanças significativas para todo o país, nomeadamente o esgotamento do molde agroexportador do café e a crise do sistema das oligarquias, as quais passaram a ser contestadas principalmente nas grandes metrópoles nacionais (São Paulo e Rio de Janeiro). Com o surgimento do Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 1922, o Movimento Tenentista e a Coluna Prestes, elas enfraqueciam cada vez mais, haja vista a sociedade contestar a ordem institucional, a falta de alternância no poder e de participação do povo no processo político eleitoral.

Nesse contexto, ao assumir a chefia do Executivo estadual, José Augusto Bezerra de Medeiros apareceu como aquele que tinha “capacidade de responder aos anseios da sociedade”, com reformas administrativas, criação e reformulação de leis que contemplassem o investimento do governo em infraestrutura, agricultura e educação, como também por meio do atraso do pagamento do funcionalismo e demissão de funcionários públicos para economizar. Também angariou empréstimos nos setores públicos (Banco do Brasil) e privado (Firma Almeida Lisboa & Ltda.) para enfrentar os problemas das enchentes e socorrer as populações afetadas do interior. Por conta disto, ele era visto como “um revolucionário”.

No que concerne às reformas, o destaque do governo de José Augusto foi a revisão da constituição estadual, que buscou equalizar o processo eleitoral ao criar o cargo de Prefeito (1926), até então inexistente como poder autônomo. A Lei n. 660, de 25 de outubro de 1927, no art. 77, nas suas Disposições Gerais, designa o voto feminino como direito<sup>42</sup>. Do outro lado, a oposição, Aliança Liberal, via essas reformas como estratégias políticas e não como melhorias administrativas da gestão.

---

<sup>42</sup> O Rio Grande do Norte foi o primeiro Estado do Brasil a “conceder” o voto feminino: “[...] a professora Celina Guimarães Viana [...] é apontada como sendo a primeira eleitora do Brasil. [...] em novembro de 1927. Foi naquele ano que o Rio Grande do Norte colocou em vigor lei eleitoral que determinava [...] que no Estado poderiam ‘votar e ser votados, sem distinção de sexos’”. Disponível em: <<http://www.tre-es.jus.br/imprensa/noticias-tre-es/2014/Fevereiro/82-anos-da-conquista-do-voto-feminino-no-brasil>>. Acesso em: 01 jul. 2016. Ademais, diversos escritores potiguares têm esse mesmo posicionamento, que os norte-rio-grandenses foram pioneiros no direito eleitoral feminino: leis, votos e candidaturas (MACHADO, 2000, p. 73; MARIZ; SUASSUNA, 2005, p. 228).

No Estado, as elites têxtil, agrária e mercantil estavam alinhadas (amigos e inimigos) dentro do Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte, de onde provinham todos os governadores eleitos durante a Primeira República. Nessa conjuntura, surgiu a Aliança Liberal, que teve na figura do advogado e jornalista João Café Filho, na década de 1920, um dos maiores opositores da política das oligarquias no Estado. Por várias vezes, Café Filho tentou se eleger vereador em Natal, nunca logrando êxito. Contudo, naquele momento, conseguiu marcar seu nome na política estadual.

Mesmo com as críticas sofridas por seu governo, José Augusto elegeu como seu sucessor o primo e correligionário Juvenal Lamartine (1928-1930<sup>43</sup>), que governou o Estado com a antonomásia de “presidente”, conforme determinou a Constituição Estadual de 24 de agosto de 1926.

Juvenal Lamartine foi o oposto do antecessor: perseguia e prendia inimigos políticos, reprimia a imprensa e, por suas ordens, “[...] a Polícia Militar jogava os bandidos mais perigosos no mar com uma pedra amarrada nos pés, onde morriam afogados” (LIMA, J. A., 1986, p. 68). Este é um exemplo das atrocidades praticadas em seu governo.

O último governo antes da “revolução de outubro de 1930”, interrompido por ela, foi marcado pela truculência e repressão utilizadas para impedir o funcionamento de periódicos, como, por exemplo, o *Jornal o Norte* (SPINELLI, 2010a, p. 57), de oposição, além de impedir o crescimento de lideranças dentro do próprio partido do governo e outros políticos do Partido Liberal no Rio Grande do Norte. Para chegar aos seus fins, o chefe do Executivo estadual valia-se da Polícia Militar do Estado como braço armado particular para realizar seus intentos. Logo, até a própria elite sentia-se prejudicada pela falta de acesso aos postos de comando da política potiguar, o que fez surgir um bloco de oposição ao Presidente Lamartine.

Portanto, não eram apenas os cafeístas que rebatiam a liderança do comando estadual, e sim outros sujeitos componentes de grupos políticos locais com menos expressão política, porém com o mesmo intuito de reivindicar mudanças e a abertura no regime vigente, que em sua maioria era composta de jovens de classe média (jornalistas, advogados, funcionários públicos e outros profissionais liberais) e membros da elite preterida. Por exemplo, as figuras de Dinarte Mariz e Silvino Bezerra (irmão de José Augusto), primo do Presidente do Estado, passaram a contestar a ordem institucional, os primeiros e/ou o comando do governo, os últimos.

---

<sup>43</sup> A data de 05 de outubro de 1930 foi o último dia do governo de Juvenal Lamartine, que deixou a cidade de Natal/RN em consequência da “revolução de outubro”.

O poder parece ter subido à cabeça do Presidente Lamartine, que chegou a ordenar o fim do comício da caravana da Aliança Liberal em Natal, que começou e não chegou a ser concluído de forma pacífica (aos 07 dias de fevereiro de 1930). A Aliança Liberal era liderada nesta parte do país pelo deputado federal do Rio Grande do Sul Batista Luzardo. Houve um tumulto que, segundo os opositores do governo, foi iniciado por policiais militares, tendo causado correria, duas mortes (inclusive de um adolescente) e deixado muitos feridos, entre os quais estava o irmão do chefe do Executivo estadual, Nelson Faria, e um militar.

### **1.1.2 A Era Vargas no Rio Grande do Norte (1930-1945): do declínio à ascensão da oligarquia potiguar**

Com a “revolução de outubro” de 1930, as oligarquias potiguares dominantes passaram por um desarranjo: a perda e declínio do poder político institucional, pois foram postas em segundo plano. Todavia, as facções que apoiaram o Partido Liberal no Estado, ligadas a Dinarte Mariz e a João Café Filho, líderes da “revolução”, não tiveram força suficiente para indicar um nome para interventor local. Cada um deles tinha interesse próprio sobre a indicação à chefia estadual, e, para não os desagradar, José Américo de Almeida, em concordância com Juarez Távora<sup>44</sup>, indicaram Irineu Jofily (então Secretário de Segurança da Paraíba), para presidente<sup>45</sup> provisório do Rio Grande do Norte.

Irineu Jofily era paraibano, sem nenhum conhecimento do Rio Grande do Norte. Para administrar o Estado, ele trouxe vários conterrâneos para fazer parte de seu governo e tentou agrupar facções que apoiaram a “revolução” local. Por exemplo, a facção de Café Filho foi beneficiada com a nomeação dele para Chefia de Polícia, e de Pedro Dias Guimarães, figura ligada a ele, à prefeitura de Natal. Do outro lado, Jofily nomeou o “coronel” Dinarte Mariz como Prefeito de Caicó e seus correligionários, o Cônego Amâncio Ramalho a prefeito de Mossoró e o engenheiro Gentil Ferreira de Souza<sup>46</sup> a prefeito de Santa Cruz.

<sup>44</sup> José Américo, juntamente com Batista Luzardo, foram responsáveis pela campanha eleitoral da Chapa de Getúlio e João Pessoa (Aliança Liberal) no Nordeste. Todavia, depois de perderem o pleito, o paraibano José Américo e o cearense Juarez Távora passaram a conspirar a tomada do poder do grupo vitorioso. Contudo, essa ideia só ganhou fôlego e se concretizou com o assassinato do Presidente da Paraíba, João Pessoa. Assim, instalado o novo governo/ “governo revolucionário”, os dois passaram a ter grande poder, ao ponto serem chamados de vice-reis do Norte, haja vista a influência que eles tinham em indicar os nomes para as nomeações dos interventores em cada Estado nordestino (MOREIRA, 2012, p. 61-79).

<sup>45</sup> Até aquele momento (12 de outubro de 1930), não havia as interventorias, as quais foram institucionalizadas por Getúlio Vargas em 11 de novembro de 1930 (SPINELLI, 2010b, p. 22), para ele administrar diretamente os Estados. Destarte, o interventor era uma figura nomeada pelo Presidente da República (Civil ou Militar) subordinado apenas ao Governo Federal e independente das oligarquias locais (GURJÃO, 1994). No início da institucionalização das interventorias nos Estados, passou-se a ter dois princípios: de serem “estrangeiros” (não pertencentes às facções políticas locais) e escolhidos entre os grupos militares, geralmente tenentes.

<sup>46</sup> Irmão de José Ferreira de Souza e filho do Coronel Ezequiel Mergelino de Souza, este último era irmão de

Embora Café Filho fosse o Chefe de Polícia do Estado, os militares o viam como uma ameaça à “ordem pública e social”. Na opinião deles, Café Filho não transmitia confiança. Ele era visto como um “subversivo” (LIMA, J. A., 1983, p. 63-64; MACHADO, 2000, p. 89-90). Assim, Jofily, o Presidente do Estado, tornou-se o primeiro interventor deposto pela “revolução”. Não durou muito no poder por sofrer a oposição das “oligarquias destronadas” e dos militares (SILVA, L. R., 2004, p. 57). Ele renunciou.

Após a saída de Jofily (28/01/1931), quem assumiu foi o Tenente Aluizio Moura (28/01/1931-31/07/1931); seguido do Capitão-tenente da Marinha, Hercolino Cascado (31/07/1931-11/06/1932) e pelo comandante Bertino Dutra (11/06/1932-02/08/1933), todos militares. Essa sequência de militares à frente dos destinos do povo potiguar expõe a carência de civis de confiança que estivessem alinhados ao alto escalão do governo de Getúlio Vargas para o comando do Rio Grande do Norte.

Café Filho era um dos nomes mais conhecidos na política potiguar que estava ligado à “revolução” e ao seu comando central. Porém, ele não era bem visto e não parecia confiável para estar no comando do governo estadual, por haver temor da base getulista de que ele tentasse mudar de forma radical a estrutura vigente da oligarquia potiguar.

Pelo que se percebe, ao se estudar o governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1934) em relação à implantação do seu governo, ele não tinha interesse em destruir as oligarquias locais, e sim a intenção de cooptá-las para sua base governamental, conforme ressalta o pesquisador potiguar Lemuel Rodrigues da Silva<sup>47</sup> (2004, p. 56-57):

[...] a revolução provou que não tinha propósito de romper com a estrutura política viciosa vigente e, sim, garantir algumas mudanças nessa estrutura, favorecendo os novos grupos como os tenentes, oligarquias dissidentes, burguesia em ascensão [...]. O próprio comando da revolução não queria uma ruptura e, sim, uma articulação, daí a existência de uma relação de conflito dentro do próprio grupo revolucionário: interventoria, governo central.

---

Dona Anna Bezerra, mãe do Major-Coronel Theodorico Bezerra e João Bianor Bezerra. Foi também prefeito de Natal por dois períodos: no primeiro, entre 1931-1932 e, no segundo, entre 1935-1940.

<sup>47</sup> *Os Rosados Encenam: Estratégias e Instrumentos da Consolidação do Mando*, livro de Lemuel Rodrigues da Silva, faz uma análise de uma das famílias mais tradicionais do Oeste Potiguar, a partir da chefia política de Gerônimo Rosado, paraibano de Catolé do Rocha, que foi morar em Mossoró na última década do século XIX. Ele discorre sobre o percurso de uma família que construiu sua própria oligarquia. A partir da atuação política local, chegou à chefia estadual em 1951, com Jerônimo Dix-Sept Rosado Maia. A partir da década de 1950, passaram a reservar-se na chefia do Executivo municipal, a ponto de os Rosados terem como inimigos políticos os próprios familiares, que se alternam no poder. Com isso, consolidou-se a permanência do poder de uma família que se tornou uma das oligarquias mais tradicionais do Rio Grande do Norte, a qual adapta constantemente o discurso para continuar no poder, ao criar imagens positivas de seus membros na cidade de Mossoró e cidades circunvizinhas, onde os elementos da família Rosado são vistos como verdadeiros “pais” e “mães” daqueles que moram na região.

Mediante o exposto, havia interesses dispares: não havia por parte de Getúlio Vargas o empenho de romper com a estrutura política vigente nos Estados. Ele buscou garantir espaço político aos novos grupos urbanos e as oligarquias dissidentes, para assim criar novas lideranças políticas. A maioria dos novos interventores (os tenentes) queria transformações sociais claras e o fim das antigas oligarquias, o que causou conflitos entre eles e o Governo Central.

No Rio Grande do Norte, os militares que aceitaram a incumbência de administrar o Estado eram muitos obedientes ao poder central, pois sabiam que, para permanecer no cargo, por serem elementos de confiança do Governo Federal, tinham apenas que seguir as ordens dadas e necessariamente não precisavam submeter-se às oligarquias locais. Assim, ao se contemplar o quadro dos governantes do Rio Grande do Norte na Era Vargas, pode-se perceber tal cenário:

**QUADRO 3** - Governo Provisório (Interventores) do Rio Grande do Norte (1930-1945).

| NOME                             | PERÍODO          | PROCEDÊNCIA |
|----------------------------------|------------------|-------------|
| Irineu Jofily                    | 1930-1931        | Civil       |
| Aluizio de Andrade Moura         | 1931-1931        | Militar     |
| Hercolino Cascado                | 1931-1932        | Militar     |
| Bertino Dutra da Silva           | 1932-1933        | Militar     |
| Mário Leopoldo Pereira da Câmara | 1933-1935        | Civil       |
| Rafael Fernandes Gurjão          | 1935-1943        | Civil       |
| Antônio Fernandes Dantas         | 1943-1945        | Militar     |
| José Georgino Alves Avelino      | 15/08-07/11/1945 | Civil       |

**Fonte:** Quadro elaborado pelo autor a partir das informações da obra de MACHADO, João Batista. **Perfil da República no Rio Grande do Norte (1889-2003)**. Natal (RN): Depto. Estadual de Imprensa, 2000.

Quando Bertino Dutra administrava o Estado, houve a chamada “Revolução Constitucionalista de 1932” ou “Revolta dos paulistas” em São Paulo, a qual buscava destituir o governo provisório e instituir uma nova Constituição Federal.

No Rio Grande do Norte, nessa época, os coronéis potiguares, oposição ao governo estadual e central, foram os primeiros a organizar-se politicamente, ao mesmo tempo em que “[...] chegaram até a enviar seus capangas para lutar ao lado dos paulistas contra o Governo Central, numa firme demonstração de sua posição contra o Governo Provisório e o regime de exceção” (MARIZ; SUASSUNA, 2005, p. 268). Essa é uma clara demonstração de que eles estavam dispostos a lutar, e não a morrer politicamente: mesmo fora do poder, os coronéis potiguares passaram a se organizar para se adaptar à nova realidade política do Brasil.

Ainda em fevereiro de 1933, “as oligarquias destronadas” no Rio Grande do Norte, lideradas por José Augusto de Bezerra de Medeiros, foram rápidas em criar uma oposição com o jornal “A Razão”. Em seguida, organizaram o Partido Popular (PP) no Estado,

composto por políticos atuantes na Primeira República, empresários e industriais. Entre eles, encontrava-se Theodorico Bezerra, hoteleiro, industrial e fazendeiros, sobrinho do Coronel Ezequiel Mergelino de Souza, grande liderança política da cidade de Santa Cruz e na região Agreste.

Até aquele momento, Theodorico Bezerra não tinha seu nome ligado a nenhuma agremiação partidária. Todavia, quando passou a compor os quadros daquele partido político, ele entrou ao lado e/ou em meio às antigas lideranças políticas do Rio Grande do Norte no período da Primeira República. Pode-se dizer que ele teve acesso uma verdadeira escola, cujos professores eram os coronéis de patente ou homens experientes na forma de fazer política clientelista e coronelista, que tinha no mando personalista uma de suas bases de sustentação do poder exercido por tais lideranças.

Nas eleições de 03 de maio de 1933 para a composição da Assembleia Constituinte da Câmara Federal, houve uma luta entre os revolucionários da situação (que ocupavam a interventoria) - Partido do Governo/Partido Social Nacionalista (PSN) x oligarquias destronadas (oposição) - Partido de Oposição/Partido Popular (PP). Os últimos venceram os primeiros ao ocuparem três das quatro vagas.

Esse pleito mostrou o poder da oposição, ao eleger Alberto Roseli, José Ferreira de Souza e Francisco Martins Veras, enquanto a situação elegeu apenas Kerginado Cavancanti de Albuquerque. Entre os derrotados, na chapa da situação estava Mário Leopoldo Pereira da Câmara, que residia no Rio de Janeiro, distante politicamente do Rio Grande do Norte até aquele momento (MARIZ; SUASSUNA, 2005, p. 270).

José Ferreira de Souza era primo de Theodorico Bezerra. Este último era empresário e fazendeiro, conhecido e respeitado na Região Agreste (Santa Cruz) e Capital potiguar (Natal). Até aquele período, o envolvimento máximo que tinha na política era ser membro do Partido Popular.

Vale salientar que Theodorico Bezerra, mesmo sem envolvimento direto nos pleitos eleitorais e sem ocupar cargos políticos, apresentava uma grande rede de sociabilidades<sup>48</sup>, advindas das relações de comércio, hotelaria e dos negócios agropecuários, como também por ser membro das famílias Bezerra e Ferreira de Souza, que carregavam uma carga simbólica, sinônimo de poder e tradição na política potiguar.

---

<sup>48</sup> Redes de Sociabilidades podem ser entendidas como um conjunto de contatos que um indivíduo consegue manter, nos espaços públicos e privados, suas relações sociais com pares e outros sujeitos de classes sociais distintas (superior ou inferior). Essas redes são, na verdade, um conjunto de relações interpessoais que possibilitam, por meio do conhecimento particular, sujeitos criarem relações sociais mais extensas, que os permitem a ter um espaço maior na sociedade, o que traz mais legitimidade social para quem tem uma rede mais ampla de contatos (SCHUELER, 2008, p. 01-18).

Após a derrota de maio, no mês de agosto de 1933, quem assume a interventoria é Mário Câmara (02/08/1933-27/10/1935)<sup>49</sup>, por ser o primeiro interventor civil (após Jofily) e potiguar. Oriundo de uma tradicional família política norte-rio-grandense, pensava-se que as questões políticas entre a interventoria e as antigas facções outrora dominantes na Primeira República estavam com os dias contados.

Contudo, não ocorreu como se esperava por parte do Governo Central porque Mário Câmara não teve habilidade política para tal. Getúlio Vargas forneceu-lhe algumas orientações, entre elas:

[...] a de impor sua própria liderança e a de se aproximar do grupo liderado por José Augusto (mesmo sabendo que não contava com seu apoio), por ser o mais forte. Caso não conseguisse esse objetivo, fundasse então um novo partido e, somente como último recurso, procurasse uma aliança com Café Filho, que não lhe merecia muita confiança (MARIZ; SUASSUNA, 2005, p. 273).

Pelo que se vê na citação, como também em outros textos escritos e relatos de pessoas do período, o objetivo de Vargas era agregar as oligarquias locais junto à interventoria. Como bom técnico, Mário Câmara seguiu à risca as ordens recebidas e não procurou outros caminhos, ou não teve aptidão política suficiente para arrebanhar chefes políticos da Primeira República.

Vale salientar que o grupo de José Augusto, de modo geral, mostrou interesse em compor o governo e abrir espaço nos seus diretórios municipais aos amigos do interventor. No entanto, para isto, o Chefe do Executivo deveria retirar dos órgãos estaduais sujeitos hostis às populações dos municípios do interior ligadas ao Partido Popular. Assim, haveria arranjo vantajoso para ambos os lados. Porém, essa ideia não foi bem vista por Mário Câmara, que, seguindo as orientações recebidas de Getúlio Vargas, criou em julho de 1934 o Partido Social Democrático (PSD)<sup>50</sup> no Rio Grande do Norte.

<sup>49</sup> Irmão de Paulo Câmara e filho do advogado Augusto Leopoldo Raposo da Câmara, político tradicional na Primeira República e também ex-deputado federal e vice-governador na gestão de José Augusto (1924-1928), com bases eleitorais em Ceará-Mirim, zona açucareira do Estado.

<sup>50</sup> Essa informação parece estranha, pois o Partido Social Democrático (PSD) Nacional foi criado no fim do governo de Getúlio Vargas. Todavia, o Rio Grande do Norte teve seu próprio PSD, agremiação partidária de âmbito Estadual. Como se verifica “[...] uma curiosidade histórica. Em 1933, existiu no RN um PSD-Partido Social Democrata, aliado de João Café Filho, do PSN- Partido Social Nacionalista. Eles formaram a Aliança Liberal contra o governo Rafael Fernandes” (BEZERRA, L. G., 2012, p. 34). Este autor afirma se tratar de 1933. Contudo, os professores Marlene da Silva Mariz e Luís Eduardo B. Suassuna asseguram: “Em fins do mês de julho Mário Câmara fundou o Partido Social Democrático no Rio Grande do Norte” (MARIZ, SUASSUNA, 2005, p. 77). Independentemente da data, existiu um PSD potiguar criado pelo então interventor, antes do seu homônimo em nível nacional.

A partir da criação de sua própria agremiação partidária, o interventor começou um processo para desmontar as bases oligárquicas do grupo de José Augusto nos municípios do interior. Para tanto, transferiu, aposentou, demitiu ou trocou de função funcionários civis, militares (delegados e oficiais) e judiciários (juízes, tabeliães, escrivães) partidários do Partido Popular.

Em seguida, contratou novos policiais, trouxe cangaceiros dos Estados vizinhos para compor a sua guarda civil, criou outros 32 cartórios eleitorais para alistar novos eleitores, organizou novas volantes policiais<sup>51</sup> para desarmar fazendeiros, comerciantes e coronéis interior do Estado, que compunham a base eleitoral do grupo dos antigos chefes da Primeira República. Além disso, fez acordos e prometeu obras públicas, cargos e vantagens políticas àqueles que aderissem às suas propostas.

O Partido Popular e seus membros acusaram-no de praticar desordem pública, violência, desmandos e trazer insegurança ao Estado (LIMA, J. A., 1983; MACHADO, 2000; MARIZ; SUASSUNA, 2005; SPINELLI, 2010b). Tal discurso se intensificou após a morte do filho do ex-governador Juvenal Lamartine, o jovem engenheiro agrônomo Octávio Lamartine, morto em 14 de fevereiro de 1935, em sua fazenda Ingá, no município de Acari, por uma volante policial. Este fato teve repercussão estadual e nacional, rendendo reportagens nos principais veículos de comunicação reacionários do país.

Na verdade, Mário Câmara fez o que a chefia da “Revolução” de 1930 temia que Café Filho fizesse: buscar a desarticulação definitiva da política da Primeira República, que naquele instante estava presente no Partido Popular, o qual se reconfigurou nos mesmos moldes de atuação existentes antes de 1930.

O Interventor Federal vislumbrava a necessidade de ser mais forte que os membros das elites e/ou das oligarquias destronadas pela “revolução de outubro de 1930”. Para tanto, era necessário destruir as bases dos coronéis espalhadas em todo o Rio Grande do Norte. Porém, sua facção não conseguiu tal feito. Por não serem capazes de criar um discurso convincente, os reacionários foram mais fortes que os situacionistas/revolucionários.

Mário Câmara (PSD) aproxima-se de Café Filho (PSN) para lutar contra o inimigo comum: o grupo das oligarquias locais (PP) advindas da Primeira República, que se mostravam com toda a força frente aos detentores do poder. Localmente, os políticos atuantes

---

<sup>51</sup> As Volantes eram um tipo de Força-Policial, composta por policiais das forças públicas dos Estados, militares do Exército e sujeitos indicados pelos chefes políticos locais que fossem conhecedores do Agreste ou Sertões, de cada Estado, em sua maioria compostas por policiais temporários e comandadas por policiais de carreira. Elas foram criadas com o desígnio de agir em operações móveis contra a atuação de bandidos e cangaceiros no interior dos Estados nordestinos.

antes de 1930 tinham nos municípios a ação de José Augusto, e, no Rio de Janeiro, Capital Federal, as de Alberto Roseli e José Ferreira de Souza.

Com a entrada de Café Filho no pleito de 1934, ele trouxe como novo elemento um discurso voltado para o bem-estar da classe trabalhadora urbana potiguar, adequado aos moldes da política varguista, contra as práticas oligarcas do grupo de José Augusto, marcadas por fazer uma política voltada ao mundo rural. O mundo urbano do trabalhador assalariado aparecia nos discursos do grupo do interventor como oportunidade de a sociedade potiguar romper/livrar-se de uma vez por todas do “[...] regime anterior a 1930” do patrão/pater, exposto pelo Partido Popular (SPINELLI, 2010b, p. 132).

O governo revolucionário tinha contra ele as elites rural e urbana, da capital e interior, que vinham desde o II Reinado (1840-1889) adaptando-se e ajustando-se a cada novo sistema de governo para permanecer no controle político e social do Estado. O importante era continuar a exercer o poder (LIMA, J. A., 1983; MELO, 1985; MACHADO, 2000; SPINELLI, 2010a). A toda esta conjuntura somou-se a inabilidade política do interventor:

[...] Mário Câmara perdeu a oportunidade de fortificar a política estadual com o apoio do grupo eleitoralmente mais forte do Estado e mais tarde projetar sua própria liderança, na medida em que fosse alicerçando sua estrutura política. Foi assim que agiu o interventor Juraci Magalhães, da Bahia, conseguindo com o apoio da oligarquia local transformar-se em um líder no seu Estado (MARIZ; SUASSUNA, 2005, p. 275).

Mário Câmara perdeu a oportunidade de criar sua própria base política e perdeu a eleição indireta para a Chefia do Executivo Estadual. No pleito de 14 de outubro de 1934, o Partido Popular escolheu como candidato a governador o médico/comerciante de algodão Rafael Fernandes Gurjão, liderança na região Oeste do Estado e parente de Juarez Távora (SPINELLI, 2010a, p. 137).

Aos 29 dias do mês de outubro de 1935, a Assembleia Legislativa Estadual escolheu Rafael Fernandes<sup>52</sup> (14 votos) e preteriu Mário Câmara (11 votos), para Governador do Estado. No mesmo dia, o primeiro assumiu a chefia do Executivo estadual. Essa escolha é a prova de que as oligarquias locais tradicionais tinham bases fortes e estavam longe de sucumbir.

---

<sup>52</sup> Herdeiro político de Francisco de Almeida Ferreira Castro, Rafael Fernandes Gurjão (Pau dos Ferros/RN, 24 de agosto de 1891-Rio de Janeiro/RJ, 11 de junho de 1962), filho de Abílio Fernandes Gurjão e de Maria Urcininha Fernandes Gurjão, foi médico, fazendeiro, comerciante (algodão e sal), industrial, jornalista e político (deputado estadual, deputado federal, prefeito de Mossoró, governador e interventor do Estado). O período do seu governo foi um dos mais longos da história do Rio Grande do Norte (sete anos, oito meses e quatro dias).

Com Rafael F. Gurjão, escolhido pelas oligarquias, esperava-se um governo com estabilidade política e sem maiores atropelos, por ter maioria no Congresso Estadual. Todavia, em sua administração, houve dois episódios que merecem destaque: o Levante Comunista que eclodiu em Natal (1935) e a instalação da base Norte-Americana na capital potiguar no contexto da II Guerra Mundial (1942) (LIMA, J. A., 1986, p. 65-68), o que fez sua administração ser atípica em relação às anteriores.

A Aliança Nacional Libertadora (ANL) tinha um programa nacionalista, democrático e antifascista, além de atuação em prol das demandas populares em todo o Brasil, o que lhe rendeu adeptos em todo o território nacional, inclusive ex-membros do PCB, que viam na ANL a oportunidade de expor e lutar pelos seus interesses, a ponto de Luís Carlos Prestes ser eleito seu presidente de honra, em abril de 1935. Assim, o PCB passou a influenciar e usar o nome da ANL para seus intuitos (MARIZ; SUASSUNA, 2005, p. 289-293). Entretanto, o grupo de Natal se antecipou, e tal movimento eclodiu por volta das 19 horas do dia 23 de novembro de 1935. A chamada “Intentona Comunista” pegou todos de surpresa e estabeleceu um “governo revolucionário” entre os dias 23 e 27, período em que a capital potiguar foi administrada pelo “Comitê Popular Revolucionário”.

Tudo isso só ocorreu devido ao fato de, no período, o Rio Grande do Norte ainda sentir o desgaste da crise política anterior ao pleito e em virtude de algumas medidas administrativas tomadas por Rafael Fernandes, criando um contingente de insatisfeitos e desempregados que não viam com bons olhos sua administração. Na ausência de tal conjuntura, poderia ter logrado sucesso e ter sido bem aceito por toda a população, já que havia certa insatisfação da sociedade natalense quanto ao governo.

Todavia, o “Comitê Popular Revolucionário” não conseguiu manter a ordem pública e houve grande quantidade de assaltos e roubos a residências, firmas/lojas, fábricas e instituições ou repartições públicas estaduais e federais, que foram invadidas e saqueadas. Tais eventos causaram medo na população e frustraram os revolucionários, pondo fim ao movimento (MARIZ; SUASSUNA, 2005).

Na ocasião da deflagração do movimento, o governador Rafael Fernandes estava em uma colação de grau no Teatro Carlos Gomes (atual Teatro Alberto Maranhão) e, ao saber do ocorrido, refugiou-se na embaixada do Chile enquanto durou o levante. Após o fim do movimento, ele procurou mudar a realidade de instabilidade política de seu governo. Ao utilizar o discurso anticomunista, deu início a uma fase de repressão, perseguição e espancamento dos opositores.

Aqueles que outrora eram situação e passaram à oposição sofreram com denúncias infundadas, seguidas de inquéritos policiais e processos caluniosos, os quais resultaram em prisões arbitrárias. Conforme foi constatado depois dos julgamentos nos tribunais federais, pode-se constatar que três quartos dos acusados foram absolvidos por falta de provas. Isto não é surpreendente: “Indivíduos sem qualquer participação na revolta, mas tidos como perigosos pelo governo estadual, também foram alvos de perseguição. As arbitrariedades eram mais transparentes no interior do Estado, alcançando inimigos dos chefes municipais” (MARIZ; SUASSUNA, 2005, p. 296). Em outras palavras, o anticomunismo passou a ser pretexto para pôr fim à oposição.

Pelo que se percebe, o governo valia-se do poder do mando para intimidar, perseguir e oprimir seus opositores políticos. As mesmas práticas coronelistas empregadas antes de 1930 continuaram sendo a realidade na administração de Rafael Fernandes, que se utilizou do discurso anticomunista para fazer toda sorte de atrocidade, chegando a afirmar que os comunistas eram contra a família e a religião. Por isso, deveriam ser detidos antes que destruíssem a sociedade conhecida.

Para corroborar suas atitudes de desmando e perseguição, Rafael Fernandes mostrou o conhecimento que tinha de outros cargos públicos assumidos anteriormente. A experiência o credenciava como apto para trazer o progresso para o Rio Grande do Norte (expectativa), como discurso legitimador para as ações do governo, ponto de partida para o Estado crescer e se desenvolver. Nesse panorama, as oligarquias, para manter-se no poder, utilizavam-se de discursos ora tracionais (experiências) ora progressistas (expectativas), a depender do que mais fosse mais adequado no momento.

Rafael Fernandes utilizou-se inicialmente de um discurso progressista, ao fazer construções e obras públicas como o saneamento dos primeiros bairros e a preservação de áreas verdes (Bosque dos Namorados e Cidade da Criança) de Natal, além de prover o pavimento de paralelepípedos à estrada que liga Natal a Macaíba. Criou a Repartição de Saneamento, atual Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN), instalou o Banco do Rio Grande do Norte (BANDERN), fixou a divisão territorial do Estado, transformou povoados em vilas e elevou estas últimas à categoria de cidades, como também criou comarcas e inaugurou o Grande Hotel na Ribeira, no ano de 1939.

No período da inauguração do Grande Hotel, o prefeito de Natal era Gentil Ferreira de Souza, um dos membros da Família Ferreira de Souza e primo em primeiro grau de Theodorico Bezerra, que arrendou o referido hotel do governo do Estado pouco antes da

entrada do Brasil na Segunda Grande Guerra e da vinda dos americanos para o Rio Grande do Norte.

Pode-se verificar no discurso de progresso de Rafael Fernandes que ele beneficiou apenas as oligarquias que dominavam o Estado pré-1930. Esses grupos que voltaram à cena política do Estadual não estavam mais dispostos a deixar o poder, pois tinham como propósito permanecer como os principais protagonistas nesse cenário. E o foram.

A partir de 1939, Parnamirim<sup>53</sup>/RN passou a receber oficiais brasileiros e norte-americanos, que vinham sempre para abastecer seus aviões na base aérea local. Esta passou a ponto de apoio do Exército Ianque. Os americanos lutavam contra os países do Eixo, liderados pelos Alemães, e viram o Rio Grande do Norte como essencial para sua vitória na guerra.

A base aérea de Parnamirim transformou-se definitivamente na maior base militar norte-americana fora de suas fronteiras. Para se ter uma ideia da importância de Natal no período, foi na capital potiguar que houve o encontro entre os presidentes Getúlio Vargas (Brasil) e Franklin Roosevelt (EUA), em 1943, o qual selou definitivamente a entrada do Brasil no conflito mundial.

A II Guerra Mundial favoreceu os aspectos econômico, cultural e infraestrutural de Natal (1941-1946<sup>54</sup>). Isto se deu a partir da instalação da base montada para os militares (só americanos eram cerca de 10.000), que passaram a viver entre a capital potiguar e a base aérea, atual aeroporto Augusto Severo, em Parnamirim/RN.

A base militar de Parnamirim era local de abastecimento dos aviões dos EUA e dos países aliados. Trouxe dividendos e fez com que a população de Natal fixa e em trânsito duplicasse de cerca de 60 mil para 120 mil pessoas, entre soldados americanos e brasileiros, novos comerciantes, desempregados e mão de obra para trabalhar nas obras públicas e poucas privadas (SANTOS, 1994, p.128-129). Ademais, favoreceu um crescimento populacional considerável: no ano de 1940, a cidade, então com pouco mais de 52 mil habitantes, cerca de

---

<sup>53</sup> Atualmente, é a cidade com a terceira maior população do Rio Grande do Norte e faz parte da região metropolitana de Natal. Em 2010, população era de 202.456 habitantes (censo 2010) e estimava-se que em 2014 sua população fosse de 235.983 (IBGE, 2014). IBGE cidades. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/233CX>>. Acesso em: 01 set. 2015. Parnamirim é “Nome de origem indígena, em tupi guarani *Paraná-mirim*, significa rio pequeno”. A expressão surgiu escrita em um mapa feito por Frederico de Nassau em 1643, por ocasião da invasão holandesa à região (MARIZ; SUASSUNA, 2005, p. 317).

<sup>54</sup> Esse foi o período (1941-1946) em que a base aérea de Parnamirim/RN foi administrada pelos norte-americanos e que Natal e Parnamirim receberam os investimentos estruturais dos governos do Brasil e dos Estados Unidos da América. Além do dinheiro gasto pelos soldados que estavam em trânsito em Natal/Parnamirim, por acreditar que não voltariam vivos para casa, gastavam todo o dinheiro que ganhavam em bebidas, jogos e mulheres.

15 anos depois havia duplicado, tendo em torno de 120.000 habitantes (SANTOS, 2002). Dentre os fatores que explicam tal desenvolvimento, constam:

A construção de quartéis, instalações militares, pistas, estradas, pontes, casas, prédios, e a abertura de novos comércios como teatros, cinemas, bares, restaurantes, vendas/bodegas, cassinos, lojas, galpões, armazéns, salões, clubes, granjas etc., alugava-se prédios, casas, escritórios crescendo assim a exploração imobiliária e com aumento populacional não havia mais alimentos suficientes para suprir a demanda (SILVA, M.A., 2009, p. 25).

Mediante o exposto, para se ter a infraestrutura de uma guerra, é necessário instalar-se a logística adequada. Destarte, de forma direta ou indireta, Natal recebeu investimentos dos governos dos dois países (Brasil e EUA), o que beneficiou a administração de Rafael Fernandes. Em especial quando o Brasil entrou oficialmente na guerra, a partir de 1941, tiveram início as transferências de militares e, conseqüentemente, as construções das bases e dos quartéis (tudo foi construído em tempo recorde, menos de um ano), tornando a cidade um “[...] sustentáculo da defesa do Nordeste” (MARIZ; SUASSUNA, 2005, p. 316).

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) beneficiou de forma direta alguns comerciantes e homens de negócios de Natal, entre eles Theodorico Bezerra, que no ano de 1939 havia arrendado o Grande Hotel<sup>55</sup>, tornando-se a sua “*mina de ouro*”. Isto porque ele era o melhor do gênero da cidade em infraestrutura e localização. Seu bar tornou-se o ponto de encontro dos jovens soldados e oficiais norte-americanos.

O Grande Hotel teve destaque. Foi um dos hotéis construídos pelo governo do Estado e o único da capital potiguar com estrutura compatível à de outros do gênero no país. Inaugurado em 1939, segundo relatos, não havia quem se atrevesse administrá-lo, por acreditarem ser muito grande para a cidade de Natal na época. Sem saber o que fazer, o governo encarregou o Secretário-Geral do Estado Aldo Fernandes de escolher uma pessoa adequada para a função.

Maria do Nascimento Bezerra (1987, p. 75) afirma que, no ano de 1939, Theodorico Bezerra já “era dono de uma pequena rede hoteleira de 5 de hotéis”, fato que o credenciou a ser convidado a assumir a incumbência de arrendar o “Grande Hotel”, aceita por ele. Todavia, fica a pergunta: tal convite veio por sua “*competência*” administrativa, ajuda de amigos ou influência familiar? Que tipo de relação havia entre o Governo Estadual e Theodorico Bezerra? Suas relações com a elite local eram decorrentes de suas atividades de hotelaria ou

<sup>55</sup> *A República*, Natal, 13 de maio de 1939.

exercia nas relações familiares alguma influência? Respostas a essas e outras questões serão apresentadas nos capítulos seguintes.

A chegada dos americanos a Natal favoreceu sobremaneira Theodorico Bezerra, um dos que mais se beneficiou com os ianques na capital potiguar na ocasião. Naquele período, não havia hotéis e pousadas na cidade do Natal como nos dias atuais. Logo, o Grande Hotel, o único com infraestrutura e boa localização, atraía os jovens soldados e oficiais norte-americanos e brasileiros, fazendo a festa de seu arrendatário:

O período da guerra foi tempo de “vacas gordas” para seus negócios de hotelaria. [...] O Grande Hotel era o único estabelecimento do gênero que oferecia um mínimo de conforto aos que procuravam hospedagem. [...] Ao lado do hotel, funcionava um cassino cujas roletas não paravam noite e dia. Ainda era banqueiro de bicho (BEZERRA, M. N., 1987, p. 76).

O Grande Hotel trouxe riquezas ao Major-Coronel Theodorico Bezerra. Além disso, projetou-o social e politicamente em todo o Rio Grande do Norte, pois nas décadas de 1940, 1950 e 1960, o estabelecimento era o palco dos maiores eventos sociais e políticos da época na capital Potiguar.

Rafael Fernandes Gurjão serviu aos interesses das oligarquias locais. Por isso, teve um governo sem maiores atropelos políticos e administrativos, sem oposição. Toda essa coesão e apoio recebidos foram fundamentais para ele ser consultado pelo embaixador Negrão de Lima antes do golpe da implantação do Estado Novo no Brasil (10/11/1937) sobre o interesse de permanecer no poder não mais como governador, e sim como interventor. Por conseguinte, com a anuência de Rafael Fernandes, as elites políticas locais continuaram no comando do Estado e Getúlio não teve com o que se preocupar em termos de oposição local.

O governo de Rafael Fernandes chega ao fim em 03 de julho de 1943, quando ele foi ao Rio de Janeiro, na época Distrito Federal, e pediu pessoalmente a Getúlio Vargas sua exoneração, alegando problemas de saúde. Vale salientar que seu governo foi influenciado pela política nacional, que de certa forma ofuscou as querelas políticas estaduais e trouxe maior atenção do Governo Federal para o Rio Grande do Norte.

Com a saída de Rafael Fernandes, quem assumiu a interventoria foi o general Antônio Fernandes Dantas (1943-1945)<sup>56</sup>, substituído por Georgino Avelino (15/08/1945-

---

<sup>56</sup> Antônio Fernandes Dantas (Caicó, 18 de maio de 1881-Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1966), militar (general de brigada), especialista engenheiro do exército e político brasileiro, antes de ser interventor no Rio Grande do Norte (03/07/1943-15/08/1945), foi interventor na Bahia (11/11/1937-23/03/1938).

07/11/1945)<sup>57</sup>. Logo após a deposição de Getúlio Vargas, foram nomeados: Seabra Fagundes (01/11/1945-13/02/1946)<sup>58</sup>, seguido de Ulbaldo Bezerra (13/02/1946-15/01/1947)<sup>59</sup> e Orestes da Rocha Lima (15/01/1947-31/07/1947), o último interventor federal no Estado.

Os interventores dispostos no parágrafo anterior eram demasiadamente técnicos. Seguiram as ordens do poder central, sem se contrapor às oligarquias locais. Esses homens, em sua maioria, mantiveram as equipes de governo dos antecessores ou a maioria delas organizou novos partidos políticos, esteve em momentos de transição e conseguiu reorganizar as oligarquias dentro do território estadual.

É bom lembrar que, no Rio Grande do Norte, não houve uma predominância de interventores civis ou militares. Não houve apenas um deles, mas sim uma alternância: foram cinco civis, cinco militares e um do Judiciário. Os civis, com exceção de Fernandes Dantas Gurjão, sofreram oposições e os militares foram postos na interventoria para equilibrar as desordens, pôr fim à violência e tentar reorganizar bases para o Governo Central.

Pode-se considerar, então, que, no Rio Grande do Norte e no Brasil, as antigas oligarquias se adaptaram e/ou se organizaram para continuar desfrutando do poder.

### **1.1.3 A experiência democrática (1945-1964) no Rio Grande do Norte**

No período que ficou conhecido como Experiência Democrática, que compreende um espaço de 18 anos, no Rio Grande do Norte duas agremiações: o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN) comandaram o Estado. Destaca-se que o PSD esteve a maior parte do tempo à frente do Executivo estadual.

Todos os governadores potiguares do período conhecido como Experiência Democrática (1947-1964), sem exceção, eram herdeiros políticos dos antigos coronéis do II Reinado (1840-1889) e da Primeira República (1898-1930) ou foram apoiados por eles. Eles

<sup>57</sup> José Georgino Alves e Sousa Avelino (Angicos/RN, 03 de julho de 1888-Rio de Janeiro/RJ, 02 de abril de 1959), filho do jornalista Pedro Celestino da Celestino Avelino e de dona Maria Neves de Souza Avelino, foi advogado, arqueólogo, jornalista, escritor, diplomata e político: deputado federal (1924-1926), interventor (1945) e senador (1946-1955-PSD e de 1955-1959-PSD). No período que passou como interventor no RN, ele organizou do diretório do Partido Social Democrático (PSD) no Estado, agrupando latifundiários, comerciantes, empresários, industriais, políticos tradicionais da época da Primeira República ou pessoas ricas que tinham liderança política, social e econômica (SILVA, L. R., 2004, p. 101).

<sup>58</sup> Miguel Seabra Fagundes (Natal, 30 de julho de 1910-Rio de Janeiro, 29 de abril de 1993), advogado, jurista, magistrado e escritor brasileiro. Assumiu a interventoria do Estado por ordem do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Jose Linhares, o qual determinou que “os inventores federais nos Estados seriam os presidentes dos Tribunais Eleitorais e de Justiça. No Rio Grande do Norte, foi escolhido presidente do TER, o desembargador Miguel Seabra Fagundes, [...]” (MACHADO, 2000, p. 139).

<sup>59</sup> Ulbaldo Bezerra de Melo (Nazaré/PE, 17 de maio de 1894-Natal/RN, 19 de agosto de 1974), latifundiário, usineiro, comerciante, industrial, empresário e político brasileiro: deputado estadual (presidente da Assembleia Legislativa) e interventor federal pelo Rio Grande do Norte.

compunham as antigas oligarquias que desde o século XIX vinham configurando-se e metamorfoseando-se para permanecer no poder em plena década de 1940, conforme se vê no quadro abaixo:

**QUADRO 4-** Governadores do Rio Grande do Norte na Experiência Democrática (1947-1964).

| NOME                                   | PERÍODO   | PARTIDO |
|----------------------------------------|-----------|---------|
| José Augusto Varela                    | 1947-1951 | PSD     |
| Jerônimo Dix-sept Rosado <sup>60</sup> | 1951-1951 | PR      |
| Sylvio Piza Pedroza                    | 1951-1956 | PSD     |
| Dinarte de Medeiros Mariz              | 1956-1961 | UDN     |
| Aluizio Alves                          | 1961-1966 | PSD     |
| Walfredo Dantas Gurgel                 | 1966-1970 | PSD     |

**Fonte:** Quadro elaborado pelo autor a partir das informações contidas na obra de MACHADO, João Batista. **Perfil da República no Rio Grande do Norte (1889-2003)**. Natal (RN): Depto. Estadual de Imprensa, 2000.

O quadro sugere que o Partido Social Democrático (PSD) reunia as maiores forças políticas potiguaras no período, pois tinha as mais proeminentes lideranças econômicas e sociais espalhadas em municípios em todas as regiões do Rio Grande do Norte. Nessa época, quem passou maior parte do tempo (1949-1965) como presidente do PSD no Estado foi o Major-Coronel Theodorico Bezerra (1903-1994), um dos membros da família Bezerra.

Em capítulo específico, procurar-se-á ponderar sobre política na chamada “Experiência Democrática” (1945-1964) no Rio Grande do Norte, a partir da atuação de Theodorico Bezerra como presidente do Partido Social Democrático (PSD) potiguar e a importância dessa agremiação no cotidiano norte-rio-grandense, por meio dos conchavos advindos da cultura política local, sustentada pelo clientelismo oligárquico, pelas práticas coronelísticas e de mando, embasadas no personalismo de indivíduos que se fazem maiores que os próprios partidos do quais são membros.

O estudo da política local serve para entender em linhas gerais a política nacional, pautada na continuação de elementos tradicionais e personalistas ainda presentes na cultura política brasileira no início do século XXI, composta por vários elementos que permeiam o mundo da política, conforme será exposto nesta dissertação. Em capítulo específico, será avaliada a política potiguar na “experiência democrática” (1945-1964) por meio da ação de

<sup>60</sup> Jerônimo Dix-sept Rosado Maia (Mossoró/RN, 25/03/1911 - Aracajú/SE, 12/07/1951), empresário e administrador de sucesso, torna-se prefeito de Mossoró em 1948, e pelo trabalho que fez naquela edilidade, - após a morte do senador João Severiano da Câmara (Taipu/RN, 08/03/1895-12/12/1948) - PSD-RN- torna-se o nome da renovação, juventude, “capaz de trazer mudança em todo Rio Grande do Norte”. Em 1950, é eleito governador do estado com apenas 39 anos. Porém, teve uma administração curta, de menos de seis meses, pois faleceu em um acidente aéreo no Rio Salgado, no Estado de Sergipe. Filho do patriarca paraibano Jerônimo Rosado, que foi o fundador dos rosados em Mossoró (ver nota específica sobre ele), cujo grupo político se consolidou como força estadual entre os anos 1945 e 1960.

Theodorico Bezerra (nas cidades de Santa Cruz/RN e Natal, a partir das eleições municipais e estaduais).

Não se pode esquecer que ele passou de membro fundador de uma agremiação partidária à maior liderança no Estado. Tornou-se deputado federal e vice-governador do Estado quando presidente do Partido Social Democrático potiguar. Logo, far-se-á necessário compreender o papel do Major-Coronel Theodorico Bezerra como presidente do Partido Social Democrático do Rio Grande do Norte, a partir das ópticas de Lúcia Hippolito ([1985] 2012) e Lauro Gonçalves Bezerra (2012), e qual a importância desta personalidade na configuração local e nacional.

Na visão da primeira autora, citada no parágrafo anterior, que escreveu *De Raposas e Reformistas - o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*, desponha uma análise nacional da referida agremiação partidária a partir da imagem do partido centro, que, por ter maioria no Congresso Nacional, era responsável pela estabilidade política do Brasil no período, haja vista esse partido ter uma grande atuação no Legislativo federal.

Nessa obra, percebe-se como se dava a organização interna do partido e o poder das lideranças nacionais e regionais, expondo a visão da autora para o que seriam as raposas pessedistas e o desempenho delas frente ao comando nacional da agremiação. Ter-se-á uma visão geral do PSD para entender o referido partido no Rio Grande do Norte, a partir da leitura de *O VERDADEIRO: A História do PSD potiguar*, de autoria de Lauro G. Bezerra (2012), que conta a história daquela agremiação partidária a partir das informações contidas no livro de atas da direção estadual do Partido Social Democrático (PSD) norte-rio-grandense.

O autor da obra mencionada trata dos principais assuntos daquela agremiação partidária no Estado do Rio Grande do Norte: das rotinas de reuniões, das organizações financeiras para campanhas municipais e estaduais, das crises políticas internas e externas, as quais afetavam seus membros e líderes em todo o Estado. Outrossim, trata das personalidades políticas norte-rio-grandenses, assinalando a atuação dos seus dois ex-presidentes, João Severino da Câmara e Theodorico Bezerra, como empresários e líderes políticos de destaque econômico e social em todo o território potiguar.

Para entender a atuação política do Major-Coronel no Estado, deve-se analisar o processo eleitoral estadual nas campanhas estaduais e municipais, a partir da atuação dos candidatos perante os eleitores (os quais passaram a ter novamente o direito ao voto), a partir de 1945 até 1965, com a instituição dos novos partidos políticos e a atuação da Justiça Eleitoral, que concedeu ao eleitor outras formas de ver a política.

Deve-se lembrar de que o mando, o personalismo e o coronelismo passaram a ter um parceiro que se fortaleceu como nunca nesse período, o clientelismo. Assim, com a instituição do voto direto, o eleitor foi transformado em parte da clientela política dos líderes locais e/ou estaduais, que, para garantir os votos, distribuíam de tudo, do corte de tecido à promessa de um emprego. Nesse sentido, o clientelismo realimentou a lógica das oligarquias, que a partir de tal momento passaram a disputar a opinião pública para conseguir o voto e continuar nos meandros do poder nessa nova configuração política.

A partir da atuação política do Major-Coronel Theodorico Bezerra como membro e presidente do Partido Social Democrático (PSD) no Rio Grande do Norte, será feito um capítulo específico dedicado ao estudo da maneira de atuação dos chefes políticos municipais e estaduais no período das eleições, através das campanhas eleitorais e formas de propaganda nos pleitos de 1945, 1947, 1950, 1954, 1955, 1958, 1960 e 1962, período de 1945-1964. Ademais, pretende-se entender os partidos e as composições vitoriosas em cada pleito eleitoral, bem como o papel do eleitor nessa nova ordem política e institucional, surgida a partir de 1945, em que os partidos políticos eram os sustentáculos daquele sistema governamental.

Para tanto, buscar-se-á compreender a cultura política do período (1945-1965), ao mostrar como se deu a dinâmica da luta das oligarquias pelo comando político e institucional do Rio Grande do Norte, quando o mundo urbano começou a crescer frente ao rural. Desta feita, entender os partidos políticos locais, os candidatos e a justiça eleitoral frente aos antigos chefes/coronéis da Primeira República (experiência) e os novos políticos (expectativa) que viam o futuro de modo distinto um do outro é chave fundamental para elucidar a leitura da política potiguar e brasileira do século XXI.

## **1.2 QUEM FOI THEODORICO BEZERRA**

Nascido em 23 de julho de 1903, em Santa Cruz/RN, o oitavo dos nove filhos que se criaram<sup>61</sup> de José Pedro Bezerra e Anna Bezerra (BEZERRA, L. G., 1982, p. 17), Theodorico Bezerra era membro de família influente na região Agreste do Rio Grande do Norte. Todavia, sua linhagem tem precedência bem mais antiga, como se pode ver na obra do Monsenhor

---

<sup>61</sup> A expressão “criaram” serve para identificar os descendentes que chegaram à vida adulta e muitos dos quais geraram filhos, dando continuidade à linhagem dos Bezerra, conforme expõe na referida obra analisada. Há casos de o casal ter uma dezena de filhos e poucos deles terem chegado à adolescência.

Severino Bezerra<sup>62</sup> intitulada *Genealogia da Família Bezerra*, de 1989, e José Augusto, que tem como título *Famílias Seridoenses*, de 1940<sup>63</sup>.

Essas obras de certo modo serviram como documentos familiares utilizados para legitimar as famílias tidas como “responsáveis pelo desenvolvimento” das regiões do Seridó e do Trairí, cujas principais cidades são Caicó e Santa Cruz, respectivamente. A última área, destacada outrora, situa Santa Cruz como parte da Região Agreste, que durante algumas décadas despontou como um dos principais espaços de influência da família Bezerra, mais especificamente os Bezerra de Santa Cruz, descendentes de José Pedro Bezerra e Donna Bezerra.

José Augusto B. de Medeiros (2002) começa sua obra a partir do capítulo *A Criação do Gado: factor do povoamento do Seridó*, dissertando sobre a importância desse animal para a fixação das tradicionais famílias da região, pois foi o “povoamento da zona o motivo econômico que decidiu filhos de outras regiões nordestinas a procurarem as margens do Rio Seridó e seus afluentes e ali se fixarem” (MEDEIROS, 2002, p. 07) em fazendas de criação de gado. O autor inicia a obra expondo os motivos econômicos para legitimação do povoamento da região. Para ele:

São dessa época os fundadores das grandes famílias que ainda hoje ocupam, a título quase exclusivo, o território banhado pelo rio Seridó e seus afluentes, na hora presente, abrangendo oito circunscrições um município- Caicó, Acary, Jardim do Seridó, Serra Negra, Curraes Novos, Flores, Parelhas, Jucurutú, a primeira das quaes, o Caicó, compreendendo então todas as outras, teve a sua economia oficial em 31 de julho de 1788. [...] Thomas de Araújo Pereira, Caetano Dantas Correia, Cypriano Lopes Galvão, todos os povoadores iniciais do Seridó, troncos das tradicionais famílias que ainda hoje vivem na região, em que trabalham e a que servem, foram criadores de gado, opulentos fazendeiros, proprietários de grandes rebanhos. [...] O gado foi desse modo, ao começar o povoamento da terra seridoense, o elemento econômico fundamental, a fonte de riqueza natural asseguradora das condições de vida, a oferecer perspectivas de exploração commercial, o princípio de todo o processo da história do Seridó [...] (MEDEIROS, 2002, p. 13).

Desse modo, o gado serviu como elemento econômico e cultural da fixação de muitas famílias criadoras, as quais geraram troncos familiares que se tornaram tradicionais. Em seguida, o autor procura mostrar as origens dos troncos familiares do Seridó: Araújo Pereira, Dantas Correia, Azevedo Maia, Baptista, Medeiros, Lopes Galvão, Bezerra de Menezes e Fernandes Pimenta como sendo as principais famílias que povoarão a região.

<sup>62</sup> Filho de José Pedro e D. Anna, ele era irmão de Theodorico Bezerra.

<sup>63</sup> A primeira edição foi publicada pelos irmãos PONGETTI Editores, do Rio de Janeiro, no ano de 1940. Aqui, é trabalhada a segunda edição, da Ed. Sebo Vermelho, da cidade de Natal/RN, do ano de 2002.

Ao descrever essas famílias como essenciais pelos “serviços prestados” (MEDEIROS, 2002, p. 61), o autor expõe os Lopes Galvão como exemplo. Essa linhagem tem origem em Portugal, na pessoa de Manoel Lopes Galvão, secretário do Rei D. João IV (1640-1656), pai de outro Manoel Lopes Galvão, que veio residir no Brasil e lutou contra os holandeses e contra os revoltosos do Quilombo dos Palmares (segunda metade do século XVII). Este patriarca teve importância fundamental para a colonização do Brasil, segundo o autor, que discorre sobre a descendência da família Lopes Galvão no Brasil até chegar e se fixar no Rio Grande do Norte.

Cypriano Lopes Galvão casou-se com Dona Adriana de Holanda de Vasconcelos em Iguarassú/PE (1755), e tomou posse das terras de seu pai na capitania do Rio Grande do Norte, onde deu origem à estirpe Galvão no RN. Cypriano teve como um de seus filhos o Capitão-Mor Galvão, fundador da cidade de Currais Novos no início do século XIX. Este último, o Capitão-Mor, teve 14 filhos. O oitavo deles, Cypriano Lopes Galvão, contraiu núpcias com Thereza Maria José Bezerra de Menezes (MEDEIROS, 2002, p. 68-71). Assim, houve a união entre Lopes Galvão e Bezerra de Menezes.

A família Bezerra ou Bezerra de Menezes, segundo José Augusto Bezerra de Medeiros, tem origem no Brasil a partir da ascendência de Antônio Bezerra Felpa de Barbuda, que morava na cidade de Ponte de Lima, em Portugal. Esse Senhor se casou com a senhora Maria de Araújo, os quais vieram para a América Portuguesa em companhia de Duarte Coelho, primeiro donatário de Pernambuco.

Depois, o autor faz uma exposição dos descendentes de Antônio Bezerra Felpa de Barbuda, ao citar nomes importantes da linhagem Bezerra ou Bezerra de Menezes, além de informar que essa genealogia ocupa todo o Nordeste. Porém, nos Estados de Pernambuco e Ceará, os Bezerra passaram a utilizar o sobrenome Menezes, ou seja, passou-se a escrever Bezerra de Menezes a partir do casamento da baiana Petronila Menezes com o pernambucano Bento Rodrigues Pereira, pais de Joanna Bezerra de Menezes.

Para Medeiros (2002), o tronco Bezerra no Rio Grande do Norte tem em José Bezerra de Menezes sua fundamentação. Ele veio morar na fazenda Jacaracica, no atual município de Santa Cruz (o autor não especifica a data). Foi lá onde se casou com Maria Borges do Sacramento, filha de Jeronimo Borges da Fonseca e Brigida Maria. Percebe-se que “Muitos foram os filhos do casal José Bezerra-Maria Borges: 01) José Bezerra de Menezes Junior; 02) Antonio Bezerra; 03) Bento Bezerra; 04) José Antonio; 05) Anna; 06) Maria Manuela; 07) Rita; 08) Phelippa; 09) Manuela; 10) Brigida; 11) Thereza Maria José” (MEDEIROS, 2002,

p. 83). Destes filhos, a última, Thereza Maria José, permaneceu na zona do Seridó, onde, em 1794, casou-se com Cypriano Lopes Galvão Junior, filho do fundador de Currais Novos.

Ao final do texto da família Bezerra, o autor procura expor que, nos municípios de Acari e Currais Novos, os Bezerra entrelaçaram-se com os Araújo Pereira, os Dantas Correia e os Lopes Galvão. Os Medeiros conseguiram exercer a liderança da região e por vezes essa influência chegou a todo o Rio Grande do Norte. Medeiros (2002) apresenta um ensaio genealógico/árvore genealógica, como prova do valor dessas famílias para a comunidade local.

Não se pode esquecer de que o modo como são expostas as origens dos patriarcas do Seridó Potiguar por José Augusto procura expor que o mando exercido por ele era proeminente de sua ascendência, como neto do Coronel Silvino Bezerra de Araújo Galvão (avô paterno), de Acari/RN, e José Bernardo de Medeiros, de Caicó/RN. O primeiro foi deputado estadual e vice-governador, enquanto o segundo foi senador (1890-1907). José Bernardo, no II Reinado, foi deputado provincial (1867) e vice-presidente da província (1882-1884) do Rio Grande do Norte.

José Augusto foi um dos escritores do Seridó que tem em suas obras um discurso feito em primeiro momento para legitimar a política daquela região frente à política Agreste. E depois, a exemplo da obra *Famílias Seridoenses* (1940), como forma de expor sua origem. Neste livro, o autor ressalta que “os seus ancestrais no Brasil, [...] foram sempre elementos de grande relevo nas armas, na política, na sociedade” (AUGUSTO, 1940, p. 72). Ele via a necessidade de um respaldo social que deveria ser construído a partir da história e de bases intelectuais. Logo, a proposta é não apenas ressaltar o fator econômico, e sim a ancestralidade como um dos elementos do poder da família Bezerra.

Vale lembrar que, a partir de 1918, José Augusto passou a dedicar-se às artes e também à política, exercendo os cargos de deputado estadual (1913-1915), deputado federal (1915-1923, por três mandatos), presidente (governador) do Rio Grande do Norte (1924-1927), senador (1928-1930) e deputado federal (1935-1937, 1946-1955, por mais quatro mandatos). Ele passou a ser líder de uma base de intelectuais potiguares que passaram a criar uma origem comum da elite norte-rio-grandense como instrumento legitimador dessa estirpe.

Diferentemente de José Augusto, monsenhor Severino Bezerra (1988) afirma que a origem da família Bezerra é espanhola, em terras vizinhas a Portugal. Em cronologia de 1535 a 1988, a palavra “Bezerra” tem origem na Espanha. Por esse motivo, segundo Bezerra, M. S. (1988, p. 07), “[...] se deve escrever a segunda sílaba de Bezerra com Z, em vez de S”. E acrescenta que o fundador da família Bezerra no Brasil foi Domingos Bezerra Felpa de

Barbuda<sup>64</sup>, nascido em Viana da Foz de Lima, em Portugal, no ano de 1526, filho de Antônio Bezerra Felpa de Barbuda, que veio para o Brasil em 1535.

Segundo o autor, Domingos Bezerra Felpa de Barbuda casou-se por volta de 1567, em Olinda/PE, com Brázia Monteiro, filha do senhor Pantaleão Monteiro, fundador do Engenho São Pantaleão, situado na Várzea do Capibaribe. Foi, portanto, em Pernambuco que começou o tronco Bezerra no Brasil. Para José Augusto (1988), os Bezerra do Seridó advêm do Riacho do Sangue do Ceará, enquanto os de Santa Cruz são oriundos das fazendas “Urubu” e “Jacaracica”, do município de Araruna/PB.

Os Bezerra de Santa Cruz têm como ascendentes Antônio de Souza Bezerra e Ana Joaquina Bezerra, de Araruna, como tronco familiar. Este casal, segundo o autor, criou seis filhos: (01) Severino, (02) Bertino, (03) Bento, (04) Ana, (05) Francisca e (06) Francisco, cuja descendência é demonstrada. O último deles, o senhor Francisco Pedro Bezerra de Menezes, casou-se com Isabel Alexandrina Bezerra Cavalcante (Biluca), com quem teve 12 filhos. O último foi o pai do autor: José Pedro Bezerra.

José Pedro Bezerra (Araruna/PB, 17 de março de 1858-Santa Cruz/RN, 12 de julho de 1913) serviu ao Exército brasileiro no Rio de Janeiro e depois voltou a Araruna, onde se dedicou ao comércio. Em 26 de novembro de 1885, casou-se na cidade de Santa Cruz com Ana Leocádia de Souza (Donana), filha Antônio Justino de Souza e Dona Joana Francisca do Sacramento e Souza. Depois de casados, moraram por quatro anos em Araruna. Após esse período, decidiram morar em Santa Cruz.

Segundo o autor (BEZERRA, M.S., 1988, p. 18), José Pedro era comerciante de “tecidos e miudezas”. Militou na política, sendo vereador em Santa Cruz (1892-1896), eleito em 11 de setembro de 1892 com 139 votos. Dona Ana Leocádia, que passou a ser chamada de Ana Bezerra (mãe do autor), descende da linhagem de Agostinho Francisco da Silva e Ana Maria da Conceição, ambos de Brejo de Areia/PB, progenitores de Antônio Justino de Souza.

Antônio Justino de Souza e Joana Francisca do S. e Souza tiveram sete filhos, entre os quais destacam-se os dois primeiros: Ezequiel Mergelino de Souza (Araruna/PB, 10 de abril 1866 - Natal/RN, 12 de abril de 1953)<sup>65</sup> e Ana Bezerra de Souza, que se casou com José Pedro Bezerra. Nasceram desta união os seguintes filhos: (01) Maria; (02) Maria Elisa; (03)

---

<sup>64</sup> Para o monsenhor Severino Bezerra (1988, p. 08), o termo “barbuda” tem origem em uma moeda de prata criada no reinado de Dom Fernando (1367-1383), de Portugal.

<sup>65</sup> Na pasta individual do parlamentar do Memorial do Legislativo Potiguar, encontram-se algumas informações sobre a vida pública e privada do Senhor Ezequiel Mergelino de Souza. Tratava-se de um comprador de algodão que teve atuação política em todo o Estado do Rio Grande do Norte. Porém, é bom destacar o início da política, quando ele ocupou o cargo de procurador (1889) e, em seguida, o de Secretário (1892) da Câmara Municipal de Santa Cruz.

Cícero; (04) Lúdia (Iaiá); (05) José; (06) Maria; (07) Antônio; (08) João Bianor; (09) Ana (Nina); (10) Antônio Justino; (11) Maria Marieta; (12) Isabel; (13) Maria; (14) Severino<sup>66</sup>; (15) Theodorico; (16) Cândida; (17) José e (18) José Pedro.

Salienta-se que apenas metade dos nove filhos do casal José Pedro e Ana Bezerra chegou à maioridade e deixou (ou não) descendência, quais sejam: (01) Maria Elisa, (02) Lúdia (Iaiá), (03) João Bianor, (09) Ana (Nina), (04) Antônio Justino, (05) Maria Marieta, (06) Severino, (08) Theodorico e (09) José Pedro. Desse modo, percebe-se que o autor traz a origem da família Bezerra até a contemporaneidade e apresenta de forma clara a sua geração. Ademais, faz uma exposição da descendência dos seus irmãos, ao listar os sobrinhos e os filhos destes. Além de trazer a origem da família Bezerra, o autor traz informações da família Ferreira de Souza e Ataíde de Melo, da qual procede a sua mãe, Donana Bezerra.

O Monsenhor Severino Bezerra, de modo geral, exibe a procedência da família Bezerra, porém sempre destaca com mais detalhes aqueles que ocuparam destaque social, como médicos, advogados e políticos, por exemplo, de Theodorico Bezerra, seu irmão. O qual foi deputado estadual (1947-1950, 1974-1978 e 1978-1982), deputado federal (1950-54, 1955-58, 1958-62 e 1964-68<sup>67</sup>) e vice-governador (1962-1965) do Rio Grande do Norte Ou seja, o autor procura legitimar a atuação social, política e econômica da sua família, em especial na cidade de Santa Cruz e região.

Destarte, para falar do Major-Coronel Theodorico Bezerra, é necessário entender suas origens, pois nelas jazem uma grande herança simbólica (o nome da família Bezerra), bem como entender o contexto histórico e social em que ele nasceu e cresceu.

No início do século XX, o analfabetismo era uma realidade para a maioria da sociedade brasileira, em especial, no Nordeste. Poucos sabiam ler e escrever. Theodorico Bezerra estudava na única escola particular da capital do Estado, pertencente aos padres da Igreja Católica. Era uma criança privilegiada.

Theodorico ficou órfão de pai aos 11 anos, quando passou a ser criado pela mãe e pelos tios. Na época, precisou parar de estudar para trabalhar e ajudar na criação dos irmãos/irmãs. Estudar para ascender socialmente parecia uma visão e uma oportunidade que poucos tiveram. Logo, ele não desperdiçou essas chances que teve entre os de sua linhagem. Em 1917,

---

<sup>66</sup> Este é o autor da genealogia da família Bezerra. Severino Bezerra nasceu em Santa Cruz, aos 22 dias de julho de 1902. Foi ordenado padre na capela de Nossa Senhora das Neves, no Alecrim, em Natal/RN, em 08 de dezembro de 1937, e celebrou a primeira missa na Matriz de Santa Cruz/RN, em 12 de dezembro daquele mesmo ano. Exerceu muitos cargos dentro da Igreja, entre eles: secretário do bispado de Natal por duas vezes. Chegou a ser Monsenhor.

<sup>67</sup> 1964-68-eleito. Porém, não assumiu, por estar exercendo o cargo de vice-governador do Estado. Foi eleito de forma indireta para este cargo para os anos de 1962-1966 pela Assembleia Legislativa do Estado.

Theodorico foi (novamente) estudar em Natal. Entretanto, após quase dois anos de estudos no colégio Santo Antônio, teve dificuldades financeiras, que fizeram-no regressar a Santa Cruz. Quando da chegada à terra natal, voltou a trabalhar com os irmãos mais velhos para ajudar a mãe a manter a família.

Logo após a perda do pai, começou a exercer atividades remuneradas. Vendia e comprava de tudo, mas se fixou no comércio com a compra de couro de animais nas feiras livres da região onde morava, e aos 13 anos passou a ser mascate. Aos 17, foi vendedor de tecidos; aos 20, comprou e instalou um equipamento de cinema na cidade de Santa Cruz/RN. Mesmo sem ser uma pessoa “letrada”, se comparado aos dias atuais, no primeiro quartel do século XX, saber ler e escrever no Brasil era uma exceção, um privilégio para poucos, do qual Theodorico Bezerra dispôs.

No período em que Theodorico Bezerra foi criança e adolescente, o Rio Grande do Norte era governado pela facção Pedro Velho/Maranhão, conforme especificado anteriormente, e tinha na agricultura e na pecuária de exportação a base de sua economia. No final do século XIX, precisamente em 1890, o açúcar, o algodão, o sal, couros e salgados, em ordem decrescente de importância, figuravam como os principais produtos na pauta de exportação do Estado (SANTOS, 1994, p. 102).

Dentre esses produtos, o algodão foi o que mais cresceu em importância econômica em todo o Estado, a ponto de começar uma disputa entre os plantadores de cana-de-açúcar e de algodão pelo domínio político do Rio Grande do Norte. Conforme Lemuel Rodrigues da Silva:

A década de 1910 é marcada no Rio Grande do Norte pela consolidação da atividade algodoeira e pelas disputas de poder pelos grupos políticos e econômicos tradicionais do Estado - O Rio Grande do Norte açucareiro-têxtil e o algodoeiro-pecuário. Essa luta leva ao poder o grupo do Seridó pelo deputado José Augusto e Juvenal Lamartine, que haviam construído uma base sólida no Congresso, obtendo respaldo das grandes lideranças nacionais, dentre elas, de Artur Bernardes, líder mineiro e que viria ser eleito presidente da República em 1922. Os chefes políticos do Seridó se aliam aos chefes políticos do Oeste, principalmente àqueles ligados à cotonicultura e ao sal [...]. A força política do Oeste pode ser vista a partir da consolidação do sal, que passa a ocupar a posição de destaque na exportação do Estado, [...] A força política do Oeste do Estado de concentrava nas mãos dos grupos ligados à cotonicultura e sal que, aliados às forças do Seridó, controlavam o poder no Estado (SILVA, L.R., 2004, p. 48-49).

Pelo que se vê, o eixo econômico do Estado a partir de 1910 mudará. Uma das grandes lideranças desse novo espaço de poder passará a ser José Augusto Bezerra de Medeiros, um dos membros Bezerras do Seridó, que tinha relações políticas com chefes nacionais como

Artur Bernardes. Enquanto isso, a região do Trairí tinha no Coronel Ezequiel Mergelino de Souza grande liderança política, pois ele ocupou os cargos mais elevados na cidade e foi a pessoa da cidade que tinha mandatos de destaque no Estado.

**FIGURA 1-** Ezequiel Mergelino de Souza.



**Fonte:** Memorial do Legislativo Potiguar.

Outrossim, a atuação política Coronel Ezequiel no período incluiu: (01) deputado estadual (1910 e 1912), (02) Presidente da Intendência Municipal de Santa Cruz (1911 até 1913)<sup>68</sup>, (03) deputado do Congresso Constituinte (1915), (04) deputado estadual (1916-1917), (05) reeleito deputado estadual (1918-1920), (06) presidente da intendência municipal (1920 a 1922) e (07) prefeito de Santa Cruz (1929 a 1931).

O jovem Theodorico Bezerra estava em meio a um ambiente político influenciado principalmente pelo tio, o Cel. Ezequiel, que atuava politicamente no Trairí, e seu irmão mais velho, João Bianor Bezerra, eleito Intendente no município de Santa Cruz/RN, tendo exercido o cargo entre os anos de 1920 e 1922. Todavia, em sua biografia, Lauro Gonçalves Bezerra (1982) retrata o tio de modo que o Major-Coronel, mesmo sem ser rico, é visto como um menino/adolescente disposto a lutar pelo bem-estar da família.

Ele estava em lugares onde poucos poderiam estar. O biógrafo conta a história do jovem que viajou ao Rio de Janeiro, Capital da República, em 1922 e “teve a oportunidade de assistir às festividades comemorativas do Centenário da Independência do Brasil”

---

<sup>68</sup> Entre 1911 e 1912, ele teve dois mandatos públicos ao mesmo tempo: deputado estadual pelo Rio Grande do Norte e Presidente da Intendência Municipal de Santa Cruz/RN.

(BEZERRA, L. G., 1982, p.18), perante as autoridades da nação. Assim, talvez tenha sido o único habitante de Santa Cruz/RN a participar daquele evento.

Theodorico Bezerra serviu ao Exército brasileiro entre 1922/1923:

Apresentou-se ao Exército e serviu durante um ano no 21º. Batalhão de Caçadores, naquele tempo sediado onde atualmente foi edificado, em Natal, o Colégio “Winston Churchill”. Em sua rápida “carreira” militar foi promovido a cabo, mobilizável como sargento, embora aspirasse um título militar mais alto na hierarquia (BEZERRA, L.G.,1982, p. 18).

Verifica-se mais uma vez a tentativa de Lauro Bezerra (1982) de representar o jovem Theodorico Bezerra como um cumpridor de deveres, alguém que existia para servir. E assim o fez no Exército: serviu. É desse período, em 1924, que ele comprou um caminhão em sociedade com um amigo. Logo depois o vendeu para investir em outras atividades ou ramos. Resolveu morar na capital, desfez-se do cinema e vendeu tudo o que podia para realizar novas empreitadas. Partiu para Natal, onde:

Compra o antigo “Hotel dos Leões” na Av. Tavares Lyra, depois outros, tais como o “Internacional”, “Avenida” e “Palace Hotel”, até fixar-se definitivamente no ramo do arrendamento do “Grande Hotel” em 1939. O ano de 1925 marcou a realização do sonho de ser hoteleiro na capital, inaugurando o primeiro hotel no Dia do Trabalho (BEZERRA L. G., 1982, p.18).

É fato que o jovem Theodorico Bezerra tinha uma grande visão empresarial. Por meio do incentivo de familiares, ele foi para capital potiguar e investiu no ramo da hotelaria. Todavia, não se fixou em qualquer ambiente, mas no centro comercial e cultural de Natal na primeira metade do século XX. Este era o espaço mais movimentado da cidade no ano de 1925 e pelas três décadas seguintes.

No bairro da Ribeira, na cidade do Natal, entre 1920 e 1930, ocorreu um período de transição entre a cidade colonial (desprezada e negada) e moderna (idealizada e sonhada), do velho ao hodierno e do antigo ao moderno. As ruas foram transformadas e alargadas. Para tanto, houve desapropriações e exclusão das pessoas mais pobres desses locais, que passaram a ser um espaço das elites. Houve, portanto, uma valorização econômica, política, social e cultural daquele bairro, cujos espaços foram transtornados para a elite natalense (CORDEIRO, 2012).

Era na Ribeira que existia o templo da Igreja Católica, o Teatro Carlos Gomes (atual Teatro Alberto Maranhão), a Praça Augusto Severo, o Grupo Escolar Augusto Severo e a Escola Doméstica. Lá, também se encontravam as casas das pessoas ilustres da cidade, os

prédios públicos, os bancos, os jornais, as melhores casas e hotéis comerciais de Natal da primeira metade do século XX:

Nas primeiras décadas do século XX, o bairro da Ribeira, [...] não era apenas o centro comercial da cidade, era também o centro social. Este obrigou os principais espaços de lazer e de entretenimento da Cidade do Natal, possuía o teatro, os cafés, o hotel mais luxuoso da cidade (com seus salões onde se realizaram acontecimentos memoráveis), o Cinema Polytheama, entre outros (CORDEIRO, 2012, p. 94).

Desta feita, o bairro da Ribeira era o lugar mais movimento da cidade. Quem lá pudesse empreender teria grandes chances de crescer economicamente. Então, Theodorico Bezerra, ainda jovem, ingressou na melhor escola que teve. São palavras dele: “Sou formado em hotelaria - E essa é uma grande escola, porque no hotel se hospeda o ladrão, o assassino, o escroque, o homem de bem, a moça, o padre, o bispo, o político e assim se vai aprendendo a conviver com vários tipos de pessoas e isso é muito útil na vida” (BEZERRA, M. N., 1987, p. 75).

Pelo que se pode ver na História de vida de Theodorico Bezerra, a hotelaria forneceu a base econômica, cultural e social para ele chegar à década de 1940 com condições de entrar na política partidária. Porque, sem sombra de dúvida, tal ramo negocial foi a grande mina de ouro daquele jovem que se tornou um dos maiores latifundiários, empresários e políticos do Rio Grande do Norte nas décadas de 1950 e 1960. Todavia, não se pode esquecer de que, nos idos de 1940, ele já era um empresário de sucesso e tinha uma propriedade modelo, a Fazenda Irapuru<sup>69</sup>, em Tangará/RN, que se tonou a base de seu poder eleitoral.

Há de se ver também que no pequeno Hotel dos Leões, na Avenida Tavares Lira (junto à Av. Rio Branco, eram as mais movimentadas de Natal nas décadas de 1920, 1930 e 1940), Theodorico Bezerra conseguiu fazer amizade com pessoas que se tonariam as maiores lideranças políticas do Estado, a exemplo do novacruzense Djalma Marinho e de Dinarte Mariz, hóspedes de seus hotéis.

A partir da ida a Natal/RN, Theodorico diversificou seus negócios. No ano de 1928, comprou uma pequena propriedade de nome Caiçara, posteriormente incorporada às outras que começou a comprar com os lucros da hotelaria. Segundo Maria do Nascimento Bezerra:

[...] a compra de um hotel em Natal. Era o ano de 1925. Tinham o certo pendor e relativa experiência, pois sua mãe explorava uma pensão em Santa Cruz. Ao cabo de 3 anos, os lucros permitiram-lhe adquirir um segundo hotel e a seguir, um terceiro.

<sup>69</sup> O capítulo II aborda especificamente a Fazenda Irapuru, em Tangará/RN. Nele, discute-se o poder simbólico exercido pelo Major-Coronel Theodorico Bezerra.

Em 1939, era dono de uma pequena rede hoteleira de 5 hotéis. Entre a compra de um e outro hotel realizavam-se paralelas atividades comerciais de compra e venda de tudo que fosse possível de ser comprado e vendido. Os ganhos já lhe davam uma certa estabilidade econômica (BEZERRA, M. N., 1987, p. 75).

Nesse panorama, os hotéis foram a base da riqueza do Major-Coronel Theodorico Bezerra, que, a partir do início da Segunda Guerra Mundial, acelerou as aquisições de propriedades, pois ganhou muito dinheiro no período (BEZERRA, L. G., 1982, p. 18-19). Além disso, ele entrou em sociedade com o irmão João Bianor e empreendeu na instalação de indústrias de beneficiamento de algodão, fiação, fábrica de óleo e de redes na cidade de Santa Cruz/RN. Ele foi diferente do arquétipo tradicional de coronel (LEAL, 1997; VILAÇA; ALBUQUERQUE, 2003; JANOTTI, 1981, 1997; DANTAS, 1983; FÉLIX, 1987).

No ano de 1932, comerciante e fazendeiro bem-sucedido, ele “rouba, foge e casa, à revelia da família do sogro, o médico José Inácio de Carvalho, com a jovem Zilah, [...]” (BEZERRA, L.G., 1982, p. 19). Daquele matrimônio, nasceram os filhos: Kleber Bezerra (1933) e Sânzia Bezerra (1939). Assim, Lauro Bezerra apresenta Theodorico Bezerra como um homem bem-sucedido econômica e socialmente, tanto no meio urbano quanto rural, típico do modelo capitalista, que transitava nos meios econômico, comercial e social nas cidades de Santa Cruz/RN e Natal/RN.

A vida do Major como membro de partidos políticos teve início na década de 1930. Quando houve a primeira reunião do Partido Popular (PP), em 12 de fevereiro de 1933, ele teve seu nome como um dos sócios fundadores daquela agremiação partidária no Estado do Rio Grande do Norte. Naquele mesmo ano, aos 23 dias do mês de setembro, quando foi realizada a convenção partidária do PP em São João do Sabugi/RN, ele foi eleito presidente da referida legenda naquela cidade.

Naquele período, Theodorico Bezerra pouco aparecia nos noticiários políticos. O máximo que se ouviu falar dele, nesse contexto, deveu-se a um telegrama que ele assinara como membro da Diretoria da Associação Comercial de Natal protestando contra os abusos da Interventoria Federal em 1934 e pedindo providências. O telegrama era dirigido à Federação de Associações Comerciais do Brasil e ao Ministério da Justiça.

De acordo com os noticiários políticos, na época da Era da Vargas (1930-1945), o que se falou de Theodorico Bezerra estava vinculado à liderança do seu tio, o Cel. Ezequiel Mergelino, pai de Gentil Ferreira de Souza, prefeito de Natal por dois períodos (de 1931-1932

e de 1935-1940) e José Ferreira<sup>70</sup>, deputado Constituinte (1933) deputado federal (1934-1937) e Senador da República (1946-1955).

No mesmo ano em que nasceu sua filha, Sânzia Bezerra, Theodorico fez um empreendimento que mudou a sua vida: arrendou do Estado o “Grande Hotel”, o maior e mais bem estruturado hotel de Natal/RN à época. Com a entrada do Brasil, em 1942, na II Grande Guerra (1939-1945), ao lado dos Ianques, a capital potiguar foi tomada pelos americanos, que passaram a viver o cotidiano natalense. Os hotéis do Major-Coronel fizeram parte de suas vidas.

O Grande Hotel<sup>71</sup> foi a “mina de ouro do Major”, como diriam alguns dos seus críticos. No período da II Grande Guerra (1939-1945), os jovens soldados, acreditando na morte certa nos campos de batalha contra os alemães, torravam todo o dinheiro que tinham com farras, mulheres e casas de jogos, como também nos hotéis pertencentes a Theodorico Bezerra.

Na década de 1940, o Major já era um fazendeiro que tinha diversas propriedades espalhadas pelo Estado<sup>72</sup> (criador de gado com cerca de 4.000 cabeças e plantador de algodão e agave<sup>73</sup>), industrial (2 usinas de beneficiamento, 3 fábricas de óleo e torta e 1 refinaria de óleo de algodão<sup>74</sup>) e empresário do ramo imobiliário (terrenos, casas e apartamentos no Rio de Janeiro/RJ, em Natal/RN e várias cidades do interior potiguar e da Paraíba) (CONFESSOR, 2006, p. 77).

Em 1945, após a derrota do nazifascismo na Europa, passaram a existir no Brasil novos partidos políticos. Entre eles, surgiram o Partido Social Democrata (PSD) e União Democrática Nacional (UDN). No Rio Grande do Norte, foi fundado o PSD, sob a liderança dos senadores Georgino Avelino e João Câmara.

O Partido Social Democrático no Rio Grande do Norte já nasceu grande, como uma agremiação de ponto. Em sua fundação, nomes ilustres na política local e nacional fizeram parte, a saber: José Varela, Ubaldo Bezerra, Ulisses Medeiros, Adauto Marinho, Luiz Soares,

<sup>70</sup> José Ferreira de Souza (Santa Cruz/RN, 10 de setembro de 1889 - Rio de Janeiro/RJ, 14 de maio de 1975) foi advogado, professor, consultor, jornalista e herdeiro político do Cel. Ezequiel Mergelino de Souza, que pode ser considerado o intelectual da família no período, entre as décadas de 1930 e 1940. Era considerado a maior liderança política de Santa Cruz/RN até o ingresso de seu primo Theodorico Bezerra nesse meio, em 1947, quando a situação passa a se modificar.

<sup>71</sup> A REPÚBLICA, Natal, 13 de maio de 1939.

<sup>72</sup> Theodorico Bezerra, além da fazenda Irapuru, tinha outras propriedades. Por exemplo, a Fazenda Poço Verde (Santo Antônio/RN), com 1.005 hectares; a Fazenda Terra Firme (Santa Cruz/RN), com 900 hectares (RANDON, 1973, p. 51), e a Fazenda Serra Caiada (Serra Caiada/RN), com cerca de mais de 900 hectares.

<sup>73</sup> O agave é um tipo de planta a partir da qual se produzem fios biodegradáveis, matéria-prima de produtos como tecidos, cordas, remédios, ração animal e adubo.

<sup>74</sup> É uma planta da qual se aproveita praticamente tudo: caule, folhas, maçãs e capuchos são usados na alimentação animal. Entretanto, as fibras e os caroços são os mais valiosos e deles são produzidos diversos produtos. Da fibra se fazem vários artigos da indústria têxtil (fios, tecidos, vestuário) e da semente se produz alimentação humana (óleo, ração) e animal (a “torta”, que é um tipo de ração animal).

Rui Paiva, Clovis Travassos Sarinho, Manoel Gurgel e José Aurino Rocha. Os dois primeiros eram figuras consagradas na política nacional e local.

Como um dos fundadores do PSD potiguar, esteve presente o empresário e fazendeiro Theodorico Bezerra, que também assinou o livro de atas da sua fundação. Este partido se tornaria posteriormente uma das frentes de poder exercido por ele, passando a ser um espaço de oportunidade e crescimento cultural, social e político do Major.

A partir do que revela a sua biografia, o Major-Coronel Theodorico Bezerra, ao ingressar na militância política, já era proprietário de um patrimônio econômico, social e cultural, além dos nomes Bezerra e Ferreira de Souza como tradição (poder simbólico). Ademais, era um dos maiores fazendeiros da Região Agreste do Rio Grande do Norte.

No ano de 1947, quando Theodorico Bezerra foi eleito deputado estadual (1947-1950), o que já era um dos maiores patrimônios econômicos do Rio Grande do Norte foi ampliado quando o Major exerceu outros mandatos parlamentares de deputado federal (1951-55, 1955-59, 1959-1963 e 1967-1971<sup>75</sup>), deputado estadual (1974-78 e 1978-82) e vice-governador (1963-1965).

Quando, no ano de 1949, ele foi eleito presidente do extinto PSD no Rio Grande do Norte e posteriormente por várias vezes reeleito até o ano de 1965<sup>76</sup>, Theodorico Bezerra conseguiu criar uma liderança tal naquela agremiação partidária que passou a ser um dos grandes chefes da política estadual. Alguns fatores podem ser identificados para que ele permanecesse nos cargos políticos no Estado por mais de 35 anos, atuando nas esferas municipal, estadual e federal.

Pode-se dizer que a parentela política possibilitou ao Major-Coronel Theodorico Bezerra ter uma carga de poder simbólico, decorrente do nome da família (os nomes Bezerra e Ferreira de Souza), gerando um poder político que, acostado ao poder econômico e ao mando das terras (dependência dos parceiros e/ou meeiros), passou a fazer parte de alguns dos fatores responsáveis por sua ascensão política. Ele não fugiu à regra dos políticos anteriores à sua militância, conforme se identifica em diversos autores que estudam o coronelismo, a exemplo de Janotti (1981) e Queiroz (1975, p. 160, 177-178), visto que o Major exerceu domínio nas três esferas de poder.

Theodorico Bezerra tinha uma imensa rede de sociabilidades com pessoas de vários municípios do Rio Grande do Norte. Em cada cidade onde tinha negócios, entrava em contato

---

<sup>75</sup> 1964-68 -eleito. Porém, não assumiu, por estar exercendo o cargo de vice-governador do Estado. Foi eleito de forma indireta para este cargo para os anos de 1962-1966 pela Assembleia Legislativa do Estado.

<sup>76</sup> Ano em que o partido foi extinto por força do Ato Institucional n. 02, que aboliu o pluripartidarismo no Brasil.

com lideranças políticas locais para que elas aderissem ao seu grupo político. Quando ele não conseguia estabelecer relação com essas pessoas, formava suas próprias chefias nos distritos para, depois de determinado tempo, quando já tinha certa influência local, conclamar ao povo à criação de um novo município como meio de trazer desenvolvimento ao lugar.

A vida pública e privada, a atuação política, a atividade empresarial, as atividades comerciais e de latifundiário exercidas pelo Major-Coronel Theodorico Bezerra serão estudadas nos capítulos seguintes.

## CAPÍTULO II

### O PODER SIMBÓLICO E A FAZENDA IRAPURU: PRESTÍGIO E PODER NO “MUNDO” DO MAJOR-CORONEL THEODORICO BEZERRA

#### 2.1 DE SANTA CRUZ A NATAL: A MUDANÇA DE CIDADE E A REALIZAÇÃO DE UM SONHO

Quando se fala sobre a vida do Major-Coronel Theodorico Bezerra, não há como desligá-la da Fazenda Irapuru<sup>77</sup>, uma das suas propriedades rurais, com sede localizada em Tangará<sup>78</sup>, no Rio Grande do Norte. Sua extensão, na década de 1970, era de 144 km<sup>2</sup>, ocupando também os territórios dos municípios de São José do Campestre/RN e Santa Cruz/RN, onde, moravam, então, mais de 3.000 (três mil) pessoas (Globo Repórter Documento, 1978). Porém, nem sempre foi assim.

O latifúndio de Irapuru não existia antes da década de 1930, tampouco Theodorico Bezerra recebia a alcunha de “major” e/ou “coronel”, como viria a ser conhecido na década de 1940. Tanto a fazenda quanto o “Major”, “Coronel” e/ou “Major-Coronel” Theodorico Bezerra são criações da década de 1940, quando a comunidade o reconhecia como o “majó Teodorico”, dono da Fazenda Irapuru, uma propriedade próspera<sup>79</sup>, em 1940, e uma das mais produtivas do Rio Grande do Norte, na década de 1950. Essa história, no entanto, começou muito antes da Era Vargas (1930-1945), quando ele ainda era um jovem sonhador e via Natal, a capital potiguar, como um local apropriado para a realização de seus sonhos.

No início do século XX, a população do Rio Grande do Norte era predominantemente rural e tinha nos chefes locais autoridades incontestáveis. Os chamados coronéis, ligados à terra, fossem eles de patente ou de legitimação social<sup>80</sup>, exerciam o poder sobre tais comunidades, cidades e certas regiões do Estado. Esses homens, na maioria das vezes, eram proprietários de terras, comerciantes, padres ou profissionais liberais, como farmacêuticos, médicos, tabeliões, advogados e outros, que, pela riqueza de que dispunham, ou pela

---

<sup>77</sup> A denominação Irapuru é uma homenagem do Sr. Theodorico Bezerra ao UIRAPURU, pássaro lendário e muito conhecido pelo seu canto. Segundo a lenda, quando ele canta, as outras aves param para ouvi-lo e o tangará dança. Ou seja, o uirapuru é o pássaro que canta e o tangará é o pássaro que dança.

<sup>78</sup> O nome Tangará foi escolhido pelo Sr. Theodorico Bezerra em substituição ao nome original da comunidade de Riacho. Assim, coincidência ou não, pessoas que acompanharam a política daquele município diziam que Tangará (o município) dançava conforme a vontade de Irapuru (a fazenda).

<sup>79</sup> A REPÚBLICA, Natal, 10 set. 1946, p. 03-04.

<sup>80</sup> Legitimação social pode ser entendida como aquela dada e/ou aceita pelo povo, a um sujeito que, em determinado meio, passou a ser conhecido por uma função social que exerceu e/ou pelos seus métodos e práticas empregadas. Por exemplo: alguns homens eram chamados de coronéis, sem nunca terem sido militares ou recebido uma carta patente da Guarda Nacional para tal. Porém, na comunidade em que viviam, eram considerados como se fossem coronéis, pelo poder de mando e autoridade que detinham.

capacidade de servir, ajudar, favorecer e fazer favores a outros, passaram a ser líderes políticos destes lugares.

Na primeira metade do século XX, o Rio Grande do Norte não fugia à regra em relação aos outros Estados do Norte (nomenclatura pela qual era conhecido cada ente federado do atual Nordeste): tinha o poder concentrado em poucas famílias e/ou grupos econômicos, que detinham o controle pela concentração da riqueza em suas mãos. Estes, para manterem seus privilégios, financiavam e compunham as oligarquias políticas locais, cada qual ligada ao latifúndio da monocultura agroexportadora (cana-de-açúcar), criação de gado e exploração extrativista (vegetal ou mineral). Tais grupos eram repartidos basicamente de duas formas: pelo espaço geográfico que ocupavam e pela atividade econômica que exerciam e representavam política e socialmente.

Nos anos 1920, ainda jovem, Theodorico Bezerra passou a residir em Natal/RN, especificamente em 1925, época em que as terras potiguares estavam sob o governo de José Augusto Bezerra de Medeiros (1924-1928), um dos membros da família Bezerra no Estado. Naquele período, segundo o censo demográfico do IBGE do ano de 1920, no Rio Grande do Norte residiam 268.273 pessoas; na capital potiguar, moravam 30.396 e em Santa Cruz<sup>81</sup>, 25.546 habitantes. Todavia, se se comparar Natal com as maiores capitais do país, a cidade era pequena, como se pode ver na tabela infra:

**TABELA 01** - A população de Natal (1920-1960) x a maior capital do Brasil e Santa Cruz.

| <b>CIDADE/ANO</b>                 | <b>1920</b>              | <b>1940</b>                | <b>1950</b>                | <b>1960</b>          |
|-----------------------------------|--------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------|
| Maior População no Brasil         | Rio de Janeiro-1.147.599 | Rio de Janeiro - 1.764.141 | Rio de Janeiro – 2.377.451 | São Paulo- 3.825.351 |
| Natal no Rio Grande do Norte      | 30.696                   | 54.836                     | 103.215                    | 162.357              |
| Santa Cruz no Rio Grande do Norte | 25.546                   | 36.149                     | 30.000                     | ?                    |

**Fonte:** Tabela elaborada pelo autor a partir das informações contidas no site: <: <http://www.ibge.gov.br/home/> > Acesso em 26 de março de 2016 e em BEZERRA, Islândia Maria Santos. **Entre Rios e Ruas:** água, açude e tragédia em uma cidade do agreste potiguar (Santa Cruz, 1º de abril de 1981). 2014. 164f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

Como já foi mencionado, a cidade de Natal era pequena, se comparada aos principais centros do país. Apenas para fins demonstrativos, o Rio de Janeiro/capital federal, em 1920, era 37 vezes maior que a capital potiguar. Essa relação diminuiu, quatro décadas depois,

<sup>81</sup> O Município de Santa Cruz/RN, na década de 1920, possuía uma extensão territorial de 2.351km, área que posteriormente foi desmembrada para a formação de sete municípios (Campo Redondo, Coronel Ezequiel, Japi, Lajes Pintada, São Bento do Trairí, Sítio Novo e Tangará), que passaram a ser cidades-satélites de Santa Cruz.

embora ainda houvesse muita disparidade: quando se compara Natal a São Paulo, a maior capital do país, em 1960, a população daquela metrópole era 23 vezes maior.

Esse comparativo serve para se entender a capital potiguar no contexto nacional e local. Levando-se em consideração a população de Natal, não havia uma diferença significativa, por exemplo, em relação à população do município de Santa Cruz, na década de 1920 (cf. Tabela 01). Este último, até 1949, foi a maior cidade do interior potiguar, tendo a segunda população do Estado, como ressalta Islândia Maria Santos de Medeiros:

Em 1920, a população santa-cruzeira era de 25.546 pessoas. Entre as décadas de 1920 e 1940, houve um acréscimo de 10.603 pessoas, ou seja, um aumento de 41,50%, chegando ao número de 36.149 a população recenseada em setembro do ano de 1940. Até a década de 1940, o município continuou sendo o segundo mais populoso do Estado – perdendo somente para a capital –, sendo que dele apenas Mossoró se aproximava em número, com 31.874 habitantes (MEDEIROS, 2014, p. 96).

Ao se comparar a população de Natal e Santa Cruz, ambas não diferem muito uma da outra; e nem se pode pensar na capital potiguar, no período, como “centro de oportunidades”, como o eram as cidades do Sul (atual Sudeste), Rio de Janeiro e São Paulo. Todavia, morar na capital possibilitaria mais chances, como estar perto da modernidade, dos novos negócios e das decisões políticas em primeira mão.

Theodorico Bezerra, quando fez a opção pela capital potiguar, talvez não pensasse que sua mudança de cidade o levaria tão longe, nos aspectos financeiro, social e político. Todavia, ele aproveitou e criou as oportunidades em Natal, sem desperdiçar nenhuma, ganhou dinheiro e criou o nome de empresário bem-sucedido, antes de entrar na política partidária, na década de 1940. Ou seja, foi no mundo urbano que obteve condições para investir no rural.

Assim, a capital potiguar oportunizou a realização de um sonho do jovem Theodorico Bezerra, seu próprio negócio, um hotel em Natal. Tal empreendimento teve sua inauguração ‘no primeiro de maio de 1925, na Avenida Tavares Lyra, na Ribeira, o bairro mais importante de Natal no período, o qual foi palco da abertura de mais um estabelecimento, o Hotel dos Leões.

Contudo, não se pode olvidar que Theodorico Bezerra, por ser filho de Donna Bezerra, a proprietária do único hotel de Santa Cruz na época, pôde entrar no novo empreendimento com certa experiência, pois tinha familiares no ramo da hotelaria, além de estar no local mais movimentado política, social e economicamente da cidade de Natal no período.

Para entender melhor o que era o Bairro da Ribeira, a dissertação da historiadora potiguar Anna Gabriella de Souza Cordeiro nos explica muito bem o contexto em tela. A autora ressalta que tal “[...] espaço se consolidou no início do século XX como centro comercial e cultural da capital potiguar, lugar de ação e de interação da Zona Central desta sociedade, espaço de inscrição dos signos da modernidade e do progresso então em voga” (CORDEIRO, 2012, p. 09). Na década de 1920, continua Cordeiro (2012), o referido bairro passou por um processo de valorização econômica devido aos altos investimentos, que vinham do início do século:

A Ribeira, desde cedo, revelou-se como bairro comercial e no início do século XX era lá que estavam a maioria dos espaços de sociabilidade da cidade: jardins, cafés, clubes, praças, escolas, cinema e teatro. Todos esses estabelecimentos denotam a modernização do espaço em comparação com a realidade existente anteriormente no mesmo, gerando uma grande circulação de pessoas devido aos diversos serviços e opções de entretenimento e interação que passaram a ser oferecidos. Notadamente, durante a década de 1920, novas sociabilidades afloram na Cidade de Natal (CORDEIRO, 2012, p. 41).

Natal, na década de 1920, passava por um surto de modernidade e o bairro da Ribeira era o centro dessas mudanças, porque era lá que se viam as primeiras novidades que vinham dos grandes centros nacionais e internacionais, haja vista ser a sede dos principais centros de transportes da época: o porto e a estação ferroviária estavam localizados lá. Da mesma forma, era lá que se encontravam os principais bares, cinemas, teatros, cafés, cabarés, pensões, hotéis, jornais e escolas da cidade, além das sedes de vários órgãos governamentais municipais, estaduais e federais, nos âmbitos civil e militar<sup>82</sup>.

O apogeu da Ribeira se deu na década de 1920, quando houve um crescente processo de valorização, pela sua centralidade geográfica e cultural. Pode-se dizer que, nesse período, a capital potiguar viveu sua *belle époque*, momento em que as ações públicas do Rio Grande do Norte se voltaram para atividades nas áreas educacionais, culturais e artísticas, que se concentraram naquele bairro (LIMA JÚNIOR, 2006, p. 112).

Ademais, morar ou empreender no Bairro da Ribeira no período era sinônimo de estar perto das novidades, do “tudo moderno” que chegava às terras potiguares, no centro das deliberações políticas e empresariais, um verdadeiro palco de decisões do Estado. Portanto, ter um negócio em um lugar tão estratégico e central, principalmente um hotel, possibilitou ao

---

<sup>82</sup> A REPÚBLICA, Natal, 15 nov. 1905; A REPÚBLICA, Natal, 01 set. 1914 e A REPÚBLICA, Natal, 18 fev. 1926.

jovem Theodorico Bezerra manter contatos com outros sujeitos sociais como homens de negócios, religiosos, pessoas simples, lideranças políticas e autoridades.

Quando empreendeu em um hotel, ao mesmo tempo entrou em uma escola, como ele mesmo disse: “sou formado em hotelaria – e essa é uma grade escola, porque no hotel se hospeda o ladrão, o assassino, o escroque, o homem de bem, a moça, o padre, o bispo, o político e, assim, se vai aprendendo a conviver com vários tipos de pessoas e isso é muito útil para a vida” (BEZERRA, M. S., 1987, p. 75). Destarte, a história de comprar o primeiro hotel em Natal, em parcelas, a partir de uma entrada e a divisão dos outros valores, mostrou o quanto tinha competência para os negócios ou existiam muitas oportunidades, o que o levou a diversificá-las:

Em 1925 comprei um hotel em Natal por quatro contos, dando quinhentos de entrada, fiquei sem dinheiro pra pagar a primeira prestação, comprei a lavanderia de Jesus Bozaca, retalhei ela toda e paguei o resto das prestações do hotel. Em 1928 vendi esse hotel por onze contos e comprei o Hotel Avenida por vinte e dois contos. Em 1930 comprei o Hotel Internacional por cento e vinte contos, a Guilherme Latiere, depois vendi e comprei a fábrica de algodão. E fui comprando várias fazendas que hoje formam a Fazenda Irapuru (CARVALHO, 1981<sup>83</sup>).

O Major-Coronel, ao falar da sua chegada a Natal, no ano de 1925, trouxe ao leitor do Diário de Pernambuco, no ano de 1981, alguns detalhes interessantes si mesmo e sobre o Bairro da Ribeira que podem passar despercebidos. Contudo, ao atentar-se para a visão dos que estudam a Micro-História defendida por Ginzburg (1976), no sentido de perceber o contexto no qual o jovem Theodorico Bezerra estava inserido, o nome da família que ele carregava e a efervescência econômica pela qual passava a capital, em especial a Ribeira.

O jovem Theodorico Bezerra conseguiu comprar um hotel “fiado”, apenas com uma parte do dinheiro, mesmo morando em Santa Cruz, no interior do Estado. Este fato por si só expõe reflexões e mostrou a influência e o poder que o nome da família dele dispunha na capital potiguar, em um período em que havia interesse das pessoas em investir em Natal; e segundo, o quanto a capital potiguar estava num bom momento para os negócios, a ponto de Theodorico conseguir pagar toda a dívida do hotel com o dinheiro que ganhou com a venda dos terrenos da antiga lavanderia, em pouco tempo.

Ele ressaltou ainda ter feito outros negócios de compra e venda entre os anos de 1925 a 1930. Naquele período, expôs o quanto era próspera a capital potiguar, em especial o bairro

---

<sup>83</sup> O Imperador do Sertão, reportagem do jornalista Arthur de Carvalho, na qual ele fez uma retrospectiva biográfica do Major-Coronel Theodorico Bezerra. Diário de Pernambuco, Recife/PE, 23 de novembro de 1981.

da Ribeira, onde fez os seus primeiros investimentos. Assim, compreende-se que aquele espaço geográfico, entre as décadas de 1920, 1930 e o primeiro lustro da década de 1940, foi o principal centro de oportunidades econômicas de Natal, ou, pode-se dizer, do Rio Grande do Norte (CORDEIRO, 2012).

Quanto ao jovem Theodorico Bezerra, tinha uma visão empreendedora, pois comprava, vendia e diversificava os negócios. Com isso, fez o caminho contrário ao dos outros coronéis da Primeira República (1889-1930) e da Era Vargas (1930-1945). Vários estudiosos afirmam que o dinheiro que os coronéis mais “modernos” ganhavam nas atividades rurais era por eles investido nas atividades urbanas; com Bezerra, porém, aconteceu o movimento inverso (LEAL, 2007; VILAÇA; ALBUQUERQUE, 2003).

Theodorico Bezerra, desta forma, investiu o que ganhou em Natal. Comprou várias propriedades/fazendas, em diversas cidades do Rio Grande do Norte. Na contramão do que diz a literatura que trata do coronelismo, o que ganhou na cidade investiu no mundo rural. A capital potiguar forneceu-lhe as oportunidades adquirir capital financeiro e simbólico próprios<sup>84</sup>, que utilizou para adentrar a política partidária na década de 1940.

## 2.2 DE COMERCIANTE A FAZENDEIRO E INDUSTRIAL

Em 1928, Theodorico Bezerra começou a diversificar os negócios. Em sociedade com seu irmão João Bianor Bezerra<sup>85</sup>, comprou a Fazenda Caiçara, com cerca de 3.000 hectares (BEZERRA, M. N., 1987, p. 51), localizada na época no município de Santa Cruz e pertencente ao Monsenhor Antonio Xavier de Paiva, pároco de São José de Mipibu/RN. Tal aquisição mostra o quanto momento estava favorável para os negócios na capital potiguar, permitindo ao jovem santa-cruzeiro a aquisição de propriedade rural na sua terra natal (BEZERRA L. G., 1982, p. 19).

Theodorico Bezerra fazia parte de duas grandes famílias influentes em Santa Cruz. Os Bezerra e os Ferreira de Souza incluíam nomes de diversos membros, nas duas linhagens, de atores políticos e sociais naquele município e na Região do Agreste. Alguns deles chegaram a ocupar cargos políticos importantes na política estadual. Na qualidade de donos de terra,

---

<sup>84</sup> Quando se fala em “capital financeiro e simbólico próprios”, busca-se diferenciar estes capitais daqueles que ele já possuía por pertencer às famílias Bezerra e Ferreira de Souza, que dispunham de um dos maiores patrimônios econômico, social, político e simbólico de Santa Cruz e da região do Agreste Potiguar.

<sup>85</sup> João Bianor Bezerra era o pai do engenheiro, ex-senador e ex-ministro da Integração Nacional do governo de Fernando Henrique Cardoso-FHC, o empresário da área de Construção Civil, Fernando Bezerra, dono da ECOCIL, uma das maiores empresas da construção civil do Rio Grande do Norte.

prestadores de serviços, comerciantes e políticos, detinham capital financeiro, social, político e simbólico significativo.

Em sua obra *Genealogia sertaneja: famílias Pinto e Oliveira do Brejo Paraibano e da Borborema Potiguar* (2012), Isabel de Oliveira Pinto revela, a partir de levantamentos em arquivos de igrejas (livro de casamentos, batismos, registros), câmaras municipais, recortes de jornais e documentos particulares, a genealogia da família Pinto e outras ascendências, desde o século XVIII até o século XX. A autora apresenta os municípios de Bananeiras, na Paraíba, e Santa Cruz, no Rio Grande do Norte, como espaços de enraizamento dos Pinto, que estavam, em maior ou menor grau, envolvidos, de certo modo, com outras famílias de cidades circunvizinhas a estas, ao ponto de serem reconhecidos como protagonistas das histórias políticas destes lugares.

Em Santa Cruz/RN, por exemplo, ao considerar-se os anos de 1900 a 1930, não se vê a figura de Theodorico Bezerra nos relatos da autora. Todavia, percebe-se a influência de diversos membros das famílias Bezerra e Ferreira de Souza no cotidiano dos santa-cruzenses. Para ter-se uma ideia do poder que eles detinham no intervalo de tempo em questão, quando ela cita alguns moradores de Santa Cruz/RN, aparecem os nomes de: Anna Bezerra, Ezequiel Mergelino de Souza, Alfredo Xavier Bezerra, Bianor Bezerra, Ignácio Bezerra de Araújo e outros componentes daquelas estirpes.

Para se ter uma imagem do espaço social e político por eles ocupado, vê-se, por exemplo, que o Sr. Ezequiel Mergelino de Souza, tio de Theodorico Bezerra, irmão de Anna Bezerra, além de ter cargos importantes e influentes na política, fora juiz distrital, comerciante (dono de padaria, farmácia, vendedor de algodão e gado), proprietário rural (dono das fazendas Boa Hora de Baixo, Olho D'Água e Santa Rosa) e criador de gado, tendo um dos maiores rebanhos daquele município.

Todavia, não apenas o Sr. Ezequiel, conhecido como Coronel Ezequiel, destaca-se na estirpe de Theodorico Bezerra. Além dele, os Srs. Alfredo Xavier Bezerra e João Bianor Bezerra, aparecem ao lado dos outros 12 comerciantes daquela cidade listados pela autora, no total de 15. Dona Ana Bezerra, mãe de Theodorico, era proprietária de terras e do Hotel Santa Cruz, o único da cidade; os Srs. João Bianor, Ignácio de Araújo Bezerra e José Ferreira aparecem como grandes latifundiários. Estes são apenas alguns familiares do Major-Coronel, em evidência na vida política, social e econômica de Santa Cruz, entre 1900 e 1930.

Pelo que se vê na história de vida do jovem Theodorico Bezerra, a compra da Fazenda Caiçara teve uma importância distinta dos outros investimentos que ele fizera até aquele momento. A propriedade passou a receber investimentos da parte de seu proprietário e, aos

poucos, começou a ganhar contornos diversos das propriedades vizinhas, transformando-se posteriormente na Fazenda Irapuru.

Aquela propriedade não diferenciava muito Theodorico Bezerra no meio social de Santa Cruz, porque a família dele detinha um grande capital financeiro e simbólico, do qual era um dos herdeiros. Assim, ser possuidor da Fazenda Caiçara, para os membros daquele grupo familiar, não o distinguia muito de seus pares. Para parecer distinto dos outros membros daquela parentela, era necessário aumentar o máximo possível seu próprio prestígio social e econômico.

A transformação da fazenda Caiçara na Fazenda Irapuru, em menos de duas décadas (1928-1945), do ano de sua compra para o ano de 1945, quando a mesma foi tema da publicação do jornalista Eloy de Souza<sup>86</sup>, “*Irapuru*”, serviu para exaltar seu proprietário. Diz o jornalista pernambucano: “Os que conhecem Theodorico Bezerra na direção de seu hotel e suas atividades nesta cidade pouco sabem da sua capacidade organizadora como fazendeiro e agricultor”<sup>87</sup>. A Fazenda Irapuru serviu, portanto, para dar ao seu dono os capitais social e simbólico de que ele precisava como se verá nesse capítulo.

A Fazenda Irapuru tornou-se instrumento de produção e reprodução da imagem de Theodorico Bezerra como homem poderoso em Santa Cruz e na Região do Agreste. Todavia, ele sabia que para ter legitimação social era preciso distinguir-se também dentro da própria família, funcionando como âncora do grupo familiar. Assim, “[...] o sentimento de pertencer a um grupo específico, bem definido, [...]” (RÊGO, 2008, p. 15), também era partilhado por ele, pois em momentos importantes da política potiguar, preferiu ficar ao lado do primo José Ferreira de Souza (UDN) a apoiar um correligionário do seu partido (PSD)<sup>88</sup>, como se verá no próximo capítulo.

Pode-se perceber como ocorreu o processo da criação do “império da Irapuru”. Para isso, é interessante observar a fala do próprio Major-Coronel: “[...] aqui já fiz açude, fiz cerca, fiz casa, fiz estábulo, fiz estrada, fiz escola... e é somente essa palavra que me aplica: fiz, fiz, fiz” (GLOBO REPÓRTER DOCUMENTO, 1978). A Fazenda Irapuru, na fala de Theodorico

<sup>86</sup> Eloy Castriciano de Souza (Recife/PE, 04 de março de 1873-Natal/RN, 07 de outubro de 1959) foi político (deputado estadual de 1895-1897; deputado federal de 1895-1899, 1900-1911, 1912-1914 e 1927-1930; senador de 1914-1921, 1921-1927 e 1935-1937), jornalista e intelectual brasileiro. Suas produções destacam-se pelo estudo do Nordeste brasileiro, em especial os sertões. Ele era filho de Elói Castriciano de Souza e Henriqueta Leopoldina Rodrigues e tinha como irmãos Henrique Castriciano de Souza (político e poeta) e Auta de Souza (poetisa).

<sup>87</sup> A REPÚBLICA, Natal, 10 set. 1946, p. 03.

<sup>88</sup> Cf. Carta de José Ferreira de Souza, Rio de Janeiro/DF, 1945, ao primo Theodorico Bezerra, Natal/RN. Na missiva, que foi respondida de pronto em nome dos laços familiares, ele pediu a Theodorico apoio político para a sua candidatura ao Senado Federal (cf. Carta de Theodorico Bezerra, Natal, 05/05/1945. Citado por BEZERRA, L. G., 1982, p.26-27).

Bezerra, aparece como sendo uma construção/criação “dele”, sem cujo empreendedorismo nada existiria.

Por isso, quando o *Globo Repórter Documento* (1978), narrado por Sérgio Chapellin, foi ao ar, a Fazenda Caiçara, comprada por Theodorico Bezerra e Bianor Bezerra, em 1928, havia desaparecido “socialmente”. Existia fisicamente, porém passara a ser uma das propriedades que compunham “Império da Irapuru”. Naquela época não se falava mais na Fazenda Caiçara, apenas na Fazenda Irapuru. Como se pode observar na abertura do programa:

Situada nas fronteiras do Sertão do Seridó, Irapuru não é uma fazenda comum, parece mais um reino com quatorze mil hectares, ou cento e quarenta mil quilômetros quadrados, onde vivem mais de três mil pessoas ou súditos. [...] Irapuru é a terceira maior propriedade do Estado em extensão. [...] Maior plantador de algodão do Rio Grande do Norte, comportando-se como um verdadeiro Imperador do Sertão, o “major” Theodorico é uma síntese do poder privado no campo, o poder à brasileira (GLOBO REPÓRTER DOCUMENTO, 1978).

A fala do apresentador do Globo Repórter leva a pensar: como um homem consegue criar, em meio século, um “império”? Onde obteve tantos recursos? Qual o seu interesse em investir em uma propriedade rural e não onde ele ganhava mais dinheiro, a capital do Estado? Teria, efetivamente, planos de criar um “império”? Como conseguia manter tantas pessoas em sua propriedade, em uma região que dispersava pessoas por causa das secas? Essas e outras indagações serão analisadas neste capítulo.

Theodorico Bezerra multiplicou seus negócios: “[...] em sociedade com o irmão, instala em Santa Cruz indústrias de beneficiamento de algodão, fiação, fábrica de óleo e de redes”. Dessa forma, parte dos lucros que ganhou na capital potiguar passou a investir em Santa Cruz, sua terra natal, centro de poder das famílias Bezerra e Ferreira de Souza, parentela paterna e materna. Investia em várias frentes negociais e em diversos espaços geográficos: capital e interior, campo e cidade, bem como em setores distintos, a saber, comércio, serviço, indústria, agricultura, criação de gado e outras áreas. “Em Natal, faz-se sócio de uma agência de automóveis importados, de uma tipografia, de uma farmácia, de uma casa de jogos, continuou [...]”, explorando diversas atividades de interesse econômico e social (BEZERRA, L. G., 1982, p. 19).

### 2.3 O PODER DA FAMÍLIA: PATRIMÔNIO POLÍTICO E SOCIAL

A história política nacional mostra que “a família exerceu um papel fundamental na formação da sociedade brasileira: a posição de cada indivíduo nessa sociedade era determinada e garantida pelo seu grupo familiar e, fora da família, o indivíduo não disponha de nenhum direito” (RÊGO, 2008, p. 14). Isso reflete a fala da historiadora americana Linda Lewin, que, sobre a Paraíba, ressalta a força dos laços da parentela na política: “[...] muitos municípios são hoje dirigidos por descendentes das mesmas famílias que os controlavam no final do Império” (LEWIN, 1993, p. 368).

Pelo visto, Theodorico Bezerra sabia muito bem da importância da parentela, porquanto apoiou a candidatura ao Senado Federal do primo José Ferreira de Souza, em 1945, demonstrando claramente que os laços familiares, para ele, deveriam estar em primeiro plano em relação àqueles especificamente político-partidários. Ademais, situações em que os laços parentais fundamentam amizade política e associação pessoal ultrapassaram momentos distintos da história do Brasil, onde “[...] as oligarquias mudaram apenas a roupa. Em essência, antes mesmo de morrer, o milagre da ressurreição se operou” (GURJÃO, 1994, p. 53).

Não obstante, desde o ano de 1928, quando comprou a Fazenda Caiçara e passou a investir em Santa Cruz, mesmo não estando clara a intenção, vê-se que tais investimentos foram utilizados para que Theodorico Bezerra pudesse sobressair-se perante a sociedade santa-cruzeira e, assim, demonstrar a prosperidade e o poder de que dispunha, inclusive no próprio grupo familiar. Essa estratégia deixou claro, o quanto ele entendia que a sustentabilidade do indivíduo estava na sociedade parental.

Para José Murilo de Carvalho, ao refletir sobre o mandonismo, o coronelismo e o clientelismo como uma discussão conceitual, ele ressalta que “[...] o poder dos potentados rurais e suas parentelas diante do Estado desde o início da colonização” (1997), atravessa o tempo e chega aos dias atuais. Essa ideia da família, expressa em oligarquias familiares, família extensa e parentela por laços de parentesco consanguíneos, espirituais (compadrio) ou alianças (uniões) (QUEIROZ, 1975; LEWIN, 1993, p. 08), consubstancia-se nestes grupos como as bases da vida pública bem-sucedida. Nesta perspectiva, mesmo que o aspirante à política possua terras, indústrias, profissão e dinheiro, sem pertencer a uma família de prestígio, terá maiores dificuldades em ‘decolar’ na vida pública no Brasil, porque lhe falta legitimidade social.

Para entender-se melhor a questão do prestígio social e sua importância para a obtenção do poder político, faz-se necessário entender o poder simbólico, que é construído e aumentado à proporção dos investimentos daquele que o detém (BOURDIEU, 2010). Assim, o nome da família carrega e legitima os seus membros e estes devem ser capazes de ter

[...] o mesmo objetivo, de preservar e aumentar o mais possível o prestígio econômico, social e político da família. [...] procura-se sempre despertar e cultivar a crença em sua ‘legitimidade’. A dominação assegurada por estes dois tipos de patrimônio – o material e o simbólico – fundamenta-se, com efeito, na legitimidade que a sociedade lhes atribui. Essa legitimidade não se deve somente à riqueza material, mas sobretudo à imagem construída para si mesmo e transmitida às outras pessoas (RÊGO, 2008, p. 14).

Pelo que se verifica na citação, os Heráclios eram conscientes do papel que desempenhavam para fortalecer a família, beneficiando aos seus membros. Por meio de um efeito parecido com um imã, sempre trazia benefícios ser/ter o nome de uma família poderosa. Esta era/é uma carga simbólica, que beneficiava/beneficia quem o possuía/possui.

A obra *Família e coronelismo no Brasil: uma história de poder*, de autoria de André Heráclio do Rêgo, conta a história da família Heráclio, desde 1850, a partir das suas origens até 2004, ano-limite da pesquisa. O autor ressalta a importância da terra, de sua posse, a partir do agreste de Pernambuco e do sertão dos Cariris Velhos da Paraíba, que são apresentados como espaços de poder em que a parentela (dos apadrinhamentos, dos casamentos dentro e fora da família, dos agregados) dos Heráclios do Rêgo atua como agente e/ou árbitro social.

Segundo o autor, a partir da criação da imagem de seus componentes, “[...] a imposição de um nome assim, a ‘instituição de uma identidade’, ‘de uma essência social’, serve tanto à identificação do indivíduo quanto à de sua família e das pessoas que o rodeiam” (RÊGO, 2008, p. 20). A família, então, passou a criar um patrimônio fundiário, econômico e político a partir da segunda metade do século XIX, até ser consolidado definitivamente no pós-Revolução de 1930, período do Estado Novo. Nessa época, ser Heráclio do Rêgo tornou-se um patrimônio identitário de destaque no coletivo social nos Estados de Pernambuco e Paraíba.

O texto detalha também o coronelismo como instituição, enfocando suas práticas pós-Revolução de 1930. Neste aspecto, o autor evidencia a figura do coronel Chico Heráclio, “o último dos coronéis”, nomenclatura pela qual era popularmente conhecido em Pernambuco e, posteriormente, em todo o Brasil. O coronel, desta forma, habilmente fazia uso da imprensa para cunhar uma imagem coletiva de si, por meio de estratégias que empregou para expor tais representações.

O período da Era Vargas (1930-1945) pode ser caracterizado como a época em que o nome Heráclio Rêgo tornou-se patrimônio simbólico, social e cultural de uma família/parentela, nos Estados de Pernambuco e Paraíba. No Rio Grande do Norte, Theodorico Bezerra aumentou o capital financeiro, social e simbolicamente. Nessa época, ele empregou seus recursos financeiros em propriedades no interior do Estado e diversificou negócios além da hotelaria e comércio (passou a investir na agricultura, pecuária, indústria e política), em que utilizou o nome das famílias Bezerra e Ferreira de Souza como patrimônio simbólico e social para se destacar entre seus pares.

Rêgo (2008) aponta que as lutas políticas não aconteciam apenas entre oligarquias e/ou grupos rivais; muitas tinham lugar dentro das próprias famílias extensas, pela disputa intestina de poder e liderança, haja vista tais facções políticas estarem em constantes mudanças e acomodações internas, por meio de casamentos, pactos políticos, econômicos e sociais que aconteciam dentro da família extensa ou da parentela, como afirma a brasilianista Linda Lewin, na sua obra *Política e Parentela na Paraíba* (1993).

O livro é resultado de análise de campo da norte-americana Linda Lewin, que veio ao Brasil com bolsa de estudos custeada pelo governo americano para estudar a Paraíba na Primeira República (1889-1930). Neste Estado, ela passou a maior parte do tempo entre os anos de 1970 e 1971, além de viajar para efetivação da pesquisa às cidades do Recife/PE e do Rio de Janeiro/RJ, a fim de conseguir documentos, fotos e fazer entrevistas para compreender o sistema de parentela na vida política da Paraíba.

Lewin (1993), em seu estudo, discutiu as estruturas formais (o Estado e suas composições) e informais (o poder das famílias dentro dos órgãos estatais) da sociedade paraibana, as quais, de certo modo, compõem um retrato da estrutura brasileira. Destarte, no período analisado, as estruturas de poder do país estavam alicerçadas nas oligarquias, que geralmente eram compostas por famílias. A autora analisa “[...] a relação histórica entre o parentesco e a organização política, implícita nas unidades de filiação faccional características da República Velha” (LEWIN, 1993, p. 08).

Lewin (1993) considera as oligarquias dos Neiva, dos Lucena e dos Pessoa, que passaram a casar-se entre si, e, como uma parentela extensa, dominaram a Paraíba. Sendo “[...] a organização da oligarquia estadual como um sistema político de base familiar” (LEWIN, 1993, p. 11) e personalista, tinha em seus chefes modelos máximos de poder dentro de seus partidos. Cita-se como exemplo Álvaro Machado ou Eptácio Pessoa, que detinham, nos seus respectivos partidos, o poder do “[...] processo decisório em suas próprias mãos,

[...] <sup>89</sup>”. Em linhas gerais, *Política e Parentela na Paraíba* pode ser tomado como um reflexo da realidade política do Brasil.

Além de impor determinações ao partido, os líderes personalistas e/ou personalidades de tais partidos, determinavam imposições aos chefes políticos locais ou coronéis, que passaram a ser meros executores das agremiações partidárias, não apenas na Paraíba, mas em todo o território nacional. Assim, “muito mais do que uma organização social, a parentela estava subjacente à base de rede de parentes e amigos de um político. O núcleo dos seguidores políticos que a ele se vinculavam de maneira personalística constituía-se dos membros de sua parentela <sup>90</sup>”.

De forma sucinta: “O poder de base familiar, em sua forma mais conhecida, o coronelismo, ainda sobreviveu em nível local na Paraíba e no Nordeste do Brasil” (LEWIN, 1993, p. 367), como concorda a historiadora paraibana Eliete de Queiroz Gurjão em *Morte e vida das Oligarquias* (1994).

Gurjão (1994) trabalhou os grupos políticos e as estruturas de poder no Estado da Paraíba, entre os anos de 1889-1945, nas suas diversas formas oligárquicas, as quais utilizaram vários mecanismos de preservação e redefinição, feitas pelos agentes dominantes para permanecerem no poder, tanto no Estado, quanto em todo o território nacional. Para entender como funcionou esse processo, a autora mostrou as dissecções, disputas e arranjos intra/extra-oligárquicos entre tais grupos políticos, que lutavam entre si para permanecer dominando a estrutura do poder governamental.

Na Paraíba, no período estudado (1889-1945), em especial no pós-1930, houve um processo de reorganização das oligarquias. Novas formas de dominação, novos acordos e redefinições fizeram-se necessários para garantir a permanência destes grupos no poder. Para tanto, tiveram que renunciar aos antigos confrontos substituindo-os por conciliações. Esta decisão fez surgir novos espaços de exercício do poder, que, juntamente ao filhotismo, ao compadrio, ao favoritismo e ao clientelismo, já existentes, reorganizaram em novas bases a estrutura de poder familiar.

Um verdadeiro exemplo de prática da flexibilidade exigida pelos novos tempos é dado pelos membros da estirpe Rosado, do Rio Grande do Norte. Desde a morte do patriarca, o farmacêutico paraibano Jerônimo Rosado <sup>91</sup> (1861-1930), começaram a atuar na política.

---

<sup>89</sup> Id. p. 27.

<sup>90</sup> Id. p. 114 Ibid.

<sup>91</sup> Jerônimo Rosado (Pombal/PB, 08 de dezembro de 1861-Mossoró/RN, 25 de novembro de 1930), farmacêutico, comerciante e político, morava em Catolé do Rocha/PB. Foi casado com duas irmãs, Maria Amélia de Henrique Maia e Isaura Henrique Maia, e m segundas núpcias. Foi pai de 21 (vinte e um) filhos, os

Ocupando cargos nos poderes Executivo e Legislativo em âmbito municipal (em Mossoró/RN) e estadual, criaram, na terra dos “papa-jerimuns”, uma das oligarquias mais consistentes da política potiguar.

Os Rosado ocuparam as funções de representantes do povo desde a época dos intendentes, passando, posteriormente, aos cargos de vereador, prefeito, deputado estadual e federal, senador da república e, por duas vezes, de governador do Estado. Para compreender como ocuparam tanto espaço na política estadual potiguar, basta observar a trajetória de um dos membros da linhagem, a partir da seguinte narrativa:

[...] Dix-huit, revolucionário de 1930, constitucionalista de 1932 e golpista de 1937, surge como democrata em 1945, fazendo parte da UDN e, portanto, integrante do grupo anti-getulista que lutava para derrubar toda estrutura que havia ajudado a construir [...]. As mudanças de Dix-huit, e portanto da família, mostram uma postura reacionária e conservadora, [...] A família sempre procurou atuar em conformidade com seus interesses e, principalmente, buscando se adaptar às novas situações políticas. Foi assim com Jerônimo Rosado e continuaria com seus filhos. Sempre tentando e conseguindo se ajustar aos novos discursos (SILVA, L. R., 2004, p. 98-100).

A citação deixa claro que as práticas políticas dos Rosados eram/são comuns nos grupos políticos tradicionais no Nordeste, cujo interesse era/é a continuidade no poder. Não se trata de um discurso que vai fazer com que eles percam a maior virtude que têm, a de restaurar e/ou reconstruir novos ideais para que não haja mudanças na ordem política e social vigente. Vale qualquer discurso para evitar a perda da oportunidade de fazer discursos.

Os autores aqui mencionados, que estudam as famílias, as parentelas e as oligarquias, podem ter seus pressupostos teóricos associados às práticas e modos de agir de Theodorico Bezerra. Um dos aspectos que se pode demonstrar é como ele atuava para ser reconhecido como figura social e, posteriormente, político de destaque na cidades de Santa Cruz, Natal e em todo o Estado do Rio Grande do Norte. Para melhor mensurar essas relações, faz-se necessário compreender cada obra citada e sua abrangência no tempo e espaço, bem como suas implicações no exame da figura do Major-Coronel.

---

quais foram nomeados, cada um, como numerais em latim ou em francês. Suas esposas são descendentes de uma linhagem tradicional na política de Catolé do Rocha/PB, onde residia até receber o convite do Sr. Francisco Pinheiro de Almeida Castro, médico e grande líder político de Mossoró/RN, para lá abrir uma farmácia, que seria financiada por ele. Assim, na década de 1890, Rosado chegou à Capital do Oeste Potiguar, ingressou no comércio, na mineração e na política, obtendo êxito por três vezes: de 1908-1910, 1917-1919 e 1920-1922. Foi eleito intendente, no período de 1917 e, em 1919, foi Presidente da Intendência. Assim, criou grande projeção política e econômica na região, tornando-se fundador de uma das mais antigas oligarquias do Rio Grande do Norte, os Rosados (SILVA, L. R., 2004, p. 79-83; LIMA, J. M., 2010, p. 55).

## 2.4 O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA FAZENDA IRAPURU

A Fazenda Irapuru foi construída aos poucos. Não existia antes da década de 1930, quando passou a ser conhecida. Teve um início e um apogeu, até que chegaram ao fim os seus tempos áureos tornando-se, atualmente, em espaço de lembranças da história e do folclore político do Rio Grande do Norte. O ano de 1946 pode ser considerado como um marco, pois determina o momento em que aquela propriedade foi apresentada como modelo de desenvolvimento aos norte-rio-grandenses, pelo que isto poderia significar para o Agreste potiguar:

O que vi, emocionado, em Irapurú (sic), autoriza o vaticínio de que em um futuro não muito distante essa fazenda servirá de padrão para outros homens que lhes queiram seguir o exemplo e por esse exemplo servirem à nossa terra com espírito cristão e humanitário. Em Irapurú não há pobres e ali não se conhece os tumores da pobreza. A Fazenda é um arraial que será amanhã uma vila e daqui há alguns anos mais, possivelmente, uma cidade. Os marcos dessa evolução ele já os plantou com a mão segura de quem semeia para a eternidade. Lá estão capela, mercado, duas escolas, um gerador para iluminação elétrica, uma pequena fábrica de rêdes, uma usina de beneficiamento de algodão. As escolas marcam uma frequência superior a cem meninos e a barbearia montada em casa própria tem fregueses, índice de asseio civilizado. As casas dos moradores são casas de verdade, embora pequenas, mas, todas elas proporcionais às famílias que as habitam. Cada morador tem um certo número de vacas, que obedece não só ao número de filhos como também das pessoas que necessitam de leite como alimento vitalizante.

Todos trabalham com alegria e, ao que parece, até agradecidos à disciplina que lhes não permite o uso de bebidas alcoólicas nem porte de armas nem vícios que corrompam o ambiente doméstico. Esse núcleo humano é beneficiado pela assistência contra a malária e todas as pessoas do arraial estão vacinadas contra o tifo e a varíola. Se lá não reside um médico, todavia, quinzenalmente, Irapurú recebe visita de um facultativo que em casos urgentes também ali comparece para tratar os doentes eventuais.

Os habitantes sedentários gozam do direito de plantar gratuitamente nas vazantes dos açudes e nas várzeas dos rios e são os legítimos donos de todos os produtos de sua lavoura entregando apenas ao proprietário da terra uma parte de sua colheita algodoeira. Todas essas atividades são financiadas pelo sr. Teodorico (sic) Bezerra, sem que ninguém lhe pague por isto um centavo de juros.

Um homem que organiza em nossos dias uma fazenda com essa orientação e com esse espírito cristão é alguém para quem precisamos olhar como um benfeitor digno de estima e admiração. O que cumpre aos homens de boa vontade é prestigia-lo como merecida recompensa do seu esforço na realização de uma obra humanitária, na hora em que todos devemos cooperar para elevar o nível de uma classe que tanto tem feito pelo fortalecimento econômico de nossa terra<sup>92</sup>.

A partir da leitura desse texto de 1946 sobre a Fazenda Irapuru, de autoria do jornalista Eloy de Souza, pode-se ter uma ideia do que já era aquela propriedade rural para Região do Agreste Potiguar e cidades circunvizinhas do Estado da Paraíba. Em um futuro próximo, nas

<sup>92</sup> A REPÚBLICA, Natal, 10 set. 1946, p. 03-04.

décadas de 1960-1970, a fazenda tornou-se um pequeno mundo particular de Theodorico Bezerra.

“Irapurú” (sic), reportagem publicada em periódico da imprensa oficial do Estado do Rio Grande do Norte, *A República*, estava carregada de publicidade para exaltar e projetar socialmente a figura do dono da fazenda<sup>93</sup>. O texto, com efeito, traz a público uma visão da fazenda como um “oásis” de desenvolvimento econômico e humanitário no Agreste potiguar, que oferece estrutura física, benesses (escola, vacinas, casa para morar, dinheiro emprestado sem juros) e empregos (na agricultura e indústria) para os seus moradores.

A constatação feita pelo jornalista é surpreendente: “Em Irapurú (sic) não há pobres e ali não se conhece os tumores da pobreza”, ou seja, ele transmite uma imagem de segurança e proteção, numa sociedade de seca e fome, para quem fosse morar na Fazenda Irapuru. E acrescenta: “Todas essas atividades são financiadas pelo sr. Teodorico (sic) Bezerra, sem que ninguém lhe pague por isto um centavo de juros”. Na visão de Eloy de Souza, depreende-se, existiam muitas fazendas na região do Agreste, no Rio Grande do Norte e no Nordeste, na década de 1940 do século XX, porém poucas ou nenhuma tinham o que oferecer, como a Irapuru.

O que diferenciava Irapuru de outras fazendas é o fato dela possuir vida própria, por desenvolver diversas atividades econômicas, educacionais e de formação de seus moradores/trabalhadores dentro de seus limites geográficos, sem depender econômica e socialmente das propriedades rurais e/ou cidades circunvizinhanças. Os seus moradores tinham condições de sobrevivência sem precisar fugir da seca, ao contrário do que acontecia em outras propriedades vizinhas; esse era o seu diferencial (BEZERRA, L. G. 1982; BEZERRA, M. N., 1987; CONFESSOR, 2006; MENDONÇA JR., 2007; SILVA, M. A., 2010).

Para entender melhor o que seria aquela propriedade e o seu modo de funcionamento, a socióloga Maria do Nascimento Bezerra publicou, em 1987, *A estratégia do paternalismo na parceria*, texto que delineia as linhas gerais da estratégia de dominação utilizada na Fazenda Irapuru. A autora observou que lá se desenvolveram relações de parceria econômica e política por meio do paternalismo<sup>94</sup> ideológico entre o proprietário/pater e os moradores/filhotismo<sup>95</sup>,

---

<sup>93</sup> Observação: o texto “Irapuru”, de autoria do jornalista Eloy de Souza, publicado no jornal *A República*, Natal, edição de 10 set. 1946, não será analisado nesse primeiro momento. Ele serviu apenas para se ter uma ideia do que era a propriedade de Theodorico Bezerra na década de 1940. Todavia, no decorrer desse e do próximo capítulo, serão utilizados recortes dele, para entender-se o processo de construção da Fazenda Irapuru e sua influência no “esquema” político-partidário de seu dono.

<sup>94</sup> O paternalismo brasileiro pode ser entendido como uma relação social desigual, em que aquele que é visto como chefe distribui benesses, favores e proteção aos que dele necessitam. São considerados como verdadeiras

que possibilitaram o Sr. Theodorico Bezerra ser visto como benfeitor. Segundo ela, em Irapuru:

O paternalismo será percebido como uma relação social assimétrica, na qual os agentes se encontram em níveis econômicos, políticos e sociais diferentes. A relação dominação/subordinação é amortecida por um conjunto de ações e verbalizações de cunho protetor-assistencialista que tendem a descaracterizar, ao nível de ideologia, a exploração existente [...]. Nessa fazenda, se conjugam relações sociais de trabalho capitalista e não capitalista, sendo estas últimas numericamente predominantes. (BEZERRA, M. N., 1987, p. 10).

O que se constata na citação é que as relações entre o dominador/proprietário e os dominados/moradores aconteciam de modo desigual, em que o discurso, carregado do conteúdo ideológico paternalista de protetor e defensor dos parceiros da fazenda, levava os menos favorecidos a experimentar o sentimento de identidade e pertencimento, como partes da fazenda e devedores de favores ao seu proprietário. Essa construção se deu ano após ano, até que a Fazenda Caiçara se transforma na Fazenda Irapuru, tornando-se centro de atração populacional no Agreste Potiguar, gerando emprego e renda.

Como já foi mencionado no início deste capítulo, a Irapuru teve como núcleo inicial, no ano de 1928, a Fazenda Caiçara, que se tornou, posteriormente, mais uma das 28 propriedades que compunham o “Império de Irapuru”. Este último recebeu a alcunha de “império” após um processo expansionista de aquisição das terras vizinhas, através de sua compra. A fazenda recém-adquirida, que passava a compor o conjunto daqueles domínios, também recebia os mesmos benefícios implementados no conjunto pelo proprietário, que fazia benfeitorias e dava condições de sobrevivência aos seus moradores e aos flagelados que lá buscavam moradia. Desse modo, relações sociais foram se constituindo a partir da aquisição das propriedades, da implantação de novas atividades econômicas e da entrada de novos moradores em Irapuru. Assim começou e desenvolveu-se a história daquele latifúndio.

Os primeiros moradores de Irapuru só passaram a residir e a produzir na fazenda no ano de 1935, quando vieram morar três famílias de colonos que deram início ao plantio de algodão. Desta forma, quando começou a ação produtiva em suas terras, o comerciante,

---

“[...] figuras da era medieval” (MELO, 1985, p. 24), que chegaram ao século XX como herança da sociedade patriarcal brasileira (apud FREIRE, 1966, p. 265), em que há uma relação de dominação/subordinação, protetor/protegido ou pai/filho, dos senhores para com seus subordinados, caracterizando o *filhotismo*.

<sup>95</sup> O filhotismo pode ser entendido de duas maneiras: a primeira é aquela que os filhos são postos em lugares estratégicos, por alguém que tem um nome estabelecido em determinada área profissional e/ou social de atuação; esse coloca o filho de sangue e/ou apadrinhado para ocupar o espaço que em um futuro próximo será ocupado pelo neófito. A segunda apresenta-o como conjunto de benesses, favores, protecionismo, apadrinhamento ou patronato conferido a determinados sujeitos ou grupo de pessoas, que, de certa forma, passam a ser vistos como “filhos” políticos ou sociais de seus patrocinadores.

hoteleiro e fazendeiro Theodorico Bezerra logo se tornou também empresário. Ao abrir a empresa Theodorico Bezerra Indústria e Comércio, implantou a primeira usina de beneficiamento de algodão dentro da Fazenda (BEZERRA, M. N., 1987, p. 76).

A partir de 1935, o crescimento da fazenda aconteceu rapidamente, porque no ano de 1946, quando da publicação de “Irapurú” (sic) pelo jornalista Eloy de Souza, aquela propriedade já era vista como um arraial<sup>96</sup>, pela quantidade de pessoas e atividades desenvolvidas, a ponto do jornalista prognosticar: “será amanhã uma vila e daqui a alguns anos mais, possivelmente, uma cidade”. Em pouco mais de dez anos, portanto, a Irapuru tornou-se um polo econômico do Agreste Potiguar.

Esse crescimento rápido se deu principalmente entre os anos de 1940-1946. Nesse período, foram adquiridas 15 das 28 propriedades da fazenda, compradas com os ganhos advindos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a partir dos lucros do Grande Hotel, o qual se tornou a “*mina de ouro*” do Major-Coronel. Assim, pode-se dizer, para o Sr. Theodorico Bezerra e outros natalenses, a guerra foi o tempo das “vacas gordas”, em que se ganhou dinheiro e formaram fortunas (BEZERRA, L. G., 1982, p. 2-22; BEZERRA, M. S., 1987, p. 76-77).

Para que se tenha uma ideia do afluxo de capital na Irapuru, no período em questão, a propriedade passou por construções/edificações de estradas, de açudes, de prédios e pela implantação de novas atividades econômicas, como a criação de gado bovino, as indústrias e a instituição da feira semanal. Esta última, de certo modo, serviu para manter próximos o fazendeiro e seus moradores, porque o crescimento das fronteiras internas do latifúndio deixava algumas pessoas morando cada vez mais distante, cerca de 10, 12, 14 e até 16 km da sede da fazenda, deixando-os fora do olhar do dono ou dos administradores.

Para que as coisas não fugissem ao seu controle, Theodorico Bezerra implantou algumas normas de convivência entre os moradores, às quais, posteriormente, agregou outras, até chegar a nomeá-las de “nossas condições”, um conjunto de regras de convivência e funcionamento da propriedade. Tratava-se, em outras palavras, de um código de leis que valia apenas dentro do espaço geográfico da Fazenda Irapuru, o que a levou a tornar-se um mundo particular dentro do Estado do Rio Grande do Norte.

A Fazenda Irapuru foi construída de forma processual, não apareceu por acaso em um dado espaço temporal e geográfico do Agreste Potiguar. Nascida a partir da Fazenda Caiçara

---

<sup>96</sup> Arraial era o termo utilizado no período colonial para designar um acampamento militar temporário. Referia-se, também, a povoado menor que uma vila ou lugarejo, onde se desenvolviam atividades econômicas, e a aldeia, como agrupamento humano que deu origem às vilas e, depois, às cidades (TEIXEIRA, 2003).

(1928-1935), recebeu investimentos (1940-1946) de seu proprietário, que a estruturou física e ideologicamente para servir aos seus interesses. Portanto, quando o jornalista Eloy de Souza relata já existirem algumas proibições como o uso de bebidas alcoólicas ou de porte de armas, pode-se perceber, por exemplo, que as “nossas condições”, assim como a própria propriedade, foram estabelecendo-se aos poucos:

No que diz respeito à criação das “nossas condições” ou como se poderia dizer, o código de leis da fazenda Irapuru, o mesmo começou com a implantação de regras na sua vivência, aos poucos e gradualmente. Segundo o próprio filho de Theodorico Bezerra “ele não criou todos de uma vez, ele foi acrescentando, ele foi colocando, até que fez aquilo que ele dizia os nossos mandamentos, [...] regulamento, [...]”. Pode-se verificar que isso se deu no mesmo tempo em que houve o crescimento da propriedade com as aquisições de terras vizinhas pelo Sr. Theodorico Bezerra, que chegou a comprar até a parte do irmão João Bianor Bezerra na sociedade que fizera no ano de 1928, quando compraram juntos a fazenda Caiçara, hoje sede da fazenda Irapuru, compraram-na de um sacerdote de nome Monsenhor Antonio Xavier de Paiva, de São José de Mipibu/RN (SILVA, M. A., 2010, p. 73).

No texto acima, segundo Kleber de Carvalho Bezerra, filho de Theodorico Bezerra, “nossos mandamentos”, “nossos regulamentos”, “nossas condições” foram construídos/as aos poucos, de forma gradual, assim como toda a Fazenda Irapuru.

Para a Fazenda Caiçara tornar-se a Fazenda Irapuru aconteceram muitas coisas de ordem interna e externa, como por exemplo, a quantidade de dinheiro que Theodorico Bezerra ganhou dos americanos que estavam em Natal no período da Segunda na Guerra Mundial (1939-1945), investindo-a na propriedade; a implantação de atividades diversas (agricultura, pecuária, indústria e outras) dentro do espaço geográfico da fazenda; os anos de boas safras, que trouxeram o retorno econômico dos recursos investidos; o fato de que, após a entrada de seu proprietário na política, a fazenda passou a receber investimentos de órgãos governamentais que financiaram com dinheiro público a construção de postos de saúde, escolas e açudes.

A Irapuru foi construída social e politicamente a partir do investimento econômico, social e político de Theodorico Bezerra: falar dela é o mesmo que falar dele. Para ponderar sobre a vida de Theodorico Bezerra e/ou da Fazenda Irapuru, é necessário estudar-se os dois, porque não se entende um sem conhecer o outro. Para se compreender quem foi ele, como chegou a ter sucesso na política e ser conhecido como “Majó”, “Major” ou “Coronel” Theodorico Bezerra, é necessário entender a Fazenda Irapuru como espaço social construído a partir do pensamento de seu proprietário.

## 2.5 A FAZENDA IRAPURU, UMA ILHA ECONÔMICA NO AGRESTE POTIGUAR

Atualmente, a Fazenda Irapuru tem sua sede localizada na cidade de Tangará/RN, município desmembrado de Santa Cruz/RN na década de 1950. A propriedade, a partir da década de 1940, passou a ser centro de atração populacional da Região do Agreste Potiguar, por oferecer condições de sobrevivência aos que ali residiam. Isso se devia principalmente ao fato de a fazenda possuir vida econômica e política próprias, sem deixar seus moradores passarem necessidades básicas, os quais não precisavam recorrer para as cidades vizinhas e sim, a administração da Fazenda para supri-las. Quem morava na Irapuru não necessitava sair de seu espaço geográfico em direção às cidades vizinhas, porque quase tudo de que precisava era produzido dentro do seu território e aquilo que não era podia ser adquirido na feira-livre aos domingos:

Nesta feira, além das bancas internas, havia as barracas que ficavam nas partes externas do mercado, nelas se vendia de quase tudo: artigos de perfumaria: sabonete, pasta de dente, talco, pó-de-arroz, perfumes etc.; variedades: pedra de isqueiro, linha, vassouras de palha de carnaúba, colher de pau, enlatados, carne seca, carne verde, buchada, carne de sol, couro de bode, peixe salgado (enchova do Rio Grande do Sul), coco maduro, farinha, rapadura, café, chá-preto, erva-doce, canela, fumo de rolo, cebola, cigarros, banana, balas, q-suco, pirulitos, chicletes, biscoitos, pães, etc.; cereais: feijão, fava, feijão macaça (sic), arroz, milho etc.; vestimentas e calçados: camisas, shorts, vestidos, cuecas, sutiãs, calças, sandálias, sandálias japonesas, sapatos, chapéu de palha, etc.; utensílios do campo: corda, sisal, esporas, chicotes, peias para boi etc.; ferragens: trincos, ferraduras, talheres e artigos de funilaria: bacias, lamparinas, latas etc. [...] Além de outros produtos, ou seja, o que se pode perceber é que de quase tudo que se vendia na época se tinha lá (SILVA, M. A. 2010, p. 74-75).

Pelo que se vê, a feira-livre da Fazenda tinha tudo de que as suas congêneres no período e na região dispunham. Isso demonstra o potencial econômico-financeiro daquele latifúndio, que tinha feira-livre concorrendo com as das cidades à sua volta. Seus vendedores eram pessoas residentes na propriedade, que comercializavam seus produtos apenas na feira local aos domingos. Outros feirantes eram pessoas da região, que saíam das suas respectivas cidades para comercializar os seus produtos na feira-livre da Fazenda Irapuru.

Theodorico Bezerra foi o maior plantador particular de algodão da região e um dos maiores do Rio Grande do Norte, na década de 1950, tornando-se o maior cultivador individual do Estado nas décadas de 1960 e 1970. Para ganhar esse título, o Major-Coronel tinha como grande responsável pela produção da malvácea a Fazenda Irapuru, que, além de produzi-la, passou a beneficiá-la. Todavia, é necessário entender como aquela propriedade chegou a tais números e deu o título de maior produtor a seu proprietário, haja vista a fazenda

ter passado por um processo de expansão que começou na década de 1930 e parou no início da década de 1980, cerca de meio século depois. Passou-se, desta forma, a ter-se uma ideia mais clara da ampliação física e do número de moradores da Fazenda Irapuru.

Quando Theodorico Bezerra comprou a Fazenda Caiçara, a propriedade media 3.000 hectares<sup>97</sup> (30 km<sup>2</sup>). Na década de 1940, não foi encontrada nenhuma informação sobre o seu tamanho. Porém, no segundo quinquênio de 1950, em discurso proferido na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (apud BEZERRA, L. G., 1982, p. 147), na sessão do dia 07 de maio de 1958, o deputado Aluizio Bezerra afirmou que a Fazenda Irapuru possuía uma extensão de doze léguas quadradas<sup>98</sup>. No ano de 1978, a TV Globo assegurou que ela media 144 km<sup>2</sup> (GLOBO REPÓRTER DOCUMENTO, 1978). Como uma verdadeira cidade, a fazenda expandia-se a cada dia, entroncada entre os municípios de Tangará, São José do Campestre e Santa Cruz. Parecia mais um Estado independente dentro do Rio Grande do Norte, pelo desenvolvimento econômico, pelas práticas e pelo *modus vivendi* de seus moradores, como será visto a partir de agora.

### **2.5.1 Algodão: motor econômico e de atração populacional/O Algodão e a Segunda Guerra**

A vida da Irapuru girava em torno da produção algodoeira. Os outros produtos serviam, de certo modo, para não deixar os moradores sem trabalhar na entressafra, evitando que se afastassem da fazenda para procurar outros locais de trabalho. Todavia, para morar na propriedade de Theodorico Bezerra, o cidadão tinha que comprometer-se, inicialmente, como parceiro na plantação do algodão; quem não tivesse tal comprometimento, não poderia morar na propriedade.

O “parceiro” recebia uma casa já pronta ou um local para construí-la. Se coubesse a ele a responsabilidade de levantar a residência, geralmente de taipa<sup>99</sup>, poderia retirar a madeira, o agave e o barro para tapar as paredes e fabricar as telhas dentro da própria propriedade. Se a casa fosse de alvenaria, todo o material deveria também ser retirado do próprio latifúndio. De

<sup>97</sup> Um hectare equivale a 01/100 km<sup>2</sup>. Ou seja, 01 km<sup>2</sup> equivale a 100 hectares (01 km<sup>2</sup>=100he).

<sup>98</sup> Léguas é uma unidade de medida que, no Rio Grande do Norte e em outras partes do Brasil mede 6 km. Assim, uma propriedade com doze léguas, mede 72 km.

<sup>99</sup> Taipa é uma técnica que consiste na utilização do barro para erigir paredes e muros. No Brasil, desde o período colonial, a construção de prédios públicos e privados fazia-se por meio da taipa de mão e/ou da taipa de pilão. A primeira, também conhecida como pau-a-pique, barro amarrado, taipa de sebe ou taipa de sopapo, era a mais utilizada no Nordeste brasileiro por pessoas de baixa renda, por ser mais simples e barata. Necessita-se apenas de madeira ou bambu para erguer uma estrutura de madeira amarrada por cipós. Depois esses esqueletos eram preenchidos com barro molhado, amassado e misturado com fibras. Disponível em: <<http://www.colegiodearquitetos.com.br/dicionario/2009/02/o-que-e-taipa-2/>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

qualquer maneira, na maioria das vezes, os novos moradores recebiam a residência pronta, cabendo-lhes a obrigação de limpar a casa e conservá-la.

O parceiro também tinha acesso à água<sup>100</sup>; vacas para tirar o leite da alimentação de crianças e idosos; acesso a peixes e camarões por meio da pesca nos açudes, barragens e rios; animais para trabalhar (bois, cavalos e mulos); compra do algodão produzido pelo preço da época, no comércio local; outras culturas agrícolas, a exemplo, feijão, fava, milho, jerimum, melão, etc., poderiam ser plantados para consumo próprio, desde que não compromettesse a produção algodoeira (BEZERRA, M. S., 1987, p. 84-88).

A Fazenda Irapuru, desde a década de 1940, dispunha de uma economia autônoma, o que a credenciou a atrair moradores, por oferecer condições de trabalho. Na década de 1950, por exemplo, a propriedade dispunha de um rebanho de mais de duas mil cabeças de gado, além de dois grandes plantios de produção para exportação, um de agave e o outro de algodão (BEZERRA, L. G., 1982, p.144-149).

A Irapuru, no ano de 1957, uma das propriedades do Major-Coronel Theodorico Bezerra, destacou-se como grande produtora de algodão, sendo responsável pela maior parte dos 450.000 kg produzidos naquele ano. Tal produção levou seu proprietário a investir mais em indústrias e a beneficiar o máximo possível do que se produzia dentro Fazenda. Descreve-se, em monografia de graduação, a atividade de beneficiamento do algodão desenvolvida por Theodorico Bezerra:

A indústria algodoeira de Irapuru chegou a dispor de 05 (cinco) máquinas de oitenta serras cada, 27 (vinte e sete) máquinas de rolo e 10(dez) prensas na fábrica de óleo. Levando em consideração que a referência da indústria algodoeira é a quantidade de máquinas que ela possui, o Sr. Theodorico Bezerra chegou a ter a maior indústria do Estado nesta área. Segundo a confirmação seu próprio filho “... nós ficamos com o maior conjunto de máquinas de rolo do estado, 27(vinte e sete) máquinas, todo mundo, geralmente, tinha 10 (dez), 12 (doze), no máximo 14 (quatorze)” e o maior produtor da região.

Irapuru (Tangará/RN) tinha em média de 250 a 300 pessoas trabalhando apenas nos serviços industrial da usina de algodão, além disso, ele tinha mais três usinas espalhadas pelo Estado: Lages Pintada/RN- 03 (três) máquinas de serra, sete máquinas de rolo e 03 (três) prensas de óleo-, Santa Cruz/RN- 02 (duas) máquinas pequenas de 60(sessenta) serras cada uma e em Mossoró/RN uma usina de óleo. As máquinas colocavam no mercado o óleo “Cacho de Ouro”, também fazia parte das indústrias Bezerras S/A. Vale salientar que uma parte do maquinário que havia em

<sup>100</sup> A Fazenda Irapuru utilizava a abundância dos recursos hídricos disponíveis para atrair moradores que, de residentes, passavam a eleitores do proprietário. A água, ali, era utilizada como fonte de poder político. A esse respeito, o historiador potiguar Lemuel Rodrigues da Silva ressalta: “A água sempre foi usada pelas elites do Nordeste como discurso de campanha e também como mecanismo para ter acesso a verbas do governo federal para investimentos em medidas emergenciais como solução temporárias para as consequências da estiagem. A falta de água, as secas, a fome, a miséria, o desemprego, essa era a tônica dos discursos das oligarquias, e que permanece presente da vida política do Brasil, principalmente nas regiões onde o poder continua concentrado nas mãos de oligarquias [...]” (SILVA, L.R., 2004, p. 106).

Lages Pintada/RN foi levada de Irapuru e esta usina foi comprada da Cook & Cia quando cessou suas atividades no estado, em fins do segundo lustro dos anos de 1960. Isso tudo ocorreu no período do auge da produção do algodão. Irapuru chegou juntamente com as outras propriedades do “majó” a produzir 849.000 kg ou 56.600 arrobas de algodão por ano, uma média anual nas décadas de 1960-1970 de 600.000 ou 400.000 arrobas de algodão ano, e exportava maior parte desta produção para países europeus, asiáticos, africanos e principalmente para os EUA. Porém, o Major transformou sua propriedade em Tangará/RN um modelo econômico, além de tudo isso ele implantou uma usina de beneficiamento de agave/sisal e criou também uma manufatura de beneficiamento do referido produto por meio do artesanato e uma produção industrial na fazenda.

Com isso tudo, que acabamos de falar, pode-se ver o Major Theodorico Bezerra como um coronel do algodão, daqueles que surgiram no Nordeste e a partir da segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX, se fortaleceram e se estabeleceram, passando a buscar e depois exercer poder nas áreas sobre suas influências, poderes políticos, econômicos e sociais incontestáveis (SILVA, M. A., 2010, p. 78-79)<sup>101</sup>.

Pode-se, então, ter uma ideia do potencial econômico da Fazenda Irapuru no auge da sua produção, nas décadas de 1960 e 1970. A propriedade situada no Agreste do Rio Grande do Norte possuía em torno de 250 a 300 pessoas trabalhando apenas na indústria do algodão, além de outros operários da usina de beneficiamento do agave (sisal), os parceiros de meia ou terça.

Theodorico Bezerra criou na sua fazenda uma ilha de prosperidade econômica na região em que esta se localizava (entre os municípios de Tangará, Santa Cruz e São José do Campestre). A partir das décadas de 1940 e 1950, a Irapuru começou a crescer economicamente, porém somente nos anos 1960 e 1970 consolidou-se deliberativamente como polo econômico do Agreste Potiguar. A fazenda tornou-se responsável pelos maiores lucros obtidos pela Theodorico Bezerra S/A, que estava entre as 20 empresas que mais pagavam impostos ao Estado no ano de 1978; mais especificamente, era a 11ª colocada (SANTOS, 2002).

A Irapuru, em alguns momentos, chegou a ter acerca de 5.000 cabeças de gado, o maior rebanho bovino da região onde estava localizada e um dos maiores do Rio Grande do Norte no período (SILVA, M. A., 2010, p. 76). Dispunha, ainda, dos moradores (que praticavam a

---

<sup>101</sup> Essas informações são resultado de entrevistas realizadas no ano de 2007, como instrumento de pesquisa para a nossa monografia de conclusão de curso de Graduação. Entre os entrevistados estavam: (01) o Sr. Kleber de Carvalho Bezerra, filho de Theodorico Bezerra, o qual é engenheiro, pecuarista, professor universitário aposentado e um dos fundadores da Escola de Engenharia da UFRN; (02) o Sr. Valdeci Pereira da Silva, que nasceu na cidade de Santa do Mato/RN, no Estado do Rio Grande do Norte, aos 19 de fevereiro de 1938, filho de Anastácio Pereira da Silva e de dona Ana Pereira da Silva. É oficial de justiça aposentado pelo estado do Rio Grande do Norte (emprego que, segundo ele, foi conseguido pelo Major-Coronel através de nomeação, sem concurso público). Atualmente, ele recepciona aos visitantes e serve de guia na fazenda Irapuru. Pereira da Silva foi morador da propriedade por 47 (quarenta e sete) anos, desde os anos de 1950. Lá, trabalhou como agricultor, auxiliar de pedreiro, cabeceiro (carregador de peso na cabeça), auxiliar de classificador de algodão e jardineiro, até chegar a ser administrador da fazenda. Aprendeu música, ainda, e participou da banda de música masculina “A voz do Irapuru”, da qual veio a ser contramestre.

meia ou a terça) do algodão, pois todos os que residiam na propriedade, antes de mais nada, eram obrigados, sem exceção, a ser parceiros.

Segundo Mendonça Júnior (2007, p. 54): “Os dois símbolos da produção econômica de Irapurú (sic) foram justamente o algodão e a feira”. O autor refere, ainda, os “[...] empréstimos realizados por Theodorico aos moradores, funcionando como uma espécie de ‘banco’”. Para reforçar essas afirmativas, colaboraram

[...] as memórias dos ex-moradores e administradores de Irapuru, respectivamente, seu Agenor Francisco Ribeiro e de seu Valdeci Pereira da Silva, eles nos relataram que naquela época, nos idos dos anos de 1950-1960, Theodorico emprestava e financiava seus moradores e pessoas da região, a exemplo, de sujeitos de Serra de São Bento/RN, Monte das Gameleiras/RN, Japi/RN, Santa Cruz/RN, Sítio Novo/RN e até de Araruna/PB. As pessoas o procuravam para pegar dinheiro emprestado, porque na época ainda não havia banco na região e “A fazenda Irapuru era um banco de emprestar dinheiro”. O Sr. Agenor Ribeiro em entrevista concedida disse isso (SILVA, M. A., 2010, p. 79)<sup>102</sup>.

Dessa forma, além dos “[...] dois símbolos da produção econômica de Irapurú (sic), [...] o algodão e a feira” (MENDONÇA JR., 2007, p. 45), a fazenda possuía uma terceira insígnia de poder econômico, a atividade financeira, que apresenta seu proprietário como agente financeiro e/ou banqueiro da região (SILVA, M. A., 2010, p. 79). Mendonça Júnior (2007) acrescenta que, ao ressaltar o algodão e a feira, ele percebe que

A importância do primeiro repousa na presença, da Fazenda, de uma usina de algodão onde se empregava muitos moradores lá mesmo especializados. [...] A feira foi uma espécie de substrato daquilo que a produção da fazenda significava. A circulação de dinheiro comum a qualquer tipo de comércio tinha na feira um caráter tipo do hábito sertanejo de comercialização. A feira era enfim um meio de circulação de dinheiro dentro da fazenda, já que a principal tendência produtiva cabia ao algodão e aos elementos de subsistência (MENDONÇA JR., 2007, p. 54).

Essas atividades econômicas são bem significativas, porque fazem da Irapuru um caso *sui generis* no período, a saber, a segunda metade do século XX. Não existem informações de que outra fazenda no Nordeste brasileiro possuía: (01) uma indústria de beneficiamento de

<sup>102</sup> Outro dos entrevistados no ano de 2007 para a pesquisa da nossa monografia de conclusão de curso de Graduação foi o Sr. Agenor Francisco Ribeiro, que nasceu no sítio Lagoa de Cavalos entre os municípios de Elói de Souza e Januário Cicco, no Estado do Rio Grande do Norte, a 10 de julho de 1928. Filho de Manoel Francisco Ribeiro e Antônia Maria Ribeiro, atualmente é funcionário público aposentando pela Prefeitura Municipal de São José do Campestre/RN, onde mora. Até o ano de 2010, ele tinha na política o seu mundo, atuando como conselheiro e estrategista nas campanhas eleitorais locais, atividade que considerava de trabalho e ao mesmo tempo de lazer. No ano de 2014, o escritor santo-antoniense Francisco de Assis da Silva lançou um livro sobre a sua vida, intitulado: *Agenor Ribeiro, um político nato*. (SILVA, F. A., 2014), no qual conta as aventuras políticas de seu protagonista. Entre as estripulias de Seu Agenor, como é conhecido, está o período em que ele trabalhou como cabo eleitoral do Major-Coronel e como administrador da Fazenda Irapuru.

algodão, (02) uma feira semanal e (03) “um banco” próprio, todos em um só lugar e ao mesmo tempo.

Havia, ainda, as edificações de obras públicas dentro da propriedade, que ajudaram o seu desenvolvimento econômico e social. Por exemplo, a construção de barragens e açudes, obras federais realizadas em períodos de secas, quando pessoas estão passando por necessidades de sobrevivência. Tais locais atraíam muitos sujeitos de outros lugares. Concluídas as obras, muitos deles passavam a ser moradores da fazenda, onde encontravam condições de vida social e econômica sem precisar ficar se deslocando de um lugar a outro. Houve, portanto, um crescimento significativo no espaço de tempo relativamente curto de uma década (1935-1946).

A Fazenda Irapuru possuía até medida de peso própria, o que, segundo Confessor (2006), servia para mostrar o poder econômico e político de seu proprietário, além de uma feira semanal que movimentava as finanças locais:

Assim como expressa uma proibição do majó, não era necessário sair da fazenda para comprar gêneros que não fossem por lá. O dinheiro tinha que circular dentro da propriedade. Para isso havia feira livre dentro da fazenda, sempre aos domingos, dia da folga semanal e, portanto não era necessário faltar um dia de trabalho. O pagamento tinha início pela madrugada do sábado durante os primeiros preparativos da feira, para não dar margem a fugas [...]. **Para trabalhar o feirante era obrigado a seguir as medidas de peso estabelecidas pelo majó.** Por exemplo, naquela época a medida dos alimentos era dada em cuia, o equivalente a um quilo. **O majó determinava que fossem vendidas cem gramas a mais por um preço de um quilo, para tanto mandava fabricar a medida padrão e distribuía entre os feirantes.** Aquele que não obedecesse às regras não era mais permitido continuar na feira (CONFESSOR, 2006, p. 49-50. Grifos meus).

A autora apresenta algumas das proibições e obrigações da propriedade, como somente fazer feira na Irapuru e não em outro lugar. Aponta, ainda, o dia do pagamento dos lavradores acontecer aos domingos, dia da feira, deixando-os sem possibilidades de saírem da fazenda. Acrescenta também a referência a uma medida de peso específica (o que demonstra o quanto o referido latifúndio se confundia com seu dono), assim como a uma moeda própria: “No lugar de cruzeiros, ele pagava aos seus empregados com uma fichinha plástica tipo de ônibus [...]” (BEZERRA, L.G., 1982, p. 294). Ous seja, havia uma economia pré-capitalista e ilegal (moeda própria). Todas essas peculiaridades financeiras corroboram a ideia da Irapuru como um Estado independente dentro do Estado do Rio Grande do Norte.

Entretanto, o crescimento econômico e populacional da Fazenda Irapuru a deixou cada vez mais difícil de administrar. Por essa razão, Theodorico Bezerra resolveu implantar algumas regras para melhor convivência dos moradores/parceiros da propriedade, que

receberam o nome de “As Nossas Condições” ou “Os Mandamentos de Irapuru”, que se analisará a seguir.

## 2.6 AS “NOSSAS CONDIÇÕES” E O “ESTADO DE SÍTIO” CONSTANTE NA IRAPURU

A Fazenda Irapuru cresceu em todos os sentidos ao ascender economicamente, a ponto de ter se verificado um boom em sua população de 1935 a 1946, período que dá início ao processo de povoamento (1935), com três famílias, e se estende até a publicação do texto do jornalista Eloy de Souza (1946). A propriedade havia crescido tanto que era qualificada, no texto, como “um arraial”. Esse crescimento ocorreu tanto por fatores internos quanto externos, como os grandes investimentos financeiros do seu proprietário, Theodorico Bezerra, com a compra de terras vizinhas e, nelas, a criação de novas plantações, a construção de açudes e a instalação de indústrias nas dependências da propriedade, o que atraiu pessoas e multiplicou o número de moradores.

Para que se tenha uma ideia do que significava economicamente a Fazenda Irapuru, no ano de 1942, Theodorico Bezerra criou, como já foi mencionado, uma feira semanal, aos domingos, e estabeleceu “regras de convivência” a serem seguidas pelos habitantes. Normatizou, posteriormente, estas regras por meio de um regulamento escrito, que foi batizado como *Nossas condições*. Nele, inscreviam-se os princípios a ser seguidos por quem morava naquele latifúndio, sem discursão ou discordância. Quem residisse ali deveria servir e aceitar a perda de direitos, como se estivessem em um constante estado de sítio<sup>103</sup>, dentro dos limites geográficos da Irapuru.

Como se vê, para residir na Irapuru, o sujeito deveria abdicar de seus direitos individuais, assegurados pela Constituição Federal Brasileira, e submeter-se às normas da propriedade, porque ali prevalecia o sentimento local sobre o nacional; o sentimento

---

<sup>103</sup> A expressão “estado de sítio” serve para designar o período em que o chefe do Executivo, ao decretá-lo, passa a ter todos os poderes do país em suas mãos, uma vez que é suspensa a atuação dos poderes Legislativo (Assembleia Legislativa e Senado) e Judiciário (Tribunais). O estado de sítio retira garantias constitucionais individuais, como por exemplo, o direito de ir e vir livremente, bem como o de permanecer em lugares públicos, o de promover/participar de reuniões, o da inviolabilidade do lar e da correspondência, criando um estado de exceção constitucional, por prazo determinado. Conforme a Constituição Federal (CF) do Brasil (1988), nos seus artigos 137 a 141, tal prazo seria de 30 dias, podendo ser prorrogado. Durante a sua vigência, o chefe de Estado impõe medidas e imperativas e coercitivas, às quais todos os sujeitos devem ficar submetidos. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/politica/estado-sitio.htm>>; <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 27 mai. 2016. Nesse texto, “estado de sítio” serve para mostrar que todos os moradores da propriedade viviam em um alerta constante e não tinham liberdades individuais respeitadas, porém deveriam obedecer as ordens impostas pelo proprietário da Fazenda Irapuru.

individual sobre o coletivo; o sentimento singular, sobre o plural; o sentimento privado sobre o público. Na Irapuru, as leis nacionais, públicas, não existiam e, sim, as *Nossas condições*, leis privadas, reunidas num pequeno código estabelecido por Theodorico Bezerra.

Ao ingressar como parceiro e/ou funcionário na Fazenda Irapuru, o novo morador recebia um quadro para colocar na sala da casa e uma caderneta de morador. Ambos traziam impressas as *Nossas condições*, divididas em duas partes: proibições e obrigações. Assinalava-se que “[...] cada morador devia andar com sua caderneta no bolso para que não esquecesse as normas e pudesse conhecer todas as proibições e obrigações quando fosse indagado pelo Sr. Theodorico Bezerra sobre elas” (SILVA, M. A. 2010, p. 68). Quem quisesse residir e/ou transitar na propriedade deveria saber de cor as normas que ali vigiam. A figura abaixo detalha partes da caderneta:

**FIGURA 2:** Caderneta de morador da Fazenda Irapuru-Tangará/RN.

**Fazenda Irapuru**  
— DE —  
THEODORICO BEZERRA  
TANGARÁ — Rio G. do Norte

CADERNETA DE MORADOR

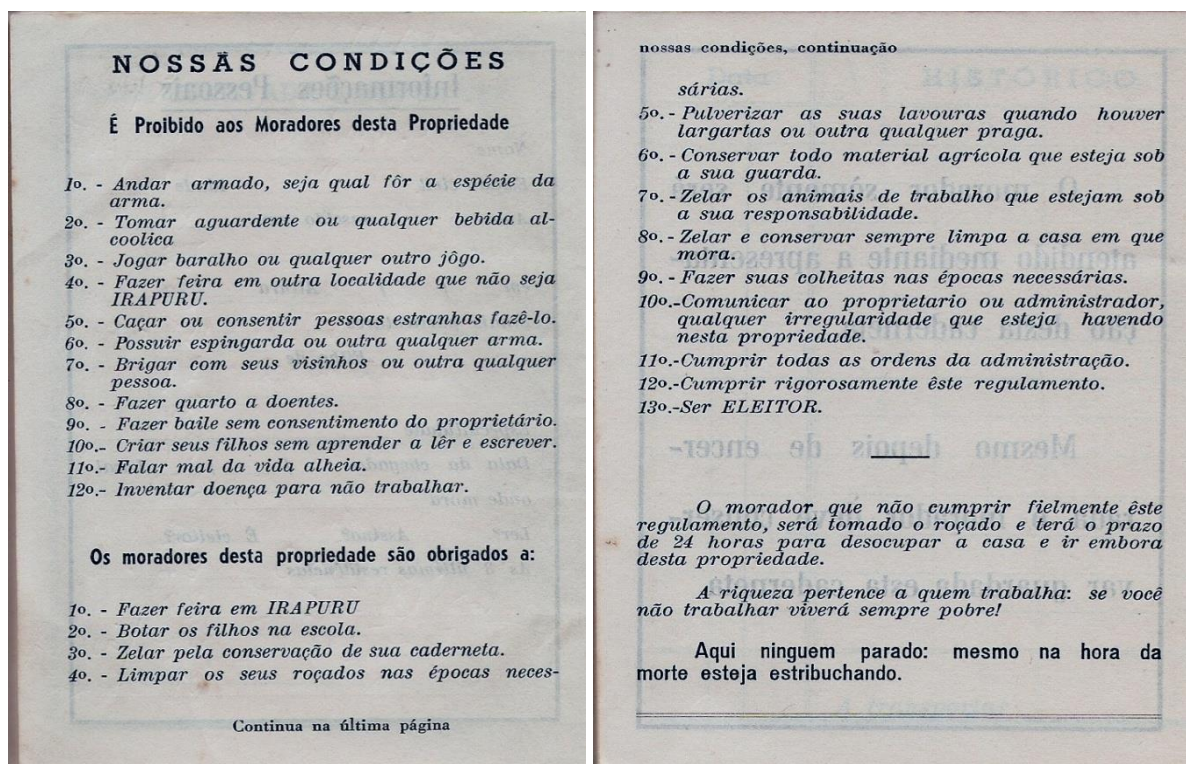
Nome *Agenor Ribeiro*  
Local *1977 São José do Campestre*  
Livro \_\_\_\_\_ Folha \_\_\_\_\_

QUEM TRABALHA DEUS AJUDA

**ADVERTENCIA**

É proibido ao morador

*Conduzir armas, tomar parte em bebedeiras, jogar, trabalhar noutra fazenda sem conhecimento do gerente etc.*



**Fonte:** Digitalização feita pelo pesquisador a partir do documento original, de propriedade de Agenor Francisco Ribeiro com destaque para a capa e para as *Nossas condições*, versão da caderneta de 1977.

Ao analisar estes documentos, pode-se observar um conjunto de ideias que qualificam *Nossas condições* como mensagens de cunho ideológico: “Quem trabalha Deus ajuda”; “A riqueza pertence a quem trabalha: se você não trabalhar viverá sempre pobre!”; “Aqui ninguém parado: mesmo na hora da morte esteja estrebuchando”. Estas máximas transmitem a ideia de que o trabalho produz a felicidade e, consequentemente, um não existe sem a outra. O regulamento continha 25 artigos, divididos entre Proibições e Obrigações, como se pode ver na caderneta.

Por exemplo, o Artigo 08, que fala das proibições: “Fazer quarto a doentes”, era um deles. Ou seja, aquele que estava doente não poderia ter os cuidados de ninguém, porque no entender do Major-Coronel aquele que passasse a noite na casa do enfermo não iria trabalhar no dia seguinte, por está cansado da noite de sono e iria comer tudo que o moribundo tinha em sua residência. Assim, dava prejuízo à família do moribundo e a propriedade.

Assim, vale lembrar que os artigos expostos na caderneta compunham o regulamento particular da propriedade, gradativamente estabelecido em seu conjunto pelo Major-Coronel até atingir o formato final. Por exemplo, *ser eleitor* é a última das obrigações inclusas no código. Segundo Bezerra (1987, p.60,67), esse artigo não aparecia nas primeiras versões do documento; porém nos últimos escritos recolhidos por ela, aparece como o mais importante

de todos<sup>104</sup>. Com efeito, aquele que fosse maior de idade, deveria ser eleitor para votar em Theodorico Bezerra, caso contrário não poderia sequer estabelecer o acordo de parceria para viver na Irapuru.

O código de leis foi escrito de forma simples e direta, de modo que sua linguagem fosse compreensível ao público-alvo, formado por uma maioria esmagadora de analfabetos que sabiam apenas escrever o próprio nome, único requisito necessário, na época, para que o eleitor tivesse o seu título eleitoral e pudesse votar. Nenhum dos artigos tinha redação ambígua, contudo repetem-se, nas obrigações e proibições. Isto acontece não por erro ou descuido, mas para prover, pela repetição, uma espécie de reforço didático à ideia exposta, de forma direta, clara e concisa, objetivava a sua fixação.

Outro aspecto que se deve verificar em *Nossas condições* é a sua estrutura organizacional. As “Proibições” definiam os parâmetros de um agir social dentro dos limites da propriedade, enquanto as “Obrigações” determinavam o norte de suas atitudes laborais. Assim, elas (proibições e obrigações) formavam um conjunto de princípios, que expunham uma ordem social, baseada na convivência e no trabalho, como instrumentos para garantir maior produtividade dos moradores da Irapuru.

O intuito dessas normas era criar um sentimento de devoção ao trabalho, mola propulsora de uma ordem social avessa à inatividade, ao desperdício e geradora de riqueza. Neste sentido, parece interessante associar alguns artigos, em seu propósito, à ótica capitalista de acumulação de riqueza, presente nos discursos do Major-Coronel Theodorico Bezerra: “A riqueza pertence a quem trabalha: se você não trabalhar viverá sempre pobre!”, traz uma ética do trabalho como uma das máximas da propriedade.

Não se pode esquecer que a Fazenda Irapuru era o grande cartão de visitas, a imagem visível da modalidade de poder exercido pelo Major-Coronel, tanto pela sua importância econômica quanto pelo seu encantamento, tendo em vista que não se assemelhava a nenhuma outra propriedade da época. É compreensível que Theodorico Bezerra tenha criado estratégias de promoção pessoal a partir da fazenda, instituindo o estranho, o exótico ou o deslumbrante como uma imagem de si próprio. Nesta perspectiva, uma feira semanal equivaleria a uma mostra de poder aos que moravam fora da propriedade. Funcionava também como uma

---

<sup>104</sup> Segundo tomei conhecimento, inicialmente existiam normas que eram transmitidas oralmente, desde que os primeiros moradores da propriedade passaram a residir nela, década de 1930. Depois, com o aumento da população da Fazenda, passou-se a serem implantadas novas normas, que se tornaram escritas e foram copiadas na caderneta do morador. Porém não identifiquei quando foram publicadas as primeiras versões impressas de “nossas condições.”. Todavia, na década de 1960, já existiam versões impressas do “código de leis” de Irapuru.

maneira de reunir todos os moradores sob suas vistas para exercer controle sobre eles e impedir que se dispersassem no dia em que recebiam o pagamento.

A feira tinha início na madrugada do domingo, por volta das 02 horas da manhã<sup>105</sup>, quando o Major-coronel Theodorico Bezerra começava a pagar aos trabalhadores e emprestar aos parceiros, que vinham das localidades mais distantes<sup>106</sup> para estas finalidades, além de fazer as compras de gêneros de primeira necessidade.

Vir à feira era também uma oportunidade de rever familiares e amigos, colocar a prosa em dia. Outros aspectos, além do econômico, estavam envolvidos na afanosa empreitada: o social e o recreativo. Nos momentos de descontração e de divertimento, tornava-se fácil transmitir as mensagens que se quisesse comunicar aos feirantes, assim como recebê-las.

Todavia, a imposição aos moradores de fazer a feira apenas na Irapuru, exposta no artigo 4º das “Proibições”: “Fazer feira em outra propriedade que não seja Irapuru”, e o artigo 1º das “Obrigações”: “Fazer feira em Irapuru”, demonstra que o proprietário da Fazenda buscava evitar a dispersão do trabalho. Desejava também incutir suas ideologias nos que ali estavam presentes, porque no horário da feira, após pagar e emprestar dinheiro a todos os que tinham contas a acertar ou a fazer consigo, Theodorico Bezerra fazia o seu discurso semanal no aparelho de difusora<sup>107</sup> situado no mercado (GLOBO REPÓRTER DOCUMENTO, 1978).

Segundo aponta Bezerra (1987), um dos propósitos da feira semanal na Irapuru, de acordo com seu proprietário, era o de concentrar a maioria dos seus parceiros e funcionários regularmente, de modo que pudesse comunicar as suas orientações a todos em um só lugar, atingindo um maior número de pessoas presentes num menor espaço de tempo possível. Assim:

Na feira de Irapuru, não é vendido nada que se reverta em lucro imediato ao fazendeiro e os feirantes são isentos de quaisquer taxas ou impostos. O objetivo, como ficou acima esclarecido, é de evitar a evasão do trabalho. Durante a realização da feira, o serviço de alto-falante transmite entradas com música sertaneja, ordens

<sup>105</sup> Segundo alguns relatos, em tempo de safra (quando os movimentos financeiro e social eram maiores), era comum começar-se o pagamento aos sábados à noite por volta das 22h00m ou 23h00m. O objetivo era encerrar esta atividade até às 09 horas da manhã de domingo, horário em que o Major-Coronel Theodorico Bezerra começava a transmissão de seu programa semanal na difusora localizada no mercado da Irapuru. Para começar o programa no horário exato, o Major-Coronel antecipava os pagamentos e atendimentos às pessoas que o procuravam.

<sup>106</sup> A expressão “localidades mais distantes” refere-se ao fato de existirem pessoas que residiam nos extremos da propriedade, a cerca de 20 km da sede da Irapuru. Por essa razão, não vinham semanalmente à feira, mas o faziam quinzenalmente ou mensalmente. Havia moradores que gastavam cerca de 3 horas, a cavalo, de sua residência à feira semana do domingo, seu dia de descanso (BEZERRA, M. S., 1987, p. 64).

<sup>107</sup> O termo *difusora*, que aqui é utilizado no contexto histórico do Rio Grande do Norte da segunda metade do século XX, serve para identificar um conjunto de alto-falantes para amplificar o som, associados a um microfone. Os alto-falantes eram instalados no alto de um prédio, para propagar as ondas sonoras ao redor do local e o mais longe possível.

administrativas. Bem assim como orientação do comportamento eleitoral se a época é de eleições. (É evidente que a orientação diz respeito apenas ao voto para os candidatos apoiados pelo fazendeiro). Pessoalmente, ele controla o andamento dos serviços da Fazenda, através das reuniões e contatos diretos que faz nesse dia. Assim a justifica a proibição de ir à ‘feira fora’ de Irapuru: “Pegando o dinheiro e indo para feira lá fora, o homem vai beber e jogar, gastando todo o dinheiro, não trazendo nada para casa e a família é quem sofre” [...] Apesar do seu discurso e as razões que alinham para torna-lo convincente, sabe o Fazendeiro que sem a sua vigilância direta, ou indireta realizada pela polícia, essa determinação jamais seria cumprida e a feira de Irapuru não existiria. Por isso associa à preposição mecanismos de pressão que levam o morador a render-se a ela; só faz pagamento semanal (de tarefas de assalariados) e o fornecimento dos parceiros do algodão, aos domingos, quando a feira tem início (BEZERRA, 1987, p. 64-65).

A feira destina-se, então, a “[...] evitar a evasão do trabalho”. Por essa razão, quaisquer modalidades de negócio financeiro na Fazenda ocorriam aos domingos, dia de descanso e dia de feira, propositalmente para que os moradores não saíssem da propriedade. Outro artigo das “Proibições” a ser considerado é o 1º: “Andar armado, seja qual for a espécie da arma”. A violência física era comum, principalmente entre os homens, que sempre andavam armados com facas, punhais, revólveres ou malzas; cometiam-se assassinatos por simples discussões e/ou rixas, escudando-se no discurso da “lavagem da honra” como justificativa.

Na Fazenda Irapuru não existia violência física entre pares, o que em grande medida decorria da inexistência de bares e casas de jogos em seu perímetro, como cumprimento a dois dos artigos das “Proibições”, o 2º: “Tomar aguardente ou qualquer tipo de bebida alcoólica” e o 3º: “Jogar baralho ou qualquer outro tipo de jogo”, de *Nossas Condições*.

Um artigo, como se pode ver, complementa o outro. Na verdade, os itens 1, 2 e 3 das “Proibições” de *Nossas condições* fizeram com que na Fazenda Irapuru não houvesse notícias de violência física entre os moradores. Não existem, inclusive, notícias de que tenham ocorrido assassinatos dentro da feira livre enquanto ela existiu, por mais de 50 anos, ao contrário do que continuamente ocorria nas feiras livres nas cidades de Tangará, Santa Cruz e São José do Campestre, precisamente nos bares ou nas casas de jogos.

Outra “Proibição” *sui generis* é o artigo 8º: “Fazer quarto a doentes”, que se assemelha, por seu caráter inusitado, ao artigo 4º: “Fazer feira em outra propriedade que não seja Irapuru”. Foram, de fato, os mais criticados pelos moradores da Fazenda, que, por vezes, sentiam-se tratados como animais. A crítica provinha também dos observadores externos, que os viam como índices de “cativeiro” e como uma afronta ao direito de ir e vir e à liberdade individual (BEZERRA, M. S., 1987, p. 63-64). O Major-Coronel, com estas normas, tinha o propósito de evitar que as pessoas passassem um dia sem trabalhar, interrompendo a produção.

Essas e outras imposições que existiam na Fazenda Irapuru faziam com que os moradores locais vivessem como num verdadeiro estado de sítio policialesco. Todavia, lá não se precisava de agentes do Estado Brasileiro para manter a ordem institucional local, porque apenas as palavras do Major-Coronel eram suficientes. Um Estado Privado, dentro do Estado do Rio Grande do Norte, tornara-se uma realidade.

## **2.7 PODER E ENCANTAMENTO: O MUNDO PRIVADO DO MAJOR-CORONEL THEODORICO BEZERRA**

Theodorico Bezerra é um dos grandes nomes da política e dos remanescentes do coronelismo na Região do Agreste Potiguar, famoso por ser dono da Fazenda Irapuru, latifúndio conhecido pelo êxito de seu modo peculiar de funcionamento. É considerado o último remanescente do coronelismo existente no Rio Grande do Norte na segunda metade do século XX. Lá viveu e militou politicamente desde a década de 1930 e perdurou até o início da década de 1980, quando se retirou da política partidária. Nesse período, segundo alguns historiadores (LEAL, [1948] 1997; CARVALHO, 1997), já não existia mais o coronelismo, datado historicamente na Primeira República (1889-1930).

Entretanto, outros estudiosos afirmam que o coronelismo pode ter acabado como sistema político na década de 1930, porém, suas práticas sobreviveram e chegaram aos dias atuais (VILAÇA; ALBUQUERQUE, 2003; QUEIROZ, 1975; JANOTTI, 1981, 1997). Como afirma Fortunato (2008), a imagem do coronel como “dono do poder” local pode ser reconhecida nas práticas exercidas por determinados indivíduos, a partir de determinado lugar social por eles ocupado.

O coronel seria o agente político capaz de organizar o seu mundo partir das necessidades políticas e institucionais daqueles que estão à sua volta. Ao articular as ações governamentais de serviços e obras públicas como se fossem favores concedidos por ele, aparecendo como benfeitor, cria uma imagem de si como protetor respeitado e/ou autoridade incontestável, investida de poder transformador do espaço local que está sob sua influência (FORTUNADO, 2008, p. 223-230). Assim aparece Theodorico Bezerra, sujeito investido de tais atributos na Região do Agreste Potiguar, onde era visto como figura inquestionável em seu mando político e social.

Como se viu no decorrer deste capítulo, o Major-Coronel estabeleceu um modo particular de administrar a Fazenda Irapuru. Mesmo criticadas por muitos, as suas práticas serviram como ponto de partida para a formação de uma imagem de benfeitor por ele

construída, a partir de reportagens jornalísticas, como a que estampou: “Irapuru: fazenda modelo”, do *Jornal do Comércio de Natal*<sup>108</sup>.

Uma fazenda que apesar de localizada na zona mais atingida pela seca, conseguiu pela força de vontade e capacidade administrativa do seu dirigente, se destacar das demais fazendas do Estado-Formação da Fazenda-Assistência médico-hospitalar, católica e financeira dos moradores – Escolas – Açude Trairi – Terminantemente proibida a venda de aguardente, o uso d’armas e Jôgo, além de danças sem prévia autorização do deputado Theodorico Bezerra – Obediência, é o lema dos moradores – Uma história que não ficará apenas nesta reportagem (JORNAL DO COMÉRCIO, Natal, 11 de janeiro de 1956).

Dez anos depois da reportagem do jornalista Eloy de Souza, Irapurú é apresentada como “modelo” e seu proprietário como ótimo administrador. A nova reportagem serve ao Major-Coronel Theodorico Bezerra como tática para institucionalizar uma imagem sua, ao mesmo tempo que exercia seu poder dentro e fora da fazenda, como figura emblemática que mandava e desmandava.

Para se entender melhor a imagem do Major-Coronel, analisar *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*, do historiador francês Peter Burke (1994) e *A fabricação do mito de João Pessoa: uma cultura histórica heroizante na Paraíba de 1930*, do historiador paraibano José Luciano de Queiroz Aires (2009). Cada qual trata da construção da imagem pública de um personagem específico (Luís XIV e João Pessoa), num determinado espaço geográfico (França e Brasil) e em um dado tempo histórico (século XVII e 1ª metade do século XX).

Na obra de Peter Burke, detalham-se as estratégias utilizadas pelos auxiliares de Luís XIV, desde a sua infância, e, depois, por ele mesmo, quando adulto, para construção, manutenção e reconstrução constante de uma imagem coletiva de si, na França do Século XVII. Tais (re)elaborações se faziam a partir de retratos (quando criança, adulto e idoso); de textos (em prosa e verso, em francês e em latim, oficiais e não oficiais); de festas públicas (inaugurações, comemorações, cerimônias, celebrações) sagradas e profanas, que geravam representações as mais diversas da imagem do rei como santo, sagrado, cavaleiro/valente, pai/protetor, herói e outras. Os seus articuladores também utilizavam monumentos (palácios, arcos do triunfo, praças, jardins, bustos); símbolos físicos (moedas, quadros, pinturas,

<sup>108</sup> O *Jornal do Comércio de Natal*, de propriedade do Major-Coronel Theodorico Bezerra, teve como colaboradores, entre amigos e/ou partidários do seu proprietário, na sua 1ª edição, de 25 de agosto de 1955, homens influentes no cenário local e nacional: Juscelino Kubistchek, Américo de Oliveira Costa, S. E. Macedo Soares, Edgar Barbosa e Câmara Cascudo. O redator-chefe era o senador Georgino Avelino. O jornal passou a ser, a partir daquela data, mais um instrumento para difundir o nome de seu proprietário na capital e em todo o interior do Estado do Rio Grande do Norte.

panfletos e selos comemorativos) e símbolos imateriais (canções, poemas, histórias, discursos) para legitimá-lo como superior, situado acima de todos e ao mesmo tempo com todos. O rei, portanto, deveria ser venerado como sagrado, a partir de uma imagem de si construída cotidianamente (BURKE, 1994).

A obra de Luciano Queiroz trata da construção da memória e da imagem mítica do presidente da Paraíba, João Pessoa Cavalcante de Albuquerque, erigida a partir de seu assassinato na confeitaria Glória, em Recife/PE, no dia 26 de julho de 1930, por seu inimigo particular, o advogado João Dantas, que o matou em razão de problemas pessoais ocorridos na Paraíba. O fato, porém, assumiu contornos políticos nacionais e o transformou em um mártir da “Revolução de 30”:

A partir daquele ano, seu nome passou a denominar ruas, praças e avenidas espalhadas pelas capitais do Brasil, transcendendo os limites geopolíticos da Paraíba, sendo considerado a dimensão nacional, símbolo-mor da Aliança Liberal. [...] A memória oficial ia sendo elaborada com a participação popular, mas coordenada pelos [...] “revolucionários” [...] Portanto, João Pessoa, naquele momento, [...] a partir de seu nome seriam inventadas tradições e seriam construídos lugares de memória (AIRES, 2009, p. 287, 293 e 307).

Pelo exposto, a constituição da imagem pública de João Pessoa Cavalcante de Albuquerque passou a existir por interesse da elite, que utilizou a comoção popular para instituir lugares de memória, a fim de legitimar o seu discurso. Neste intuito, foram arquitetados e institucionalizados ritos, decretos e leis, a partir de atos municipais e estaduais dentro do território Paraíba, para cunhar a imagem de João Pessoa como herói e/ou mito nacional do movimento de 1930, a partir de sua morte.

Enquanto Peter Burke (1994) mostra que Luís XIV, no século XVII, criou em vida uma imagem coletiva de si, a qual era constantemente trabalhada para ser mantida e ampliada na Europa de seu tempo, Luciano Queiroz (2009) descreve, por sua vez, o processo de instituição da imagem pública de João Pessoa, na década de 1930 do século XX, logo após sua morte, utilizada por aqueles que apoiavam a “Revolução de 30”, para legitimar o golpe de estado que estava em curso no Brasil. Assim, observa-se um paralelo entre estes personagens e Theodorico Bezerra, considerando as estratégias empregadas por ele para edificar uma imagem de si, quando em vida e depois de sua morte, através dos esforços que a família do Major-Coronel tem feito para consolidar e ampliar uma memória coletiva daquele.

Na fazenda, havia todo um aparato utilizado pelo Major-Coronel Theodorico Bezerra para criar uma imagem positiva de si, a partir das *Nossas condições*, que de modo geral excluía todos aqueles que não aceitassem as proibições e obrigações constantes do código

particular de regras. Usava, também, as escolas municipais e estaduais localizadas dentro de Irapuru para veicular a imagem de benfeitor aos alunos e aos seus pais, por tudo o que ele fazia: assistência médica, financeira e religiosa<sup>109</sup>, água gratuita de seus açudes e uso dos animais (bois, cavalos, jumentos).

A Fazenda Irapuru era utilizada pelo Major-Coronel Theodorico Bezerra como exemplo, no ano de 1956, ao aparecer na reportagem do *Jornal do Comércio*<sup>110</sup> de Natal, “Casa de campo do Deputado Teodorico Bezerra em Irapuru”. Em outras reportagens mais recentes, é chamada de “Castelinho” ou “Casa de pedra”, com dois andares, mirante e vista privilegiada do arruado, dos arredores da “Casa Grande” e de muitos pontos da propriedade. Porém, sua notoriedade não é pela arquitetura ou pela engenharia do lugar e, sim, pelo que há em seu interior, sendo ainda hoje um dos maiores focos de atenção dos visitantes.

Tal edifício servia de escritório de reuniões e negócios de seu proprietário. Todos os assuntos que fossem reservados, resguardados, privados e que precisassem ficar em particular eram tratados ali. De forma inusitada, o visitante, ao entrar, deparava-se com diversas fotos de mulheres nuas, que o Major retirava de calendários e da revista Play Boy norte-americana. Segundo ele, “se invés de ter essas meninas assim, tivéssemos aqui outros retratos, outras coisas, ninguém nem olhava, nem ligava. Olha porque desperta atenção, curiosidades das pessoas que vem aqui” (GLOBO REPÓRTER DOCUMENTO, 1978).

Além dessa pequena torre de pedra ao lado da casa sede da fazenda, ele dispunha de duas bandas marciais, uma masculina e outra feminina, compostas exclusivamente moradores da fazenda e de propriedades vizinhas (parceiros, funcionários e seus filhos). Para a formação de tais grupos musicais, o Major-Coronel Theodorico Bezerra contratou o “mestre” Oscar e, depois, Severino Celestino, da cidade de Araruna/PB. Em 1º de março de 1959, um grupo com 18 rapazes tocou pela primeira vez na banda de música masculina da Fazenda Irapuru.

Nove anos mais tarde, em janeiro de 1968, foi a vez de 22 moças tocarem e marcharem pela primeira vez, como componentes da banda de música feminina da Fazenda, na cidade de Guarabira/PB. Segundo Valdeci Pereira da Silva: “[...] elas ensaiaram demais, coitadas. Andavam pelas estradas secas, porque além de aprender a tocar elas tinham que ter toda uma postura, saber marchar e tocar ao mesmo tempo” (CONFESSOR, 2009, p. 68), até que se apresentaram e fizeram sucesso.

---

<sup>109</sup> O Major Coronel Theodorico Bezerra construiu uma Igreja em homenagem a Santa Luzia, padroeira da Fazenda Irapuru, onde os moradores recebiam a cada terceiro domingo de cada mês assistência religiosa: missas, batizados e casamentos são algumas das atividades que eram realizadas lá. Cf. *Jornal do Comércio*, Natal, 11 jan. 1956.

<sup>110</sup> JORNAL DO COMÉRCIO, Natal, 11 jan. 1956.

**FIGURAS 3 e 4** – As Bandas de Música: Masculina na Fazenda Irapuru em Tangará, década de 1950 e Feminina em Santa Cruz, década de 1960.



**Fonte:** Acervos particulares de Kleber de Carvalho Bezerra e do pesquisador.

As bandas marciais, masculina e feminina, da Fazenda Irapuru foram criadas pelo Major-Coronel para servirem como instrumento de promoção pessoal e social da pessoa dele. Nas décadas de 1950 a 1970 não existia uma produção musical tão ampla e acessível aos cultores dessa arte (como hoje há nas mídias e redes sociais) fora dos grandes centros do país. Então, um grupo musical, por mais simples que fosse, atrairia muitos jovens e pessoas de classes sociais mais simples para prestigiar suas apresentações.

O Major-Coronel Theodorico Bezerra criou e manteve ambas as bandas marciais, para tocar em comícios, desfiles, festas de padroeiro, batizados, casamentos, além de outros tipos de eventos de pessoas ligadas à política, econômica ou socialmente a ele. O intuito era o de promover-se na região de sua influência política; as mesmas levavam, em destaque, o nome da Fazenda Irapuru e conseqüentemente, do seu proprietário.

Professores e professoras eram periodicamente levados à fazenda para ensinar diversas matérias de utilidade prática: corte e costura, artesanato (barro, agave, palha), mecânica de carros e de máquinas, jardinagem e profissões como a de pedreiro e marceneiro. As escolas, destinadas ao ensino da leitura e da escrita, também se prestavam a ensinar os educandos a respeitar e obedecer às ordens de seu patrono.

Outra estratégia de construção e burilamento da imagem empregada por ele eram as grandes festas para os convidados, dadas para agradar, impressionar, influenciar, convencer. Sendo assim, eram regadas a muita bebida, com comida farta e música ao vivo, para que seus

convidados se sentissem prestigiados e valorizados. Isto se pode verificar observando a estratégia utilizada para conseguir autorização para a construção de um açude:

Quase no final da construção do açude Trairi, o deputado Theodorico Bezerra fez uma grande festa em Irapuru e convidou o Dr. Carlos Cabral com toda a direção do DNOCS para passar o dia. A festa tinha um propósito, pois tudo que Theodorico fazia tinha uma finalidade, era um homem inteligente e tinha uma forma peculiar de convencer as pessoas. O armazém estava lotado, foi muita bebida, cerveja, cachaça e refrigerantes; várias cozinheiras trabalhando incansavelmente; peixes aos quilos, vários bois e carneiros abatidos; sanfona e banda de música tocando e muitas mulheres bonitas presentes na festa. Os diretores da autarquia federal estavam felizes se divertindo bastante e Theodorico tinha em mente a construção de um segundo açude e colocou sua ideia em prática. Além do Dr. Carlos, estava presente também o engenheiro chefe da construção do açude Trairi, Dr. João Fialho Filho. Theodorico convidou os dois fazendo uma rápida reunião ali mesmo na beira do açude e conseguiu convencer os membros da direção aprovarem a construção do açude Japi II na localidade de Caixão de Dona Lica as margens do rio Jacu na comunidade de São José do Campestre, conforme era sua vontade (SILVA, F. A, 2014, p. 44).

Até bebidas alcoólicas (cachaça e cerveja), proibidas em “Nossas Condições”, foram um dos instrumentos utilizados pelo Major-Coronel para chegar ao seu objetivo: conseguir construir mais um açude de grandes proporções dentro de suas terras, num período em que ter o domínio de alguma fonte de água era sinônimo de prestígio e poder nessa região. Ele tinha vários mananciais, muitos dos quais construídos com dinheiro público, como se vê na menção das memórias do Sr. Agenor Ribeiro.

Quando da construção desses açudes, Trairí (60.000.000m<sup>3</sup>), em Tangará/RN, e Japi II (25.000.000m<sup>3</sup>), em São José do Campestre/RN, na década de 1950 e 1960, o Major implantou um barracão para a venda e fornecimento de alimentos, “servindo” aos que ali chegavam sem nenhum dinheiro, os quais só pagavam depois de receberem seus salários. Por exemplo, muitas das pessoas que trabalharam nessas construções passaram a residir na Fazenda Irapuru, por verem que apresentava uma das melhores condições de vida favorável aos moradores na região.

Tais construções empregaram milhares de pessoas. O primeiro açude chegou a empregar mais de 2.000 operários, ao passo que o segundo empregou mais de 1.400 funcionários ao mesmo tempo. Eram muitos empregos para a região, todos postos à disposição daquela população agrícola que sofria com as secas devastadoras do período (SILVA, M. A, 2010).

Além de tudo isso, o Major-Coronel Theodorico Bezerra utilizou um conjunto de frases de efeito e provérbios populares para criar um aspecto moral e legitimar suas ações dentro da

Fazenda Irapuru, com vistas a transmitir a imagem de protetor e defensor da verdade. Ele impôs a ideologia. Como ressalta Maria do Nascimento Bezerra:

[...] o apelo ao trabalho se faz sentir. Ele está presente no discurso rotineiro do fazendeiro. [...] A IDEOLOGIA EXPRESSA EM “PENSAMENTOS E PROVÉRBIOS” Chama a atenção e desperta a curiosidade até do observador menos atento. Ordens, pensamentos e provérbios que literalmente cobrem todas as paredes dos prédios da Fazenda caprichosamente apresentadas em azul, letras de forma ou manuscritas, como querendo inculca a todo custo uma regra de viver (BEZERRA, M.S., 1987, p. 67).

Conforme a autora, no tocante à ideologia do trabalho,

A estratégia de inculcação é sutil; não impõe, sugere. O trabalho deve ser visto como uma imposição da sobrevivência, mas como um meio de auto realização – “Viver sem trabalhar é a maior maldição da vida” de aperfeiçoamento moral – “A vida ativa é o mais poderoso escudo da virtude”, ou na voz do provérbio - “alma ocupada não é tentada”. Como fonte de felicidade: “toda felicidade é feita de coragem e trabalho”, ou na metáfora: “o homem faz sua felicidade como abelha faz seu mel”. Não trabalhar é uma maldição; representa um pecado moral. [...] Trabalhar é a condição não só para sobreviver, mas para viver em paz consigo mesmo e em harmonia com o mundo. [...] a inculcação dessas ideias cumprem, articuladamente com o título das “Obrigações” uma função de manutenção da ordem, onde se substitui a arma concreta de “qualquer espécie” pelas armas morais da paciência, da prudência, pois – “não é homem aquele que se deixa dominar pela cólera” Na medida em que a submissão, aceita pelos agentes que praticam como virtudes morais, [...] (BEZERRA, M.S., 1987, p. 70-71).

Nesse panorama, o Major-Coronel Theodorico Bezerra procurou incutir na mente dos moradores, frequentadores e visitantes da Fazenda Irapuru um sentimento de subordinação, que não pode fugir à ordem das coisas, às virtudes morais. Este espírito de perseverança era essencial para aliar ao trabalho, visto como fonte de realização pessoal. Para tanto, ele trabalhou ideias e transformou provérbios utilizados na Fazenda, conforme se pode ver nos exemplos infra:

Irapuru: “Quem não se levanta com o sol, não goza com a luz do dia”.  
 Moradores: “Dormir pouco, acordar cedo”.  
 Irapuru: “Não ponhas dúvidas, nem faças contendas sem que saibas a quem te diriges”.  
 Moradores: “Quem muito fala muito erra”.  
 Irapuru: “Encarar a vida com ousadia e ela ser-te-á benéfica”.  
 Moradores: “Quem não arrisca não petisca”.  
 Irapuru: “Não é pobre o que tem pouco e sim o que cobiça muito”.  
 Moradores: “Quem tudo quer, tudo perde”.  
 Irapuru: “O homem de caráter merece crédito”.  
 Moradores: “O homem de moral merece confiança”.  
 Irapuru: “Quem não pode com o pote, não pega na rodilha”.  
 Moradores: “Quem não pode com o pote, não pega na rodilha” (BEZERRA, M.S., 1987, p. 70-71).

Tais pensamentos, que racionalizavam o cotidiano dos moradores, formados a partir dos efeitos ideológicos dos discursos do Major-Coronel, passaram a fazer parte da prática social de cada um deles, que internalizaram as produções simbólicas, imagéticas e representativas criadas a partir de um sistema de valores advindos do poder exercido por Theodorico Bezerra. Assim, mostra-se imprescindível entender que:

A ideologia aparece, desta forma, como um projeto de agir sobre a sociedade. [...] A ideologia, poderíamos dizer, corresponde a uma determinada forma de construir representações ou de organizar representações já existentes para atingir determinados objetivos ou reforçar determinados interesses. [...] a ideologia, [...] tem haver (sic) com o “poder”, com o “controle social” exercido por membros de uma sociedade, [...] (BARROS, 2010, p. 86).

A ideologia utilizada pelo Major-Coronel dentro da Fazenda Irapuru cunhou diversas representações dele, que passaram a povoar o imaginário popular dos agregados, frequentadores e visitantes da propriedade. Destarte, ele passou a ter certo controle político e social sobre os parceiros e agregados da fazenda.

A religião também serviu para este propósito (ideologizar os irapuenses). Com um irmão sacerdote, o padre e monsenhor Severino Bezerra, o Major-Coronel construiu um templo da Igreja Católica junto à “Casa Grande”, sede da fazenda, passou a criar várias festas religiosas e instituiu aos 13 de dezembro a comemoração à padroeira de Irapuru, Santa Luzia, que passou a ser celebrada anualmente e tornou-se tradição religiosa na propriedade e nas cidades vizinhas.

Os católicos da região deslocavam-se da Fazenda Irapuru para acompanhar a procissão e a missa campal em frente à Igreja, celebrada sempre com a presença do Major-Coronel Theodorico Bezerra, que fazia uso da palavra para dar as boas-vindas aos presentes. Em dados momentos, milhares de pessoas acompanhavam aquelas festividades, que se dividiam em dois momentos: um sagrado e o outro profano.

O aspecto sacro da festa e dos comes e bebes (sem bebidas alcoólicas) terminava com a “santa missa”, para dar espaço às celebrações que não eram sagradas, as quais podem ser classificadas como profanas, por serem embaladas por música (forrós, tangos, baião, boleros e outras), jogos (cartas e outros) e pela liberação do uso das bebidas alcoólicas. O Major agradava tanto aos religiosos quanto aos leigos, pois naquele dia, mediante a participação do baile, era permitido descumprir as regras.

Outro evento religioso celebrado na Fazenda Irapuru eram as Missões do Capuchinho Frei Damião de Bozano<sup>111</sup>, utilizado por Theodorico Bezerra desde as primeiras campanhas eleitorais<sup>112</sup> para atrair pessoas/eleitores para a sua propriedade:

[...] o Frei Damião, cujas missões na fazenda eram um evento tão ou mais importante em termos de aglomeração de pessoas do que uma vaquejada ou comício, que vinham de todas as cidades circunvizinhas da região para saldar e receber bênçãos do frei na Fazenda. No imaginário das pessoas do lugar, o majó era visto como um homem abençoado por ser amigo do frei e por trazê-lo tantas vezes à fazenda para abençoar o povo, e o majó por sua vez sempre tinha imprimido, principalmente durante as campanhas eleitorais, sua imagem junto ao frei (CONFESSOR, 2006, p. 55).

Os discursos e as atitudes do Major-Coronel Theodorico Bezerra sugerem que ele trabalhava constantemente para ser visto nos meios econômico, comercial, social e religioso, principalmente nas cidades de Santa Cruz/RN e Natal/RN. Isto sempre ocorria onde ele passava. Conforme ver-se na figura infra:

---

<sup>111</sup> Pio Giannotti (Luca/Itália, 05 de novembro de 1898-Recife/PE-Brasil, 13 de maio de 1997), de família camponesa italiana, era o Frei Damião de Bozano (cidade de origem), conforme ficou conhecido o frade italiano radicado no Brasil. Teólogo de formação, atuou como professor, diretor e conselheiro religioso na Itália. Foi conselheiro religioso e missionário católico no Brasil, onde passou a pregar a fé católica por meio das “Santas Missões”, nome dado ao período em que ele passava em uma cidade rezando, confessando e fazendo sermões para uma comunidade ou cidade por uma semana em média. Frei Damião teve um ministério de mais de seis décadas no Brasil, dos idos de 1930 a 1990, mais especificamente no Nordeste. Era e é considerado “santo” por muitos membros da comunidade católica nordestina. Por isso, após sua morte, foram construídos diversos santuários em sua homenagem espelhados no Nordeste. Um dos maiores encontra-se na cidade de Guarabira/PB. Disponível em: <<http://www.freidamiaodebozzano.org/biografia/>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

<sup>112</sup> Panfleto do arquivo pessoal do Dr. Kleber de Carvalho Bezerra: “Irapuru, 10 de outubro de 1948”, publicado nas ruas de Santa Cruz/RN e cidades circunvizinhas: “Santas Missões em Irapurú - Dias 16 e 17 de Outubro – CONVITE - Convida-se a população católica de Santa Cruz e dos municípios circunvizinhos para assistir, na propriedade Irapuru nos dias 16 e 17 do corrente mês de Outubro, as Santas Missões [...]”.

**FIGURA 5** – O Missionário Capuchinho Frei Damião de Bozano, o Major-Coronel Theodorico Bezerra e o Monsenhor Severino Bezerra, nas “Santas Missões” na Fazenda Irapuru/Tangará - década de 1960.



**Fonte:** Acervo particular de Kleber de Carvalho Bezerra.

Major-Coronel Theodorico Bezerra sempre fazia questão de está ao lado de Frei Damião e assim ser visto com ele, para ter seu nome associado ao do religioso e assim, poder conquistar a simpatia popular, consequentemente o voto.

## **2.8 OS SÍMBOLOS DO PODER E AS REPRESENTAÇÕES DE THEODORICO BEZERRA USADOS NA FAZENDA IRAPURU**

O emprego de símbolos e discursos utilizados pelo Major-Coronel Theodorico Bezerra dentro da Fazenda Irapuru possibilitou a criação de várias representações de si, individuais e coletivas, as quais passaram a influenciar o modo de pensar e sentir dos moradores e frequentadores da propriedade. Esta prática chegou ao ponto de instituir lugares de memória pelas “lutas de representações” (CHARTIER, 2010) que foram travadas para controlar e dominar a memória social ali existente.

Logo, há de se indagar: como foi feita uma estrutura ideológica para manter e/ou subjugar o controle do poder político e social da propriedade? O Major-Coronel buscou constantemente fixar um discurso e uma imagem positiva de si. Para tanto, valeu-se de ações e verbalizações constantemente repetidas.

Theodorico Bezerra fez uso da fala (discurso dominical no dia de feira e conversas particulares com moradores e agregados políticos), festas profanas (forrós, vaquejadas, quadrinhas, desfiles, jogos) e sagradas (festa da padroeira da Fazenda Santa Luzia e Missões

do Capuchinho Frei Damião), além de provérbios ou ditados populares<sup>113</sup> da Fazenda (pintados nos prédios da propriedade) e rituais que passaram a fazer parte do cotidiano de quem morava ou frequentava a Fazenda Irapuru.

As práticas paternalistas utilizadas pelo Major eram legítimas pela fidelidade múltipla à palavra, sem mentiras ou quebra de compromissos por parte do proprietário, que estava sempre pronto a ajudar àquele que obedecia e se subordinava às determinações e cooperava com a ordem institucional da propriedade. Por outro lado, o morador que buscava ter prestígio frente ao patrão tinha de trabalhar e produzir, agregar e não desrespeitar as ordens do administrador da fazenda ou de seu proprietário, além de não mentir ou omitir nada!

Mesmo com todas estas imposições e determinações, os moradores da propriedade “possivelmente” se viam em dívida com o Major-Coronel Theodorico Bezerra, porque

Nada daquilo que Theodorico exteriorizava em suas regras eram estranhas (sic) aos moradores de Irapuru. O traço do trabalho, da disciplina, dentre outras fazia parte do *modus vivendi* do pessoal de Irapurú causando um certo conforto àquela gente que coabitar num espaço tão familiar e tão “idealizado”, **não seria presunção asseverar que a Fazenda Irapurú foi uma das melhores experiências pessoais que muitos dos moradores puderam desfrutar**, pois viviam num espaço identitário que congregavam de modo mais procedente possível, sendo tal apego a tradição garantida pela “administração” do “patriarca” (MENDONÇA JR., 2007, p. 58. Grifo meu).

A partir do posicionamento de Emanuel de Mendonça Júnior, Irapuru sem dúvida foi para alguns dos seus ex-moradores “**uma das melhores experiências pessoais**”, pelo sentimento identitário que se constata ao entrevistar alguns deles, como se pode verificar na fala de muitos ao relembrar a vida na fazenda e as relações que tiveram com o Major-Coronel Theodorico Bezerra.

Inicialmente, pode-se identificar pelas falas dos entrevistados pelos autores (BEZERRA, M. S., 1987; CONFESSOR, 2006; MENDONÇA JR., 2007; SILVA, M. A,

<sup>113</sup> Pensamentos que estavam expostos nas paredes dos prédios de uso comum da Fazenda Irapuru podem ser divididos em grupos: aqueles que transmitiam ideias organizadas por tema(s) e os que procuravam incutir um modo de pensar e agir nos moradores e frequentadores da propriedade, a partir de mais de 150 provérbios e filosofias populares ou da própria autoria do Major-Coronel Theodorico Bezerra, como se pode verificar nos exemplos: (01) Trabalho-Riqueza-Felicidade-Coragem: “Toda felicidade é feita de coragem e trabalho” e “Para vencer na vida, o homem tem que acordar cedo, andar ligeiro, trabalhar muito, conversar pouco para não perder tempo”; (02) Prudência-Paciência-Perdão: “Pensar para acertar; calar para resistir; agir para vencer” e “Seja qual for a dificuldade, conserve a calma trabalhando porque, em todo problema, a serenidade é o alento da alma, pedindo o serviço por solução”, pensamentos inspirados em alguns provérbios. Havia ainda outros grupos de palavras que se referem a: (03) Vontade-Caráter-Perseverança; (04) Pobreza-Ambição-Economia; (05) Bom humor-Otimismo-Esperança-Alegria; (06) Vida-Velhice-Sabedoria; (07) Amizade-Amor-Ódio-Amigos; (08) Gratidão-Esquecimento-Injustiça-Ingratidão; (09) Sucesso-Orgulho-Inveja-Preconceito; (10) Silêncio-Palavra; (11) Passado-Futuro-Tempo; (12) Posição-Política-Destino, além de diversos outros que não se encaixam na classificação feita por Maria do Nascimento Bezerra (1987, p. 106-110).

2010) que analisaram a história de vida do Major-Coronel e da Fazenda Irapuru através de entrevistas em seus respectivos trabalhos de conclusão de curso de graduação ou pós-graduação em História ou Sociologia que a maioria dos entrevistados se identificava como parte da propriedade e sentia-se grata ao Sr. Theodorico Bezerra, por ter aprendido a moral, o respeito e falar a verdade. É o que afirma Assis Cuité, ex-morador: “O ‘major’ era um homem bom, não gostava de mentira, safadeza não era com ele, gostava do homem que trabalhava” (MENDONÇA JR., 2007, p. 59).

Para José Bento, ex-vaqueiro: “Ele [Theodorico] não brincava com todo mundo, o negócio dele era moral... Ele tinha respeito. O negócio dele era que não brincava pro modo de respeitar, porque se ele fosse brincar com todo mundo o morador queria se crescer e depois não respeitava [...] ele tinha ódio de quem mentia e já sabiam que ele não gostava de quem mentia<sup>114</sup>”. Valdeci Pereira da Silva, ex-administrador, afirma que “[...] naquela época o pessoal tinha mais respeito pelas coisas. [...] ele era um homem que dizia o que fazia, e fazia [...]. Ele fazia tudo<sup>115</sup>”.

Desta feita, existia em Irapuru um sentimento de honradez, moral e de cumprimento com o que era prometido pelo Major-Coronel. A Fazenda Irapuru tinha nos costumes sertanejos sua base política moral, mesmo que lá houvesse pessoas que procediam contrariamente ao que era pregado pelo patriarca. Todavia, este último buscou sempre criar um “modelo” de cidadão retilíneo, assentando em princípios sociais e religiosos a construção de sua moral social, ao ponto de não se encontrar nas pesquisas realizadas sobre a propriedade, relatos de violência física e/ou uso da força, por parte do seu proprietário, administradores<sup>116</sup> ou a mando de um deles. Como também, entre seus moradores.

O dono da propriedade utilizou-se de todas as representações criadas a partir de suas imagens, construídas no espaço da Fazenda Irapuru para transformar as memórias individuais que existiam sobre ele em (uma) memória coletiva, sempre legitimada ao ser apresentado como autoridade em cada um dos grupos onde transitava.

O Major-Coronel Theodorico Bezerra conseguiu manter o domínio sobre os moradores da Fazenda Irapuru valendo-se da ideologia do trabalho estipulada em “Nossas Condições” e nos provérbios/filosofias populares. Passou a utilizar esses mecanismos de controle individual

---

<sup>114</sup> Id. p. 59.

<sup>115</sup> Id. p. 59 Ibid.

<sup>116</sup> No decorrer de várias décadas a Fazenda Irapuru teve vários administradores, gerentes na referida propriedade, que na ausência do proprietário e/ou de seus familiares, tinha poder para resolver os problemas ou situações que se necessitassem.

e coletivo por meio de relações diretas e indiretas, como se tivesse representando em um palco, à semelhança, em termos, do rei francês Luís XIV:

“Na intimidade” [em *son parriculier*] – em outras palavras, em sua alcova, cercado por um pequeno grupo de cortesãos –, Luís abandonava a gravidade; se a porta se abrisse, porém, “ele compunha imediatamente sua atitude e assumia outra expressão facial, como se fosse se exhibir num palco” [*il se composse aussitôt son attitude et prend une autre expression. De figure, comme s’il devait paraître sur un théâtre*] (BURKE, 1994, p. 21).

Em contraponto, o Major-Coronel pode ser comparado, guardadas as devidas proporções, ao monarca francês, ao planejar, realizar e programar suas ações dentro da propriedade para fins políticos, eleitorais ou promocionais de sua imagem de homem poderoso, como se fosse uma encenação. Todavia, na França do século XVII, Luís XIV é reconhecido como uma personificação do Estado:

Poderíamos dizer também que Luís representava o Estado. Segundo um obscuro autor político da época, um rei era “aquele que representa toda a sociedade” [*celui qui représente toute la république*]. Evidente, Luís é notório pelo epigrama que lhe foi atribuído: “O estado sou eu” [*L’état c’est moi*]. [...] Amigos e inimigos do regime concordavam com essa identificação. Bossuet declarou que “todo o Estado está nele” [*tout l’État est en lui*], enquanto um panfleto protestante queixava: “O rei tomou o lugar do Estado” [*Le roi a pris la place de l’État*] (BURKE, 1994, p. 21).

Havia, então, a anuência da sociedade francesa do século XVII de que o Rei Luís XIV se confundia com o Estado francês. Tanto amigos quanto inimigos do regime concordavam nesse ponto. Semelhantemente ao monarca francês, o Major-Coronel era confundido com a Fazenda Irapuru. Ele era visto como a alma daquela propriedade. O Major não existia sem ela, nem a propriedade subsistiu como “Estado independente”. Após a morte de Theodorico Bezerra, a fazenda fragmentou-se. Embora tenha experimentado um constante crescimento enquanto seu proprietário viveu, passou apenas a evocar as lembranças de um passado glorioso.

O Major-Coronel Theodorico Bezerra pode ser entendido como ator político e social que se utilizava dos ambientes que frequentava para fixar uma imagem de ajudador, acolhedor, pai e até herói daqueles que o procuravam por necessidades diversas e recebiam dele o que desejavam. Ele pode ser analisado a partir do *Poder em Cena*, obra do antropólogo e sociólogo francês Georges Balandier, para quem “O poder é concebido como um jogo dramático que permanece ao longo dos tempos e ocorre em todas as sociedades” (BALANDIER, 1982, p. 04).

O sociólogo francês pensa o poder como uma peça teatral. Pertence àquele que está no palco ou “em cena”, apresentando o espetáculo. Por isso, quando não se está “em cena”, é o mesmo que estar desprovido do poder. Nesse patamar, o autor ressalta:

O poder utiliza, aliás, meios espetaculares para marcar sua entrada na história (comemorações), expor os valores que exalta (manifestações) e afirma sua força (execuções). [...] É incontestável que todo o poder se mostra neste teatro. O espetáculo visual é suficiente, não sendo necessárias as palavras. O silêncio e uma linguagem própria definem a expressão verbal do poder e são uma das condições da arte dramática. [...] A arte do silêncio é a arte da política. [...] A colocação da teatralidade política em evidência, sua consagração e seus ritos, não é uma maneira oblíqua de reduzi-los a aparências e jogos ilusórios. [...] A sociedade não depende exclusivamente da coerção, das relações de força legitimadoras, mas também do conjunto de transfigurações de que é, ao mesmo tempo, o objeto e a realizadora (BALANDIER, 1982, p. 10).

Percebe-se que o poder, segundo Balandier (1982), é arte da encenação e da representação, que usa o silêncio como uma de suas principais armas. Representar não é apenas falar, mas mobilizar um conjunto de falas, de silêncios e gestos que proporcionam o visual e o imaginário como responsáveis por fixar o que se quer ou se pensa. Assim procedia o Major-Coronel Theodorico Bezerra, por meio de suas práticas e de seu modo de atuação política, a partir de suas ações no contexto da Fazenda Irapuru que se expandiam do Agreste a todo o território potiguar.

Para compreender melhor esta discussão, basta pensar que “Todo o sistema do poder, em uma abundância de símbolos e ritos, está a serviço de uma ordem devoradora que liga solidariamente o universo e o mundo humano” (BALANDIER, 1982, p. 15). Logo, para se sustentar, além da força coerciva, o poder necessita de rituais ou práticas comemorativas, as quais, por sua vez, precisam ter suas próprias alegorias, como ocorria na propriedade com o Major-Coronel Theodorico Bezerra.

Na fazenda, além dos discursos registrados em epígrafes, havia festas rituais realizadas anualmente, como, por exemplo, os desfiles de Irapuru realizados nas ruas de Santa Cruz e Tangará, além das vaquejadas e a cerimônia de recepção de autoridades e visitantes<sup>117</sup>. Por meio de festas, o major estabelecia sua ordem de ser. Mesmo em meio a uma sociedade desequilibrada e desorganizada, Theodorico Bezerra estabeleceu uma ordem social em sua propriedade em meio à desordem à sua volta.

---

<sup>117</sup> As vaquejadas, os desfiles e as cerimônias de recepção de autoridades (com a realização de festas) são analisados no capítulo que trata da atuação política do Major-Coronel Theodorico Bezerra.

A Fazenda Irapuru vivia em um constante processo de destruição e desconstrução dos valores sociais circundantes para a construção e reconstrução da própria ordem social vigente na propriedade, empregada pelo Major-Coronel Theodorico Bezerra, que aparece como agente que criou ou fabricou sua própria imagem:

Porque a relação política permanece de uma outra natureza, que ela estabelece sobre outra coisa: os dispositivos simbólicos, as práticas fortemente codificadas conduzidas segundo as regras do ritual, o imaginário e suas projeções dramatizadas. É através desses artifícios que se efetua o domínio da sociedade, [...] símbolos são expostos, rituais são cumpridos, realizam-se paradas; como no passado próximo e longínquo (BALANDIER, 1982, p. 61).

Nesse sentido, Balandier (1982) ratifica e demonstra como ocorriam as relações políticas e sociais na Fazenda Irapuru. Depois que seu proprietário fundou um periódico e uma emissora de rádio, passou a mostrar seu poder por meio desses dois instrumentos de comunicação de massa, ao utilizar as novas tecnologias do período, como o rádio, para expandir sua dramaturgia política além dos limites geográficos da propriedade.

A partir das considerações de Balandier (1982), concebe-se que o poder político vive mais do espetáculo do que da argumentação. A dramatização constante é um requisito para sua subsistência, porquanto são as imagens imaginárias criadas a partir das relações individuais e coletivas que convencem e criam representações, que sustentam o poder político. Assim foi feito pelo Major-Coronel Theodorico Bezerra, inicialmente em Irapuru, posteriormente para o Rio Grande do Norte e, em seguida, para o Brasil.

Contudo, vale lembrar que, após a década de 1980, com a crise do algodão, Theodorico Bezerra, mesmo em avançada idade e sem ter uma atuação política como outrora, mais uma vez diversificou os negócios e implantou na Fazenda Irapuru plantações de frutas irrigadas. Para isso, trouxe alguns japoneses, os quais se utilizaram das águas dos açudes, barragens e berreiros, muitos dos quais construídos nos tempos áureos da militância política do Major-Coronel, que via em tudo oportunidade. O importante para ele era ser um ator social de destaque.

### CAPÍTULO III

#### A ATUAÇÃO POLÍTICA DO MAJOR-CORONEL THEODORICO BEZERRA NO RIO GRANDE DO NORTE (1945-1964)

##### 3.1 O BRASIL DE 1945-1964: POLÍTICAS ECONÔMICA E SOCIAL

No período de 1945 a 1964, foram quatro eleições presidenciais, nas quais se sagraram vitoriosos Eurico Gaspar Dutra (1945<sup>118</sup>), Getúlio Dornelles Vargas (1950), Juscelino Kubitschek de Oliveira (1955) e Jânio da Silva Quadros (1960). Todavia, entre 1945 a 1964, o Brasil teve 11 presidentes, conforme o quadro dos presidentes do Brasil (1945-1964):

**QUADRO 5** - Presidentes do Brasil (1945-1964)<sup>119</sup>.

| <b>PRESIDENTE</b>                        | <b>PERÍODO</b>        | <b>CARGO/PARTIDO POLÍTICO</b>                                     |
|------------------------------------------|-----------------------|-------------------------------------------------------------------|
| José Linhares<br>(Governo Provisório)    | 29/10/1945-31/01/1946 | Presidente do Supremo Tribunal Federal                            |
| Eurico Gaspar Dutra                      | 31/01/1946-31/01/1951 | Partido Social Democrático-PSD                                    |
| Getúlio Dornelles Vargas                 | 31/01/1951-24/08/1954 | Partido Trabalhista Brasileiro-PTB                                |
| João Augusto Fernandes Campos Café Filho | 24/08/1954-08/11/1955 | Vice-Presidente/Partido Social Progressista-PSP                   |
| Carlos Coimbra da Luz<br>(Provisório)    | 08/11/1955-11/11/1955 | Presidente da Câmara dos Deputados/Partido Social Democrático-PSD |
| Nereu de Oliveira Ramos<br>(Provisório)  | 11/11/1955-31/01/1956 | 1º Vice-Presidente do Senado/ Partido Social Democrático-PSD      |
| Juscelino Kubitschek de Oliveira         | 31/01/1956-31/01/1961 | Partido Social Democrático-PSD                                    |
| Jânio da Silva Quadros                   | 31/01/1961-25/08/1961 | Partido Trabalhista Nacional-PTN                                  |
| Pascoal Ranieri Mazzilli<br>(Provisório) | 25/08/1961-08/09/1961 | Presidente da Câmara dos Deputados-Partido Social Democrático-PSD |
| João Belchior Marques Goulart            | 08/09/1961-01/04/1964 | Partido Trabalhista Brasileiro-PTB                                |
| Pascoal Ranieri Mazzilli<br>(Provisório) | 02/04/1964-15/04/1964 | Presidente da Câmara dos Deputados-Partido Social Democrático-PSD |

**Fonte:** Elaboração própria\*.

Nota\*: Pesquisa realizada no site: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes>>. Acesso em: 28 mai. 2015.

<sup>118</sup> “Em 1945, não houve eleição para Vice-Presidente da República, devido à extinção temporária deste cargo”. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

<sup>119</sup> “Nos pleitos para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, a Justiça Eleitoral realizou as eleições de escolha direta, isto é, dos anos de 1945, 1950, 1955, 1960 e 1989”, haja vista que, no intervalo de 1964 a 1988, as eleições foram indiretas. Salienta-se que “Nas eleições majoritárias do período de 1945 a 1987, eram eleitos os candidatos com maioria simples de votos, portanto sem ocorrências de 2º turno, norma alterada na Constituição Federal de 1988”. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

De modo geral, o período de 1945 a 1964 foi muito conturbado do ponto de vista político. Dos quatro presidentes eleitos, apenas Eurico Gaspar Dutra (PSD /1946-1951) e Juscelino Kubitschek de Oliveira (PSD /1956-1961) conseguiram terminar o período de seus governos, ao contrário de Getúlio Vargas (PTB /1951-1954) e Jânio Quadros (PTN / janeiro a agosto de 1961). O primeiro suicidou-se e o segundo renunciou. Destes quatro chefes do Executivo, três faziam parte dos partidos criados por Vargas em 1945, o PSD e o PTB. Contudo, sem exceção, todos tiveram apoio dos militares e do capital estrangeiro, em maior ou menor escala.

Conforme o quadro acima revela, os presidentes que conseguiram terminar seus governos de modo geral foram aqueles que tiveram a capacidade de equacionar os interesses da classe empresarial e latifundiária aos seus próprios interesses políticos. Por outro lado, aqueles que não foram capazes de seguir as orientações do capital urbano (industrial) e rural (latifundiários), ou nacional e internacional, tiveram seus governos interrompidos.

O governo de Dutra, entre 1946 e 1951, foi marcado pelas críticas à política cambial. Importou mais do que exportou e gastou boa parte das receitas do superávit pelo alinhamento com os Estados Unidos e pelas políticas de caráter governista: promoveu a construção de estradas/rodovias (rodovia do Rio de Janeiro a São Paulo, BR-2, hoje rodovia Presidente Dutra e a rodovia Rio de Janeiro à Bahia), a instalação da Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), o Estatuto do Petróleo e outras questões menos pontuais.

**FIGURA 6** – Audiência com o Presidente Eurico Gaspar Dutra no Rio de Janeiro/DF no período do seu governo, de 1946-1951 - Deputado Federal Theodorico Bezerra (à esquerda de Dutra), o Senador Georgino Avelino e outras lideranças políticas potiguaras.



**Fonte:** Acervo particular de Kleber de Carvalho Bezerra.

Vale salientar que tal administração não apresentou um projeto claro de governo em nenhuma área específica, pois o Plano SALTE<sup>120</sup> tratava de vários assuntos distintos. Por isso, foi frustrado. Parecia mais uma continuação enfadonha do governo anterior ou apenas uma administração interina que esperava a volta de Vargas. De modo geral, não havia uma política social ou econômica (urbana ou rural, interna ou externa, na indústria ou comércio) clara por parte do chefe do executivo.

No Rio Grande do Norte, no período do governo de Eurico Gaspar Dutra (1945-1950), o Estado não passou por mudanças que melhorassem sua economia. Ao contrário, entre 1940 e 1950, abateu-se uma crise econômica agrícola em um Estado cuja População Economicamente Ativa (PEA) no setor primário era preponderante. Problemas na agricultura traziam transtornos irreparáveis. Por exemplo, em 1940, tal setor representava 78,7% da população da PEA, que em 1950 caiu para 75,0%. Logo, não houve avanços, e sim retrocesso no setor. Entre tais fatores, também se pode destacar o perfil da população urbana e rural.

Assim, deve-se considerar a população que vivia em centros urbanos com mais de 2.000 habitantes aumentou. Isto porque “[...] a população urbana do Estado aumentou sua participação na população total, que era de 14,5% em 1940, passa a 19,8% em 1950, a 30% em 1960 e chega a 33,8% em 1964, [...]” (SANTOS, 1994, p. 155). Desse modo, entre 1940 a 1964, a população urbana passou de 14,5% a 33,8%. Em menos de um quartel de século, ela mais que dobrou.

Essas mudanças também repercutiram no cenário político estadual, principalmente após a renúncia de Getúlio Vargas (1945), quando se organizaram novas agremiações partidárias, das quais o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Progressista (PSP) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foram aqueles que registraram seus diretórios regionais e/ou seções estaduais no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio Grande do Norte (MARIZ; SUASSUNA, 2005, p. 331-332).

Esses grupos surgiram como partidos políticos. Porém, não eram reconhecidos como tal, mas, sim, a partir das suas lideranças. Nesse panorama, o PSD era identificado por ser de Georgino Avelino, João Câmara, Theodorico Bezerra e Tomás Salustino. Já a UDN era vinculada a José Augusto Bezerra de Medeiros e Dinarte Mariz, enquanto o PTB era de Clôvis Mota e o PSP, de João Café Filho (MARIZ; SUASSUNA, 2005, p. 332). Não obstante,

---

<sup>120</sup> SALTE é a sigla resultante da junção das iniciais das palavras Saúde, Alimentação, Transporte e Energia, do plano econômico criado pelo Presidente Dutra e apresentado ao congresso em sua mensagem de 1947. Como o plano não teve seus objetivos alcançados, terminou abandonado.

[...] Vale ressaltar que o estado do Rio Grande do Norte passa a ter uma nova visibilidade, pois a partir de 1945, João Café Filho, uma de suas lideranças, ascendeu politicamente no cenário nacional, primeiro como deputado constituinte e, depois, como deputado federal. A seguir em contexto que possibilitou sua candidatura e eleição como vice-presidente da República, em 1950, pelo Partido Social Progressista (PSP), ganhou enorme projeção (LIMA, J. M., 2010, p. 23).

João Café Filho, eleito vice-presidente com Getúlio Vargas, demonstrou o prestígio que tinha em nível nacional junto à direção do seu partido. Ademar de Barros (PSP), governador de São Paulo, impôs como condição para apoiar Getúlio Vargas a indicação à vice-presidência da República, que recaiu sobre o referido potiguar. No Estado, a imprensa de oposição a Getúlio Vargas/Café Filho, que tinha como base os udenistas, chamavam-nos de populistas; porém, de forma pejorativa<sup>121</sup>. Do outro lado, o termo em sentido positivo, como popular, só foi utilizado depois de vitoriosos os referidos candidatos.

**FIGURA 7** – Audiência com o Presidente Getúlio Vargas no Rio de Janeiro/DF, entre os anos de 1951-1954- Deputado Federal Theodorico Bezerra (ao centro, o terceiro da esquerda para a direita), o Senador Georgino Avelino e outras lideranças políticas potiguares.



**Fonte:** Acervo particular de Kleber de Carvalho Bezerra.

Eleito, Getúlio Vargas (1951-1954) passou a investir nas áreas da infraestrutura e da indústria, pautando em uma política social dos trabalhadores e no discurso nacionalista a base de apoio popular e de algumas áreas da indústria nacional (metalurgia, energia, química, borracha e alimentos) (LEOPOLDI, 2011, p. 169-170). No entanto, tinha nos partidos de oposição (UDN e PCB) e nas empresas de capital estrangeiro aversões ferrenhas.

<sup>121</sup> “As manchetes dos jornais *Tribuna do Norte* são muito sugestivas: CONFUSÃO NA FRENTE POPULISTA. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 1, 3 set. 1950; CONTINUA EM LEILÃO A VICE-PRESIDÊNCIA NA CHAPA QUEREMISTA. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 1, 6 set. 1950; A TRISTE AVENTURA POPULISTA. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 1, 14 set. 1950”. Cf. Jailma M de Lima (2010, p. 33).

As lideranças das empresas internacionais que moravam no Brasil não viam com bons olhos o aumento da popularidade do presidente, o crescimento da indústria nacional, a substituição das importações e a nacionalização de áreas essenciais ao desenvolvimento nacional, como, por exemplo, energia (petróleo, energia elétrica, material elétrico e outros) e indústria (metálica, de bens de consumo e produção), o que beneficiaria as classes populares.

Vargas apostava na estatização de algumas áreas como essenciais para o desenvolvimento econômico do país. Por esse motivo, sofreu ataques ferrenhos das instituições financeiras de capital internacional, que, por meio da mídia, atacaram a política cambial e protecionista à indústria nacional e de comércio exterior do governo. Isto não contemplava os interesses dos neoliberais, pois constavam que o Brasil estava a caminho da substituição de importações de algumas áreas de infraestrutura, indústria pesada e bens de consumo (LEOPOLDI, 2011, p. 196). Destarte,

À crise cambial de 1951/52 se agregam, no ano seguinte, novas dificuldades: escassez de energia elétrica agravada por uma longa estiagem e greves operárias que paralisavam as indústrias de São Paulo e Rio de Janeiro. Atacados por três flancos (greves, racionamentos e dificuldades de importar), os industriais pressionavam o governo, que responde, nesse ano com duas reformas cambiais (LEOPOLDI, 2011, p. 190).

A respeito destas reformas, os opositores de Vargas, “A UDN e os neoliberais viram nessa crise uma boa ocasião para criticar o intervencionismo estatal nas áreas de câmbio e do comércio exterior” (LEOPOLDI, 2011, p.191). Desta feita, a política econômica do Ministério da Fazenda, do protecionismo industrial e as conquistas da classe trabalhadora (aumentos reais dos salários) fortaleceram a oposição, o que levou Vargas a tentar fazer “o caminho do meio”<sup>122</sup>.

Essa nova abertura, “o caminho do meio”, ou seja, do crescimento financeiro e da indústria nacional, que beneficiou empresários e trabalhadores, era uma nova forma de fazer política de Vargas. Todavia, isto não ocorreu, porque as elites e o oficialato nacional junto às empresas de capital internacional e os partidos opositores fizeram campanha e destruíram a tão almejada chance de sair da crise institucional.

O Brasil apresentava um crescimento elevado na indústria nacional, de 9,2% ao ano, entre 1949-1959 (LEOPOLDI, 2013, p. 189), em parte como resultado do trabalho do governo e da intervenção do Estado na economia, com a criação de empresas estatais

---

<sup>122</sup> Id. p. 201.

(Petrobras, refinarias, duplicação da produção da Vale do Rio Doce), bancos (BNDE<sup>123</sup>) e comissões de trabalho (CMDEU<sup>124</sup>, CDI<sup>125</sup>, Ceima<sup>126</sup>). Houve a expansão das bases do monopólio estatal em algumas áreas (energia e infraestrutura, por exemplo), além do crescimento econômico da década de 1950. Não obstante, por não conseguir suportar a oposição, Getúlio Vargas suicidou-se em 24 de agosto de 1954, o que levou a um alvoroço político e social no país.

Com o suicídio de Getúlio Vargas, quem assumiu a Presidência da República foi o natalense João Café Filho, que não tinha apoio nacional como seu antecessor. Todavia, sua atuação política começara no Rio Grande do Norte desde a Primeira República, nos idos de 1920. Ele foi candidato a vereador várias vezes em Natal, sem nunca ter conseguido êxito para tal cargo, além de deputado federal em 1934. Em 1945, foi um dos deputados constituintes mais votados no Estado. Ademais, teve atuação política como representante do seu partido na capital da República, passando a ser destaque dentro de tal agremiação partidária.

Quando chegou à Presidência da República (1954), faltou-lhe segurança (uma equipe de governo) para administrar o país e base política para lhe dar sustentação. Assim, não conseguiu concluir o mandato (que seria até 31 de janeiro de 1956). Entretanto, ainda governou de 24 de agosto de 1954 a 08 de novembro de 1955. Por não conseguir estabilizar a situação política, mesmo ao introduzir alguns políticos da UDN em sua administração (os quais assumiram ministérios), Café Filho deixou o governo e alegou que estava com problemas de saúde, estando impossibilitado dirigir o país.

Com a saída de Café Filho, quem assumiu para completar o período governamental foi o Presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz (08/11/1955-11/11/1955). Porém, passou apenas quatro dias no cargo e foi deposto por um golpe militar orquestrado pelo general Henrique Teixeira Lott, dito golpe preventivo. Pairava a suspeita de que Luz não concedesse a posse ao presidente eleito, Juscelino Kubistchek, por não concordar com suas propostas. No lugar de Luz, quem assumiu foi o Presidente do Senado, Nereu Ramos (11/11/1955-

---

<sup>123</sup> O Banco Nacional de Desenvolvimento foi instituído em 20 de junho de 1952, pela Lei n. 1.626, com o intuito de elaborar projetos e financiar políticas de desenvolvimento em áreas como ferrovias, energia, portos, aeroportos e outros, por meio de obtenção de financiamento e recursos, por meio de empréstimos ou investimentos de presas privadas.

<sup>124</sup> Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, criada em 1950, após acordo entre Dutra e Truman. Porém, só instalada em julho de 1951, depois de negociações que favoreceriam a concessão de créditos via Banco Mundial e Eximbank ao Brasil.

<sup>125</sup> Comissão de Desenvolvimento Industrial, criada em junho de 1951.

<sup>126</sup> Comissão Executiva da Indústria de Material Automobilístico - serviu para subsidiar as empresas nacionais da área automobilística nacional, que na época existiam e depois desapareceram, em detrimento das empresas internacionais.

31/01/1956), que passou a faixa presidencial a Juscelino Kubistchek (1956-1961), que conseguiu terminar seu período de governo sem ser deposto.

Juscelino Kubitschek de Oliveira completou seu quinquênio de governo com epílogos como “anos dourados” e “revolução industrial brasileira”. Diferentemente de todos os presidentes eleitos ou que assumiram a presidência entre 1945 e 1964, ele conseguiu, de certo modo, o interesse das elites e da classe trabalhadora, ao unir seu partido, o PSD, ao PTB. O primeiro, conservador/ruralista, e o segundo, do vice-presidente João Goulart, vinculado aos interesses trabalhistas. No caso do último, vale ressaltar que gozava de maior apoio no meio urbano e crescente adesão no meio rural, pelo apoio das ligas camponesas e sindicatos rurais, que faziam sua base de sustentação popular. Nesse sentido, “A aliança PSD/PTB dava à administração juscelinista um aspecto de governo de ‘centro’, pois combinava a agenda de setores políticos com agenda bastante diversa” (MOREIRA, 2003, p. 165).

Ao contrário dos outros governos, o de JK foi o mais bem-sucedido do período da “Experiência Democrática” (1945-1964), devido ao seu discurso constitucionalista/democrático e nacional desenvolvimentista, que começou na campanha presidencial, em 1955. Seu discurso era pautado no Plano de Metas, documento que traçava o desenvolvimento econômico do país. Pregava-se que, com ele, o país cresceria “cinquenta anos em cinco”. Conforme se verifica:

Dividia-se em 30 metas, distribuídas entres setores de energia (metas 1 a 5), transporte (metas 6 a 12), alimentação (metas 13 a 18), indústria de base (metas 19 a 29) e educação (meta 30). A Construção de Brasília só foi incorporada ao Plano de Metas durante a campanha presidencial, mas rapidamente se transformou em uma das prioridades de Juscelino. [...] Tomado em conjunto, o Plano de Metas visava aprofundar o processo de industrialização (MOREIRA, 2003, p. 159).

Quando assumiu a presidência, Juscelino tratou de pôr em prática o Plano de Metas para acelerar o desenvolvimento nacional. Então, em procedimento contrário ao de seus antecessores, procurou maximizar números, metas e estatísticas, mesmo que para isso tenha feito empréstimos, acordos e concessões a empresas e bancos privados. Seu discurso foi legitimado socialmente pelos intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) por meio de uma “ampla propaganda ideológica”. Ele conseguiu se sobressair economicamente, o que outros não fizeram. Contudo, Juscelino sofria ataques daqueles que não aceitavam o capital estrangeiro/colonizador, pois havia o interesse de defender a industrialização brasileira com “bases nacionais” e não por meio de capital externo, como ocorreu em parte. O restante do capital foi resultado da emissão de papel moeda, que resultou

em uma crise inflacionária (MOREIRA, 2003, p. 171) e gerou a especulação do capital internacional.

O governo juscelinista teve na inauguração de Brasília, em 21 de abril de 1960, seu ápice, porquanto Juscelino fez o que ninguém antes conseguiu: integrar o país, um sonho antigo dos portugueses nunca concretizado, que se transformou na imaginação de ruralistas porque, para estes, era a oportunidade de expandir seus negócios pela ocupação de novas terras e manutenção da grande propriedade, agora industrializada.

Assim, não se pode esquecer de que o Brasil teve crescimento econômico significativo. Porém, houve aumento expressivo da dívida externa, uma vitória do nacionalismo desenvolvimentista sobre o nacionalismo econômico<sup>127</sup>, que resultou em maior dependência brasileira das nações capitalistas e de primeiro mundo.

O projeto juscelinista prejudicou populações frágeis no Norte e no Centro-Oeste, em benefício da integração nacional, que favoreceu apenas as oligarquias e o projeto ruralista. Isto se deu em virtude da tentativa de Juscelino Kubistchek (JK) de “juntar Deus e o diabo”. O plano de metas favoreceu as elites rurais e urbanas, pois houve um aprofundamento da industrialização e da diferença entre as classes sociais.

Na época do governo de JK, o Rio Grande do Norte e demais Estados do Nordeste sofreram muito com um período de seca. Mais especificamente em 1958, o Governo Federal criou o Grupo de Trabalho Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que evoluiu para o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), até tornar-se Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que tinha como objetivo desenvolver economicamente a região (MARIZ; SUASSUNA, 2005, p. 338) e fortaleceu o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Contudo, os referidos órgãos serviram mais para beneficiar as elites locais que aos pobres e necessitados trabalhadores do campo, que labutavam com seus trabalhos braçais. No Rio Grande do Norte, por exemplo, não era diferente. Tanto a SUDENE quanto o DNOCS serviram aos interesses escusos de particulares. Segundo denúncias, os deputados federais do PSD José Arnoud e Theodorico Bezerra desviaram dinheiro destas instituições federais.

Vale ressaltar que esses acontecimentos foram destaque em reportagem de periódico de circulação nacional, que tinha como título: “Verdadeira história dos escândalos do D.N.O.C.S.: sensacionais revelações do inquérito mandado efetuar pelo Presidente da

---

<sup>127</sup> O Nacionalismo Econômico tinha no desenvolvimento da nação sem utilização de capital estrangeiro sua base de defesa, ao passo que o Nacionalismo Desenvolvimentista tinha como principal objetivo o crescimento industrial, sem levar em conta de onde provinha o capital. Cf. Moreira (2003).

República - Milhões de cruzeiros destinados à seca e aos flagelados, desviados pelos deputados Theodorico Bezerra, José Arnaud e Aluizio Bezerra - Impressionante depoimento que narra os detalhes do maior escândalo da República”<sup>128</sup>. Da referida autarquia federal, teriam sido desviados os interesses públicos para beneficiar o privado.

Não se pode olvidar que lideranças pessedistas do Rio Grande do Norte envolvidas no escândalo eram do mesmo partido do Presidente da República, Juscelino Kubitschek (PSD), que deu ordens para abrir inquérito para apurar as possíveis irregularidades. Todavia, elas foram denunciadas e nunca apuradas. Segundo afirmou o governador do Estado, Dinarte Mariz (UDN), existia um complô para proteger os líderes pessedistas.

Por outro lado, “Há uma versão de que Dinarte Mariz teria prometido aliviar as complicações de um dos dirigentes da repartição federal caso ele acusasse os chefes pessedistas. Daí o depoimento publicado como matéria de capa no ‘Jornal do Brasil’ e transcrito como propaganda eleitoral contra o PSD” (BEZERRA, L., G., 1982, p. 136).

Outrossim, havia o discurso do Major-Coronel Theodorico Bezerra, segundo o qual tudo era armação contra sua campanha eleitoral. Do lado adversário, Dinarte Mariz (UDN) propagou aos quatro cantos do Estado que

[...] O depoimento do Sr. Carlos Cabral permanecia secreto pois o Ministro da Viação, em cujas as mãos atualmente se encontra o inquérito, tudo mantém em sigilo, embora o Governo do Rio Grande do Norte já tenha clamado a divulgação. Alega-se, inclusive, que nada foi divulgado para não prejudicar o P.S.D. do Estado, às vésperas das eleições” (BEZERRA, L.G., 1982, p. 136).

Nesse diapasão, percebe-se que os parlamentares acusados tinham proteção do Ministro da Aviação e Obras Públicas, Lúcio Meira, que era udenista.

Na verdade, o Major-Coronel Theodorico Bezerra conseguiu calar seus opositores e acalmar a opinião pública estadual. Ao ver o escândalo ser abafado nacionalmente e em respostas aos boletins<sup>129</sup> difamatórios distribuídos, ele obteve uma carta desmentindo o governador Dinarte Mariz (UDN), nos seguintes termos:

<sup>128</sup> JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro/DF, 27 set. 1958 (apud BEZERRA, L. G., 1982, p. 136-140).

<sup>129</sup> Os boletins políticos eram panfletos informativos ou cartazes cujo intuito era informar ou difamar o trabalho, o serviço prestado, as benevolências ou as maldades, a falta de caráter e as falcaturas de um candidato ou partido político. Tais folhetos eram anônimos ou assinados em nome de um candidato, partido político ou coligação. Veiculados na capital ou no interior, em jornais de circulação em uma região ou no Estado, eram entregues em eventos com grande aglomeração de pessoas, de porta em porta (estratégia que atingia e convencia mais pessoas no interior) ou colados em portas de casas, prédios públicos ou privados. Estes foram um dos maiores instrumentos de propaganda e divulgação do período da “Experiência Democrática” (1945-1964) no Rio Grande do Norte (LIMA, J. M., 2010; BEZERRA, L. G., 1982; MARIZ; SUASSUNA, 2005).

Ministério da Aviação e Obras Públicas

Gabinete do Ministro

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1958

Prezado Deputado Theodorico Bezerra.

Tendo chegado ao meu conhecimento que estariam sendo feitos comentários no Rio Grande do Norte, atribuindo-lhes interferência ao processo administrativo instaurado para apurar irregularidades ocorridas no 5º. Distrito do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, cumpro-me declarar-lhes, autorizando a V. Exa. a fazer desta o uso que lhes convier, não ter fundamento a versão do que V. Exa. teria feito a mim qualquer solicitação em favor dos implicados no referido processo.

O inquérito teve prosseguimento normal, de conformidade com o meu propósito reiterado de apurar, com rigor, todas as irregularidades e punir exemplarmente os culpados, na forma da lei.

Aproveito o ensejo para renovar-lhes os protestos de minha estima e consideração.

Lúcio Meira (BEZERRA, L, G., 1982, p. 150).

Essa carta serviu para expor o poder político do presidente da secção estadual do PSD, partido do Presidente da República na época. Naquele ano (1958), o Estado passava por uma seca horrível (O Rio Grande do Norte geograficamente está localizado no “polígono das secas”)<sup>130</sup>, o que dificultava ainda mais a vida no campo. Além disso, cerca de 90% das terras no Estado estavam nas mãos de um pequeno grupo de proprietários rurais, que, pelo poder do qual dispunham, mandavam e desmandavam em tudo e em todos (MARIZ; SUASSUNA, 2005, p. 331-332). Como o Major-Coronel Theodorico Bezerra era um dos maiores proprietários rurais do Estado, por ser dono de várias fazendas, desnecessário falar mais a respeito.

Até a década de 1940, a agricultura representava o maior percentual da formação da renda no Rio Grande do Norte, que, na década de 1950, perdeu esse lugar para o setor de serviços. Porém, a indústria pouco evoluiu. Diferentemente de outras partes do Brasil, as terras potiguaras não foram tão beneficiadas com a industrialização, pois, em 1950, o Estado tinha 1.042 estabelecimentos de industriais de extrativismo e de transformação. Em 1960, esse número passou para 1.161, ou seja, em dez anos, o crescimento foi um pouco superior a 11%, um crescimento insignificante para o período, principalmente pelos incentivos e investimentos do governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961).

Esse presidente foi o único que agregou o contraditório e saiu do governo, em 31 de janeiro de 1961, como herói nacionalista que fundou Brasília e industrializou o “país”. Assim,

<sup>130</sup> “Polígono das Secas” foi uma expressão criada pela Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), autarquia federal que deu origem ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em 1945. Tal região é conhecida pela semiaridez e compreende locais em que as temperaturas são elevadas (27 a 29º de média anual), com precipitações médias anuais variando entre 400 e 600, que podem chegar até 700 mm anuais. Suas terras estão situadas nos Estados do Alagoas, Ceará, Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Assim, com relação ao território potiguar, não se pode olvidar que 92% de seu território encontra-se situado no polígono das secas. Informações a partir de documentos da fundação Getúlio Vargas, bem como em Mariz e Suassuna (2005, p. 345).

quando passou a faixa Presidencial a Jânio da Silva Quadros, o primeiro presidente eleito que não era membro dos partidos políticos criados por Getúlio Vargas (PSD e PTB), e sim do Partido Trabalhista Nacional (PTN), Juscelino Kubistchek tinha registrado seu nome junto a Eurico Gaspar Dutra como os únicos presidentes da “Experiência Democrática” a conseguir terminar seus períodos de governo, sendo que o JK teve uma marca própria, “os anos dourados.”.

Jânio Quadros foi eleito para o quinquênio de 1961 a 1965. Mas, não concretizou seu governo. Eleito em 03 de outubro 1960, com o apoio da UDN e das elites do país, teve de assumir a presidência com o vice-presidente de outra legenda e grupo político, João Belchior Marques Goulart. Mesmo assim, ele assumiu com uma grande responsabilidade, porquanto a sociedade brasileira na época esperava muito dele.

Sete meses após tomar posse, Jânio Quadros renunciou ao cargo, alegando que “forças terríveis” queriam destruí-lo. Todavia, sabe-se que, na esfera financeira, adequou-se aos ditames do FMI, o que agradou aos EUA. Na política externa, mostrou-se independente, o que pode ter provocado sua renúncia.

Com a renúncia de Jânio Quadros, João Goulart, que estava em viagem oficial à China Comunista, ao voltar ao Brasil, pela Constituição deveria tomar posse como presidente da República. Todavia, as oposições, a UDN e setores militares não mediram esforços para impedir a posse de Jango, a qual só foi possível com a imposição pelo congresso do Sistema Parlamentarista<sup>131</sup> de governo. Ele assumiu a presidência, embora tenha tido seus poderes limitados.

Uma das pessoas que estavam com a comitiva do vice-presidente João Goulart na China era o senador potiguar Dix-huit Rosado<sup>132</sup>, que, ao chegar ao Brasil, fez um pronunciamento no Senado Federal defendendo a posse de João Goulart:

Sem ser seu companheiro de lutas políticas, pelo contrário, muitas vezes tendo terçado armas contrárias as de S. Ex<sup>a</sup>. Compreendi, naquele momento, como

<sup>131</sup> No Sistema Parlamentarista de Governo, o monarca ou presidente é chefe de governo, mas não tem responsabilidades ou poderes políticos. Ele é chefe de governo, embora quem comandasse politicamente fosse o Primeiro Ministro.

<sup>132</sup> Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia (Mossoró/RN, 21 de maio de 1912-Mossoró/RN, 22 de outubro de 1996) foi Tenente-Coronel Médico da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, proprietário agrícola, pecuarista, empresário e político: deputado estadual (1947-1951), deputado federal (1951-1955; 1955-1959), senador (1959-1967) e prefeito de Mossoró (1972-1976; 1983-1988; 1993-1996). Em 1966, no período do Regime Civil Militar (1964-1985), licenciou-se para ocupar a presidência do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), que posteriormente (1970) juntou-se ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e deu origem ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jeronimo-dix-huit-rosado-maia>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

representante do povo no Parlamento Nacional, que não poderia, em hipótese alguma, retardar meu pronunciamento em favor da legalidade, da justiça e da manutenção da letra constitucional. Foi o que fiz cômico de quem cumpria meu dever [...]. Não tivera eu antes contatos com o Dr. João Goulart e não poderia fazer dele julgamento que estou habilitado a fazer neste instante. E faço para que outros por ventura guardem determinadas ressalvas nesse julgamento, possam receber o depoimento de quem não tem outro interesse senão o de servir à nação brasileira e a legalidade democrática. Em nenhum instante encontrei arrogante o homem que tem a responsabilidade de ser (legalmente o presidente da República dos Estados Unidos do Brasil): jamais também o encontrei medroso ou intimidado dos acontecimentos. Sereno e disposto a assumir as suas responsabilidades<sup>133</sup>.

Rosado conclama “a legalidade”, “a justiça” e “a manutenção da letra constitucional” porque via o transcurso da opinião pública em favor da posse de João Goulart, haja vista ele ser um conservador revolucionário, liberal, trabalhista ou qualquer outra posição política ou ideológica que o mantivesse no poder, como se constata em outro pronunciamento feito por ele na mesma casa parlamentar alguns meses antes:

Pertenço à família nordestina tradicionalmente conservadora. Venho seguindo o itinerário que minha família traçou na sua longa vida de trabalho, no Rio Grande do Norte. Não obstante, tenho procurado acompanhar os acontecimentos mundiais e não posso ignorar, nem deveria mesmo fazê-lo, a vida e a luta dos outros povos [...] falo em meu nome próprio, sem me desvestir em nenhum instante daquelas linhas conservadoras que me tracei, acompanhando a caminhada de minha família<sup>134</sup>.

Em linhas gerais, vê-se quem eram os Rosados na política do Rio Grande do Norte. Por estes discursos dos meses de maio e setembro de 1961, as mudanças de postura são rápidas. Logo, fica patente que renovar o discurso para conservar o poder era uma prática dos políticos potiguares que não participaram de forma direta dos acontecimentos da posse e da deposição de Jango à presidência da República, a não ser pelo pronunciamento supramencionado e a adesão da maioria dos parlamentares norte-rio-grandenses ao golpe de 1964.

Vale salientar que, até janeiro de 1963, João Goulart estava à mercê do Primeiro Ministro e do Poder Legislativo, momento em que, por meio de plebiscito, a população optou pelo Presidencialismo<sup>135</sup> como forma de governo e ele assumiu de fato a Presidência da República, passando a ter poderes interna e externamente como Chefe do Executivo.

<sup>133</sup> Trecho de pronunciamento realizado no Senado Federal por Dix-Huit Rosado, em 01 de setembro de 1961: pub. DCN Seção II, 02/09/1961, p. 1901 (apud SILVA, L. R., 2004, p. 117-118).

<sup>134</sup> Trecho de pronunciamento realizado no senado federal por Dix-Huit Rosado, em 05 de maio de 1961: pub. DCN Seção II, 02/09/1961, p. 373 (apud SILVA, L. R., 2004, p. 118).

<sup>135</sup> No presidencialismo, o Presidente da República é Chefe de Estado e Chefe de Governo (Chefe do Executivo) tem mandato temporário conforme a Constituição e tem poderes independentes do Legislativo, o que não acontece no Parlamentarismo.

No período Parlamentarista de governo (setembro de 1961 a janeiro de 1963), Jango pouca coisa fez, impedido pela falta de poderes, pois os poderes decisórios estavam nas mãos do Primeiro Ministro e do Conselho de Ministros. Desde o início, seu governo passou por ataques dos conservadores civis e militares que desencadearam uma conspiração que culminou com o golpe de 1964.

Agravaram a situação as diversas denúncias da mídia, financiada por empresas estrangeiras, principalmente norte-americanas, e pelo próprio departamento de Estado Norte-Americano, que via as propostas/discursos de João Goulart como comunistas e anticapitalistas. Logo, era necessário destruí-lo de qualquer maneira e impedi-lo de se aliar à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Quando Goulart assumiu a presidência, o governo do país passava por uma crise econômica e lutas dos trabalhadores no campo, com as ligas camponesas, e nas cidades, com os trabalhadores urbanos, que tinham nos sindicatos, centrais sindicais e nas Frentes Parlamentares organizações que lutavam por mudanças sociais, que esperavam do governo o pontapé inicial dessas mudanças com as Reformas de Base.

Por outro lado, Jango tinha nas classes conservadoras, em alguns oficiais das forças armadas, na elite econômica e social, nos partidos de oposição e, sobretudo, na UDN seus principais opositores. Para destruir sua imagem pública, utilizaram todas as artimanhas possíveis, principalmente a mídia e meios de comunicação de massa do período (jornais, revistas, redes de rádio e TV), que passaram a fazer uma campanha contra a imagem do presidente, por meio de financiamento de empresas americanas. Exemplo disto são as eleições de 1962:

Nessas eleições, os gastos com financiamento de candidatos alcançaram, segundo informações do embaixador norte-americano no Brasil, Lincon Gordon, a cifra de 5 milhões de dólares [...] Uma ampla campanha baseada na histeria anticomunista convenceu parcelas significativas da população formada por empresários, políticos, jornalistas, religiosos, sindicalistas, profissionais liberais, militares e trabalhadores [...] (FERREIRA, 2003, p. 360).

Parcela significativa da população foi convencida de que o país estava à beira de um golpe comunista. Trata-se de um trabalho feito por várias frentes e em diversos espaços, cujo objetivo era vincular a crença de que Jango seria o perpetrador do comunismo no país.

Para poder assumir a Presidência e acabar com o Sistema Parlamentarista, Goulart pregou a campanha da legalidade em favor da democracia. Mesmo com todos os investimentos dos Estados Unidos e das empresas multinacionais, o parlamentarismo deu

lugar novamente ao presidencialismo, oportunizando ao chefe do Executivo Nacional fazer as tão sonhadas Reformas de Base. Isto configurou um novo pacto social assentado no modelo de desenvolvimento varguista, em que o desenvolvimento de bens de produção, econômicos, sociais e a ampliação de direitos dos trabalhadores passariam a ser o centro de sua administração.

Por querer programar um plano de governo nacionalista, que beneficiaria os anseios da classe média, dos trabalhadores (urbanos e do campo) e das empresas nacionais, João Goulart criou um clima de guerra com os setores conservadores, que defendiam o capitalismo internacional sem direitos sociais e o bem-estar da elite. O pensamento de Goulart era de esquerda, ao defender um capitalismo com direitos sociais. Por isso, a elite tinha medo de ver a diminuição de seus privilégios existentes há séculos. Assim, ao ser aprovada a lei de remessas de lucros, Lei n. 4.131, de 03 de setembro de 1962<sup>136</sup>, e o Estatuto do Trabalhador Rural, Lei n. 4.214, de 02 de março de 1963 (revogada pela Lei n. 5889, de 08/06/1973<sup>137</sup>), Jango sentenciou seu destino.

Por intermédio dessas leis, as ações de inclusão das Reformas de Base estavam em pleno vapor, causando alvoroço nas elites da direita brasileira e nas corporações estrangeiras, bancos e negociantes que tinham capital investido em empresas nacionais. A proposta de Reforma Agrária para os latifundiários, a insubordinação dos subalternos ao oficialato das forças armadas e o perigo do golpe comunista para a Igreja Católica e a população em geral foram essenciais para que houvesse uma aceitação social quando foi deflagrado o Golpe Civil-Militar de 31 de março de 1964.

Naquele período, João Goulart passava por um isolamento político tanto dos partidos de direita quanto de esquerda, pois, ao tentar conciliar/negociar com ambos os lados, terminou por desagradá-los. Desse modo, mediante essa conjuntura política, o governo dos EUA e o FMI cobravam um plano de estabilização econômica, além de arrocho salarial dos trabalhadores e indenização para as empresas expropriadas por Leonel Brizola<sup>138</sup>. Para tanto, bloquearam todos os créditos ao Brasil e financiaram políticos, militares e grupos jornalísticos para denegrir a imagem do presidente.

Tudo isso levou João Goulart a adotar um alinhamento com os setores mais radicais. A celebração do comício na Central do Brasil, em 13 de março de 1964, que reuniu figuras

---

<sup>136</sup> Para saber mais sobre a lei de remessas de lucros, consultar a Lei n. 4.131, de 03 de setembro de 1962, disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4131.htm)>. Acesso em: 14 jun. 2015.

<sup>137</sup> Para saber mais sobre o Estatuto do Trabalhador Rural, consultar a Lei n. 4.214, de 02 de março de 1963. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1963/4214.htm>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

<sup>138</sup> Vale salientar que Brizola, quando governador do Rio Grande do Sul, estatizou empresas de energia norte-americana.

como Miguel Arraes e Leonel Brizola no mesmo palanque, foi o estopim para a deflagração do plano para retirar João Goulart do governo. No comício, ele pregou mudanças sociais radicais e medidas de cunho nacionalista para beneficiar a classe trabalhadora e garantiu monopólio de riquezas minerais, de petróleo e de empresas de áreas essenciais para o desenvolvimento econômico do país.

A direita começou a pregar a mesma campanha utilizada por Goulart para assumir a presidência em 1961: a legalidade da constituição em favor da democracia. Esse argumento, apoiado pela sociedade, foi utilizado pela esquerda e passou a ser aproveitado pela direita, ao defender que “[...] a Constituição era intocável” (FERREIRA, 2003, p. 360) para conseguir o apoio popular. Tal manobra foi positiva para a direita, acarretando a deposição de João Goulart do poder pelos Militares, e negativa para a maioria da população, que viveu por 21 anos em um Regime Civil-Militar que ignorava direitos e perseguia quem não o aceitava. Desta feita, em 31 de março de 1964, o Brasil foi golpeado com a perda da democracia.

### **3.2 O RIO GRANDE DO NORTE NO CONTEXTO DO BRASIL: DA DEMOCRATIZAÇÃO OU DA EXPERIÊNCIA DO NOVO (1945-1964)**

O período da História do Brasil conhecido como “Experiência Democrática” compreende um espaço de pouco mais de 18 anos, entre o fim da Ditadura Vargas (1945) e a deflagração da Ditadura Militar (1964). Nesse período, agentes políticos que atuaram de forma autoritária na República Velha (1889-1930) e na Era Vargas (1930-1945) por meio do voto de cabresto, do mandonismo e do coronelismo, passaram a disputar a opinião pública para obter votos e continuar no poder nessa nova configuração política.

O fim da Segunda Guerra Mundial (1945) influenciou a vida política do Brasil. Porquanto, nessa época, Vargas esteve ligado aos “países aliados”, nações comprometidas com a democracia. Tal situação o colocou em maus lençóis ao término do conflito. Desde 1937, ele havia implantado uma ditadura, o “Estado Novo” (1937-1945), com as mesmas práticas políticas dos países do eixo, de regimes autoritários. Entretanto, ele estava ligado aos “países aliados”, contrários a tais sistemas de governo (MOREIRA, 2003, p. 132-133).

A partir dessa conjuntura, seria uma contradição Getúlio Vargas ser contrário às ditaduras no exterior, chegando a ir ao campo de batalha (na Itália) para acabar com elas, em favor da democracia. Seria igualmente contraditório dentro do próprio país, onde ele era o

dirigente máximo, impor um regime de exceção política, sem ao menos permitir a atuação de partidos políticos.

O desgaste do “Estado Novo”, as pressões internas e externas pela abertura política e a autorização para o funcionamento de partidos políticos levaram à queda de Getúlio Vargas (1930-1945) após 15 anos de governo, e trouxeram novos rumos ao país. Todavia, o término da ditadura Vargas não significou o fim da influência do ex-ditador sobre a política brasileira (SILVA, L. R., 2004, p. 24).

Ao perceber que não poderia mais permanecer no poder, Vargas organizou uma nova legislação eleitoral, pondo fim na tradição dos partidos regionais da época da Primeira República pelo Decreto-lei n. 7.586, de 28 de maio de 1945, ao instituir a obrigatoriedade de os partidos estarem registrados em no mínimo cinco Estados da Federação (caráter nacional), ter referendo inicial de dez mil eleitores e personalidade jurídica (DELGADO, 2003, p. 134), garantindo um mínimo de pluralismo.

A mudança na ordem política e institucional a partir de 1945 deu origem a um regime democrático no Brasil, que teve nos novos partidos políticos os sustentáculos daquele novo sistema governamental que surgira. Esses partidos, que compuseram a nova ordem institucional, constituíram-se em 17 agremiações partidárias<sup>139</sup>, dentre as quais apenas o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Progressista (PSP) e o Partido Trabalhista Nacional (PTN) conseguiram chegar à chefia do Executivo federal. No Rio Grande do Norte, não foi muito diferente do resto do país no quesito poder. Apenas três agremiações chegaram à chefia do governo estadual: o Partido Social Democrático (PSD) (duas vezes), a União Democrática Nacional (UDN) (uma vez) e o Partido Republicano (PR) (uma vez). Todavia, com a morte prematura do Governador Jerônimo Dix-sept Rosado no Rio Salgado, na cidade de Aracajú/SE (12/07/1951), quem assumiu foi seu vice-governador, o jovem Sylvio Piza Pedroza, do Partido Social Democrático (PSD).

O PSD ganhou duas eleições com candidatos próprios, e uma terceira comendo a chapa com o vice-governador. Perdeu apenas um pleito, dos quatro disputados no período. Todavia, governou por quase três mandatos completos, chegando a ser visto como o partido mais poderoso do Rio Grande do Norte na época da democratização ou da experiência democrática (1945-1964). Foi, portanto, a agremiação que passou mais tempo à frente da chefia estadual<sup>140</sup>.

<sup>139</sup> PSD, UDN, PTB, PCB, PR, PSP, PPS, PL, PDC, PPB, PSB, PST, PTN, PTN, MTR e UDN/PR.

<sup>140</sup> Ver, no capítulo I, o quadro dos Governadores do Rio Grande do Norte na Experiência Democrática (1947-

No plano nacional, ao se considerar as quatro eleições do período (1945, 1950, 1955 e 1960), o PSD saiu vitorioso em três delas. Nos três pleitos que disputou com candidato próprio (1945, 1955 e 1960), perdeu apenas o último deles, quando Jânio Quadros (PTN) venceu o General Henrique Teixeira Lott (PSD). No pleito de 1950, apoiou Getúlio Vargas, então candidato do PTB, que logrou êxito.

Vale salientar que o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD) foram criados por Vargas para acomodar aqueles que tinham empatia por ele. O primeiro agregava a classe trabalhadora urbana: profissionais liberais, estudantes, sindicalistas e outros que o apoiavam, enquanto o segundo coligia os ex-interventores e seus séquitos políticos e administrativos, formados pela maioria de latifundiários do interior e industriais das capitais dos Estados. Ambas as agremiações reuniram o novo e o tradicional, o urbano e o rural, o progressista e o reacionário em torno da figura de Getúlio Vargas.

Enquanto o PTB e o PSD eram agremiações partidárias pró-getulistas, a União Democrática Nacional (UDN) fazia oposição a ele. Estes três partidos foram os mais importantes do período em tela (SILVA, L. R., 2004, p. 25), conforme se pode verificar na tabela infra, que apresenta a composição partidária na Câmara dos Deputados no período:

| <b>TABELA 02 - Composição partidária da Câmara Federal (1945-1964).</b> |                         |       |       |       |                           |
|-------------------------------------------------------------------------|-------------------------|-------|-------|-------|---------------------------|
| <b>PARTIDOS</b>                                                         | 1945                    | 1950  | 1954  | 1958  | 1962                      |
| <b>PSD</b>                                                              | 52,8(a <sup>141</sup> ) | 37,0  | 35,0  | 35,3  | 30,3                      |
| <b>UDN</b>                                                              | 29,0                    | 24,4  | 22,7  | 21,5  | 23,4                      |
| <b>PTB</b>                                                              | 7,7                     | 16,8  | 17,2  | 20,2  | 29,8                      |
| <b>PSP</b>                                                              | (b <sup>142</sup> )     | 7,8   | 9,8   | 7,7   | 5,4                       |
| <b>PCB</b>                                                              | 4,9                     | -     | -     | -     | -                         |
| <b>PEQUENOS</b>                                                         | 5,6                     | 13,9  | 15,4  | 15,3  | 16,29 (c <sup>143</sup> ) |
| <b>TOTAL</b>                                                            | 100,0                   | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0                     |
|                                                                         | (286)                   | (303) | (326) | (326) | (389)                     |

**Fonte:** Apud Delgado (2003, p.142)\*.

Nota\*: Tabela adaptada pelo autor.

Em 1945, o PSD, a UDN e o PTB elegeram o número de 89,5% da composição da Câmara dos Deputados, com destaque para o PSD, que ocupou 52,8% das vagas totais daquela instituição. No ano de 1962, última eleição livre, as três agremiações partidárias ainda somavam 83,5% das cadeiras do legislativo federal. Não obstante, ocorreu uma significativa diminuição do PSD e da UDN frente ao aumento do PTB, que chegou a crescer em quase

1964).

<sup>141</sup> (a) inclui seis eleitos pela coligação UDN-PR.

<sup>142</sup> (b) dois eleitos pelo PSP são contados entre os pequenos.

<sup>143</sup> (c) o PR encontra-se em 1962 reduzido a quatro deputados por Minas Gerais (no início do período, tinha 19 representantes); o PDC é o maior dos pequenos, com 20 deputados, somente um a menos do que o PSP.

quatro vezes mais ou 400%, ao passar de 7,7% a 29,8% das cadeiras da Câmara Federal, de 1945 a 1962.

No plano estadual, o Rio Grande do Norte apresentou uma concentração de poder muito maior que em plano nacional nas mãos de dois partidos: primeiro o PSD, seguido pela UDN. Contudo, não se pode olvidar que o Partido Social Progressista (PSP) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foram os que se destacaram em segundo plano na política estadual. O PSP apresentou seu momento de auge, quando o natalense João Café Filho esteve na vice-presidência (1951-1954) e na presidência (1954-1955) do Brasil. Nesse período, houve duas eleições para deputado federal - 1950 e 1954. Mesmo não elegendo a maioria de deputados, seu líder maior influenciou de forma significativa esses pleitos.

Para elucidar esta exposição, basta verificar a tabela abaixo, que trata da composição partidária para a Câmara Federal e enfoca a quantidade de eleitos nos pleitos de 1945, 1950, 1954, 1958 e 1962:

**TABELA 03** - Composição partidária (em número) da Câmara Federal pelo Rio Grande do Norte (1945-1965).

| <b>PARTIDOS</b> | 1945 | 1950 <sup>144</sup> | 1954 | 1958 | 1962 | Total |
|-----------------|------|---------------------|------|------|------|-------|
| <b>PSD</b>      | 04   | 02                  | 03   | 04   | 02   | 15    |
| <b>UDN</b>      | 02   | 03                  | 02   | 03   | 02   | 12    |
| <b>PTB</b>      | -    | -                   | -    | -    | 01   | 01    |
| <b>PSP</b>      | -    | 01                  | 02   | -    | -    | 03    |
| <b>PCB</b>      | -    | -                   | -    | -    | -    | -     |
| <b>PEQUENOS</b> | 01   | 01                  | -    | -    | 02   | 04    |
| <b>TOTAL</b>    | 07   | 07                  | 07   | 07   | 07   | 35    |

**Fonte:** Elaboração própria.

**Nota\*:** Tabela elaborada pelo autor a partir das informações contidas no site do TSE, bem como em outros sites e em obras técnicas<sup>145</sup>.

Verifica-se na tabela, de forma clara e objetiva, é que em todos os pleitos disputados entre 1945 e 1962, para Câmara Federal no Rio Grande do Norte, a maioria das cadeiras

<sup>144</sup> Em 1950, formaram-se duas coligações: Aliança Democrática (AD) era formada por PSD, PSP e PR, e conseguiu a adesão do PTB; e União Popular (UP), constituída pelo PST e a UDN. Ao levar em consideração tal formação o grupo apoiado pelo PSD conseguiu eleger 04 candidatos novamente.

<sup>145</sup> Essas informações servem para todas as tabelas que tratam dos pleitos políticos no Rio Grande do Norte. Assim, a pesquisa realizada a partir do site do TSE muitas vezes não permitiu identificar a que partido pertencia cada candidato porque, quando houve alianças ou coligações no período (1945-1965) da pesquisa eleitoral para a elaboração desta e de outras tabelas [Composição partidária (em número) do Senado Federal e da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, 1945-19645], não apareceu o nome do partido do candidato no referido sítio. Por isso, recorreu-se a outras fontes, que foi: os sites da Fundação Getúlio Vargas, Fundação José Augusto e do Jornal Tribuna do Norte. Igualmente, consultaram-se os autores Jailma Maria de Lima (2010) e Lauro Gonçalves Bezerra (2012) para identificar o melhor possível o partido dos eleitos nos pleitos de 1947, 1950, 1954, 1958, 1960 e 1962 para Deputado Federal e Senador.

ficava entre o PSD e UDN. Haja vista, dos 35 deputados eleitos no período (1945-1965), 27 cadeiras pertenceram a esses dois partidos, sendo 15 do primeiro e 12 do segundo, respectivamente. Ou seja, quase 80% das vagas, não ficaram muito distantes da realidade nacional.

Embora o PSD tenha apresentando uma queda quantitativa de quatro deputados eleitos em 1958 para dois em 1962, isso não significou uma perda tão significativa. Um eleito do PTB e outro do PDC, eleitos no último pleito, eram do mesmo grupo coligado ao PSD<sup>146</sup>. Assim, para compreender melhor o poder do Partido Social Democrático no Rio Grande do Norte, basta observar a composição do Legislativo Estadual nas eleições de 1945, 1950, 1954, 1958 e 1962, conforme elucida tabela infra:

**TABELA 04** - Composição partidária (em número) da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (1945-1965).

| <b>PARTIDOS</b>                 | 1947 | 1950 <sup>147</sup>            | 1954 <sup>148</sup> | 1958 | 1962 | Total |
|---------------------------------|------|--------------------------------|---------------------|------|------|-------|
| <b>PSD</b>                      | 18   | 12 (11) <sup>149</sup><br>(AD) | 13                  | 17   | -    | 60    |
| <b>UDN</b>                      | 12   | 15 (UP)                        | -                   | -    | -    | 27    |
| <b>PTB</b>                      | -    | 02                             | 02                  | 03   | 03   | 10    |
| <b>PSP</b>                      | 02   | -                              | -                   | -    | -    | 02    |
| <b>PCB</b>                      | -    | -                              | -                   | -    | -    | -     |
| <b>PEQUENOS</b>                 | -    | 03                             | 01                  | -    | 03   | 07    |
| <b>PARTIDO NÃO ESPECIFICADO</b> | -    | -                              | 16                  | 12   | 26   | 54    |
| <b>TOTAL</b>                    | 32   | 32                             | 32                  | 32   | 32   | 160   |

**Fonte:** Elaboração própria.

**Nota\*:** Tabela elaborada pelo autor a partir das informações contidas no site do TSE, como também em outros sites e obras técnicas.

A composição partidária da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (em números) revela que, dos deputados eleitos identificados<sup>150</sup> pela filiação ao partido que

<sup>146</sup> Os deputados eleitos em 1962, pelo Rio Grande do Norte foram: Aluízio Gonçalves Bezerra (PSD), Jessé Pinto Freire (PSD), Clóvis Coutinho da Motta (PTB) e Odilon Ribeiro Coutinho (PDC), grupo apoiado pelo PSD. Do lado oposto, Aristófanês Fernandes e Silva (UDN), Djalma Aranha Marinho (UDN) e Jerônimo Vingt Rosado Maia (PST), grupo apoiado pela UDN. O poder nas terras potiguares concentrou-se praticamente na mão dessas duas agremiações (PSD e UDN).

<sup>147</sup> Eleições no Estado. **Tribuna do Norte**, Natal, 20 dez. 1950, p. 06.

<sup>148</sup> Observação: não se consegue especificar a quantidade de candidatos para cada partido, pois o registro e a propaganda da maioria eram elaborados a partir da aliança partidária e não da agremiação partidária de que fazia parte.

<sup>149</sup> Estão-se considerando as coligações lideradas pelo PSD e a UDN em 1950. O primeiro (AD) elegeu 12 e o segundo (UP) elegeu 15 deputados estaduais, respectivamente. O PSD elegeu sozinho, 11 deputados estaduais.

<sup>150</sup> Identificados, porque não foi possível identificar a qual partido muitos deles pertenciam, haja vista a quantidade de Deputados Estaduais por pleito ter sido muito maior (32 por legislatura) em relação à de deputados federais (sete parlamentares) e senadores (dois em um pleito e um em outro, de forma alternada). Também não foi possível identificar a quantidade exata de deputados por agremiação partidária, por carência de fontes ou falta de pesquisa.

pertence ao período contemplado pela pesquisa (1945-1965), a maioria fica concentrada nas mãos do PSD e da UDN, cada um com 60 e 27 parlamentares, respectivamente. Ou seja, 87 parlamentares identificados, ou mais de 80% deles, foram dessas duas agremiações partidárias.

Contudo, vale ressaltar que muitos desses parlamentares que não tiveram o partido especificado, 54 deputados estaduais, compunham um dessas agremiações (PSD ou UDN). Porque se levasse em consideração os partidos identificados, excetuando o PSD e a UDN, foram 12 parlamentares e dos pequenos partidos 07, ou seja, ao todo 19 parlamentares, menos de 25% do total deles. Como também, deve-se considerar que existem aqueles que mesmo não sendo de um desses dois grandes votavam com um deles.

Sem esquecer que a maioria desses parlamentares que compunham uma das coligações-das muitas que tiveram no decorrer do período estudado- tinham como cabeças PSD ou UDN, geralmente eram esses dois polos que os outros partidos aliavam-se ou opunham-se, mesmo sabendo que não teriam êxito, pois no Rio Grande do Norte, para ser eleito nessa época era necessário ser apoiado por um dos dois grandes. Como se verifica na tabela infra, a composição partidária para o Senado Federal:

**TABELA 05** - Composição partidária (em número) do Senado Federal pelo Rio Grande do Norte (1945-1965).

| <b>PARTIDOS</b>                 | 1945 | 1947 | 1950 | 1954 | 1958 | 1962 | Total |
|---------------------------------|------|------|------|------|------|------|-------|
| <b>PSD</b>                      | 01   | 01   | -    | 01   | -    | 01   | 04    |
| <b>UDN</b>                      | 01   | -    | -    | 01   | 01   | 01   | 04    |
| <b>PTB</b>                      | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -     |
| <b>PSP</b>                      | -    | -    | 01   | -    | -    | -    | 01    |
| <b>PCB</b>                      | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -     |
| <b>PEQUENOS</b>                 | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -     |
| <b>PARTIDO NÃO ESPECIFICADO</b> | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -     |
| <b>TOTAL</b>                    | 02   | 01   | 01   | 02   | 01   | 02   | 09    |

**Fonte:** Elaboração própria.

**Nota\*:** Tabela elaborada pelo autor a partir das informações contidas no site do TSE, bem como em outros sites e obras técnicas.

Dos nove senadores do período na bancada potiguar, quatro foram do PSD e quatro da UDN. Apenas um foi do PSP, Kerginaldo Cavalcanti<sup>151</sup>, que no ano de 1950 concorria à reeleição e tinha o apoio do candidato à vice-presidência da República na chapa de Getúlio

<sup>151</sup> Kerginaldo Cavalcanti de Albuquerque (Natal, 11/01/1895 - Rio de Janeiro, 24/09/1984), empresário, escritor, advogado, promotor de justiça, jornalista e político: deputado estadual (1918-1920), deputado federal (1933-1934), suplente de senador (eleito em 1947, assume o cargo de senador em janeiro de 1949, após a morte do Senador João Câmara, em dezembro de 1948) e senador (1950-1958).

Vargas, o potiguar João Café Filho, que, além de concorrer ao cargo majoritário, também se candidatou a Deputado Federal pelo Rio Grande do Norte.

Nesse período, a candidatura a vice-presidente era independente da de presidente. Logo, um candidato poderia concorrer a mais de um cargo simultaneamente no mesmo pleito<sup>152</sup>. Porém, só poderia assumir um deles<sup>153</sup>. Destarte, quando saiu o resultado das eleições de 1950:

Com mais de 50% dos votos válidos em todo o estado, a candidatura de João Café Filho à vice-presidência acabou contribuindo também para que ele fosse o deputado federal mais votado do estado. Em Natal, ele obteve mais de 80% dos votos para vice-presidente e mais de 40% para deputado federal, reafirmando sua liderança política (LIMA, J. M., 2010, p. 215).

Café Filho assumiu o primeiro cargo. A vaga para deputado federal foi assumida por Vicente Mota Neto (PSD), o primeiro suplente da Aliança Democrática (AD), coligação liderada pelo PSD que trabalhou e ajudou a eleger o apadrinhado político de Café Filho, Kerginaldo Cavalcanti, que concorreu à reeleição. Este assumira o cargo de senador, que não era de seu grupo político, pois o senador de quem ele era suplente foi derrotado.

Os senadores eleitos no pleito de 1947 foram (01º- 44.885 votos) João Severino da Câmara (PSD) e (02º- 42.116 votos) José Ferreira de Souza (UDN), sendo suplentes, pela ordem: (03º- 41.543 votos) Antônio Fernandes Dantas (PSD), (04º- 41.389) Dinarte de Medeiros de Mariz (UDN), (05º- 15276) Kerginaldo Cavalcanti de Albuquerque (PRP) e outros três candidatos.

Com a morte de João Câmara (PSD), quem deveria assumir era o ex-interventor federal, Antônio Fernandes Dantas (PSD), o terceiro candidato mais votado. Contudo, o Tribunal Superior Eleitoral identificou irregularidades de cunho eleitoral quando de sua candidatura e vetou sua posse.

Na sequência, o quarto mais votado foi Dinarte Mariz (UDN), inimigo político do grande líder pessedista, Senador Georgino Avelino (PSD), que, por meio de sua influência política no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, impediu a posse de Mariz (UDN), ao alegar que ele teve a candidatura cassada. Desse modo, Kerginaldo Cavalcanti (PRP), o único

<sup>152</sup> No período entre 1945 e 1960, um candidato poderia concorrer a mais de um cargo simultaneamente no mesmo Estado ou concorrer ao mesmo cargo em várias unidades de Federação, como foi o caso de Getúlio Vargas, em 1945. Eleito senador por vários Estados, assumiu sua cadeira pelo Rio Grande do Sul, sua terra natal.

<sup>153</sup> “Entre 1945 e 1960 as eleições para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador realizavam-se isoladamente, isto é, não havia registro de chapa única para ambos os cargos”. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em 01 jul. 2016.

candidato a suplente de senador que concorreu em 1947 e não teve sua candidatura cassada (LIMA, J. M., 2010, p. 112), assumiu o referido cargo com uma “ajudinha” pessedista, e aliou-se aos partidários do PSD.

Toda essa situação mostra o poder destes dois partidos (PSD e UDN), os quais controlavam a política estadual, em especial, o Partido Social Democrático (PSD), que, no período “Experiência Democrática” (1945-1964), comandou a política estadual. Quem dirigiu tal agremiação partidária inicialmente foi João Câmara (1945-1948). Após sua morte, a tarefa passou às mãos do Major-Coronel Theodorico Bezerra (1949-1965), que presidiu o partido até o seu fim, com o Ato Institucional, n. 02<sup>154</sup>.

Em nível nacional, todavia, embora tais partidos (PSD, UDN e PTB) apresentassem linhas de raciocínio distintas, com o tempo, seus membros passaram a agrupar-se para defender um direito existente ou contra a criação de um direito social. Ou, por outro lado, com parlamentares de esquerda e mais radicais para implantar tais direitos, eivados de políticas nacionalistas e estruturantes:

Quando, por exemplo, projetos como o da reforma agrária ou mesmo reforma tributária eram apresentados para votação, um movimento de reorganização das forças políticas se processavam de maneira quase automática no Parlamento Nacional. Esse movimento redundava na articulação de alianças temporárias, com objetivo definido: impedir a aprovação de referidos projetos pela maioria dos parlamentares.

Todavia, de alianças contextuais a aproximação dos políticos foi se concretizando em organizações efetivas, mais duradouras, embora não registradas oficialmente como partidos. O movimento era o seguinte: os políticos se filiavam às frentes parlamentares, mas continuavam vinculados oficialmente a seus partidos de origem. Formavam, entretanto, blocos coesos para defesa ou para contraposição a determinados projetos (DELGADO, 2003, 149).

As frentes parlamentares eram organizações de caráter extrapartidário, mas que tinham nos membros dos partidos políticos instituídos na nova ordem democrática seus principais agentes de atuação. As frentes partidárias ou políticas foram essenciais para os avanços da democracia no período, de 1945 a 1964, pois, ao invés de defender partidos, elas defendiam ideologias ou projetos reformistas e nacionalistas de cunho social e econômico para o país, em contraposição aos grupos tradicionais que defendiam a internacionalização da economia, o

<sup>154</sup> O Ato Institucional n. 02, de 27 de outubro de 1965, proibiu a existência de partidos políticos no Brasil: “Art. 18 - Ficam extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros” (BRASIL, 1964, art. 18). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm)>. Acesso em: 27 jul. 2016.

alinhamento à política capitalista dos EUA e à não implementação pelo Governo Federal das reformas de base<sup>155</sup> (DELGADO, 2003, 146-149).

Destacam-se os seguintes grupos: em 1956, a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e, em 1962, a Frente de Mobilização Popular (FPM), que defendia a autonomia brasileira e o nacionalismo como bandeira da transformação social do país. Ademais, surgiu, em 1961, a Ação Democrática Parlamentar (ADP), que fazia a defesa dos privilegiados sociais e da iniciativa privada, tendo recebido apoio financeiro do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD<sup>156</sup>).

Todavia, não se pode esquecer de que a criação das frentes parlamentares foram a forma de os agentes políticos manterem as ideias ou ideologias que não eram aceitas nas agremiações políticas a que pertenciam. Assim, a ação destas frentes de certa maneira mostra a incapacidade dos partidos políticos de atender às novas demandas da sociedade urbanizada e reivindicatória que surgiram naquele momento.

Contudo, a maioria dos membros dos partidos políticos entre 1945 e 1964 era egressa e/ou filha daqueles que atuaram na República Velha (1889-1930) ou na Era Vargas (1930-1945), que mudaram os discursos para manterem-se no poder. Quando essas agremiações partidárias não conseguiam mais atender às demandas da sociedade, passaram a atuar nas frentes parlamentares.

### **3.3 OS PARTIDOS NO RIO GRANDE DO NORTE NA “EXPERIENCIA DEMOCRÁTICA” (1945-1964) E O PAPEL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)**

O Partido Social Democrático no Rio Grande do Norte tem na maioria dos seus fundadores políticos que desde a Primeira República (1889-1930) ou da Era Vargas (1930-1945) estavam em atuação, muitos deles descendentes de políticos da época do II Reinado (1840-1889). Tais sujeitos eram lideranças em suas respectivas cidades e regiões geográficas dentro do Estado, e entre os quais existiam alguns dos homens considerados os mais ricos das terras potiguares.

---

<sup>155</sup> As Reformas de Base eram um conjunto de propostas de reestruturação de setores políticos, econômicos e sociais para o desenvolvimento e a diminuição da desigualdade no país, baseado nas reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, universitária, agrária e a regularização do voto dos analfabetos e das patentes subordinadas das forças armadas, além de regular o investimento e a remessa de lucros estrangeiros no país.

<sup>156</sup> Fundado em 1959, sua criação tinha como intuito combater a propaganda comunista no Brasil. Era financiado pelo capital privado de empresários brasileiros e estrangeiros, que não viam as políticas nacionalistas e sociais com bons olhos.

Os fundadores do PSD potiguar dispunham de certo capital político e social, muitos deles advindos dos nomes de suas famílias. Por exemplo, João Severino da Câmara<sup>157</sup>, Dioclécio Dantas Duarte<sup>158</sup>, D. Gil Soares Araújo<sup>159</sup>, Clovis Travassos Sarinho<sup>160</sup>, Professor Luís Soares de Araújo<sup>161</sup>, Rui Moreira Paiva<sup>162</sup> e Claudianor Telógio de Andrade<sup>163</sup>, quando assinaram o nome no livro de atas da citada agremiação partidária, dispunham de certo capital

<sup>157</sup> João Severino da Câmara (Taipu/RN, 08/03/1895 - Natal/RN, 12/12/1948), comerciante, plantador de algodão, fazendeiro, criador de gado, industrial e exportador, também foi político: Prefeito de Baixa Verde (1929-19...?), Deputado-Estadual (1934-1937) e Senador (1947-1948). Nas décadas de 1930 e 1940, foi o maior exportador de algodão do Estado. Era considerado o homem mais rico do Rio Grande do Norte no período. Cf. Bezerra, L. G. (2012, p. 151) e os seguintes sites: <[http://bira-viegas.blogspot.com.br/2013/03/historia\\_9.html](http://bira-viegas.blogspot.com.br/2013/03/historia_9.html)>;

<[http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria\\_extraordinaria\\_de\\_cultura/DOC/DOC000000000108662.PDF](http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC000000000108662.PDF)>; <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-severiano-da-camara>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

<sup>158</sup> Dioclécio Dantas Duarte (Natal/RN, 18/10/1894-Rio de Janeiro, 22/12/1975), Bacharel em Direito, jornalista, escritor, membro fundador da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras e político: Deputado Estadual (1918-1920; 1942-1927), Deputado Federal (1930-1932; 1946-1949), Secretário de Agricultura do RN (15/05/1945-19/10/1945) e Interventor Federal Interino (19/10/1945-17/12/1945). Cf. Bezerra, L. G. (2012, p. 178) e os seguintes sites: <[http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria\\_extraordinaria\\_de\\_cultura/DOC/DOC000000000110844.PDF](http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC000000000110844.PDF)> e <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DUARTE.%20Diocl%C3%A9cio%20Dantas.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

<sup>159</sup> Gil Soares Araújo (Martins/RN, 10/11/1907-Natal/RN, 2005), Bacharel em Direito, pesquisador e historiador de prática, exerceu as funções de Chefe de Polícia de Natal, Promotor de Justiça, Juiz de Direito e Político: Deputado Estadual (1935-1939) e Deputado Federal Constituinte (1950), além de assumir outros cargos públicos e na OAB. Ele também foi um dos fundadores do América Futebol Clube, um dos incentivadores e um dos maiores conhecedores do esporte potiguar. Disponível em: <[http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria\\_extraordinaria\\_de\\_cultura/DOC/DOC000000000111712.PDF](http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC000000000111712.PDF)>. Acesso em: 24 jun. 2016.

<sup>160</sup> Clovis Travassos Sarinho (Olinda/PE, 05/06/1910-Natal/RN, 12/03/1994), médico membro da Academia Norte-Rio-Grandense de Medicina, professor e escritor na área de medicina, foi membro de vários partidos políticos no Rio Grande do Norte. Cf. Bezerra, L. G. (2012, p. 177) e os seguintes sites: <[http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria\\_extraordinaria\\_de\\_cultura/DOC/DOC0000000001109867.PDF](http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC0000000001109867.PDF)>; <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/importando-medicos/251268>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

<sup>161</sup> Luís Soares Correia de Araújo (Assú/RN, 1888-Natal/RN, 13/08/1967) foi o professor que fundou vários grupos escolares (dentre eles, o Grupo Escolar Frei Miguelinho e a Escola Profissional do Alecrim, além de criar a Faculdade de Medicina e Odontologia de Natal), grupo de escoteiros (Associação de Escoteiros do Alecrim) e uma banda escola (Charanga do Alecrim). Fundou hospitais (Ambulatório Médico-Odontológico, Policlínica do Alecrim) e reativou a “Liga de Desportos Terrestres do RN”. Tornou-se um ativista social (trabalhou em campanhas para arrecadar alimentos, fundou associações e fundações. Além de tudo isso, foi vereador de Natal/RN, eleito em 1950. Cf. Bezerra, L. G. (2012, p. 173) e o site: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300934982\\_ARQUIVO\\_Lima,DouglasLuisSoaresCorreiaeAraujo.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300934982_ARQUIVO_Lima,DouglasLuisSoaresCorreiaeAraujo.pdf)>. Acesso em: 24 jun. 2016.

<sup>162</sup> Rui Moreira Paiva foi presidente do América Futebol Clube de Natal/RN e tinha uma grande influência no esporte local, por ser o dono do Jornal *Diário de Natal*. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/no-tempo-da-guerra/307182>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

<sup>163</sup> Claudianor Telógio de Andrade (São José do Mipibú/RN, 12/08/1909-Natal/RN, 09/11/1980), advogado membro e presidente por vários anos da OAB do RN (exerceu os cargos públicos de Promotor de Justiça e Juiz de Direito, em diversas cidades do interior potiguar), professor de Geografia, professor de Direito e político: Secretário de Estado no Governo de José Augusto Varela, Procurador Fiscal e Advogado da Fazenda Estadual, Chefe de Polícia do RN, Secretário de Interior e Justiça (1957-1960) no Governo de Dinarte Mariz, Deputado Estadual (1947-1950) e Prefeito de Natal (1950-1951). Além de ter sido membro e presidente da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras. Cf. Bezerra, L. G. (2012, p. 189) e o site: <[http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria\\_extraordinaria\\_de\\_cultura/DOC/DOC000000000109855.PDF](http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC000000000109855.PDF)>. Acesso em: 24 jun. 2016.

financeiro, político e social, decorrente dos negócios ou das profissões que exerciam dentro do Estado, tendo contribuído para que eles exercessem poder e influenciassem a história política do Rio Grande do Norte.

Igualmente, os Senhores José Augusto Varela, Georgino Avelino e Ubaldo Bezerra de Melo, caracterizados em outras partes desta dissertação, eram figuras sagradas na política estadual. Outros que não tiveram uma vida política, porém exerciam influência social, também tiveram seus nomes como criadores do PSD Secção do Rio Grande do Norte, a saber: Manuel Gurgel do Amaral, José Ulisses de Medeiros, José Aurino da Rocha, D. Ismael Ferreira Nunes e Adalto Soares Marinho.

Nesse período, o Major-Coronel Theodorico Bezerra era um bem-sucedido hoteleiro e comerciante (na capital), além de fazendeiro e industrial (no interior), passando a ter outros companheiros de partido, que começaram a trilhar os novos caminhos da militância política no mesmo período que ele. Após ingressar no Partido Social Democrático no Rio Grande do Norte, sua vida mudou. Na época, o jornal *A República*<sup>164</sup> noticiou a fundação de tal agremiação partidária:

[...] José Augusto Varela, intrépido em todos os belos gestos, Manuel Gurgel e Ulisses Medeiros, expressões do comércio e da agricultura, Travassos Sarinho, amigo dos pobres e altruísta apóstolo da ciência médica, Luiz Soares, veterano das mais gloriosas campanhas educativas. Formador de corações e caracteres, Claudionor de Andrade, Gil Soares, Israel Nunes, moços de ânimos e soldados de reconhecida impavidez; Ruy Paiva, batalhador de contagiante entusiasmo, Ubaldo Bezerra, transformador de nossa indústria açucareira; Theodorico Bezerra, incontestável líder do importante município de Santa Cruz e espírito cheio de iniciativas, José Aurino e Adauto Marinho em cujas operosidades inteligentes o operariado... (A REPÚBLICA, Natal, 24 mai. 1945, p. 01-03 apud LIMA, J. M., 2010, p. 57).

Quanto à fundação do Partido Social Democrático (PSD) no Estado, conforme citação e pelo conhecimento que se tem da maioria dos nomes da história política do Rio Grande do Norte, seus quadros eram compostos de comerciantes e profissionais liberais de sucesso em Natal e interior, políticos do período da Primeira República e pessoas que nunca haviam se

<sup>164</sup> O Jornal *A República* teve sua primeira edição lançada em 1º de julho de 1889, como órgão oficial do Partido Republicano (PR) no Rio Grande do Norte (SPINELLI, 2010a, p. 29), criado por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Depois da vitória do movimento republicano, esse periódico passou a veicular os atos oficiais do governo até que, em 28 de janeiro de 1928, por iniciativa do governador Juvenal Lamartine, passou a ser órgão oficial do Estado. Atualmente, ele é a publicação oficial do governo, que recebe o nome de Diário Oficial do Estado.

Disponível em: <<http://www.dei.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=38647&ACT=&PAGE=&PARM=&LBL=MAT%C9RIA>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

envolvido na política. De forma a unir experiência e juventude, criou-se o maior grupo político potiguar na época da “Experiência Democrática” (1945-1964).

O Partido Social Democrático (PSD) potiguar era uma das secções da referida agremiação partidária no país. Tanto a UDN, quanto o PTB e o PSD foram criados de cima para baixo e os dois últimos, tinham como propósito acomodar os simpatizantes de Getúlio Vargas. Todavia, no PSD, não houve centralização política: “O poder dos diretórios regionais sobre o comando nacional sempre impediu a imposição de diretrizes do centro em direção à periferia do partido” (HIPOLITO, 2012, p. 47). O diretório nacional ocupava-se mais em negociar (influências recíprocas entre ambos) do que a impor o mando sobre as diretorias regionais, cujas forças estavam concentradas em suas bases ou secções estaduais.

Desse modo, ser presidente de uma dessas secções regionais era ser membro nato do diretório nacional, que era composto pelos presidentes de diretórios regionais e seus delegados. Isto explica a grande influência exercida pelas secções regionais sobre o comando central. Então, desempenhar a chefia estadual do PSD era exigida a capacidade de negociar de tal liderança, ou seja, ser uma “raposa política”<sup>165</sup>. A referida agremiação partidária era reconhecida como partido da conciliação devido aos conchavos, “cochichos” e acomodações feitos para obter através do voto força suficiente para eleger seus candidatos.

Para ter prestígio dentro dos diretórios regionais ou do diretório nacional, era necessário dispor de votos: “Só tem poder no comando nacional do partido quem tem poder no seu estado, reza um dos mais caros mandamentos pessedistas” (HIPOLITO, 2012, p. 206). Nessa perspectiva, ao analisar a obra de Lúcia Hipplito intitulada *De Raposas e Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1965)* (2012), percebe-se que a autora menciona a importância do PSD para a sustentabilidade do “Regime Democrático” e da “Experiência Democrática” (1945-1964), porque de modo geral a obra traz a ideia, que tal partido fora “fiador da democracia” no período.

Para Hipplito (2012, p. 20), que apresenta “o PSD como fiador da estabilidade do regime”, tal agremiação partidária se caracteriza por ser de centro ou meio termo, ao demonstrar que “Seu enfraquecimento é o enfraquecimento desse regime democrático; seu desaparecimento é o desaparecimento desse regime. Essa é a convicção de todos os que

---

<sup>165</sup> Lúcia Hipplito, em sua obra *De Raposas e Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1965)*, define raposas como sendo “líderes tradicionais, atentos às reivindicações das bases no interior”, ao passo que os reformistas seriam “líderes mais jovens, voltados para as demandas do emergente eleitorado urbano” (HIPOLITO, 2012, p. 56).

tiveram alguma responsabilidade na existência do PSD<sup>166</sup>”, o que dá o tom para entender a importância desse partido.

No contexto de poder exercido pelo PSD Brasil está inserido o Major-Coronel Theodorico Bezerra, que passou a ser presidente da secção estadual do Rio Grande do Norte entre 03 de janeiro de 1949, após a morte do Senador João Câmara, até 22 de setembro de 1965 (última reunião do partido). O partido foi extinto por força do Ato Institucional, n. 02, que pôs fim ao pluripartidarismo no Brasil.

Na prática, o grande nome local no comando do partido (desde quando foi fundado) até 1954 era Georgino Avelino. Mesmo não tendo assumido a presidência da referida agremiação, ele deu as cartas por muitos anos, por ser o grande responsável pelos acordos políticos e resoluções de problemas judiciais. Tanto João Câmara (1945-1948) quanto Theodorico Bezerra (1949-1965) não davam um passo sem antes consultar, comunicar ou pedir sua opinião. No entanto, a partir de 1955, o Major-Coronel passou a criar seu próprio espaço na política nacional, ao apoiar a candidatura de Juscelino Kubistchek à Presidência da República, sendo o grande articulador de sua campanha no Rio Grande do Norte.

**FIGURA 8** – Campanha presidencial de 1955 - Comício em Santa Cruz, Deputado Federal Theodorico Bezerra e Juscelino Kubistchek (o Major-Coronel está no centro, ao microfone).



**Fonte:** Acervo particular de Kleber de Carvalho Bezerra.

<sup>166</sup> Id. p. 23. Ibid.

O Partido Social Democrático dividia a liderança na política estadual com a União Democrática Nacional, que juntas eram as duas maiores agremiações partidárias nas terras potiguares. Lá, elas surgiram sob o comando de Georgino Avelino e José Augusto Bezerra de Medeiros, que foram grandes lideranças do antigo Partido Popular (PP), criado em 1933 como reação e oposição à “Revolução de 1930” no Rio Grande do Norte.

Os políticos potiguares que perderam o poder com a entrada de Getúlio Vargas (1930) não se constrangeram em mudar para se adequar à nova cena política. Por isso, voltaram a atuar na Era Vargas (1930-1945) e na “Experiência Democrática” (1945-1964). Muitos deles chegaram como grandes lideranças políticas e protagonistas sociais. Destarte, vários dos grandes líderes da política no Rio Grande do Norte da “Experiência Democrática” (1945-1964) eram os mesmos que atuaram no período anterior a 1930.

A exceção nesse período (1945-1964) era o Partido Social Progressista (PSP), que tinha em João Café Filho uma liderança urbana surgida na cidade de Natal/RN. Ele atuava politicamente desde a década de 1920, como representante da classe trabalhadora urbana. A partir de 1945, passou a fazer parte do cenário político nacional. Pode-se inferir que a política no Rio Grande do Norte era dominada pelos antigos e novos coronéis da política estadual. Dos últimos, um dos que mais se destacou foi o Major-Coronel Theodorico Bezerra.

Após a morte do Senador João Câmara, o Major foi escolhido como presidente da secção estadual:

A posse de Theodorico foi presidida pelo governador José Varela, presidente em exercício do PSD. Aconteceu a 42ª Sessão Ordinária, no dia 03 de janeiro de 1949, na Vila Potiguar, Praça Pedro Velho, residência oficial do Chefe do Poder Executivo do Rio Grande do Norte (BEZERRA, L. G., 2012, p. 68).

Assim, vê-se que o público serve ao privado, quando a residência oficial do governo estadual foi usada em benefício de um partido político.

O partido passou a ser um dos maiores patrimônios e espaços de poder do Major-Coronel, que se valeu de todos os artifícios para manter-se sucessivamente como seu presidente no Estado do Rio Grande do Norte (1949-1965), até a institucionalização do AI-02, conforme exposto anteriormente. Theodorico Bezerra não permitia o crescimento de outras lideranças dentro dos quadros do PSD estadual. Qualquer tentativa era logo abortada (BEZERRA, L. G., 1982).

O Partido Social Democrático no Rio Grande do Norte foge à regra geral estudada por alguns autores, a exemplo de Jaguaribe (1962), para quem houve um declínio do PSD,

enquanto o PTB e a UDN passaram a rivalizar entre si. Entretanto, Peterson (1962) e Campelo Souza (1976, 1981), em linhas gerais, ressaltam um enfraquecimento dos partidos conservadores (UDN e PSD) e uma guinada do PTB no cenário nacional (apud LAVAREDA, 2012, p. 23-25), porquanto, em terras potiguares, existe um cenário distinto do restante do país, pois, do início ao final da “experiência democrática” potiguar, quem comandou o cenário político estadual foram a UDN e o PSD.

O PTB teve pouca representatividade em nível estadual e rivalizou com o PSP. Porém, nunca chegou a eleger um senador da República. Não obstante, é possível perceber o quanto ele não detinha uma grande liderança política, como o PSP, que elegeu um senador (Kerginaldo Cavalcanti) e um vice-presidente (João Café Filho), tendo este último se tornado presidente da República em 1954. No Rio Grande do Norte, o tamanho do colégio eleitoral, por exemplo, e a força do PSP no Estado mostra outra configuração política, que se deu de forma muito diferente daquela experimentada no restante do Brasil, ou pelo menos da região Sudeste, onde os trabalhos citados têm seu foco, pois é provável que outros Estados, principalmente do Nordeste, tenham as mesmas características do Rio Grande do Norte.

Vale salientar que, na “Experiência Democrática” no Rio Grande do Norte, qualquer decisão política nas terras potiguares não poderia desconsiderar o apoio ou a oposição do PSD. Consequente, a partir de 1949, esta agremiação partidária seria até certo ponto a opinião do Major-Coronel Theodorico Bezerra, “dono do Grande Hotel”, como era conhecido em Natal/RN, por ser arrendatário de um hotel do governo do Estado da década de 1930 até a década de 1980, local onde instituiu uma memória de si e um de seus espaços de poder.

### **3.4 O GRANDE HOTEL EM NATAL E OS LUGARES DE MEMÓRIA DE THEODORICO BEZERRA**

Como falado no transcorrer deste texto, o Grande Hotel, inaugurado em 18 de setembro de 1939 (MARIZ; SUASSUNA, 2005, p. 317; MACHADO, 2000, p. 120; CORDEIRO, 2012, p. 65), uma das grandes obras do Governo Rafael Fernandes Gurjão, passou às mãos de um dos membros da elite política potiguar, o jovem fazendeiro e empresário Theodorico Bezerra, primo legítimo do prefeito da capital potiguar na época, Gentil Ferreira de Souza (1935-1940). Este último era um dos filhos de Ezequiel Mergelino (uma das maiores lideranças políticas da primeira metade do século XX em Santa Cruz, que até a década de 1940 era a maior cidade do interior potiguar), nomeado gestor municipal de Natal pelo

governo estadual. Eis a prova do prestígio político da família Ferreira de Souza na política potiguar.

Com o aluguel do Grande Hotel, o interventor mostrou mais uma vez o seu compromisso com as hostes oligárquicas locais, as quais constantemente recebiam benefícios ou apadrinhamentos por meio de algum dos membros de certas famílias que exerciam influência política em alguma cidade ou região do Estado.

Vale lembrar que a vida de hoteleiro de Theodorico Bezerra começou com o Hotel dos Leões (no período que passou com o referido estabelecimento, entre 1925-1928), ele conheceu o jovem nova-cruzensense Djalma Marinho (seu hóspede), com quem passou a ter uma grande amizade que durou para o resto da vida. Mesmo que em alguns momentos estivessem em lugares diferentes social ou politicamente, havia o respeito mútuo entre ambos (BEZERRA, L. G., 1982, p. 18-19). Os negócios da hotelaria abriram as portas para o Major, que passou a ter acesso a jovens estudantes, religiosos, fazendeiros e homens ricos, negociantes e alguns políticos da capital e do interior do Rio Grande do Norte. E a partir do arrendamento do Grande Hotel, tudo isso se ampliou. Naquele estabelecimento,

[...] realizavam-se grandes recepções, banquetes, homenagens, dentre outros eventos sociais. [...] Nos primeiros anos de funcionamento, o Grande Hotel estava sempre lotado e era considerado um dos centros da vida social natalense, assim como o teatro Carlos Gomes, que recebeu inúmeras festas e atrações, colocando a Ribeira no centro das atrações da capital potiguar (CORDEIRO, 2012, p. 65-66).

Com base nas elucubrações da historiadora Anna Gabriella de Souza Cordeiro, o Grande Hotel concorria com o Teatro Carlos Gomes (atual Teatro Alberto Maranhão) como um dos centros da vida social de Natal. Isto porque

Os moradores dos bairros da Cidade Alta e da Ribeira frequentavam sempre os mesmos locais de encontros, confraternizavam e dividiam as mesmas preocupações. Dentre os estabelecimentos de lazer mais procurados e frequentados estavam o Café Grande Ponto, o Café Cova da Onça e o bar do Grande Hotel, onde tradicionalmente políticos, militares, jornalistas, escritores, estudantes e outros profissionais liberais reuniam-se diariamente para conversar, tomar café e sorvete e partilhar conversas (OLIVEIRA, 2008, p. 96-97 apud CORDEIRO, 2010, p. 67).

O Grande Hotel era um dos pontos de encontro da sociedade natalense no período, como também um dos centros de debate político, de informação e de intelectuais que lá se reuniam para conversar e tomar decisões que afetavam direta e indiretamente todo o Estado. E foi naquele estabelecimento que o jovem Theodorico Bezerra recebeu o convite do então interventor do Estado, Fernandes Dantas (1945), a entrar na política e compor os quadros do

Partido Social Democrático (PSD), secção do Rio Grande do Norte (BEZERRA, L. G., 1982, p. 24).

A partir da entrada na militância política, o Sr. Theodorico Bezerra passou de membro fundador do PSD a seu presidente estadual, além de ter o nome como uma das maiores lideranças políticas do Rio Grande do Norte no período da chamada “Experiência Democrática” (1945-1964).

O ingresso de Theodorico Bezerra na política aparece como uma nova etapa em sua vida e a consolidação dos espaços conquistados de comerciante, industrial, fazendeiro e hoteleiro, erigindo múltiplas memórias nos respectivos lugares, com destaque para a Fazenda Irapuru e o Grande Hotel. Nesse ínterim, este último foi palco de muitas reuniões, acordos e eventos políticos que marcaram a história da política potiguar enquanto existiu a referida agremiação partidária.

Depois que entrou na política, o Sr. Theodorico Bezerra passou a ser chamado de “majó” ou “Major” pelas pessoas de Santa Cruz. Antes, ele era conhecido apenas como “Teodorico Bezerra”, “Theodorico Bezerra” ou “Teodorico”, filho de Donna Bezerra, filho de José Pedro Bezerra, irmão de João Bianor Bezerra ou sobrinho do Coronel Ezequiel. Logo, a política trouxe-lhe uma nova realidade.

O Grande Hotel, antes apenas um estabelecimento comercial, passou a ser a sede do PSD do Rio Grande do Norte, local onde aconteciam reuniões, recepções e eventos do partido. Enquanto Theodorico Bezerra foi o presidente da referida agremiação partidária, a maioria dos eventos do partido acontecia naquele estabelecimento.

Assim, Major-Coronel Theodorico Bezerra criou, transformou ou redefiniu esses espaços institucionais como lugares de memória do Major-Coronel Theodorico Bezerra. Ou seja, a Fazenda Irapuru (Tangará/RN, a partir da década de 1930), “O Grande Hotel” (Natal/RN, das décadas de 1940 a 1980) e a Presidência do Partido Social Democrático (PSD) no Rio Grande do Norte, entre 1949 e 1965 (com sede física em Natal/RN), podem ser considerados como três pontos referenciais para a criação, reformulação ou estabelecimento de uma memória de si.

01) Na Fazenda Irapuru, por exemplo, “As Nossas Condições” tinham um papel na construção das memórias dos moradores da propriedade. Faz-se necessário expor que

Todos os que se habilitavam a morar na fazenda do Majó Theodorico Bezerra recebiam um quadro para colocar na sala da casa e uma caderneta de morador, que continha às regras para serem cumpridas e que não deveriam ser esquecidas por quem ali vivia. **Em razão disso, cada morador devia andar com sua caderneta**

**no bolso para que não esquecesse as normas e pudesse conhecer todas as proibições e obrigações quando fosse indagado pelo Sr. Theodorico Bezerra sobre elas.** A referida caderneta com cerca de 20 laudas tinha um item que especificava essas regras, e recebia o nome de “NOSSAS CONDIÇÕES” [...] (SILVA, M. A. 2010, p. 68. Grifos meus).

Essas informações sobre a Fazenda Irapuru deixam clara a ideia de lugar de memória, por meio das obrigações e das proibições listadas em “Nossas Condições”. Tratava-se de um código de conduta que regia a vida na propriedade e deveria ser memorizado por quem lá residisse, a ponto de estabelecer, organizar e arquitetar uma memória sobre Theodorico Bezerra. Tal memória jamais era contestada e, ao mesmo tempo, influenciava toda a área geográfica ao redor daquelas terras.

02) “O Grande Hotel”, nos decênios 1940-1950, possibilitou a Theodorico Bezerra, além de riquezas, criou um capital social e simbólico em torno do seu nome, que o tornou uma figura de destaque da capital potiguar, uma vez que uma das suas atividades, a hotelaria, possibilitou-lhe conhecer pessoas das mais diferentes classes e níveis sociais, por aquele local ser palco dos maiores eventos sociais e políticos de Natal.

No Grande Hotel, hospedaram-se grandes nomes nacionais e internacionais que vieram a Natal na época. Entre eles, podem-se mencionar alguns: Juscelino Kubistchek, João Goulart, Carlos Galhardo, Juarez Távora, José Américo de Almeida e Ernesto Geisel (BEZERRA, L. G., 1982, p. 248). Por essas e outras, os frequentadores daquele estabelecimento criaram uma memória do Major-Coronel para si, sejam eles hóspedes, frequentadores de eventos ou os que procuravam o Sr. Theodorico Bezerra para resolver alguma questão política ou pedir-lhe algo.

03) A participação de Theodorico Bezerra na fundação do diretório estadual do Partido Social Democrático (PSD) no Rio Grande do Norte pode ser entendida como um novo passo em sua biografia, que legitimou os espaços outrora ocupados por ele, mais especificamente a Fazenda Irapuru e o Grande Hotel, dispondo de múltiplas memórias nos respectivos lugares. A partir da militância política, o Major passou a criar uma imagem coletiva de si dentro do Estado, ou seja, outro lugar de memória.

A presidência do Partido Social Democrático (PSD) potiguar (1949-1965), ocupada por Theodorico Bezerra, serviu para promovê-lo e criar, reeditar e reformular constantemente sua própria imagem coletiva de si como grande liderança política de Santa Cruz e região. Além disso, o Major começou a crescer dentro da própria agremiação partidária, que tinha no senador Georgino Avelino seu grande líder. Por conta da campanha à presidência da República (1955), com Juscelino Kubistchek, o Major-Coronel passou a ascender até tornar-se uma liderança incontestável dentro da referida agremiação partidária no Rio Grande do

Norte.

Ademais, o cargo de presidente do Partido Social Democrático (PSD) no Estado possibilitou a seu dirigente ocupar um lugar de destaque na política estadual, ao passo que solidificou uma memória política e coletiva de si, pois, através destes lugares físicos (a Fazenda Irapuru e o Grande Hotel) e institucionais (a presidência do PSD potiguar), o Major pôde instituir lugares de memória de si.

Mediante tudo o que foi dito até aqui, percebe-se que Theodorico Bezerra se utilizou de espaços físicos e simbólicos da própria memória no espaço e no tempo; chegou a erigir uma memória coletiva de si nos diversos grupos em que transitou ou fazia parte passou a ser visto como benevolente, benfeitor, herói ou mito na memória coletiva daqueles que conviveram ou conheceram suas histórias.

### **3.5 A ATUAÇÃO POLÍTICA DE THEODORICO BEZERRA (1945-1965)**

No período em que esteve na presidência do Partido Social Democrático (PSD) no Rio Grande do Norte (1949-1965), Theodorico Bezerra concorreu a diversos pleitos, fundou cidades e fez diversos tipos de estratégias políticas para lograr vitórias e fortalecer sua família e seu grupo político. Assim, durante a estadia à frente do PSD potiguar, o Major exerceu liderança incontestável dentro desta agremiação partidária.

Neste tópico, observam-se as eleições em que o Major-Coronel concorreu como candidato, entre 1947 a 1962, bem como sua atuação política nos pleitos de que participou de 1945 a 1962, dentro do contexto político do Rio Grande do Norte.

#### **3.5.1 Theodorico Bezerra nas eleições potiguares de 1945 e a influência familiar no cenário político estadual**

Quando tiveram início as convenções partidárias, adesões e definições dos grupos políticos no ano de 1945 no Rio Grande do Norte, os quatro partidos que melhor definiam a política estadual foram: PSD, UDN, PTB e PRP/PSP<sup>167</sup>. Por influenciarem as votações, eles podem ser divididos da seguinte maneira: (01) O PSD e a UDN foram formados por muitos dos antigos membros do Partido Popular (PP) no Estado. Ou seja, a elite social, agrária/rural do interior que comandou o Estado antes de 1930, a maioria composta de latifundiários e/ou

---

<sup>167</sup> “O registro do partido somente foi obtido em novembro de 1945, com a denominação de Partido Republicano Progressista (PRP), transformado em Partido Social Progressista (PSP) no ano seguinte” (LIMA, J. M., 2010, p. 58).

seus descendentes<sup>168</sup> e (02) como oposição ao modelo oligarca, estava o PTB e o PRP/PSP, organizados por profissionais liberais (advogados, professores, estudantes e outros) e sindicalistas, principalmente de Natal (LIMA, J. M., 2010, p. 58-60) e Mossoró, os quais apresentaram um caráter voltado mais para a classe estudantil e trabalhadora urbana.

Em Santa Cruz, a família do Major-Coronel Theodorico Bezerra tomou rumos distintos. Os Ferreira de Souza, liderados pelo Coronel Ezequiel Mergelino de Souza e seus os filhos, filiaram-se à UDN, que tinha os nomes de José Augusto Bezerra de Menezes, Dinarte Mariz e Aluísio Alves. Por outro lado, os filhos de Donna Bezerra (João Bianor e Theodorico Bezerra) passaram a fazer parte das fileiras do PSD, partido liderado por Georgino Avelino e João Câmara (BEZERRA, L., G., 1982, p. 25).

Todavia, no ano de 1945, nenhum dos Bezerra concorreu ao pleito. O então fazendeiro, empresário e hoteleiro Theodorico Bezerra apoiou a candidatura ao Senado do seu primo, José Ferreira de Souza (conforme mencionado no Capítulo II), da União Democrática Nacional (UDN), em detrimento da candidatura do ex-interventor pelo PSD, Antônio Fernandes Dantas. Este ficou em terceiro lugar no pleito, com 41.543 votos, enquanto José Ferreira de Souza (UDN) teve 42.116 votos (BEZERRA, L. G., 1982, p. 25).

Pelo que se verifica, a diferença entre o segundo e o terceiro colocado foi de menos de 600 votos (573). Tal diferença foi resultado dos votos dos irmãos Bezerra: Theodorico e João Bianor, que apoiaram o primo, José Ferreira de Souza, que escreveu uma carta solicitando o apoio familiar. Como se pode ver em trechos da referida missiva:

Theodorico,  
Grande abraço.

Conversando particularmente aqui com coestaduanos soube que V., atualmente ligado por fortes interesses ao general Dantas, pretende acompanhá-lo na campanha política que se inicia. Por esse motivo, e invocando a confiança absoluta que o parentesco e a nossa velha e segura amizade cimentaram a justificam, resolvi escrever-lhes esta. [...] Compreendo seus laços com general Dantas. Mas, em nome desses outros laços muito anteriores e mais fortes entre nós, seja por motivo de família, seja pelas razões da nossa amizade, quero fazer-lhe um apelo, no sentido de não quebrar a velha solidariedade com que sempre nos apresentamos na política, [...] E tudo indica que a união tradicional de nossa família não deve ser agora comprometida numa aventura ocasional. [...] continuando aquela fortaleza de confiança e amizade formada por tia Donana<sup>169</sup> e por papai através de todas as vicissitudes, [...] penso poder invocar essa amizade como pessoal, [...] Com um abraço a Zilá<sup>170</sup>, aqui vai do seu primo e amigo.

<sup>168</sup> Cf. A REPÚBLICA, Natal, 8 abr. 1945, p. 04.

<sup>169</sup> Anna Bezerra, mãe do major Theodorico Bezerra.

<sup>170</sup> Zilá ou Zilah Carvalho, esposa do Major-Coronel Theodorico Bezerra, era filha do médico José Inácio de Carvalho. Do matrimônio, nasceram Kleber de Carvalho Bezerra e Sânzia de Carvalho Bezerra (BEZERRA, L. G., 1982, p. 19; BEZERRA, M. S., 1987, p. 76).

José Ferreira de Souza (CARTA DE JOSÉ FERREIRA DE SOUZA A THEODORICO BEZERRA apud BEZERRA, L. G., 1982, p. 27-28).

A epístola de José Ferreira, primo do Major-Coronel Theodorico Bezerra, mostra a invocação ao parentesco, à amizade, à união familiar e à solidariedade entre eles e seus pais, fatores que, para o primo, devem ser levados em conta. A carta surtiu efeito, conforme se percebe em trechos da missiva que foi enviada infra:

Natal, 5/5/1945

Caro José,

Recebi cm prazer a sua carta que li com atenção. Antes de resolver o meu caso político, primeiro que tudo lembre-me da família. Perguntei a João Ferreira se você seria candidato; e logo combinei com João Bianor para ele fizesse ciente a titio e Odorico de que todos nós estaríamos firmes em votar no seu nome. [...] Quanto a minha atitude não foi e nem é fazer política contrária à família. [...] Demonstro, assim, que não temos intenção de nos opormos politicamente a Titio, à família em suma. Trata-se apenas de compromisso que não poderia faltar, o qual é de seu conhecimento.

Disponha do primo e amigo.

Theodorico. (CARTA DE THEODORICO BEZERRA A JOSÉ FERREIRA DE SOUZA apud BEZERRA, L. G., 1982, p. 27).

Theodorico Bezerra mostrou que o seu compromisso na política seria com ele mesmo, sem levar em conta o que outrem teriam ou não feito por ele. O Major coloca afirma seu discurso que se lembrou em primeiro lugar da família, por não querer opor-se ou fazer política contrária a ela. Todavia, em anos posteriores, esses laços foram quebrados. Mas, naquele momento, o que prevaleceu foram os laços de parentesco:

Apesar dessa divisão partidária, na primeira eleição, os laços familiares foram mais fortes e a candidatura de José Ferreira de Souza ao Senado foi apoiada por toda a família, o que lhe garantiu a vitória. Nos telegramas trocados entre os primos Theodorico Bezerra e José Ferreira de Souza, ainda no mês de maio, ambos demonstravam suas razões pela opção partidária, mas asseguravam o não comprometimento da união familiar (LIMA, J. M., 2010, p. 84).

Mediante o exposto em epígrafe, percebe-se que a derrota do general Antônio Fernandes Dantas (PSD) para José Ferreira de Souza (UDN) deu-se não por falta de votos das bases do partido no Rio Grande do Norte, mas pela falta do espírito partidário dos Bezerra de Santa Cruz. Eis o verdadeiro motivo que levou o PSD a eleger os dois senadores do pleito daquele ano.

A prova do que se fala jaz na quantidade de votos dos irmãos Bezerra no pleito político de 1947. Theodorico obteve 1.958 votos, e João Bianor, 2.235. Juntos, ambos obtiveram

4.193 votos<sup>171</sup>. Se pelo menos um quarto destes votos tivesse sido para o General Dantas, o PSD teria eleito seu segundo senador e a UDN não teria logrado êxito para a referida vaga.

Contudo, o PSD e a UDN foram as agremiações partidárias mais vitoriosas nessa primeira eleição da volta ao “sistema democrático de governo” e nos pleitos seguintes. Contudo, o PSD mostrou o poder das suas bases no interior potiguar e Theodorico Bezerra demonstrou estar disposto a criar seu próprio espaço político, a partir do apoio que deu ao primeiro, mesmo contrariando as determinações do partido.

Ao analisar o livro de atas do PSD estadual, secção do Rio Grande do Norte, podem-se verificar muitos afastamentos e licenças da presidência por parte do Major-Coronel Theodorico Bezerra. Quando seus interesses não eram contemplados, tomava sempre a atitude de pedir licença. Assim, como passou a ter uma grande base política pelo interior do Estado, os correligionários do partido na maioria das vezes se submetiam às suas determinações.

### **3.5.2 A Primeira Campanha: a Candidatura a Deputado Estadual em 1947 e as Eleições Municipais - 1948, o estabelecimento de um nome**

O ano de 1947 tornou-se decisivo para os filhos de José Pedro Bezerra e Donna Bezerra. Do lado paterno, Theodorico Bezerra tinha apenas atuação na política local. Por isso, aquele pleito passou a ser crucial para a família Bezerra, que via nele a oportunidade do estabelecimento de seus nomes na política estadual como lideranças regionais. A parte da família dos Ferreira de Souza, sob a liderança política do Coronel Ezequiel Mergelino de Souza e seus filhos (já mencionados), eram figuras de destaque na política estadual, como exposto anteriormente.

Conta-se que, ao ser chamado e indicado pela direção pessedista para compor a chapa de candidatos como deputado estadual no ano de 1947, o então empresário (hoteleiro, industrial e comercial) e fazendeiro Theodorico Bezerra declinou em favor do nome de seu irmão mais velho, João Bianor Bezerra, que outrora havia ocupado cargos políticos e era a figura mais conhecida da família, por estar ativamente envolvido na vida econômica e social de Santa Cruz e região.

No dia 19 de janeiro de 1947, houve a escolha do governador do Estado, de vice-governador, de um senador, de três suplentes de senador, além de 32 deputados estaduais (e seus respectivos suplentes), que comporiam a Assembleia Constituinte Potiguar<sup>172</sup>. Tal pleito

<sup>171</sup> Disponível em: <[http://inter04.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=1945:1::NO:RP:P0\\_HID\\_MOSTRA:S](http://inter04.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=1945:1::NO:RP:P0_HID_MOSTRA:S)>. Acesso em: 30 jul. 2016.

<sup>172</sup> Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 01

teve início ainda em 1946, quando começou a se definir e

[...] acompanhar a mobilização nas cidades do Rio Grande do Norte para a realização das eleições estaduais e municipais, remarcando a importância dos pleitos e evidenciando o acirramento das tensões, em localidades do interior do estado. Estas se constituíam como lugar político sensível, onde emergiam confrontos resultantes de dissensões político-partidárias, no âmbito estadual, e, mais do que isso, no nível municipal, o que ocorria, em muitos casos, pela primeira vez. **Surgiam novas lideranças, que ou eram apoiadas, ou concorriam com os “velhos” chefes políticos das décadas anteriores e seus “herdeiros políticos”.** [...] São, principalmente, políticos que possibilitaram a longevidade do seu grupo, através de filhos, genros ou netos. **Esse é, portanto, um processo de criação de identidades de grupos políticos, que se entrelaçava com a construção de identidades das próprias localidades,** que começava a ser gestado no estado (LIMA, J. M., 2010, p. 117-118. Grifos meus).

Desta feita, com relação ao pleito de 1947 e 1948, foram momentos de redefinição de espaços e novas lideranças políticas, as quais passaram a apoiar a ideia e alimentar um sentimento de identidade local, a partir da atuação política dos velhos e novos sujeitos que atuavam outrora ou passaram a atuar naquele momento. Assim, os partidos políticos, ou seja, as lideranças políticas que representavam tais partidos passaram a publicar boletins em seus nomes para informar aos eleitores, acusar os adversários ou defender-se de seus adversários políticos.

Nesse contexto, fez-se de tudo para obter o voto do eleitor, antes obrigado a votar sem o sigilo do voto. Após a Constituinte de 1946, passou a ter o direito de silêncio. Por esse motivo, os eleitores tornaram-se disputados pelos partidos e pela figura de seus chefes políticos, que passaram a se usar do sistema de cooptação política por meio da troca de favores, benesses e serviços, ou ainda pela prática da difamação, injúria, ofensas e violências físicas contra adversários, que sofriam indeferimento de candidaturas, anulação da votação de determinada urna, troca de cédulas e até mesmo a anulação do pleito eleitoral. O coronelismo acabou; porém, as práticas coronelistas permaneceram nesse período.

O Partido Social Democrático, por exemplo, utilizou-se do periódico oficial do governo do Estado, *A República*, para noticiar a eleição dos comunistas, que proibiam o casamento na Igreja Católica e a moral cristã. O cristianismo tinha vistas ao paraíso celeste, enquanto o comunismo o queria ainda na Terra. Não obstante, a Igreja Católica se posicionou contra aos partidos que não endossavam seus dogmas. Logo, instituiu o periódico *A Ordem*, por intermédio do qual denunciavam os políticos “comunistas”, que costumavam nunca estar no poder, pois a referida instituição geralmente era a favor de quem estava no poder e respaldava

sua crença. Assim, este jornal publicou reportagens denunciando o comunismo aos santacruzenses e suas oposições, a exemplo da reportagem *A mocidade católica de Santa Cruz desfralda a bandeira anticomunista*<sup>173</sup>.

Em Santa Cruz, a liderança política dividia-se entre a UDN, liderada por Ezequiel Mergelino de Souza e Teófilo Osvaldo da Rocha, e o PSD, pelos irmãos Bezerra: João Bianor e Theodorico. Ambas fizeram uso de avisos (informativos), boletins e outras mensagens a partir de outubro de 1946 para disputar a preferência do eleitorado, por meio de discursos que muitas vezes se valiam da crença das pessoas, ao acusar sujeitos que não compunham seus respectivos grupos políticos de “comunistas”<sup>174</sup>, ateus. Divorcistas ou outros termos dessa natureza, [...]”<sup>175</sup>. O importante era agregar indivíduos para suas hostes e dissipar as dos adversários.

Neste pleito, teve início o afastamento político dos filhos de Donna Bezerra e Ezequiel Mergelino de Souza, que passaram a usar a força financeira ou institucional para conseguir seus intentos. O cerco da polícia à casa do Coronel Ezequiel para prender Odorico Ferreira, seu filho, reflete muito bem tal ação. Segundo se falava nas ruas no período, tal acontecimento tinha a participação indireta dos primos Theodorico e João Bianor Bezerra, devido à influência que ambos exerciam no governo do Estado.

Em Santa Cruz, havia uma batalha de acusações, e após o pleito de 19 de janeiro de 1947, os pessedistas foram acusados pelos udenistas de praticar fraudes eleitorais de todos os gêneros. Porém, por ter laços familiares e ter apoiado o senador José Ferreira de Souza, seu primo Theodorico Bezerra mandou-lhe alguns telegramas solicitando a sua defesa contra aqueles que compunham a casa de seu pai. O referido senador responde, conforme consta no trecho da carta transcrita abaixo:

No fundo, meu caro Theodorico, o meu depoimento não seria favorável à sua pretensão, pois, ao meu ver, tanto em Santa Cruz como em quase todo R. G. do Norte, a eleição de 19 de janeiro não se processou num ambiente de plena liberdade, nem se observaram todas as condições para uma perfeita manifestação da vontade popular. Disso não culpo nem a V. nem ao Bianor, mas aos dirigentes da política dominante no nosso Estado e aos quais vocês estão ligados. A eles cumpri evitar os espetáculos a que assisti ou de que tive notícia em diversos lugares. Não se trata somente de fatos de coação, mas, sobretudo, por fraudes. [...] O fenômeno da troca de chapas, [...] explorar o sentimento religioso com notícias falsas é forma de fraude eleitoral. E V. sabe que esse sentimento foi explorado. Vê, meu caro Theodorico, que minha resposta não lhes agradaria. Melhor era não dá-la. [...] **nunca discuti, meu caro, a sua atitude e do Bianor quebrando uma**

<sup>173</sup> A ORDEM, Natal, 21 ago. 1945, p. 04 e A ORDEM, Natal, 7 ago. 1945, p. 04.

<sup>174</sup> Percebe-se o anticomunismo da UDN e do PSD no referido pleito pelos discursos vistos.

<sup>175</sup> Boletim n. 1 do Diretório da UDN em Santa Cruz (apud BEZERRA, L. G., 1982, p. 35-36) e Jornal do Comércio, Recife/PE, 29 de dezembro de 1946 (apud BEZERRA, L.G., 1982, p. 37-38).

**velha harmonia familiar.** Respeitei-a sempre, na esperança de obter, mais tarde, uma conciliação, pois conheço seu temperamento e sei que V. encara despoticamente as questões políticas. [...] No fundo, Theodorico, quando concordei com meu partido em discutir a legalidade do pleito em Santa Cruz, não cuidei do caso local, mas do que se me afigura interessar ao Estado.

No fundo, velho Theodorico, tudo isso passará.

E receba mais uma vez o abraço do seu José Ferreira de Souza, Rio, 17 de março de 1947 (CARTA DE JOSÉ FERREIRA DE SOUSA A THEODORICO BEZERRA, RIO DE JANEIRO/DF, 17 DE MARÇO DE 1947 apud BEZERRA, L. G., 1982, p. 40-42. Grifos meus).

As palavras de José Ferreira de Souza revelam que a “harmonia familiar” foi quebrada pela prática de fraudes eleitorais e pelo uso do sentimento religioso para fins eleitoreiros por parte dos pessedistas, que, estando no poder, usaram-no em favor próprio e não deram liberdade à vontade popular e à democracia, como deveria ter ocorrido.

O PSD foi acusado por Ferreira de Souza pelos atos de desmando praticados naquele pleito, que, de certa forma, não feria os Bezerra: Theodorico e João Bianor. Todavia, a UDN representou junto à Justiça Eleitoral a nulidade do pleito realizado na 10ª Zona Eleitoral de Santa Cruz, ao acusar o prefeito Adauto de Sá Leitão, Theodorico Bezerra e o farmacêutico Pedro Medeiros de fraudes eleitorais.

Ocorre que os autos do processo foram julgados improcedentes, tendo o Ministério Público pugnado pelo seu arquivamento. O juiz Dário Jordão de Andrade ratificou a fala do representante do Ministério Público. Por fim, nada aconteceu com os pessedistas João Bianor Bezerra e Theodorico Bezerra. Eleitos deputados estaduais, assumiram seus cargos. Odorico Ferreira de Souza, da UDN, irmão de Ferreira Souza e filho de Ezequiel Mergelino, também tomou posse daquela legislatura. Então, o poder em Santa Cruz no legislativo potiguar, antes exclusivo dos Ferreira de Souza, passou a ser dividido com os Bezerra. Porém, tudo continuou em família.

Ao término das querelas da eleição de janeiro de 1947, teve início de forma extraoficial o pleito seguinte, que ocorreu em 21 de março de 1948. Na prefeitura de Santa Cruz, base das famílias Ferreira de Souza e Bezerra, ambas as famílias passaram a digladiar-se entre si pelo comando do poder local. Destarte, os primeiros tinham as candidaturas de Antônio Ferreira de Souza e Teófilo Rocha (prefeito e vice, respectivamente), da UDN. Inimigos de outrora passaram a ser aliados políticos para enfrentar Jácio Fiúza, do PSD.

Este último, nascido em Caruaru/PE e graduado como odontólogo, formado na turma de 1947 pela Universidade do Recife/PE, passou a residir na cidade para exercer as suas atividades profissionais. Por ser um jovem bem quisto, seu tio, o Major-Coronel Theodorico Bezerra, viu nele a oportunidade de aumentar o seu poderio e influência política. Logo,

apoiou-o e investiu em sua campanha contra o fazendeiro local e também primo, Antônio Ferreira de Souza.

A vitória do jovem Jácio Fiúza não foi apenas a vitória do PSD de Santa Cruz, e sim uma vitória particular do Major-Coronel Theodorico, que, a partir daquela data, fortaleceu seu grupo familiar. Desta feita, os Bezerra passaram a ocupar os espaços que outrora pertenciam aos Ferreira de Souza. Todavia, ele apenas logrou êxito na empreitada de derrotar o primo e fazendeiro reconhecido na cidade devido à propaganda, os investimentos financeiros e artimanhas praticadas pelos Bezerra. Como se pode observar, por exemplo, em trecho da nota *Não Pode Ser Candidato!!!*:

O candidato a prefeito, pelas oposições coligadas, de Santa Cruz, Antônio Ferreira de Souza, não corresponde absolutamente às necessidades de nossa terra, porquanto nada existe durante sua vida que tenha deixado um traço sequer de capacidade ou de tino administrativo.

Não tem, o candidato apresentado, o espírito de solidariedade humana, vivendo exclusivamente e egoisticamente para si próprio, sem levar em conta o sofrimento e as necessidades alheias.

Dentre inúmeros exemplos dessa qualidade negativa do Sr. Antônio Ferreira de Souza, basta citarmos a odisseia dolorosa do cego João Alves, que perdeu a visão trabalhando nas suas propriedades, por ocasião da construção de uma barragem, e vive hoje em dia na mais completa miséria, implorando a caridade pública, sem quer seu antigo amo lhes dê a menor esmola, responde sempre com o clássico: - perdoe!

Não obstante ser o maior latifundiário do município, ninguém conhece a quem ele tenha dado uma estaca sequer para cerca, uma catingueira de lenha a um pobre, ou mesmo de varas ou gravetes<sup>176</sup>.

Nessa citação, nota-se a desqualificação social de Odorico Ferreira de Souza. Passou a ser acusado de negligente, insensato, egoísta e destituído de capacidade administrativa pelos próprios primos, os Bezerra, os quais fizeram o seguinte pedido: “os coligados governam de 1930 para cá, durante o espaço de quinze anos, a mostrar, alegar e a apresentar quais os melhoramentos que fizeram em benefícios desta terra e deste povo” (Idem.). Tais “coligados” eram os representantes da UDN/udenistas, ou os Ferreira de Souza de Santa Cruz.

Estas eram algumas das práticas políticas do grupo dos Bezerra, do qual Theodorico Bezerra era seu maior representante, para quem “em política, o feio é perder” (Globo Repórter Documento, 1978).

---

<sup>176</sup> Mensagem ao povo de Santa Cruz/RN, de 17 de março de 1948. Arquivo pessoal de Kleber de Carvalho Bezerra.

### 3.5.3 As campanhas para deputado federal de Theodorico Bezerra nos anos de 1950, 1954 e 1958

A partir de 1949, Theodorico Bezerra passou de uma simples liderança municipal de Santa Cruz/RN a presidente do Partido Social Democrático (PSD), Secção do Rio Grande do Norte. Ocupando este espaço político-social, o Major-Coronel tornou-se uma das maiores lideranças políticas do Estado na década de 1950 e primeira metade da década de 1960. Entre 1950 e 1965, não se tomava qualquer decisão política em âmbito estadual, sem antes visitar o Grande Hotel (Natal) ou a Fazenda Irapuru (Tangará).

Assim, para entende-se esse domínio é bom também ver como o Major-Coronel Theodorico Bezerra atuava, como se pode ver em sua primeira campanha a deputado federal.

Em Santa Cruz, o clima esquentava. Theodorico Bezerra, por exemplo, ao renunciar à presidência do PSD no mês de maio e ameaçar romper com o partido e optar por ficar ao lado do governador José Varella, causou um conflito nas fileiras udenistas municipais. Os Ferreira de Souza, primos de Theodorico, ameaçaram romper com a UDN, deixando a política militante, mas mantendo os cargos públicos que ocupavam. Em um pronunciamento publicado nos jornais e lido na *Rádio Poti*, a família Souza acusava o governador José Varella de tentar conquistar o apoio de Theodorico Bezerra a qualquer custo<sup>177</sup>. A pressão surtiu efeito e, em uma reunião entre o governador e alguns dos irmãos, José Varella comprometeu-se a abrir concorrência pública para o arrendamento do Grande Hotel, então administrado por Theodorico Bezerra. Este, por sua vez, entendeu-se com seu partido, que lhe concedeu uma vaga para concorrer a deputado federal, deixada por Gil Soares. Theodorico preparava uma vaquejada, a ser realizada em Santa Cruz, para divulgar seu posicionamento político. Aliás, era um tipo de festividade que constantemente ele transformava em festa política. O evento contaria com participação de vários chefes políticos da região. No entanto, as autoridades locais evocaram uma lei de proteção aos animais, visando à proibição da vaquejada. Naquela cidade, a disputa, inclusive a simbólica, sempre era acirrada. Membros do PSD afirmavam que a sede do partido fora destruída, sendo o fichário, as petições de alistamento, os registros de nascimentos e a propaganda dos candidatos rasgados e queimados. Todas as acusações eram negadas pelo governo (LIMA, J. M., 2010, p. 187).

Em 1950, Theodorico Bezerra, renunciou à presidência do PSD estadual. Pelo que se depreende do texto acima, tencionava dar um golpe final nas fileiras políticas da UDN em Santa Cruz, prova de que, para ele, o importante era vencer e ocupar espaços políticos. O Major-Coronel sabia que se desarticulassem seus primos Ferreira de Souza, o comando da política local ficaria exclusivamente sob sua chefia.

Intentando agregar lideranças, Theodorico Bezerra utilizava o poder que tinha como

---

<sup>177</sup> Assinavam o manifesto Odorico Ferreira, deputado estadual; Antonio Ferreira, por ele e pelo senador José Ferreira; Gentil Ferreira, vereador em Natal, por ele e por João Ferreira; Lourival Ferreira, vereador em Santa Cruz e Felizardo Firmo de Moura.

empresário, fazendeiro e hoteleiro. Dava festas, entre as quais estavam as vaquejadas<sup>178</sup>, que passaram a ser combatidas pelos adversários. Mesmo assim, ele realizou, seja como promotor ou como mandante, vários eventos com fins de promover-se politicamente, o que causou insatisfação entre seus adversários. Segundo reportagens da época, vários tipos de violência figuraram como “eventos de campanha” de autoria nebulosa na cidade de Santa Cruz/RN, no pleito de 1950.

**FIGURA 9** - Assembleia do PSD, secção Rio Grande do Norte, no Teatro Carlos Gomes (atual Teatro Alberto Maranhão), Ribeira, Natal - Década de 1950, dirigida pelo seu Presidente Theodorico Bezerra (ao microfone).



**Fonte:** Acervo particular de Kleber de Carvalho Bezerra

Até aquele momento, o grande nome do PSD no Estado era o do Senador Georgino Avelino, que detinha a posição de interlocutor político potiguar no Rio de Janeiro, a Capital Federal. Todavia, Theodorico Bezerra, sabia muito bem como proceder para obter o mesmo posto, que ambicionava. Tinha consciência de seu poder econômico, político e social, já demonstrado de forma decisiva nos pleitos de 1945 (eleição de José Ferreira de Souza ao Senado); de 1947 (eleição como deputado estadual junto ao irmão, João Bianor Bezerra) e de 1948 (eleição do jovem e desconhecido Jácio Fiúza como prefeito de Santa Cruz, tendo o Major-Coronel derrotado, com este apoio, o seu primo Antônio Ferreira de Souza).

O PSD estadual, diante do poder que Theodorico Bezerra passou a exercer em Santa Cruz e região (com efeito, ele passara a ser virtualmente maior do que o partido), buscou

<sup>178</sup> DIÁRIO DE NATAL, Natal, 02 de julho de 1950, p. 08.

adequar as pretensões políticas do Major-Coronel às possibilidades partidárias. Não se chegou, porém, a um consenso dentro do partido em torno da candidatura daquele ao governo do Estado, seu principal objetivo.

Naquele ano, houve uma reunião no Rio de Janeiro, da qual participaram, além da bancada federal pessedista (Senador e Deputados), Theodorico Bezerra e o prefeito de Mossoró/RN, Dix-Sept Rosado, da UDN. Este último, apoiando Bezerra, entrara em divergência com o seu partido. Nessa reunião,

Dix-Sept sugeriu a candidatura de Theodorico ao governo. Teve apoio do Senador e quatro deputados do PSD, a unanimidade.

Theodorico pediu um tempo para decidir. Telegrafou ao seu irmão, deputado João Bianor, dirigente pessedista em Santa Cruz. A resposta foi de solidariedade ao irmão.

Aconteceu um episódio inesperado e desagradável. Alguns deputados estaduais pessedistas discordaram da proposta de Dix-Sept porque não foram consultados. Era uma alegação descabida, pois o presidente contava com o apoio integral do partido.

É natural que Theodorico não tenha gostado de tal situação e pedido licença da presidência até que o processo eleitoral caminhasse, para depois decidir sua posição. (BEZERRA, L. G., 2012, p. 81).

Theodorico Bezerra, subitamente barrado no caminho já quase totalmente trilhado rumo à candidatura ao governo estadual, optou por licenciar-se da presidência do partido, para “decidir posteriormente a sua posição”. Aproveitando a oportunidade, o experiente Georgino Avelino procurou-o e ofereceu-lhe a vaga à candidatura de Deputado Federal, com a recomendação de pelo menos 100 votos por cidade para ele. O Major-Coronel voltou, então, à frente do PSD estadual.

Ocorre que Avelino simultaneamente articulou junto à chapa oposicionista para ganhar a campanha. Foram candidatos: a governador, Dix-Sept Rosado Maia (PR); a vice-governador, Sylvio Piza Pedroza (PSD); a senador, Kerginaldo Cavalcanti (PSP) e deputados federais, Dix-Huit Rosado Maia (PR), João Café Filho (PSP), Abelardo Calafange (PSP), Francisco Martins (PSP), Deoclécio Duarte (PSD), José Arnaud (PSD), Monsenhor Walfredo Gurgel (PSD), Vicente Mota Neto (PSD) e Theodorico Bezerra (PSD), sendo eleitos todos da executiva. Porém, Café Filho, também eleito vice-presidente, assumiu, e abdicou o cargo de deputado federal, tendo em seu lugar assumido Vicente Mota Neto (PSD).

Dos 32 deputados estaduais leitos, 14 eram do PSD. Entre eles encontrava-se Aluísio Bezerra, sobrinho de Theodorico e uma das figuras mais emblemáticas da família de Santa Cruz, que faleceu em 1978, em decorrência de um câncer de pulmão. Há quem diga que ele seria um substituo nato de Theodorico Bezerra, senão houvesse morrido.

Na eleição de 1954, ver-se a partir da citação abaixo, o poder que o Major-Coronel Teodorico Bezerra apresentava:

Mas se, sociologicamente, o coronelismo quase não mais existe no Nordeste, dado ao desenvolvimento economicamente (sic) da região – modificador das infra-estruturas –, esse mesmo coronelismo, para sobreviver, ganhou nova roupagem, de pluralismo “a outrance”, fazendo-se a cada dia para poder continuar. O repórter lembra-se quando, quinze anos atrás, o “majó” chegava a Santa Cruz do Inharé. De botas e chapelão. Por máximo respeito, todos se levantavam à sua passagem (Entrevista ao jornalista Sanderson Negreiros em *O Poti*, Natal/RN, 14/01/1968).

No ano de 1954, Theodorico Bezerra já era uma das figuras mais importantes da política estadual. O povo da cidade de Santa Cruz e região o viam como um verdadeiro rei, como sugere o texto acima, que conta, por exemplo, que em 1953, as pessoas levantavam e tiravam o chapéu quando o Major-Coronel passava. Ele, todavia, em que pese o seu crescimento político, era frequentemente acusado de práticas ilegais nesse setor. Afirma Lima:

As fraudes ou tentativas de fraude também ocorreram nessa campanha, causando uma enorme crise no PSD, partido tradicionalmente acusado de sua prática, sobretudo o presidente, Theodorico Bezerra. As denúncias quase fizeram implodir o PSD. O então deputado federal Mota Neto, candidato a deputado estadual, se sentiu prejudicado, pois ficou na segunda suplência, e iniciou uma ofensiva contra o presidente do partido e principal acusado, mais uma vez, de ser autor e incentivador das fraudes, Theodorico Bezerra. Alguns integrantes apaziguaram os ânimos. Acertou-se a convocação de dois deputados para as secretarias de estado, e os dois suplentes assumiram os mandatos, Patrício Neto e Mota Neto.

Na UDN acusações também foram feitas, sem, no entanto, atingirem as proporções das que ocorreram no PSD. As denúncias de que atas eleitorais estavam sendo fraudadas beneficiando determinados candidatos ocorreram em várias cidades do estado. [...] Em Macaíba, na localidade de Serra Caiada, as cédulas depositadas nas urnas também teriam sido trocadas (LIMA, J. M., 2010, p. 280-281).

Theodorico Bezerra era acusado de variadas e contínuas fraudes eleitorais e de ser o principal articulador daquelas nas fileiras de seu partido. Neste sentido, manteve procedimentos tradicionais, mas eficazes, tais como: o acréscimo de anos à idade de certos jovens ainda inaptos para votar, assinaturas falsas em nome de analfabetos e alistamento de pessoas inadequadas para serem arregimentadas para o pleito eleitoral. Passou, também a ser responsável pelas “brejeiras”<sup>179</sup>, praticadas pelo PSD.

<sup>179</sup> As famosas “brejeiras” do major, citadas em sua biografia, consistem numa modalidade de fraude político-eleitoral; dela, diz o autor: “Os dicionários ainda não incluíram a palavra *brejeira* com significado de fraude eleitoral. Sua inclusão na terminologia política do Rio Grande do Norte surgiu na década de 1940” (BEZERRA, L.G., 1982, p. 278-289), época em que Theodorico Bezerra era justamente um dos responsáveis por elas, considerado, na verdade, “o rei das brejeiras” (Id., p. 278-289). Todos o conheciam por tais práticas, realizadas por ele em todo o Estado. (FERREIRA, J. A., 1989, p. 77).

Existe um caso célebre de “brejeira”, ocorrido na cidade de Macaíba/RN, local em que um Promotor de Justiça, Zé Lins, cuja família morava em toda a região, na qual era muito conhecido e respeitado, esperava, por essa razão, eleger-se deputado estadual. Todavia, há relatos de que Theodorico Bezerra tinha o intuito de eleger para o mesmo cargo o seu sobrinho, Jácio Fiúza; ele teria, então, planejado e pedido aos seus funcionários para executar uma “brejeira” contra o promotor.

Conhece-se, em várias cidades do Agreste Potiguar, a história da “brejeira de Zé Lins”, a qual, segundo, conta em entrevista Agenor Francisco Ribeiro, foi executada com o conhecimento do Juiz Eleitoral da cidade de Macaíba e do policial de plantão (ambos foram pagos pela ‘cooperação’). Este recebeu ordens de seu superior para permitir que dois funcionários do major, Agenor Ribeiro e João Bosco, levassem as urnas, delas retirassem os votos destinados a Zé Lins e os substituíssem por votos destinados a Jácio Fiúza:

Quando foi já no encerramento, aí Zé Lins zangou-se... Danou-se: reclamou, gritou, roubaram tudo, roubaram tudo... Aí chegou uma oportunidade que Zé Lins se aproximou da gente; e a gente calado, sabe, acompanhando a coisa, tinha feito o trabalho, mas não podia se expor; aí Zé Lins chegou e disse: - olha (ele sabia que tinha sido violado por Theodorico Bezerra) [...] Meu pai não votando em mim eu concordo; a minha mãe não votando em mim eu também concordo; a minha noiva, ele tinha uma noiva, não votando em mim, eu concordo. Agora eu não concordo é eu não votando em mim, porque eu votei em mim e nem meu voto apareceu... Essas eram as manobras que Theodorico Bezerra fazia viu, era um homem perigoso, era um político de muita ação e de muita cabeça<sup>180</sup>.

Essa era uma entre as práticas espúrias de Theodorico Bezerra para ampliar seu poder político e o de sua família: retirar votos e trocar cédulas, ao ponto de o candidato que teve os votos retirados dizer: “[...] eu votei em mim e nem meu voto apareceu...”. Agenor Ribeiro ainda acrescenta acerca do patrão: “[...] era um homem perigoso [...]”.

Neste pleito diferente dos anteriores, Theodorico Bezerra não teria apenas um sobrinho na Assembleia Legislativa potiguar; ele organizou o seu próprio grupo político, no qual investiu financeiramente e apoiou de outras formas, de modo que os componentes favorecidos atendessem aos seus interesses. Entre estes estavam Aluizio Gonçalves Bezerra e Jácio Luiz Bezerra Fiúza, sobrinhos, e o coronel José Lúcio Ribeiro.

Este último figurava entre os grandes fazendeiros e lideranças políticas do Agreste Potiguar, onde foi proprietário de terras nos municípios de Santa Maria, São José do Campestre, Boa Saúde, Santo Antônio, Jundiá, Várzea, Nova Cruz, Goianinha, Brejinho,

<sup>180</sup> Agenor Francisco Ribeiro. Entrevista realizada em 11 de julho de 2007, na sua residência na cidade de São José do Campestre/RN, anexos da monografia de conclusão de curso intitulada: ***Coronelismo e Permanências nas Práticas Políticas do Major Theodorico Bezerra e Suas Histórias-1948-1965***, do autor desta dissertação.

Lagoa de Pedras e Monte Alegre<sup>181</sup>, tendo exercido o cargo de prefeito nos municípios de Santo Antônio, Goianinha e Brejinho (SOUZA, J. A., 2010, P.41-45).

O coronel José Lúcio Ribeiro foi pai de uma extensa prole. Há quem diga que foram mais de 50 filhos, sendo 20 deles reconhecidos e registrados. Muitos dos seus netos atualmente são latifundiários, comerciantes, profissionais liberais (médicos, advogados, engenheiros) e políticos de destaque em algumas das cidades mencionadas anteriormente, nas quais detém poder político, econômico e simbólico, oriundo de ser descendente do coronel José Lúcio Ribeiro.

**FIGURAS 10 e 11**– Os coronéis José Lúcio Ribeiro e Theodorico Bezerra (à esquerda, sem chapéu). Década de 1950.



**Fonte:** Acervo particular do autor.

Era conhecido por dirimir conflitos de partilha de terras entre herdeiros, após a morte do chefe de família e por resolver casamentos de rapazes que “tiravam a honra”, “buliam” ou “mexiam” com moças de família (SOUZA, 2010, p. 49). Seu diferencial em relação aos outros políticos era o fato de que não aceitava dinheiro para custear a campanha. Dizia que, se assim fizesse, não poderia cobrar outro comportamento e isso, segundo pessoas de sua época,

<sup>181</sup> Inicialmente, o Coronel José Lúcio Ribeiro comprou uma pequena fazenda no município de Várzea, onde implantou uma descaroçadora de algodão. Com os dividendos, vendeu-a e comprou o Engenho da Prata, no município de Goianinha, a partir do qual aumentou as suas rendas e começou a comprar lotes de terras nas cidades circunvizinhas. Com os lucros advindos das atividades agrícolas, criação de gado e outras práticas comerciais, deu início à atividade de compra e venda de fazendas e sítios, de modo que ele sempre possuía, ao mesmo tempo, várias propriedades em distintas cidades do Agreste, mantendo uma amante em cada uma delas.

foi o que contribuiu para diminuir a sua fortuna. Todavia, ele fazia uma exigência: a indicação do delegado de polícia das cidades nas quais gozava de influência política deveria ser feita por ele.

O que o coronel queria efetivamente era prestígio junto às grandes lideranças pessedistas do Estado, entre as quais se destacava o Major-Coronel Theodorico Bezerra, que o convidou para ser candidato a deputado estadual. Ele foi eleito com o número de 3.419 votos<sup>182</sup>. O importante, mesmo sendo um homem sem letras, era andar com as pessoas certas:

Não tinha nenhum acanhamento de discursar na presença de nenhum orador fluente como o senador Georgino Avelino e tantas outras figuras políticas de então. Contam que, certa vez, antes de um comício em uma determinada cidade do Agreste, o coronel Zé Lúcio chamou o deputado Teodorico Bezerra a um local reservado e disse: “oia, Teodorico, vocês vão falá pros sabido, e podem deixá os besta pro minha conta”. O coronel José Lúcio tinha uma linguagem própria, e os “bestas” entendiam com mais facilidade do que quando discursava um Georgino Avelino, um Dr. Zé Varela, um Theodorico Bezerra e tantos outros (SOUZA, 2010, p. 75).

O Coronel José Lúcio Ribeiro, que sempre andava com um punhal, uma revólver calibre 38 e uns trocados no bolso para distribuir com aqueles que lhe solicitassem alguma ajuda, não tinha, nas lides políticas, ambição econômica e sim de prestígio, sua principal aspiração. Assim, o Major-Coronel Theodorico Bezerra, eleito deputado federal, passou a se fortalecer também na Assembleia Legislativa, ao ter a seu lado pessoas como o Coronel ‘Zé’ Lúcio e outros que passaram a agregar-se a ao seu grupo político. Assim, quando chegou o ano de 1958, o presidente da Secção Estadual do PSD passou a sofrer oposição por parte do governo estadual.

Acontece que, dentro do Estado, o governador Dinarte Mariz, segundo algumas reportagens locais e nacionais<sup>183</sup>, criou um estado de exceção. Promovendo violências e ocasionando as mortes daqueles que lhe faziam oposição, Mariz não só permitia, como incentivava, o abuso policial e das autoridades judiciais, que, para os seus adversários, recebiam ordens diretas do alcaide.

Dinarte Mariz era amigo de Theodorico Bezerra desde a década de 1920 e hóspede nos hotéis por ele administrados. Em sua campanha ao Senado recebeu apoio do Major-Coronel, que, além de ser Deputado Federal, era o presidente da maior e mais poderosa agremiação

<sup>182</sup> Há relatos de que ele, ao invés de trabalhar apenas para si mesmo, pediu votos também para Lauro Arruda Câmara, de Nova Cruz.

<sup>183</sup> ÚLTIMA HORA, Rio de Janeiro, 03 de janeiro de 1958 (apud BEZERRA, L. G., 1982, p. 131-132). O jornal carioca tratou da onda de violência no país, decorrente da campanha eleitoral. O Rio Grande do Norte recebe destaque pelas práticas do Governador udenista Dinarte Mariz. DIÁRIO DE NATAL, Natal, 02 jul. 1950, p. 08.

partidária do Rio Grande do Norte, o PSD. No ano de 1958, Mariz passou a acusar o amigo e apoiador de haver desviado dinheiro do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), porém, como foi visto anteriormente, ficou o dito pelo não dito.

Assim, em mais esta eleição, o Major-Coronel Theodorico Bezerra chegou à vitória, assim como os seus sobrinhos e outros deputados do seu grupo político. Mesmo tendo enfrentado um ataque à sua imagem política, conseguiu contrapor-se às acusações e venceu o pleito. Para que isto fosse possível, Theodorico Bezerra valeu-se do apoio de suas várias áreas de atuação política, econômica e social: (01) a Fazenda Irapuru (reduto que detinha mais de 1.400 eleitores)<sup>184</sup>; (02) o Grande Hotel (palco dos maiores eventos políticos do Estado); (03) o *Jornal do Comércio de Natal*, o qual servia para se promover política e socialmente; (04) o relacionamento com lideranças políticas em todas as cidades do Rio Grande do Norte; (05) sua responsabilidade indireta por quase todas as nomeações de comando dos cargos federais nas terras potiguares; (06) sua fortuna, uma das maiores do Estado. O Major-Coronel mobilizou a seu favor todo este considerável conjunto de recursos para vencer as eleições de 1958. Afinal, em suas próprias palavras, “o feio é perder”(Globo Repórter Documento, 1978).

### **3.5.4 As eleições para prefeito de São Tomé (1952) e para vice-governador do Estado (1962)**

No ano de 1952, eleitores de 48 municípios do Rio Grande do Norte, escolheram seus prefeitos e vice-prefeitos, com exceção da cidade de Natal. Naquele ano, muitos políticos tinham o intuito de se fortalecer. Entre eles, o Major-Coronel Theodorico Bezerra já detinha grande liderança em Santa Cruz, que desejava ampliar para toda a região, buscando começar pelas cidades circunvizinhas.

Na cidade de Santa Cruz, o Major-Coronel buscava um acordo entre os Bezerra e os Ferreira de Sousa. Nele, João Bianor Bezerra seria o candidato a prefeito. O vice-prefeito seria o genro do Coronel Ezequiel, o empresário Felizardo Moura. Todavia, Theodorico Bezerra, sendo candidato em São Tomé<sup>185</sup>, transferiria os votos para lá. Assim, existia uma

<sup>184</sup> Existem relatos de que moradores da Fazenda Irapuru tinham dupla filiação: nas cidades de Santa Cruz e em São José do Campestre (no ano de 1895, a comunidade de Riacho foi emancipada com o nome de Tangará. Depois de tornar-se município, a partir da década de 1960, passou a ter eleitores próprios, que já não eram de Santa Cruz como anteriormente). A partir da década de 1960, possuíam tripla filiação, porque eles também votavam em Tangará (SILVA, M. A, 2010, p.59).

<sup>185</sup> São Tomé é um município localizado geograficamente na microrregião da Borborema Potiguar, ou na Região Potengi, distante 101km de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte. Possui uma área territorial de 878 km². Criado pela Lei Estadual nº 398, de 29 de outubro de 1928, desmembrou-se dos municípios de Santa Cruz, Currais Novos, Lages e Macaíba, sendo o ato sancionado pelo Governador do Estado, Juvenal Lamartine. Na época (1952), na sua parte leste fazia divisa com município de Santa Cruz/RN (FAGUNDES,

preocupação por parte dos líderes estaduais udenistas de que ele viesse a conseguir vitória nessas duas importantes cidades, ampliando ainda mais o seu poderio, haja vista o prefeito de Santa Cruz ser Jácio Fiúza, do PSD.

A eleição em São Tomé/RN tornou-se uma das mais concorridas do Estado. Mesmo não sendo a mais disputada, sem dúvida foi a mais visível na imprensa estadual. Naquele ano, o Major-Coronel Theodorico Bezerra disputou a prefeitura de São Tomé e seu irmão, João Bianor Bezerra, a de Santa Cruz. Os Bezerra, desta forma, abriram duas frentes de disputa. Em uma delas, figurava um deputado federal, presidente da maior agremiação partidária do Estado, que se ausentou de sua terra natal e de seu reduto eleitoral para se candidatar em terras alheias, uma verdadeira “aventura política” (BEZERRA, L. G., 1982, p. 86-102). Para tanto, utilizou toda a sorte de recursos, vindo a obter

[...] maior evidência na imprensa, na Assembleia Legislativa e na Justiça Eleitoral. Os motivos foram vários: a intensa disputa que culminou em diversas acusações de fraudes, após a implosão de um acordo gestado entre PSD, UDN e PSP; a inusitada candidatura a prefeito, de um deputado federal e presidente da sessão estadual do PSD, Theodorico Bezerra; um suposto atentado contra o deputado estadual Aluísio Bezerra (sobrinho de Theodorico Bezerra), exhaustivamente discutido na Assembleia Legislativa; além da atuação do TRE intervindo e indeferindo mais de mil pedidos de inscrições eleitorais (LIMA, J. M., 2010, p. 234).

Segundo mencionado pela historiadora, houve vários motivos que tornaram São Tomé palco de fraudes, mentiras, de acordos políticos espúrios e intervenções judiciais. O centro das discussões, mais uma vez, é a figura do então deputado federal Theodorico Bezerra.

O Major-Coronel interferiu em um acordo que estava sendo realizado entre o PSD e a UDN no município de São Tomé. Prevendo chapa única, propunha para prefeito Raniel Pereira (UDN) e para vice-prefeito Sinval Azevedo (PSD). Ao discordar dos termos, Theodorico Bezerra levou a cisão interna ao PSD municipal e as lideranças descontentes filiaram-se ao PSP, para formar uma coligação junto à UDN, apresentando os mesmos candidatos já mencionados. Assim, o Major-Coronel candidatou-se e utilizou todas as formas para ganhar popularidade entre a população são tomense.

O alistamento eleitoral foi o centro das polêmicas do pleito em São Tomé, ao qual o deputado federal – e candidato – Theodorico Bezerra, juntamente com o funcionário da Assembleia Legislativa José Bessa, coordenaram. Cada partido apresentava a quantidade de

---

1983, p. 113-116; MORAIS, 2007, p.209-211). Segundo o censo do IBGE do ano de 2010, conta com uma população de 10.827.

Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=241290&search=rio-grande-do-norte/sao-tome>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

filiados obtida. Naquele ano, 1952, a Lei Eleitoral permitiu que o alistamento se prolongasse até 07 de outubro. A surpresa aconteceu, no entanto, quando se constatou o montante de 1.065 alistamentos requeridos pelo PSD. O fato gerou profunda insatisfação por parte dos membros do PP e da UDN. Estas duas agremiações passaram a fazer diversas denúncias contra o candidato do PSD, alegando que ele promoveu alistamentos de menores; adulteração de registros de nascimento para aumentar a idade do eleitor; apresentação de endereço residencial e eleitoral falsos<sup>186</sup> e duplo ou triplo registro de títulos eleitorais (SILVA, F. A., 2014, p. 37-88).

Dois deputados estaduais da UDN entraram na luta para barrar as pretensões dos Bezerra. Foram eles Aluizio Alves e Cortez Pereira, ambos denunciando na Assembleia Legislativa as ações dos pessedistas em Santa Cruz e em São Tomé. O primeiro, por ser jornalista e utilizar a Tribuna do Norte para a luta política, era um adversário mais temível, porque mais ouvido. No calor da disputa, propagou-se a notícia de um suposto atentado contra o deputado estadual Aluizio Bezerra (PSD), fato que abalou todos os grupos políticos no Legislativo e na imprensa estadual<sup>187</sup>. A UDN, seguindo os imperativos do *fair play*, arrefeceu, bem ao interesse do Major-Coronel, o ritmo dos ataques públicos e emitiu uma nota de solidariedade ao PSD. Verificada a inexatidão da notícia, voltou à carga, não sem uma perda preciosa de ímpeto e energia (“uma farsa”)<sup>188</sup>.

Theodorico Bezerra, que já era considerado arrogante, devido às práticas impostas em sua propriedade, a Fazenda Irapuru, vistas no capítulo II, passou a ser acusado, naquele pleito, de fraudador eleitoral. Era considerado, “até [há] bem pouco tempo [...] o político mais arrogante do estado e hoje é o mais humilhado, digamos mesmo desmoralizado. Em todos os comícios, os oradores ‘descascam’ o major – como era chamado – apontando-o a opinião pública como o rei da fraude”<sup>189</sup>. Assim era visto por seus adversários o Major-Coronel: um homem capaz de tudo para atingir os seus objetivos.

A partir da segunda metade da década de 1940, a Justiça Eleitoral passou a ser um importante ator político. Em São Tomé/RN, no pleito de 1952, coibiu desmandos e fraudes eleitorais, cassou registros novos e puniu os envolvidos. Por exemplo, a escrivã do cartório de Barcelona, da Zona Eleitoral de Santa Cruz, foi suspensão de suas atividades por 90 dias<sup>190</sup>.

<sup>186</sup> TRIBUNA DO NORTE, Natal, 14 de outubro de 1952.

<sup>187</sup> TRIBUNA DO NORTE, Natal, 15 de outubro de 1952.

<sup>188</sup> JORNAL DE NATAL, Natal, 25 de outubro de 1952.

<sup>189</sup> MARANHÃO, Djalma. Posto de observação. **Jornal de Natal**, Natal, 2 dez. 1952, p. 01 (apud LIMA, J. M., 2010, p. 238).

<sup>190</sup> TRIBUNA DO NORTE, Natal, 24 de outubro de 1952. A reportagem tem por título: *Suspensão por 90 dias a escrivã de Barcelona*.

Além disso, o TRE indeferiu 1.034 dos 1.065 alistamentos requeridos pelo PSD.

O livro *Majó Theodorico Bezerra, o imperador do Sertão*, biografia autorizada escrita por Lauro Gonçalves Bezerra (1982), retrata o pleito político de 1952, em São Tomé, no oitavo capítulo, intitulado “Insucesso de uma aventura política”. Nele, a partir de boletins, versos e cordéis sobre o PSD e a UDN, o autor delineia o confronto político ocorrido 30 anos antes. Nos entrechos dos versos do poeta José do Sertão, o leitor é “convocado” a votar no Major-Coronel:

Leitores vejam os direitos  
Pelo progresso da fé  
Na Câmara dos Deputados  
Vai se ver Deus por quem é  
De um candidato a Prefeito  
Na cidade de São Tomé

O Major Theodorico  
Candidatou-se a Prefeito  
O leitor deve atender  
Aquele homem de respeito  
Que trabalha a bem de todos  
Pra ver se a coisa tem jeito

No Rio Grande do Norte  
Nunca perdeu eleição  
Trabalha a bem do Estado  
Sem usar de viração  
Que tem de pegar o pássaro  
Vem sempre em suas mãos.

Se o major for eleito  
As coisas vão melhorar  
Vai haver as construções  
Para os pobres trabalhar  
Bons açudes e muita escola  
Está pronto pra arranjar.

Portanto nós eleitor  
Devemos compreender  
No dia da eleição  
O que temos de fazer  
Do major Theodorico  
Não devemos se esquecer  
(apud BEZERRA, L. G., 1982, p. 89-93).

O autor buscava persuadir seus leitores a votar no “Major Theodorico”, porque ele “Nunca perdeu eleição”. Uma vez eleito, trabalharia, construiria, criaria empregos. Todavia, São Tomé foi uma das maiores frustrações do Major-Coronel, sua primeira derrota política. Os opositores, jocosamente, retribuíram os versos da campanha pelos da chacota ao candidato vencido:

### DESPEDIDA DO MAJÓ

Para ser cantado na música do “Baião”  
 “Eu vou-me embora” de autoria de Manoel Macêdo

#### CÓRO

Eu vou-me embora  
 Não há mais jeito  
 Eu vou-me embora  
 Que aqui não sou Prefeito- Yáyá (bis)

Eu vou-me embora  
 Já não tenho mais dinheiro  
 Mesmo aqui não há quem possa  
 Com o povo do BRIGADEIRO  
 Fiz bandalheira  
 Iludindo o eleitorado  
 Mas foi tudo descoberto  
 Fiquei desmoralizado.

Eu vou-me embora etc., etc.

Eu vou-me embora  
 Não cumpro mais a promessa  
 Não dou roupa nem chapéu  
 E nem mais dinheiro a “BESSA”  
 Estou derrotado  
 Estou com a corda no pescoço  
 Vou morar para toda vida  
 No sertão de Mato Grosso

Eu vou-me embora etc., etc.

Eu vou-me embora  
 Adeus seu RAINEL PEREIRA  
 Pois não posso mais ouvir  
 O disco da “QUIXABEIRA”  
 Quando ele toca  
 Fico desorientado  
 Com raiva de meu sobrinho  
 Que foi o maior CULPADO.

Eu vou-me embora etc., etc.  
 (BEZERRA, L. G., 1982, p. 96-97).

A imagem que os opositores do Major-Coronel expuseram dele, após a derrota sofrida, é a do mentiroso desmascarado, obrigado a retirar-se do cenário da luta onerado pelo julgamento popular aos seus desmandos, agora evidentes. Covarde, imputa o insucesso da empreitada ao sobrinho e testa-de-ferro Aluizio Bezerra, na verdade mais uma massa de manobra do que estrategista no caso do suposto atentado que não veio a sofrer. Habilmente, os versos conduzem o leitor ao sentimento de hostilidade, desprezo e mágoa em relação ao Major-Coronel, por ter sido por ele seguidamente usado em atenção aos seus interesses.

No ano de 1962, houve eleição para os cargos de governador, vice-governador, senador,

deputado federal, deputado estadual, prefeito, vice-prefeito e vereador. Todavia, o Rio Grande do Norte já realizara, em 1960, eleições para governador e vice-governador, quando foram eleitos Aluísio Alves<sup>191</sup> (governador) e o Monsenhor Walfredo Gurgel (vice-governador), ambos do PSD.

O Estado elegeria, naquele ano, senador, 02 vagas; deputado federal, 07 vagas e deputado estadual, 40 vagas. Nessa ordem, o cargo mais importante em disputa seria o de senador. O PSD teria a incumbência de escolher seus dois candidatos para as respectivas vagas e o presidente da agremiação, o deputado federal Theodorico Bezerra, sentia-se o candidato natural do partido. Vale salientar, contudo, que o governador Aluísio Alves pretendia um candidato mais ligado a ele e/ou que fizesse parte do seu grupo político; pretendia, portanto, sugerir a candidatura de um dos dissidentes da UDN que o acompanhavam.

O deputado Theodorico Bezerra foi procurado pelo Monsenhor Walfredo para ser candidato a suplente dele. Todavia, o Major-Coronel respondeu que seria o outro candidato do PSD, com ele, ao senado. Ocorre que Aluísio Alves era contra a candidatura do padre. Havia o boato de que ele desejava que o outro candidato do partido ao senado, ao lado de Theodorico Bezerra, fosse Aristófanes Fernandes.

Para saber qual seria o melhor nome, tanto o Major-Coronel quanto o governador mandaram enviados a todas as regiões do Estado, no intuito de sondar junto às lideranças locais os nomes de Sylvio Pedroza, Aristófanes Fernandes, Jesse Freire e o Monsenhor Walfredo, sendo este último o mais bem aceito. Na qualidade de presidente do PSD, Theodorico Bezerra interveio a favor do prelado, o que fez com que ambos fossem os candidatos pelo partido (BEZERRA, L. G., 1982, p. 169).

Para deputado federal, os nomes mais aceitos foram Aluísio Bezerra, Odilon Ribeiro Coutinho, Aristófanes Fernandes e Grimaldi Ribeiro. Na oposição, o grande destaque foi Vigtt Rosado. Assim, o Major-Coronel Theodorico volta a vislumbrar a oportunidade de ampliar o seu poderio, tendo seu sobrinho Aluísio com candidato a deputado federal e ele próprio como candidato a senador. Todavia,

---

<sup>191</sup> Deputado federal pela UDN, Aluísio Alves rompeu com o seu partido e, com o apoio do PSD, candidatou-se a governador do Estado, vindo a ser eleito em 1960. “Em alguns estados, os mandatos dos governadores, definidos pelas Assembleias Constituintes estaduais, tinham duração de quatro anos. Eram eles: Amazonas, Piauí, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Estado do Rio, São Paulo e Rio Grande do Sul. Os estados com mandato de cinco anos elegiam o governador junto com o presidente da República. Eram eles: Pará, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Guanabara (a partir de 1960, quando foi criado)” (LIMA, J. M., 2010, p. 20).

Em julho, o PSD realiza sua convenção, homologando as candidaturas de Theodorico e Monsenhor Walfredo Gurgel para o senado, [...] Theodorico teme a disputa do voto majoritário, à qual se submeterá pela primeira vez. E, em uma reunião do partido realizada no final do mês de junho, faz incluir seu nome entre os candidatos a deputado estadual. A legislação eleitoral vigente permitiria a disputa de dois cargos (BEZERRA, L. G., 1982, p. 171).

Mesmo sendo uma figura emblemática do PSD estadual, o Major-Coronel nunca havia disputado uma campanha como candidato à eleição majoritária, mas sempre à eleição proporcional, o que o deixou inseguro. Ademais, para eleger seus candidatos ao senador e garantir uma vaga para cada partido, na campanha de 1954, os coronéis potiguares do PSD e UDN uniram-se em torno das candidaturas de Georgino Avelino (PSD) e Dinarte Mariz (UDN) e os dois lograram êxito.

Nas eleições de outubro de 1962, o Major-Coronel é derrotado. Pela primeira vez, ficaria sem um cargo eletivo desde 1947. Os resultados do pleito para senador foram os seguintes: 1º - Walfredo Gurgel (PSD), com 108.301 votos; 2º - Dinarte Mariz (UDN), com 105.884 votos; 3º - Theodorico Bezerra (PSD), com 98.283 votos; 4º - Tarcísio Maia (UDN), com 82.215 votos e 5º - Djalma Maranhão, com 26.937 votos. Ou seja, foram eleitos o Monsenhor Walfredo Gurgel e Dinarte Mariz. Perdendo o mandato, Theodorico Bezerra, a partir de 1963, ficará fora do “poder”. Na verdade, iria ficar se não houvesse feito manobras políticas junto aos familiares e ao partido, como se pode verificar na eleição para o cargo de vice-governador.

### **3.5.5 O poder familiar e a eleição indireta para vice-governador**

Considerando as campanhas políticas das quais o Major-Coronel Theodorico Bezerra participou como candidato que concorreu a um pleito, a de vice-Governador e Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte foi, sem dúvida a mais descabida e inusitada de todas, por seu caráter indireto. Não teve que concorrer às urnas para se eleger, o que aconteceria pela escolha dos deputados estaduais potiguares.

Quando perdeu a campanha para Senador da República (1962), o Major-Coronel viu o poder esvaír-se de suas mãos. Desde 1947 ocupando cargos eletivos (deputado estadual e federal), passou a ter um *status* outrora nunca imaginado por ele. Ficar sem mandato a partir de 1963, sinalizaria para o temor do “desprestígio” político.

Além de concorrer ao cargo de senador, Theodorico Bezerra também se candidatou a deputado estadual. Porém, como não trabalhou para se eleger ao cargo, não logrou êxito.

Além disso, como afirma o seu sobrinho e biógrafo Lauro Gonçalves Bezerra:

[...] O major sempre sentiu pavor de ficar sem mandato e vê aproximar-se 31 de janeiro de 1963, quando concluirá seu mandato de deputado federal. Na amargura da derrota, diante da triste e depressiva perspectiva de deixar de ser chamado de “excelência”, tratamento sempre admirado e desejado pelo major, eis que surge uma réstea de luz no horizonte sóbrio de seu futuro político (BEZERRA, L. G., 1982, p.181).

O fim do mandato acena para o medo de não ser chamado de “excelência”, pela perda do poder simbólico, deixando o palco da cena política. Porém, por falta de conhecimento, por descuido ou propositalmente, os legisladores da constituição estadual de 1947 (CASCUDO, 1972; SOUZA, 1998, p. 41) não especificaram os procedimentos a serem adotados em caso de vacância do cargo de governador.

Ocorre que, em viagem para Brasília/DF, enquanto aguardava o embarque no aeroporto Augusto Severo, em Natal/RN, o Major-Coronel encontrou o deputado estadual Ângelo José Varela/Ângelo Varela (PDC<sup>192</sup>). Este o alerta para o fato de que um homem da estatura política do presidente da maior agremiação partidária do Estado, não poderia ficar sem mandato. Lembrou-lhe, ainda, que a eleição do Monsenhor Walfredo Gurgel ao Senado deixou em aberto a vaga de Vice-Governador do Estado.

A partir daquela conversa, o Major-Coronel, seus sobrinhos, os deputados estaduais Aluísio Bezerra (foi eleito deputado federal) e Jácio Fiúza, além de outros aliados políticos, orquestraram uma emenda à Constituição do Estado do Rio Grande do Norte de 1948, para conseguir um mandato para o deputado federal Theodorico Bezerra<sup>193</sup>. Tudo isso se deu com o apoio e a conveniência do Governador do Estado, Aluísio Alves, que tinha o PSD como seu maior aliado.

Além do mais, o deputado Aluísio Bezerra (PSD) era líder do governo na Assembleia Legislativa Potiguar, razão pela qual tinha bom trânsito na Casa. Utilizando-se dessa prerrogativa, elaborou um projeto de Lei para emendar a Constituição Estadual, que foi aberto como processo e recebeu o nº 116/1962, publicado no Diário Oficial em novembro de 1962, conforme se vê no texto na íntegra:

<sup>192</sup> Ângelo José Varela ou Ângelo Varela pertencia ao PDC, porém rompeu com o partido para concorrer no pleito de 1958 nas fileiras do PSD.

<sup>193</sup> Os grandes articuladores da eleição do Major-Coronel foram os seus sobrinhos Jácio Luís Bezerra Fiúza e Aluísio Gonçalves Bezerra, em especial este último, como grande nome do partido na casa, conforme se vê na reportagem: “Emenda Constitucional aprovada: Theodorico se elege sexta-feira”. **Diário de Natal**, Natal, 12 de janeiro de 1963.

EMENDA CONSTITUCIONAL  
PROJETO

Art. 1º - O § 3º do artigo 37 da Constituição do Estado passa a ter a seguinte redação:

"art. 37 - ...

§1º-...

§ 2º - ... ..

§ 3º - Se ambas as vagas ocorrerem na segunda metade do período, a eleição será feita pela Assembléia Legislativa trinta dias depois da última vaga, observadas as normas da Lei Federal nº. 1.579, de 18 de março de 1952, no que for aplicável".

Art. 2º - Acrescente-se ao mesmo artigo 37:

§ 49 - Ocorrendo somente a vaga de vice-governador, a Assembléia Legislativa elegerá seu substituto para concluir o mandato, por maioria simples de seus membros, até dez dias depois de verificada a vaga".

Art. 3º - Fica revogado o item IV do artigo 21, com a redação da Lei constitucional nº 1, e o item XII, passa a ter a seguinte redação:

"XII - eleger o governador e o vice-governador do estado, ocorrentes as hipóteses previstas nos §§3º e 4º do artigo 37".

Art. 4º - Esta Reforma Constitucional, promulgada pela Mesa, entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente emenda resulta da circunstância de que, pela segunda vez, se vai defrontar a Assembléia Legislativa com uma vaga de vice-governador do Estado. A primeira ocorreu quando, em virtude da morte do governador Dix-Sept Rosado, foi o vice-governador chamado a substituí-lo. A segunda vai verificar-se dentro de poucos dias, pelo fato de haver sido eleito senador o atual vice-governador.

Então, cada ano, estará aberto o problema da eleição do 1º vice-Presidente da Assembléia, criando os mais sérios e desconcertantes problemas, pondo em relevo certas deficiências da nossa educação política.

A emenda, portanto, visa conjurar as notórias dificuldades criadas por estas situações, dando solução definitiva à hipótese de ocorrência da vaga de vice-Governador.

Nos termos do Art. 36, da Constituição Federal, cada estado será regido pela Constituição e leis que adotar.

Respeitados, pois, os princípios cardeais da Lei Maior, o Estado pode livremente dispor sobre a forma de reger seus negócios internos. O cargo de vice-governador, sendo criação do Estado-membro, pode ser provido pela forma por que venha a dispor o Estado que o tenha criado.

S.S. da Assembléia, em Natal, 22 de novembro de 1962 (Apud. BEZERRA, 1982, p. 181-182).

A oposição da emenda à Constituição de 1948 do Rio Grande do Norte reflete o poder político exercido pelo Major-Coronel Theodorico Bezerra, a ponto de alterar o texto constitucional do Estado para beneficiá-lo. Houve, entretanto, os opositores, como o deputado estadual Moacir Duarte (UDN), que afirmou: "a emenda visa a eleição de um chefe político derrotado no último pleito, o que considera inconstitucional" (discurso do deputado estadual Moacir Duarte. Apud. BEZERRA, L.G., 1982, p. 182).

O então deputado estadual Cortez Pereira (UDN) ressaltou a inconsistência da emenda, cuja propositura seria uma atribuição do Congresso Nacional e não do Legislativo Estadual. Contudo, isso ocorria pela incompetência e pelos desmandos do governador Aluísio Alves, que não poupava esforços para ter maioria no Congresso Estadual.

Ainda há quem diga que a emenda constitucional teve um valor econômico significativo para o Major-Coronel Theodorico Bezerra: “Alegavam as ‘más línguas’ que os compromissos financeiros da última campanha teriam sido saldados com apoio a Emenda Constitucional. Supõe-se até que existam documentos ainda desconhecidos do grande público. Ou seja, pelo menos, propostas teriam surgido à época da votação” (BEZERRA, L.G., 1982, p. 182-183). Não se deve, porém, olvidar que a bancada do PSD era a maior do Estado, além de haver outras bancadas aliadas e candidatos que, para eleger-se tiveram o apoio do chefe pessedista potiguar<sup>194</sup>.

A Assembleia Legislativa estadual votou com um único intuito: dar o cargo de vice-governador do Estado ao Major-Coronel Theodorico Bezerra (PSD). Naquele momento, a Casa tinha como presidente o Monsenhor Walfredo Gurgel, que, por ser vice-governador no período, também era presidente do Legislativo Potiguar<sup>195</sup>. Logo, se fosse eleito, o Major-Coronel Theodorico Bezerra passaria a ser a segunda pessoa mais poderosa politicamente no Estado, tão logo os deputados estaduais<sup>196</sup> ratificassem o seu nome.

A posse do Major-Coronel Theodorico Bezerra confirma o poderio exercido por ele e por sua família. A Vice Governadoria e a Presidência da Assembleia Legislativa consagram o poderio e a influência do chefe pessedista, ao ser ratificado seu nome pela Assembleia Legislativa potiguar no dia 17 de janeiro de 1963<sup>197</sup>. O Major tomou posse ainda naquele mês:

Termo de compromisso e posse do Excelentíssimo Senhor THEODORICO BEZERRA, no cargo de vice-Governador do Rio Grande do Norte.

Pelas dez (10) horas de vinte e nove do mês de janeiro de mil novecentos e sessenta e três, no salão das sessões plenárias do Palácio “Amaro Cavalcanti”, sede do Poder Legislativo Estadual, à avenida “Getúlio Vargas”, número noventa e dois, nesta cidade de Natal, capital do Estado, perante a Assembleia Legislativa, reunida em sessão solene, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Deputado Garibaldi

<sup>194</sup> “Estado tem novo vice-governador”. **Jornal do Comércio**, Natal, 18 de janeiro de 1963.

<sup>195</sup> No Rio Grande do Norte, no período entre 1945-1967, o vice-governador do Estado também era presidente da Assembleia Legislativa Estadual. Quem assumia o cargo de vice-governador também assumia a chefia do Legislativo potiguar, um dos três poderes estabelecidos na República Brasileira, que são o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

<sup>196</sup> A Lei Constitucional n. 04, de 11 de janeiro de 1963, dá uma nova redação ao art. 37 da Constituição Estadual. Estiveram presentes os deputados estaduais: Israel Ferreira Nunes (1º Secretário), Radir Pereira (2º Secretário), Aluísio Gonçalves Bezerra, Ângelo José Varela, Carlos Borges de Medeiros, Joaquim Inácio de Carvalho Neto, José Cortez Pereira de Araújo (vencido), Edgar Borges Montenegro (vencido), Garibaldi Alves, Gastão Mariz de Faria, Jácio Luís Bezerra Fiúza, João Aureliano de Lima, Jocelyn Vilar de Melo, João Fernandes de Melo, José Vasconcelos da Rocha, José Venício Dantas, Manuel Avelino Sobrinho, Luís Inácio Maranhão Filho (vencido), Moacyr Torres Duarte (vencido), Antônio Moraes Neto, Newton Pinto, Olavo Lacerda Montenegro, Remiro Pereira da Silva, Roberto Pereira Varela, Ulisses Bezerra Potiguar, Osnir Valmir de Freitas Targino, Manuel Veras Saldanha, Jerônimo Vingt. Rosado Maia (vencido), Márcio Djalma Cavalcanti Marinho (vencido) (CASCUDO, 1972, p. 181-182).

<sup>197</sup> Segundo Lauro G. Bezerra: “Realiza-se a eleição com a presença de 32 deputados. [...] O resultado foi o seguinte: Theodorico: 24 votos, Paulo Luz: 05 votos; em branco: 03 votos” (BEZERRA, L. G., 1982, p. 183).

Alves, primeiro vice-Presidente, em exercício, presentes os senhores deputados em suas respectivas bancadas, aí compareceu o Excelentíssimo Senhor THEODORICO BEZERRA, brasileiro, casado, comerciante e industrial, domiciliado e residente nesta capital, a quem o Senhor Presidente em exercício, na forma por que determina a segunda parte do inciso “D” do art. 221 do Regimento Interno, deferiu o compromisso legal de bem e finalmente desempenhar as funções de Presidente da Assembléia e vice-Governador do Rio Grande do Norte, para que fora eleito de acordo com o dispositivo no § 4º do artigo 37 da Constituição (Lei Constitucional n.º 4, de 11 de janeiro de 1963), no período compreendido entre esta data e trinta e um de janeiro de mil novecentos sessenta e seis. Aceito por ele dito compromisso, assim prometeu cumprir. Eu, José Clementino Bessa, Diretor Geral da Secretaria, escrevi e subscrevi.

Garibaldi Alves  
Theodorico Bezerra<sup>198</sup>

Assim, em 29 de janeiro de 1963, o Major-Coronel Theodorico Bezerra tomou posse de seu novo cargo, e mais uma vez assumiu o poder institucional. Aliás, nem chegou a perder tal domínio, porque se utilizou das velhas práticas políticas da primeira metade do século XX para manter-se no poder.

**FIGURA 12** – Posse como vice-governador e presidente da Assembleia Legislativa em Natal, 19 de janeiro de 1963 – Deputado Federal Theodorico Bezerra (ao microfone) e o Deputado Estadual (vice-presidente da Assembleia Legislativa potiguar) Garibaldi Alves.



**Fonte:** Acervo particular de Kleber de Carvalho Bezerra.

O Major-Coronel Theodorico Bezerra mostrou-se como um dos sobreviventes dos antigos coronéis, pela sua capacidade de se (re)fazer quando necessário, e assim permanecer sempre em meio aos detentores do poder político e institucional. Todavia, para isto, ele

<sup>198</sup> O referido termo de posse é um dos documentos do arquivo pessoal do filho do Major-Coronel Theodorico Bezerra, Kleber de Carvalho Bezerra.

sempre contou com o apoio familiar, uma das bases de poder político no Brasil, e tornou-se a segunda pessoa mais importante politicamente nas terras potiguares entre os anos de 1963 e 1966.

### 3.5.6 Theodorico Bezerra, o vice-governador e presidente da Assembleia Legislativa potiguar

A partir da posse como Vice-Governador e Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, o Major Coronel Theodorico Bezerra passa a trabalhar a sua candidatura para 1965. Em junho de 1963, realizou convenção da diretoria estadual do PSD para explicar que, no âmbito nacional, a candidatura de Juscelino Kubistchek a presidente da República era bem-aceita no partido. Além disso, em âmbito estadual, havia a necessidade de criar um nome desde aquele momento:

No plano nacional, já existia a candidatura de Juscelino para voltar ao Palácio do Planalto.

Nos leitos das estradas e em todas as casas pessedistas, havia uma propaganda antecipada de JK para presidente e Theodorico para governador.

Assim sendo, o partido reuniu 67 dos 87 convencionais convocados para a residência de Rui Paiva, onde foi lançado o nome de Theodorico Bezerra para Governador. **Era a quarta vez que seu nome poderia ser uma opção partidária desde 1950.**

Os faltosos mandaram representantes.

O lançamento de Theodorico foi feito por Rui Paiva, aprovado por unanimidade e aplaudido por todos (BEZERRA, L. G., 2012, p. 137. Grifo meu).

De acordo com o texto mencionado acima, o Major-Coronel desejava consolidar seu nome como candidato a governador do Estado. Para isso, passou a trabalhar a unanimidade do diretório estadual do PSD e associou seu nome ao de Juscelino Kubistchek.

**FIGURA 13** – Inauguração da Rádio Trairi em Natal, no ano de 1962 - Deputado Federal Theodorico Bezerra (à esquerda de JK), o Senador (Ex-presidente) Juscelino Kubistchek e o Governador Aluísio Alves.



**Fonte:** Acervo particular de Kleber de Carvalho Bezerra.

De modo geral, ele investiu em seu nome e em toda a oportunidade que tinha, vislumbrava sua candidatura. “Theodorico Bezerra: Serei em 1965, Candidato Ao Govêno Do Estado”<sup>199</sup> e “Teodorico Bezerra: Serei em 1965, Candidato Ao Govêno Do Estado”<sup>200</sup>. Como também, mandou pintar “JK e Theodorico em 65”, em várias cidades do Estado.

Este último slogan passou a ser exposto nas casas, nos meios rurais, nas estradas e jornais, ou seja, em todos os meios de comunicação possíveis. Para aumentar tal poder junto ao povo, além do Jornal do Comércio de Natal/RN, em 1º de setembro de 1962, o Major inaugurou a Rádio Trairi. Na ocasião, estiveram presentes várias autoridades, entre elas: o Governador do Rio Grande do Norte, Aluísio Alves, e o Senador de Minas Gerais, Juscelino Kubistchek, pré-candidato a presidente da República pelo PSD em 1965, a quem o Major-Coronel associava sua candidatura.

Desse modo, investiu em seu nome. Em toda a oportunidade que tinha, vislumbrava isso: “Theodorico Bezerra: Serei em 1965, Candidato Ao Govêno Do Estado”<sup>201</sup> e “Teodorico Bezerra: Serei em 1965, Candidato Ao Govêno Do Estado”<sup>202</sup>. Todavia, o Major-Coronel não esperava os desfechos de 1964, pelo Golpe dado pelos militares em 1964.

Ao estudar as biografias, recortes de jornais, pronunciamentos e posicionamentos públicos do ou sobre o Major-Coronel Theodorico Bezerra e o PSD Potiguar, do qual era

<sup>199</sup> JORNAL DO COMÉRCIO, Natal, 21 de fevereiro de 1963.

<sup>200</sup> JORNAL DO COMÉRCIO, Recife, 21 de fevereiro de 1963.

<sup>201</sup> JORNAL DO COMÉRCIO, Natal, 21 de fevereiro de 1963.

<sup>202</sup> JORNAL DO COMÉRCIO, Recife, 21 de fevereiro de 1963.

Presidente, não se encontra um posicionamento a favor ou contra ao Golpe dos Militares, em 31 de março de 1964. Isso se dá porque, entre as práticas políticas do líder pessedista noroeste-grandense, um de seus pensamentos políticos sempre esteve ao lado do governo, de quem estava no poder, nunca contra.

O chefe pessedista viu seu sonho começar a se esvaír quando, em junho de 1964, os militares cassaram o mandato de Juscelino Kubistchek, o que diretamente acabou com o carro chefe do marketing da eleição de Theodorico Bezerra: “JK e Theodorico em 65” tornou-se um devaneio. Assim, em 1965, o Major-Coronel passou a ser criticado dentro do seu grupo político e por adversários, levando-o a receber pressão de todos os lados para desistir da candidatura ao governo do Estado:

Theodorico mantém uma conversa de duas horas e meia com Aluizio Alves, Aluizio Bezerra e Jácio Fiuza. Analisa-se o quadro sucessório. Aluizio Alves tenta convencer o major de quem se não houver união das forças políticas, Dinarte Mariz poderá voltar ao governo. **Compara Theodorico com Pinheiro Machado, dizendo que o major contribui ou decide na escolha de nomes para governador, porém jamais chegaria a governar o Estado, assim como o grande líder nacional também não chegou à Presidência da República.** No meio dos entendimentos, Theodorico interpela os dois sobrinhos para saber se eles estavam ali para afirmar uma posição ao lado do governador Aluizio Alves, negando apoio à candidatura do PSD (BEZERRA, L. G., 2012, p. 199. Grifo meu).

A respeito da reunião entre o Major-Coronel Theodorico Bezerra, seus dois sobrinhos<sup>203</sup> e o governador, é a quarta vez que o Major desistiria da candidatura a governador do Rio Grande do Norte, devido à pressão por parte da direção nacional do partido, de componentes do PSD estadual e de lideranças da Cruzada da Esperança, liderada pelo então governador Aluizio Alves. A pressão se dava por meio de telegramas, cartas e conversas, até chegar a carta do Monsenhor Walfredo Gurgel, que fechou todas as perspectivas do Major-Coronel à sua candidatura<sup>204</sup>.

Em 29 de junho de 1965, o Major-Coronel Theodorico Bezerra retira sua candidatura e apoia, junto ao diretório estadual do PSD, os nomes do Monsenhor Walfredo Gurgel para governador e Clóvis Motta para vice-governador. Ainda naquele ano, após a vitória de várias

<sup>203</sup> Pelo que se percebe nas leituras de reportagens e textos que tratam da questão da desistência do Major-Coronel Theodorico Bezerra a candidatura a governador do Estado em 1965, seus sobrinhos (Aluizio Bezerra e Jácio Fiuza) viam que seria prudente o tio não se candidatar sem o apoio da liderança nacional do PSD. Como também não existia um consenso entre as lideranças regionais do partido dentro do Rio Grande do Norte, tão pouco o apoio do governador do Estado, Aluizio Alves (1961-1966), que não via com bons olhos tal candidatura. Outro fator que talvez tenha pesado sobre a falta de apoio dos sobrinhos é que ele havia perdido o último pleito que havia concorrido (candidato ao Senado Federal em 1962) e que só estava como vice-governador por uma manobra política.

<sup>204</sup> DIÁRIO DE NATAL, Natal, 1965. Não são informados o dia e o mês em que foi publicada a reportagem.

personalidades políticas populares, foram destituídos os partidos políticos pelo Ato Institucional, n. 02<sup>205</sup>, que implantou o bipartidarismo no Brasil.

### 3.5.7 Major-Coronel Theodorico Bezerra e outras atuações

Merece destaque também a atuação do Major-Coronel Theodorico Bezerra frente à emancipação de povoados e distritos em municípios, que passaram a ser redutos políticos sob sua influência, tendo criado ou fortalecido chefes políticos dessas localidades. Pode-se citar como um dos exemplos mais emblemáticos o caso da povoação de Campestre em Nova Cruz. O Jornal Democrata<sup>206</sup>, antes de a comunidade passar a ser um município, registrou, em 01 de dezembro de 1948, a visita do então deputado estadual:

**A inauguração da estação telefônica - Os oradores – O baile – Outras Notas**

Realizou no domingo passado, na povoação de Campestre, no município de Nova Cruz, a solene inauguração da estação telefônica. Pela manhã daquele dia, os srs. Deputado Theodorico Bezerra, e o jornalista Romildo Gurgel, diretor do DEI, foram recebidos na residência do cel. José Peregrino, um dos grandes criadores e proprietários daquele município, e figura de projeção política local. [...] Entre as figuras de destaque presentes à solenidade notavam os srs. Coronéis, Lindolfo Damião, Totó Jacinto, Lauro Arruda Câmara, Adalto de Sá Leitão, Estelio Ferreira, Mario Lira Filho e outros elementos de destaque social cujos os nomes escaparam a nossa reportagem<sup>207</sup>.

O Major-Coronel já atuava na povoação de Campestre, que era uma comunidade próxima à Fazenda Irapuru, em Santa Cruz/RN. Contudo, Campestre fazia parte de Nova Cruz. Não obstante, a lista dos coronéis presentes, “figuras de destaque”, era composta de homens ricos e proprietários de terras. Ali, estavam presentes Lauro Arruda e Totó Jacinto, genro e sogro, ambos grandes proprietários, criadores e lideranças políticas daquele município.

O Major-Coronel Theodorico Bezerra havia sido eleito deputado estadual para mandato parlamentar de 1947 a 1950. Porém, a Assembleia Legislativa eleita em 1947 tornou-se também Assembleia Constituinte em julho daquele ano. Desta feita, os referidos deputados passaram a ter outra responsabilidade: criar um novo texto magno para o Estado do Rio Grande do Norte. Logo, os trabalhos do Legislativo norte-rio-grandense voltaram-se para a

<sup>205</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2016.

<sup>206</sup> Periódico do Partido Social Democrático (PSD), Seção Rio Grande do Norte. Servia para as fileiras pessedistas estarem sempre cientes sobre a atuação política do partido e informar/formar seus membros a partir dos atributos que deve ter um pessedista.

<sup>207</sup> O DEMOCRATA, Natal, sem data especificada.

construção da carta constitucional do Estado.

Os trabalhos de criação da Constituição Estadual foram rápidos. Em 25 de novembro de 1947, o Rio Grande do Norte tinha promulgado a sua nova Constituição Estadual, que atribuía à Assembleia Legislativa o poder de criar novos municípios. Porém, esta não foi uma exclusividade do Rio Grande do Norte, mas uma prerrogativa da Constituição Federal de 1946, que incumbia os Estados a organizar suas unidades administrativas internas. Como ressalta a historiadora paraibana Josineide da Silva Bezerra:

[...] o município é um espaço social e historicamente produzido, inserido em disputas e convergências políticas vividas por diferentes atores, por ensejar um território de poder. As emancipações distritais foram apoiadas pela sociedade local, com o argumento de que os distritos eram “esquecidos” pela sede municipal. Foram conduzidas pela elite política estadual, a partir dos deputados estaduais, que apresentaram os projetos emancipacionistas, e dos governadores, que os sancionaram. Nesses projetos, as emancipações foram anunciadas como uma política pública estratégica para o “desenvolvimento” local, com a formação de unidades de governo que seriam “independentes” e que teriam acesso a mais recursos fiscais, em um momento em que esses recursos foram ampliados e distribuídos de acordo com o número de municípios de cada estado (BEZERRA, J. S., 2016, p. 08).

Sob o patrocínio da elite política estadual, representada pelos deputados estaduais e governadores e apoiada pela sociedade local, desejosa de bem-estar e desenvolvimento, a criação dos municípios, a partir das emancipações distritais tinha, na realidade, o intuito de ampliar poderio político e criar novas lideranças locais. Assim, o deputado estadual Theodorico Bezerra, que via na emancipação daquele povoado a oportunidade de ampliar sua influência política, passou a utilizar o discurso do desenvolvimento e da autonomia financeira como carro chefe para convencer os moradores locais.

A criação de projeto de lei para a emancipação daquela comunidade fora promessa de campanha do Major-Coronel. Os moradores de Campestre viam com bons olhos o cumprimento da promessa feita pelo então candidato a deputado estadual Theodorico Bezerra, que, após eleger-se, passou a lutar pela efetivação do prometido. Contudo, realizar o empreendimento não era tão simples; criar um novo município fatalmente desestabilizaria estruturas de poder já solidificadas. O Major-Coronel, conseqüentemente, “comprou uma briga” com outras lideranças pessedistas, que não desejavam a emancipação do distrito de Campestre. É o caso de Lauro Arruda Câmara, que se empenhou na luta pelo não cumprimento do pedido do líder santa-cruzeiro:

Prezado Sr. Theodorico Bezerra,  
 Estive hoje em Umbuzeiro e São Bento tendo me encontrado ali com os Srs. Alfredo Santana e Lauro, que trataram de sua ida ontem a Nova Cruz. Eles estão procurando todos os meios para embarçar a criação de nosso município. Apresentaram um telegrama que vão transmitir ao Sr. João Câmara e ao Sr. José Varela, pedindo e rogando interferência dos mesmos, a fim de que não seja aprovada a emenda da instalação do município de Campestre o qual telegrama teve a devida repulsa de toda a população daqui. Estamos certos da firme e inabalável resolução de V. Sia. No propósito de levar de roldão todo e qualquer obstáculo que por ventura venha a surgir, porque a razão está do nosso lado. Envio-lhe esta somente para V. Sia. ficar de sobre aviso, e ficar alerta contra a turma do contra.  
 Antecipando a nossa imorredoura gratidão, em nome do povo desta localidade, subscrevo-me com alta estima de V. Sai.  
 Lindolfo Damião de Souza  
 (CARTA DE LINDOLFO DAMIÃO MORADOR DE CAMPESTRE AO MAJOR-CORONEL THEODORICO BEZERRA apud BEZERRA, L., G., 1982, p. 257).

A carta acima traduz tanto o sentimento dominante da comunidade de Campestre, que tem o morador e líder comunitário Lindolfo Damião como o seu porta-voz, quanto a insatisfação do líder Nova-cruzense, já munido, na ocasião, de um telegrama pronto para enviar ao presidente estadual do PSD, o Senador João Câmara, bem como ao Governador José Varela, solicitando que interfiram na criação do município de Campestre, abortando-a.

O Cel. Lindolfo Damião, importante liderança política do distrito de Campestre, não se encontrava sozinho na defesa dos interesses da comunidade. A ele somavam-se os Srs. Francisco Targino Pessoa, Severino Costa Belmont e o Cel. José Peregrino, como vogais<sup>208</sup> políticos do PSD de Nova Cruz. Ou seja, a comunidade contava com várias lideranças políticas do PSD municipal, que buscavam consolidar-se localmente. Neste sentido, a emancipação seria um dos primeiros passos nesse desiderato (SOUZA, 1998, p. 41).

A criação do Município de São José do Campestre seria uma oportunidade para o Major-Coronel Theodorico Bezerra, apoiado pelas lideranças locais empenhadas na emancipação, crescer e consolidar o seu mando na região. Em 02 de agosto de 1948, Theodorico Bezerra encaminhou a proposta, contendo a sua assinatura e a de Alfredo Santana, ambos do PSD, em cumprimento à promessa feita por ambos. Contudo existia, como foi mencionado, uma conspiração junto às grandes lideranças estaduais do partido para impedir que se concretizasse a municipalização.

O Major-Coronel ligou para o Senador Georgino Avelino, a grande liderança pessedista no Rio Grande do Norte, e ameaçou romper com o partido se o Município de São José do Campestre não for criado. Assim, em 23 de dezembro de 1948, foi publicado no Diário Oficial do Estado, o Decreto-Lei nº 146/48, instituindo oficialmente o município, o primeiro

<sup>208</sup> Vogal de um partido político é aquele que tem direito a voz e voto na direção daquela agremiação partidária.

dos 25 que Theodorico Bezerra viria a criar por projeto de sua autoria, de seus sobrinhos e/ou correligionários.

Santa Cruz foi o primeiro domínio político de Theodorico Bezerra, depois veio São José do Campestre, seguido de outros municípios. Todavia, foi no ano de 1958, que o povoado de Riacho passou à condição de município, o qual recebeu a alcunha de Tangará. Ou seja, Santa Cruz, São José do Campestre e Tangará passaram a ser sede da maioria dos votos do Major-Coronel. A propósito, a sede da Fazenda Irapuru localiza-se neste último, embora sua extensão territorial ocupe terras de Santa Cruz e de São José do Campestre.

O Major-Coronel Theodorico Bezerra passou a influenciar a vida política, econômica e social desses dois novos municípios, a saber, São José do Campestre e Tangará. Assim como ele fazia em Santa Cruz, veio a fazer em seu novo contexto de ação. Por exemplo, os três primeiros prefeitos de São José do Campestre, Lindolfo Damião de Souza, Edgar Fabrício da Silva e José Matias de Araújo, foram escolhas ou indicações dele.

**FIGURA 14** – O Prefeito José Matias de Araújo recepciona o Governador Tarcísio Maia e o Deputado Estadual Theodorico Bezerra (sentado à direita com chapéu no colo) – São José do Campestre - Década de 1960.



**Fonte:** Digitalização feita pelo pesquisador a partir de foto original, de propriedade de Denise Matias Marinho, filha do ex-prefeito José Matias de Araújo.

Theodorico Bezerra praticou outras ações políticas e sociais, que o faziam ser reconhecido por onde passava. Outra particularidade dele como Coronel de práticas e reconhecimento social, que fugia ao padrão seguido por seus congêneres, foi a de não possuir afilhados. Outros chefes políticos da época gabavam-se da quantidade de afilhados, compadres e comadres que possuíam.

O escritor Itamar de Souza (1981, p. 37-47) fez uma lista de homens de renome em Natal/RN, abrangendo os anos de 1901 a 1969, que contavam o mais elevado número de

afilhados. Entre eles, podem-se citar: Cel. Francisco Cascudo (pai do folclorista Câmara Cascudo); João Café Filho (ex-presidente da República); Severino Bezerra Neto (juiz e irmão de José Augusto Bezerra de Medeiros); Eloy de Souza (ex-senador e jornalista, irmão da escritora Auta de Souza); Sandoval Wanderley (político) e muitos outros – com exceção do Major-Coronel Theodorico Bezerra.

No que se refere às práticas de mando e aos desmandos do chefe político santacruzense, existe uma citação da obra de Itamar de Souza, intitulada *A luta da Igreja contra os Coronéis*, que afirma:

Nesse município, era chefe político o Sr. Theodorico Bezerra, que possuía em todo Rio Grande do Norte, naquela época, cerca de quarenta léguas de terra. Por sinal, tem um irmão que é padre da Arquidiocese de Natal. Mas nem isto foi suficiente para demovê-lo de ameaças ao vigário da paróquia e das perseguições dos seus moradores. As ameaças foram tantas que o Mons. Emerson foi obrigado a andar rodeado de capangas, por que o << Major >> (como ainda hoje é chamado) Theodorico Bezerra também só andava com os seus cabras prometendo que um dia acertaria as contas com o Monsenhor. Felizmente este dia não chegou! (SOUZA, 1982, p. 65-66).

Por fim, vale lembrar que a memória que ficou do Major-Coronel Theodorico Bezerra foi construída pelos seus discursos nos jornais, rádios, TV (programas de TVs, documentários e/ou reportagens) e livros, que junto às memórias dos seus pares e do povo em geral moradores das suas propriedades, eleitores das cidades sobre sua influência política e outros, como esse escritor que não conheceram pessoalmente. Todavia, criaram uma imagem produzida a partir daqueles recortes que dele foram produzidos. Portanto, pode-se dizer que:

O majó Theodorico Bezerra foi uma das mais lúcidas raposas políticas do Rio Grande do Norte. Com a sabedoria sertaneja enriqueceu o vocabulário político do Estado. Durante 16 anos foi presidente do Partido Social Democrático-PSD-e o mais influente coronel da política norte-rio-grandense da redemocratização do País em 1946 até os idos de 60, quando começou o seu declínio (MACHADO, 2002, p. 89).

A citação acima delineia eloquentemente a imagem que ficou do Major-Coronel Theodorico Bezerra, criada pelos meios de comunicação de massa. Todavia, aqui se procurou mostrar a História de vida dele, a partir do contexto social, político e econômico em que ele nasceu e viveu. Depois, pelas ópticas da Fazenda Irapuru, do Grande Hotel e do Partido Social Democrático (PSD) no Rio Grande do Norte, que trouxeram outras visões dele, influenciadas a seu turno, pela ideia de família que, no Brasil, desempenha papel fundamental na vida dos agentes políticos e do povo. Assim como teve na vida deste personagem singular.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação examinou a trajetória de vida do Major-Coronel Theodorico Bezerra por meio das suas relações familiares, sociais, comerciais, industriais e políticas, mais especificamente no período em que esteve na presidência do PSD estadual de 1949-1965, a partir da leitura de obras que trataram de alguns seus aspectos (memorial, biográfico, político) e/ou da história política do Rio Grande do Norte, entre 1900 e 1965, bem como documentos dos arquivos da família Bezerra, recortes de jornais, atas do PSD e outras informações a que se teve acesso.

Este trabalho também analisou alguns aspectos da História Política do Rio Grande do Norte, a partir da atuação política das famílias Bezerra e Ferreira de Souza, em especial o modo de operar do Major-Coronel Theodorico Bezerra, sujeito abordado pela presente pesquisa como um político que agregou várias características dos antigos coronéis da época da Primeira República (1889-1930) e atuou na “Experiência Democrática” (1945-1964) como se estivesse no período anterior a 1930. Dessa forma, pode-se compreender sua ação política como o resultado de uma tradição que remonta a um passado que o Major buscou perpetuar.

Os agentes ou atores políticos da Primeira República, “as oligarquias destronadas” ou deformadas com a entrada de Getúlio Vargas em 1930, mudaram e adaptaram-se para voltar a estar no centro de gravitação do poder político e institucional, ainda em 1934. Assim em 1945, quando surgiram novos partidos políticos com abrangência nacional, de modo geral, tais agremiações passaram às mãos de políticos que atuaram na Primeira República ou dos seus descendentes, como é o caso do Major-Coronel Theodorico Bezerra.

A perpetuação do poderio familiar tradicional e elitista no Brasil é um legado que vem desde a época da Colônia. Tais grupos inicialmente estavam assentados no tripé política, poder econômico e famílias oligárquicas, que ainda hoje tem certo fundamento no contexto atual, porque a política partidária é vista como um negócio que deve ser transmitido de geração a geração, como herança, é uma prática que acontece com aqueles que comandam a nação desde seus primórdios.

Outra característica que se pode constatar neste estudo é o personalismo, porquanto certos sujeitos tornaram-se maiores que o próprio partido que representavam/representam e compunha/compõem. Estes, geralmente são membros de oligarquias com tradição política, que concentram seu poder econômico concomitantemente ao poder político. Este último se coloca como resultado de adaptações sociais e ideológicas necessárias, para os que almejam construir um nome político e perpetuá-lo- como fez o Major-Coronel Theodorico Bezerra, que

a partir do governo de Juscelino Kubistchek, passou a ser a personificação do PSD potiguar e um dos nomes de peso da política estadual no período da “Experiência Democrática” (1945-1964)- precisa conhecer os caminhos e/ou condições existentes para tal.

Deve-se lembrar de que o Major-Coronel Theodorico Bezerra, dispunha de várias Fazendas (terras que eram a base de poder do Brasil rural, período do estudo), recursos financeiros (fazendas, lojas, empresas, indústrias e outros empreendimentos), uma grande rede de contatos (comércio, indústria, política), capital político e simbólico. Além de práticas de corrupção (às brejeiras que foram feitas com a conivência de correligionários e adversários, como prática comum do período), contribuíram para o converterem em um grande ator social no meio e época em que viveu.

O espaço geográfico que ele atuou (Agreste) no Rio Grande do Norte, está carregado de uma cultura política de base familiar e personalista. Assim, é patente observar que o poder da parentela no país, em que o domínio dos “clãs familiares” como a base da política nacional é uma realidade, observa-se que o Nordeste é a região em que esses estão mais concentrados. Isso mostra o quanto é frágil à soberania popular no Brasil, que tem quase metade dos deputados e senadores os parentes de outros políticos nas três esferas governamentais do poder e nos três poderes existentes no país.

Os grupos familiares ou parentelas no poder no Brasil, mostra que a política brasileira continua dependente das oligarquias familiares, que se sustentam, no poder econômico, na capacidade de fazer favores, na ausência e/o carência dos serviços do Estado, o que possibilita a barganha e o controle de certas funções públicas ou estatais, e os alicerçam certos sujeitos a nunca estar fora do grande círculo de poder.

Na elaboração deste trabalho, constatou-se a ausência de pesquisas sobre o Rio Grande do Norte no período Estudado (1900 e 1965); que as elites reorganizam-se, autodefendem-se, juntam-se contra o inimigo comum: a população, quando vê que isso é necessário para não perderem o poder; que uso da memória (lembrar e esquecer) é essencial para controlar-se o pensamento social e/ou vontade popular, porque as memórias sociais, coletivas e individuais são constantemente alteradas; assim como as representações sociais (de determinada situação e/ou personagem), que são feitas e refeitas a cada dia, pela mídia que a transforma constantemente para fins específicos, ou seja, utilizam-se da memória para controlar e determinar a imagem de alguns acontecimentos.

Percebeu ainda, que o lugar social ocupado por um sujeito pode ser importante para seu sucesso profissional, social ou político, porém nunca é determinante; que o estudo do político a partir das ações cotidianas, culturais e religiosas, pode ser possível, quando se analisam

documentos privados como: bilhetes, cartas, fotografias, ordens de serviços, discursos (memórias) daqueles que vivenciaram o período observado, por isso não se pode prender-se a uma corrente historiográfica e/ou a um conceito para estudar-se a História, porém é necessário debater com eles, para compreender-se e explicar-se o estudo em tela, como aqui especificamente, a figura do Major-Coronel Theodorico Bezerra.

Não obstante, vislumbra-se que as práticas políticas das elites brasileiras continuam conservadoras e reacionárias, que para permanecerem no poder mudam os discursos, porém mantem muitas das práticas políticas de outrora (aqui outrora se refere ao momento analisado-1900 e 1965); que as elites potiguares - nordestinas e nacionais - estão ligadas a negócios de monocultura, exportação, aos empregos públicos de livre nomeação, recebem algum benefício do governo (municipal, estadual, distrital ou federal), prestam serviços por meio de empresas, consultorias e/ou assessorias, por isso muitas das vezes são vistos como o próprio Estado, por disporem de um poder próprio, paralelo ao estado (como existia dentro da Fazenda Irapuru), pela ausência dos órgãos governamentais. Isso mostra, que tal realidade continua a existir em alguns lugares no Brasil.

Theodorico Bezerra foi um coronel do algodão que fez o caminho inverso de outros “coronéis”, por investir o que ganhou na cidade (Natal/RN) no campo (Fazenda Irapuru-Tangará/RN). Além disso, ainda teve atuação nos três níveis da escala do poder institucional no Brasil: municipal, estadual e federal. Tudo isso, decorrente da utilização de símbolos e signos de poder, por meio da mídia (uma arma dos políticos brasileiros que detém a concessão da maioria das emissoras de rádio e televisão), criou e trabalhou sua imagem constantemente.

Outro fator importante é que o Major-Coronel Theodorico Bezerra sabia utilizar o poder que tinha, porque ele não primava pelo impor seu domínio e sim, utilizar-se dele para conquista e encanta aqueles que o rodeavam.

Assim, essa dissertação, que trata da atuação política do Major-Coronel Theodorico Bezerra, assemelha-se mais a um remendo novo na “colcha de retalhos” da história política do Rio Grande do Norte, na qual são necessários muitos outros “pedaços de tecidos”, remendos para a conclusão da colcha. Logo, necessita-se de mais trabalhos sobre o referido Estado, para entender-se melhor quem foram os responsáveis por criar uma estrutura de poder no território potiguar até hoje existente, que seja capaz de compreender a criação, manutenção e expansão do poder político concentrado na mão de poucos sujeitos e suas respectivas famílias.

## REFERÊNCIAS

### ACERVOS

Arquivo da Fazenda Irapuru

Arquivo Digital da Câmara dos Deputados

Arquivo Digital da Fundação Getúlio Vargas

Arquivo Digital da Fundação José Augusto

Arquivos Físico e Digital do Jornal Tribuna do Norte

Arquivo do Centro de Memória do TRE/RN

Arquivo do Senado Federal

Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte

Arquivo pessoal do autor

Arquivo pessoal do Dr. Kleber de Carvalho Bezerra

Memorial do Legislativo Potiguar

### LIVROS

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Tradução de Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1982.

BARROS, José D' Assunção. **O campo da História: espacialidades e abordagens**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et al. (Orgs.) **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 29-46.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.

BEZERRA, José Augusto de Medeiros. **Famílias Seridoenses**. 2. ed. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

BEZERRA, Lauro Gonçalves. **Majó Theodorico Bezerra, o imperador do Sertão**. Natal: Editora RN - Econômica, 1982.

\_\_\_\_\_. **O verdadeiro: A História do PDS potiguar**. Natal: Edição do Autor, 2012.

BEZERRA, Severino, Mons. **Genealogia da Família Bezerra: de 1526 a 1988**. Natal, [s.n.], 1990.

BLONDEL, Jean. **As condições da vida política no Estado da Paraíba**. 2. ed. Rio de Janeiro:

Fundação Getúlio Vargas, 1597. Reimpressão (fac-similar), Assembleia Legislativa-PB. João Pessoa: A União, 1994.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 13. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. Paris: 1986. In: AMADO, J.; FERREIRA, M.M. **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BURKE, Peter. **A fabricação do Rei:** a constituição da imagem pública de Luís XIV. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

CASCUDO, Luiz da Câmara. **A História da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.** Natal: Fundação José Augusto, 1972.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: **A escrita da história.** Rio de Janeiro/RJ. Editora Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo.** Tradução de Cristina Antunes. 2. e. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

\_\_\_\_\_. Cultura política e cultura popular no Antigo Regime. In: **História e cultura:** entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Beltrán Brasil, 1990. p. 183-2013 (Col. Memória e Sociedade).

DANTAS, José Iberê Costa. **A Revolução de 1930 em Sergipe:** dos tenentes aos coronéis. São Paulo: Cortez, 1983.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da experiência democrática:** da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil Republicano, v. 3). p. 129-154.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos.** 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991

FELIPE, José Lacerda Alves; CARVALHO, Edilson; ROCHA, Aristotelina. **Atlas, Rio Grande do Norte:** espaço geo-histórico e cultural. João Pessoa: Grafset, 2006.

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da experiência democrática:** da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil Republicano, v. 3). P. 345-404.

FERREIRA, José de Anchieta. **Histórias que não estão na História.** 2. ed. Natal: RN Gráfica e Editora, 1989.

FORTUNATO, Maria Lucinete. **O conceito de Coronelismo e a imagem do coronel:** de símbolo a simulacro do poder local. Campina Grande, PB: EDUFPG, 2008.

GINZBURG, Carlos. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. História, Historiografia e Cultura Política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Orgs). **Culturas Políticas**: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 21-44.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do século XIX**. Tradução de Celina Brandt. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das Oligarquias**. João Pessoa: Editora Universitária, 1994.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HIPPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas**: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945 – 1964). 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

JANOTTI, Maria de Lurdes Mônaco. **Coronelismo**: uma política de compromissos. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Coleção Tudo é História).

JULLIARD, Jacques. A Política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História**: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p.180-196.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de W ilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006. p. 305 a 327.

LAMARTINE, Pery. **Coronéis do Seridó**. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

LAVAREDA, Antonio. **A democracia nas urnas**: O processo partidário-eleitoral brasileiro (1945-1964). 3 Ed. Rio de Janeiro: Iuperj/Revan, 2012.

LE GOFF, Jacques. A política será ainda a ossatura da história? In: **O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1983. p. 221-242.

\_\_\_\_\_. Memória. In: **História e Memória**. 5. ed. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: O município e o regime representativo no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011. p. 161-203.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 141-184.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução de André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMA JÚNIOR, Francisco Soares de. **Revitalização urbana da Ribeira Natal**: 7, 2001.

LIMA, José Ayrton de. **A história das campanhas políticas no Rio Grande do Norte**. Natal: Cooperativa de Jornalistas de Natal, 1987.

\_\_\_\_\_. **Da brejeira ao rabo de palha**: Uma história dos governadores do Rio Grande do Norte. Natal: [s.n.], 1986.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Fotografia: uso sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanegi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 29-60.

LUCCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanegi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MACHADO, João Batista. **Perfil da República no Rio Grande do Norte (1889-2003)**. Natal: Depto. Estadual de Imprensa, 2000.

MACHADO, João Batista. **Testemunho de Ausentes**. Natal: Depto. Estadual de Imprensa, 2002.

MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

MEDEIROS, Daniel H. de. **Padre Cícero**: O santo do povo? São Paulo: Brasil, 1989.

MELO, Manoel Rodrigues de. **Patriarcas e carreiros**: Influência do coronel e do carro de boi na sociedade rural do Nordeste. 3. ed. Natal: Editora Universitária da UFRN, 1985.

MORAIS, Marcus César Cavalcanti de. **Terras Potiguares**. Natal: Foco, 2007.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil Republicano, v. 3). p. 157-194.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturas políticas na História**: novos estudos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

PALACIN, Luis G. **Coronelismo no extremo norte de Goiás**: O Padre João e as três Revoluções de Boa Vista. São Paulo: Loyola, 1990.

PINTO, Isabel de Oliveira. **Genealogia Sertaneja**: Famílias Pinto e Oliveira: Do Brejo Paraibano e da Borborema Potiguar. Brasília: Kiron, 2012.

PONTES, Antonio Barroso. **Mundo dos coronéis**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro S.A., 1970.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: **HGCB**. São Paulo: Difícil, 1975 (v. 8).

RÊGO, André Heráclio. **Família e coronelismo no Brasil**: uma história de poder. São Paulo: A Girafa, 2008.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. p. 13-36.

SANTOS, Paulo Pereira dos. **Evolução econômica do Rio Grande do Norte: século XVI ao XX**. Natal: Clima, 1994.

\_\_\_\_\_. **Evolução econômica do Rio Grande do Norte (XVI ao XXI)**: 500 anos da história econômica do Rio Grande do Norte. 2. ed. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2002.

SILVA, Francisco de Assis da. **Agenor Ribeiro**: um político nato. Natal: Sebo Vermelho, 2014.

SILVA, Lemuel Rodrigues da. **Os Rosados Encenam**: estratégias e instrumentos da consolidação do mando. Mossoró, RN: Queima Bucha, 2004.

SOUZA, Itamar de. **São José do Campestre**: 100 anos às margens do Rio Jacu. Natal: Nordeste Gráfica, 1998.

\_\_\_\_\_. **A luta das igrejas contra os coronéis**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. **O compadrio**: da política ao sexo. Natal: Fundação José Augusto, 1981.

SOUZA, José Alai de. **José Lúcio Ribeiro**: sua trajetória de menino pobre a “coronel” do latifúndio e da política. Natal: Gráfica e Editora Rio Branco, 2009.

SPINELLI, José Antonio. **Coronéis e oligarquias no Rio Grande do Norte: (Primeira República) e outros estudos**. Natal: EDUFRAN, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar**: 1930-35. Natal: EDUFRAN, 2010b.

TRINDADE, João Felipe da. **Mais Notícias Genealógicas do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRAN, 2013.

\_\_\_\_\_. **Notícias Genealógicas do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRAN, 2011.

VILAÇA; ALBUQUERQUE. **Coronel, coronéis**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

## MONOGRAFIAS

CONFESSOR, Juscely de Oliveira. **Theodorico Bezerra**: as metamorfoses de um coronel universal singular. 2006. 99f. Monografia (Bacharelado em Sociologia) – Natal, UFRN.

FAGUNDES, Gilberto. **História das leis de criação dos municípios do Rio Grande do Norte**. 1983. 266f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - CCHLA, UFRN, Natal.

MENDONÇA J.R., Emanuel Lopes. **Uma relação de identidade e intimidade política**: Theodorico Bezerra e o eleitorado tangaraense. 2007. 121f. Monografia (Licenciatura em História) - Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Caicó.

SILVA, Marcondes Alexandre da. **O coronelismo e permanências nas práticas políticas do Major Theodorico Bezerra e suas histórias: 1948-1965**. 2010. 98f. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira/PB, 2010.

## DISSERTAÇÕES

BEZERRA, Islândia Maria Santos. **Entre rios e ruas: água, açude e tragédia em uma cidade do Agreste potiguar (Santa Cruz, 1º de abril de 1981)**. 2014. 164f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

BEZERRA, Maria do Nascimento. **A estratégia do paternalismo na parceria**. 1987. 113f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Natal: Ed. Universitária, 1987.

CORDEIRO, Anna Gabriella de Souza. **O bairro da Ribeira como um Palimpsesto: Dinâmicas Urbanas na cidade de Natal (1920-1960)**. 2012. 127f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

MOREIRA, Márcio Marcêdo. **Entre Britos e Gaudêncio: cultura política e poder familiar nos cariris velhos da Paraíba (1930-1960)**. 2014. 223f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

## TESES

BEZERRA, Josineide da Silva. **Novos municípios, velhas políticas: práticas de emancipação distrital e estratégias de reprodução política na Paraíba (1951-1965)**. 2016. 245f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife.

LIMA, Jailma Maria de. **Partidos, candidatos e eleitores: O Rio Grande do Norte em campanha política (1945-1955)**. 2010. 310f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

## ARTIGOS

AIRÉS, José Luciano de Queiroz. A fabricação do mito de João Pessoa: uma cultura histórica heroizante na Paraíba de 1930. In: SANTOS NETO, Matinho Guedes; COSTA, Robson Xavier da (Orgs.). **Pesquisa em História: temas, e abordagens**. João Pessoa: Editora Universitária-UFPB/PPGH, 2009. p. 285-312.

BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: laços permanentes. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH: Marco Zero, v.12, n. 23/24, 1991-1992, p. 07-18.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, v. 40 n. 2, Rio de Janeiro, 1997.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: Presentismo e experiências do tempo**. Tradução de Andrea Souza de Menezes et al. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 133-192.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Tradução de Celina C. Cavalcante. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HOBSBAWM, Eric. O presente como História: Escrever a história de seu próprio tempo. **Novos Estudos**, CEBRAP, n. 43, São Paulo: 1995. p. 103-112.

JANOTTI, Maria de Lurdes Mônico. Coronelismo ainda é uma questão historiográfica? In: SIMPÓSIO DA ANPUH -Associação Nacional de História, 1997, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, MG, UFMG. 1 CD-ROM.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória?: Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. Revista do **Instituto de Estudos Brasileiros-USP**, São Paulo, n. 34, p. 9-24, 1992.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Práticas de escrita e sociabilidades intelectuais: professores-autores na Corte Imperial (1860-1890). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5, 2008, São Cristóvão. **Livro de Resumos...** São Cristóvão, RJ: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Universidade Tiradentes. p. 01-18. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/111.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2016.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. Mercator. **Revista de Geografia da UFC**, ano 02, n. 03, p. 53-60, 2003. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewPDFInterstitial/163/131>>. Acesso em: 07 mai. 2016.

## DOCUMENTOS OFICIAIS

BRASIL. **Lei n. 4. 131**, de 3 de setembro de 1972. Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 1972. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4131.htm)>. Acesso em: 14 jun. 2015.

BRASIL. **Lei n. 4.214**, de 2 de março de 1963. Revogada pela Lei n. 5.889, de 1973. Dispõe sobre o “Estatuto do Trabalhador Rural”. Brasília: Congresso Nacional, 1963. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1963/4214.htm>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

BRASIL. Lei n. 85, de 20 de setembro de 1892. Estabelece a organização municipal do Distrito Federal. Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1892. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-85-20-setembro-1892-541262-publicacaooriginal-44822-pl.html>>. Acesso em: 16 out. 2015.

## FILMOGRAFIA

Theodorico, o imperador do sertão. Direção: Eduardo Coutinho. Rio de Janeiro. Programa Globo Repórter: Rede Globo: 1978. 1 Fita de videocassete (48 min).

## DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

### ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

BRASIL. **Lei n. 4. 131**, de 3 de setembro de 1972. Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 1972. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4131.htm)>. Acesso em: 14 jun. 2015.

DANTAS, Audálio. A mídia e o golpe militar. **Estud. av.**, v. 28, n. 80, São Paulo, jan./abr. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142014000100007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142014000100007&script=sci_arttext)>. Acesso em: 14 jun. 2015.

DATAPREV. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1963/4214.htm>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

IBGE. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <<http://inter04.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=1945:1:1847500898190414>>. Acesso em: 06 set. 2015.